



**Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

**ANTONIO BRITTO**

***MENSAGEM***  
***À***  
***ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA***

***PORTO ALEGRE***  
***1998***

# **Governo do Estado do Rio Grande do Sul**

**ANTONIO BRITTO**  
*Governador do Estado*

**VICENTE JOAQUIM BOGO**  
*Vice-Governador do Estado*

**JANICE MAYER MACHADO**  
*Secretária Geral de Governo*

**JORGE ALBERTO PORTANOVA MENDES RIBEIRO FILHO**  
*Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil*

**CEL. RONEI ANTÔNIO DALLA COSTA**  
*Chefe da Casa Militar*

**EUNICE NEQUETTE MACHADO**  
*Procuradora-Geral do Estado*

**MARIA DA GLÓRIA SCHILLING DE ALMEIDA**  
*Defensora Pública-Geral*

**JOÃO CARLOS BRUM TORRES**  
*Secretário de Estado da Coordenação e Planejamento*

**OTOMAR OLEQUES VIVIAN**  
*Secretário de Estado da Administração e dos Recursos Humanos*

**CÉZAR AUGUSTO BUSATTO**  
*Secretário de Estado da Fazenda*

**CÉZAR AUGUSTO SCHIRMER**  
*Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento*

**TELMO RUDI FRANTZ**  
*Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia*

**NELSON LUIZ PROENÇA FERNANDES**

*Secretário de Estado do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais*

**GÜNTHER REGINALDO STAUBB**

*Secretário de Estado do Turismo*

**TELMO KIRST**

*Secretário de Estado das Obras Públicas, Saneamento e Habitação*

**ASSIS ROBERTO SANCHOTENE DE SOUZA**

*Secretário de Estado de Energia, Minas e Comunicação*

**JOSÉ OTÁVIO GERMANO**

*Secretário de Estado dos Transportes*

**NELSON FERNANDO BOEIRA**

*Secretário de Estado da Cultura*

**IARA SÍLVIA LUCAS WORTMANN**

*Secretária de Estado da Educação*

**JOSÉ FERNANDO CIRNE LIMA EICHENBERG**

*Secretário de Estado da Justiça e da Segurança*

**GERMANO MOSTARDEIRO BONOW**

*Secretário de Estado da Saúde e do Meio Ambiente*

**IRADIR PIETROSKI**

*Secretário de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social*

**EDIR OLIVEIRA**

*Secretário Especial da Região Metropolitana*

**GILBERTO MOSMANN**

*Secretário Especial para Implantação do Complexo Automotivo*

## ÍNDICE

<b>PARTE I - A SITUAÇÃO DO ESTADO</b>	<b>13</b>
<b>1 - ECONOMIA GAÚCHA EM 1997</b>	<b>15</b>
1.1 - Agropecuária	16
1.2 - Indústria	19
1.3 - O Setor Serviços	20
1.4 - Relações com o Exterior	21
1.5 - Conclusão	22
<b>2 - AS PRINCIPAIS AÇÕES GOVERNAMENTAIS</b>	<b>23</b>
2.1 - Atração de Novos Investimentos	24
2.2 - Programa de Reforma do Estado	27
2.3 - Participação do Estado na Expansão da Atividade Econômica	29
2.4 - A Busca do Equilíbrio das Finanças Públicas	33
2.5 - Combate à Exclusão Social	34
2.6 - Política de Pessoal	36
2.7 - Situação Organizacional/Administrativa	36
<b>3 - SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS</b>	<b>37</b>
3.1 - Comportamento das Receitas	37
3.2 - Grandes Grupos de Despesas	39
3.2.1 - Pessoal	40
3.2.2 - Manutenção	42
3.2.3 - Investimentos	42
3.2.4 - Dívida Pública	42

<b>PARTE II - AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NO ANO DE 1997</b>	<b>45</b>
<b>1 - ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	<b>47</b>
1.1 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	47
1.2 - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO	49
1.3 - CASA MILITAR	50
1.4 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	53
1.5 - SECRETARIA DA FAZENDA	57
1.5.1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul - BANRISUL	58
1.6 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS	64
1.6.1 - Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG	67
1.6.2 - Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos- FDRH	68
1.6.3 - Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul - IPERGS	69
1.6.4 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS	72
1.7 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	75
1.8 - SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO	78
1.8.1 - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE	83
1.8.2 - Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN	88

<b>2 - ÁREA ECONÔMICA</b>	<b>93</b>
2.1 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	93
2.1.1 - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S/A - CEASA	104
2.1.2 - Associação Rio-grandense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS	104
2.1.3 - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB	110
2.1.4 - Instituto Rio-grandense do Arroz - IRGA	111
2.1.5 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA	113
2.2 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS	114
2.3 - SECRETARIA DO TURISMO	119
2.4 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	121
2.4.1 - Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC	124
2.4.2 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS	127
2.4.3 - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO	129
2.5 - SECRETARIA ESPECIAL DA REGIÃO METROPOLITANA	130
<b>3 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>132</b>
3.1 - SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO	132
3.1.1 - Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN	135
3.2 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES	137
3.2.1 - Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC	141
3.2.2 - Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG	141
3.2.3 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER	143
3.3 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES	146
3.3.1 - Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	152

<b>4 - ÁREA SOCIAL</b>	<b>156</b>
<b>4.1 - SECRETARIA DA CULTURA</b>	<b>156</b>
4.1.1 - Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - FIGTF	158
4.1.2 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre - FOSPA	159
4.1.3 - Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão - FRTVE	159
4.1.4 - Fundação Teatro São Pedro - FTSP	160
<b>4.2 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO</b>	<b>160</b>
4.2.1 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha - FETLSVC	164
4.2.2 - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul - FADERS	165
<b>4.3 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E SEGURANÇA</b>	<b>168</b>
4.3.1 - Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE	170
4.3.2 - Instituto Geral de Perícias - IGP	172
4.3.3 - Polícia Civil - PC	173
4.3.4 - Brigada Militar - BM	174
<b>4.4 - SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>175</b>
4.4.1 - Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM	178
4.4.2 - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS	180
<b>4.5 - SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>	<b>183</b>
4.5.1 - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM	187
4.5.2 - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS	190

<b>PARTE III - OS PLANOS DE GOVERNO</b>	<b>193</b>
<b>1 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>197</b>
1.1 - Transportes	197
1.2 - Energia, Minas e Comunicações	200
1.3 - Obras Públicas, Saneamento e Habitação	201
<b>2 - ÁREA ECONÔMICA</b>	<b>203</b>
2.1 - Agricultura e Abastecimento	203
2.2 - Ciência e Tecnologia	207
2.3 - Desenvolvimento e Assuntos Internacionais	208
2.4 - Turismo	211
2.5 - Região Metropolitana	212
<b>3 - ÁREA SOCIAL</b>	<b>212</b>
3.1 - Educação	212
3.2 - Justiça e Segurança	214
3.3 - Saúde e Meio Ambiente	218
3.4 - Trabalho, Cidadania e Assistência Social	220
3.5 - Cultura	222
<b>4 - ÁREA ADMINISTRATIVA</b>	<b>226</b>
4.1 - Governo do Estado	226
4.2 - Planejamento	227
4.3 - Administração Tributária	231
4.4 - Administração e Patrimônio	232

## ***PARTE I - A SITUAÇÃO DO ESTADO***

## 1 - A ECONOMIA GAÚCHA EM 1997

Na história recente da economia gaúcha, o ano de 1997 representa um ponto de inflexão entre um passado caracterizado pela ausência de perspectivas e um presente rico em novas oportunidades de investimentos. A possibilidade de ingressar de vez em um período de industrialização consolidada era um objetivo perseguido pelas lideranças estaduais desde há muitos anos. Nesse sentido, o exercício de 1997, em que se definiu a instalação de uma segunda montadora de automóveis no Estado, veio atender a esse desejo reprimido da sociedade local de transformar o ambiente regional de uma economia predominantemente de agribusiness em um parque industrial moderno e competitivo, exigências constantes da nova ordem econômica internacional.

Efetivamente, os dados para o desempenho da economia gaúcha nos anos 90 não eram nada animadores como também não o foram na década passada, visto que a instabilidade da economia e a inflação crescente impediam que se planejassem os negócios em condições semelhantes àquelas praticadas pelos agentes econômicos no Primeiro Mundo.

O Rio Grande do Sul conviveu com um crescimento médio anual do PIB da ordem de 1,79% ao ano no período 1985-90, ocasião em que a economia nacional apresentou incrementos anuais de 1,91%; naquela oportunidade, ambas as taxas estavam muito aquém do nível adequado para atender às necessidades de incrementar a renda e de gerar mais empregos para a população. Posteriormente, no primeiro quinquênio da década de 90, houve uma inversão na evolução das taxas de crescimento do PIB estadual e do nacional: enquanto o Rio Grande do Sul cresceu à taxa de 3,07% ao ano, o Brasil evidenciou incrementos inferiores, ou seja, de 2,81% ao ano. Embora o comportamento da economia tenha apresentado indicadores melhores do que no quinquênio anterior, mesmo assim se manteve a defasagem entre os resultados obtidos e as carências existentes. Por fim, em 1995 e 1996, o desempenho da economia gaúcha foi insatisfatório. Enquanto o Produto do País avançou 4,2% em 1995 e 2,9% em 1996, no mesmo período o Estado conviveu com a presença de duas quedas sucessivas do seu PIB, de 0,6% e de 0,1% respectivamente.

O diagnóstico preciso que havia sido formulado na fase anterior à posse da atual administração sinalizava para a necessidade de uma transformação absoluta nos procedimentos de gerência da administração estadual; e os objetivos definidos desde os primeiros dias da atual gestão estavam a indicar a necessidade de se buscarem metas mais ambiciosas e mais adequadas à solução dos problemas que afetavam a totalidade da população gaúcha. E, assim, o Governo, que fora estruturado em cima de uma ampla aliança política, formulou uma estratégia de ação que implicou convivência com um período de transição até que os resultados comesçassem progressivamente a surgir. Dessa forma, ao encerrar o ano de 1997, a sociedade gaúcha percebeu a formação de um novo horizonte no Estado, a partir de um amplo espectro de investimentos que optou pelo Rio Grande do Sul como um destino final. Foi uma escolha madura na nova geografia política que tomou forma neste extremo do continente, a partir da estabilidade monetária no âmbito nacional e da consolidação do MERCOSUL no contexto internacional.

O Rio Grande do Sul encerrou 1997 com o PIB global tendo crescido à taxa de 5,75%, correspondendo a R\$ 57.287.364,90 e a um PIB per capita de R\$ 5.894,88. A análise setorial da estrutura da economia regional mostrou o exercício recentemente

encerrado como um momento da história estadual em que o Produto da agropecuária avançou 2,3%, em que a indústria superou todas as expectativas em termos de desempenho ao atingir a expressiva taxa de 10,5% ao ano e em que o setor serviços evidenciou um crescimento anual de 3,9%. Tratou-se de um comportamento significativo, que permitiu que a economia gaúcha alcançasse uma taxa de crescimento maior do que aquela correspondente ao País. Um quadro tão alvissareiro implicou um trabalho coordenado em torno de um ideal maior, qual seja, o de resgatar as condições para que o Rio Grande do Sul pudesse retomar o seu processo de crescimento e ingressar definitivamente na globalização, com as suas exigências de produtividade e de competitividade.

## **1.1 - A Agropecuária**

O Rio Grande do Sul tem nas suas origens o reconhecimento nacional pela sua aptidão agrícola, e, em 1997, os avanços obtidos no Setor Primário refletiram em muito essa face conhecida do trabalho árduo do produtor rural gaúcho. O exercício findo foi o cenário de uma conjuntura adversa, inóspita e complexa para o homem do campo, visto que a estabilidade monetária transformou abruptamente as condições de mercado e exigiu-lhe uma racionalidade distinta daquela existente até então.

Na estrutura do PIB estadual, sistematicamente a agropecuária vem perdendo posição relativa. Ela representava 15% do PIB em 1980, 10,78% em 1990, e, em 1997, a sua participação era de 9,72% do Produto gaúcho.

A intermitência do crescimento da agropecuária estadual, devido às condições climáticas e a outros fatores, tem sido uma das características determinantes do desempenho da economia regional, e foi por causa da atipicidade do ano de 1996, em que o PIB da agropecuária teve uma queda de 4,1%, que o resultado de 1997 se traduziu em crescimento, da ordem de 2,3%.

### **- A Lavoura**

No período 1980-95, houve uma queda de dois milhões de hectares na área colhida dos principais produtos da lavoura do Estado, correspondendo a uma quarta parte do total da área destinada aos principais produtos da lavoura gaúcha. Considerando que nesse mesmo período a lavoura cresceu a taxa de 2,05% ao ano, conclui-se que houve ganhos significativos de 53% em termos de produtividade.

Em 1997, a lavoura registrou um crescimento de 2,6%, como decorrência de incrementos nos níveis de produção do feijão, do fumo, do milho e da soja; o arroz e o trigo não acompanharam o desempenho dos primeiros, ficando aquém em termos de resultados. Segundo a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - (FEE), o crescimento da lavoura em 1997 deveu-se a aumentos de 1,3% na produtividade física e de 1,3% na área colhida.

Coube ao feijão a liderança em termos de crescimento da produção da lavoura no ano passado. Após ter obtido um volume recorde em 1992 e manter-se em um novo patamar até 1995, a produção de feijão apresentou uma forte queda de 192.823 toneladas em 1995 para 89.095 toneladas em 1996, razão pela qual houve um incremento tão expressivo, da ordem de 60,7%, em 1997. Esse incremento de produção foi acompanhado

por um leve decréscimo na área plantada, de 202.239 hectares para 192.635 hectares, queda esta que já vinha ocorrendo desde 1995.

Ocupando o terceiro lugar na produção internacional de fumo, o Brasil tem no Rio Grande do Sul aquele que responde pela metade da produção nacional desse produto. No ano de 1997, o fumo foi o responsável pelo segundo maior acréscimo na produção da lavoura gaúcha. Da mesma forma que o feijão, a produção de fumo havia atingido um elevado nível no início da década - 318.690 toneladas em 1993 -, porém não se manteve nesse patamar. Em 1997, a produção de fumo cresceu 34,3% relativamente ao ano anterior, alcançando 287.458 toneladas ao mesmo tempo em que a área plantada aumentou num percentual acima de 10% no último exercício. Ao final do exercício, os fumicultores e a indústria debatiam o preço mínimo do produto e as condições dos negócios para a safra.

O milho foi o terceiro produto em importância em termos de contribuição da lavoura para o incremento do PIB da agricultura gaúcha em 1997. Nos anos 90, o Rio Grande do Sul tem ocupado o segundo lugar na produção nacional de milho, situando-se logo após o Paraná no ranking agrícola brasileiro. Assim como nos casos do feijão e do fumo, a produção de milho também atingiu um pico em 1992, obteve um novo recorde em 1995, com 5.935.667 toneladas, e agora, em 1997, o patamar alcançado foi de 4.202.354 toneladas. A área plantada foi de 1,7 milhão de hectares em 1997 e a produtividade física de 2,5 t/ha.

Pela ordem, o quarto produto em termos de crescimento da produção em 1997 foi a soja. Após os Estados Unidos, o Brasil está entre aqueles países que lideram a produção mundial, e o Rio Grande do Sul detém em torno de 25% da produção nacional de soja. Com a área colhida em retração desde 1990, a produção gaúcha de soja, que se encontrava em um patamar próximo a 6 milhões de toneladas em 1995, atingiu um nível de 4,3 milhões de toneladas em 1996. Em 1997, a produção estadual recuperou-se, atingiu 4.770.629 toneladas, implicando um incremento anual de 10,3% e a manutenção da produtividade física de 1,6 tonelada por hectare, a mesma do exercício passado. A eliminação dos impostos para os produtos exportados não industrializados implicou um aumento nas relações dos produtores com o Exterior.

Por fim, em 1997, o Rio Grande do Sul contabilizou as quedas da produção de arroz em 2,1% e de trigo em 36,3%. Nos últimos três anos, a produção de arroz caiu de 5.038.335 toneladas em 1995 para 4.180.674 toneladas em 1996 e para 4.091.570 toneladas em 1997. No mesmo período, a área colhida também foi reduzida de 988 mil hectares em 1995 para 833 mil hectares em 1996 e para 800 mil hectares no exercício findo, embora nas três últimas safras a produtividade física tenha se mantido em torno de 5 t/ha. Quanto ao trigo, a área colhida vem caindo permanentemente desde 1986, oportunidade em que se iniciou uma redução sistemática da produção como consequência da retirada do Estado da comercialização do produto. A recuperação ensaiada em 1996, quando a produção de trigo atingiu 1.029.595 toneladas, não se manteve no ano passado, e a quantidade produzida caiu para 656.001 toneladas. Na agenda dos produtores gaúchos, o cerne da discussão atual é a questão da validade do plantio do trigo no Estado, devido à inexistência de garantias quanto aos retornos financeiros obtidos na cultura do produto. Trata-se de um ponto crucial em jogo, porque há uma cadeia produtiva envolvendo a decisão que se estende da pesquisa à industrialização.

## **- A Pecuária**

Durante o exercício de 1997, a produção animal cresceu 1,7% no Rio Grande do Sul. Nos últimos 10 anos, o PIB da produção animal gaúcha havia crescido 2,7% ao ano entre 1985 e 1990 e evidenciado um incremento anual de 6,6% ao ano entre 1990 e 1995. Tendo em vista que em 1996 a pecuária cresceu a uma taxa excepcionalmente alta, de 17,1%, o resultado do exercício passado foi acanhado, porque incidiu sobre uma base muito elevada. Mesmo assim, o último ano caracterizou-se por variações significativas no abate dos principais segmentos da produção animal do Rio Grande do Sul. Em 1997, os abates de ovinos, bovinos e aves cresceram a taxas de 39,6%, 19,6% e 4,5 % respectivamente; de outro lado, o abate de suínos apresentou uma queda de 22,1%. Paralelamente, a produção de leite também cresceu intensamente no ano, com um incremento da ordem de 12,8%.

O crescimento do abate de ovinos, que foi o maior incremento entre os segmentos selecionados em 1997, explica-se pela incidência sobre uma base muito reduzida: de 328.377 ovinos abatidos em 1995, o volume de 1996 alcançou apenas 204.622 cabeças. Daí que as 284.404 cabeças abatidas em 1997, embora representem um avanço de 39,6% com relação ao ano anterior, são ainda inferiores ao volume correspondente de dois anos atrás. Há, de fato, uma tendência de queda no abate ovino, a partir dos anos 80, no Estado.

A retomada do abate bovino no Rio Grande do Sul fica evidente quando se observa que o volume de abates em 1997 foi de 1.702.485 cabeças, contra 1.151.190 unidades em 1995 e 1.432.213 cabeças em 1996. Não ocorreu nada semelhante ao patamar alcançado no último exercício desde o início da década passada.

Os números referentes à avicultura estiveram próximos daqueles ocorridos no ano anterior: o abate de aves cresceu apenas 4,5%, de 370.109.787 para 386.8814.649 cabeças entre 1996 e 1997, respectivamente. Uma observação atenta à série de abates de aves no Estado permite verificar que se abatiam 100 milhões de cabeças em 1980, 200 milhões de unidades em 1990, 300 milhões de cabeças em 1994 e que o número referente ao ano passado já esteve próximo de 400 milhões de unidades abatidas, ou seja, que o incremento de 100 milhões vem sendo acompanhado por uma redução cada vez maior no prazo tomado como base para abate do segmento aves.

A queda no abate de suínos, da ordem de 22,1%, foi a única redução a destacar no espectro formado junto aos segmentos selecionados da pecuária gaúcha em 1997. Mesmo que tenha havido uma recuperação do setor nos anos 90 - abatiam-se 1,9 milhão de cabeças em 1990 contra 2,7 milhões em 1997 -, os dados atuais representam um número ainda inferior aos 2,9 milhões de unidades já abatidas no Estado em 1980. Uma observação atenta aos procedimentos dos agentes econômicos do setor permite verificar que tem havido alguma diversificação de investimentos das empresas ligadas ao segmento de aves para a área de suínos. As oportunidades de novos mercados junto ao Velho Continente estão na pauta daqueles que têm modernizado os frigoríficos e inovado na utilização de material genético e também como consequência direta da erradicação da peste suína e da eliminação da febre aftosa no Estado.

Quanto à produção de leite, houve um recorde no Estado em 1997. Em 1995, a produção gaúcha de leite havia ultrapassado a barreira dos 2 bilhões de litros; esse volume manteve-se em 1996 e, agora, em 1997, foi de 2,27 bilhões de litros.

## 1.2 - A Indústria

O resultado mais expressivo do desempenho da economia gaúcha em 1997 ocorreu no âmbito do Setor Secundário, que cresceu à taxa de 10,5%, o mesmo resultado obtido pela indústria de transformação; nesse ano, a construção civil superou o comportamento setorial, crescendo a 13,4%, enquanto que os serviços industriais de utilidade pública e a extrativa mineral obtiveram taxas aquém do comportamento setorial, ou seja, de 7,0% e 5,7% respectivamente.

Em 1997, a indústria representou 35,41% do PIB gaúcho, cabendo à indústria de transformação uma parcela um pouco menor, 29,98% do Produto estadual. Essa participação do setor industrial no Produto global tem se mantido constante desde o início dos anos 80. Todavia, internamente à indústria, tem havido uma pequena alteração no perfil subsetorial: desde 1990, a indústria de transformação perdeu um ponto percentual no Produto da indústria, valor este que foi incorporado aos serviços industriais de utilidade pública; a construção civil e a extrativa mineral têm mantido suas participações no todo.

Um dos fatos mais marcantes da indústria no território gaúcho em 1997 foi o andamento das obras do complexo automotivo da General Motors no Município de Gravataí. Há todo um conjunto de empresas da cadeia produtiva com as atenções direcionadas ao futuro imediato do segmento, que veio para proporcionar um grande impacto na economia gaúcha. As decisões envolvendo a vinda das outras duas montadoras para o Rio Grande do Sul Ford em Guaíba e Navistar em Caxias do Sul, que, em conjunto com a GM, investirão em torno de US\$ 2 bilhões no Estado e a construção das fábricas de bebidas, de fumo e de pneus, dentre outras, estiveram entre os fatos que mereceram destaque no ano passado.

### - A Indústria de Transformação

O ano de 1997 foi excepcional para a indústria de transformação gaúcha. O crescimento de 10,5% obtido no ano foi o mais expressivo dentre todos aqueles alcançados pelas unidades da Federação que fazem parte da pesquisa promovida pelo IBGE.

O comportamento da indústria de transformação nos últimos 10 anos tem sido modesto: o subsetor decresceu, em média, 0,4% ao ano no período 1985-90; logo a seguir, entre 1990 e 1995, a taxa média de crescimento atingiu 2,8% ao ano. Em suma, de 1985 a 1995, a indústria de transformação do Rio Grande do Sul avançou a modestíssima taxa de 1,2% ao ano. Mantendo o padrão dos últimos anos, o comportamento desse indicador desde a introdução da nova moeda no País resumiu-se a duas quedas de 9,3% e de 0,7% no Produto do subsetor em 1995 e 1996, respectivamente. Face aos dados constantes nessa retrospectiva, pode-se avaliar o significado do incremento de 10,5% obtido pela indústria no ano passado. O Rio Grande do Sul sinalizou que a indústria pode estar iniciando uma nova fase de crescimento, que emergiu com a estabilidade monetária do Brasil.

Uma análise mais detalhada do impacto do crescimento industrial sobre a taxa global do PIB gaúcho evidencia que, do crescimento de 5,75% obtido pelo Estado, 3,37% tiveram origem na indústria e que 2,94% do total foram a contribuição da indústria de transformação. Em outras palavras, em 1997 a indústria foi responsável por mais da metade do desempenho da economia gaúcha.

Em nível de gênero industrial, os cinco melhores desempenhos que apresentaram as maiores contribuições à taxa de crescimento do PIB industrial gaúcho foram, pela ordem de impacto, as indústrias mecânica, do fumo, metalúrgica, de material elétrico e de comunicações e de material de transporte. Em conjunto, esses cinco gêneros industriais foram responsáveis por 82% do crescimento registrado pela indústria de transformação estadual em 1997. No outro extremo, encontram-se os gêneros que não acompanharam a média de crescimento do setor, entre os quais se encontram os vestuários, calçados e artefatos de tecidos, couros e peles, produtos de matérias plásticas e perfumarias, sabões e velas.

A indústria mecânica ocupou a liderança entre todos os gêneros industriais no Rio Grande do Sul, em 1997. Responsável, isoladamente, pelo significativo impacto de 1,31% sobre a taxa global do PIB estadual de 5,75%; quando acompanhado da metalurgia, o impacto acumulado dos dois gêneros sobre o PIB global cresce para 1,61%.

A propósito, o complexo metal-mecânico foi objeto de uma pesquisa recente da FEE, em que foi analisada a competitividade dos segmentos máquinas-ferramentas, autopeças e cutelaria. O primeiro segmento está voltado para a fabricação de bens de capital; o seguinte, para os bens intermediários; enquanto o último está direcionado para a produção de bens duráveis.

A pesquisa realizada constatou que o segmento de máquinas-ferramentas vem avançando em termos de capacidade tecnológica, embora os resultados obtidos pelas indústrias gaúchas ainda estejam aquém da atualização tecnológica dos equipamentos importados. Quanto ao setor de autopeças, verificou-se a existência de um processo de reestruturação das empresas locais, com destaque para medidas voltadas ao enxugamento de hierarquias, à redução de fornecedores e à introdução de novas técnicas organizacionais. Por fim, no âmbito da cutelaria, o aumento nos volumes exportados sinaliza o nível de competitividade alcançado por esse segmento industrial.

Entre os gêneros que tiveram um desempenho abaixo da média setorial em 1997 está aquele que inclui o segmento calçadista. Os pólos calçadistas, outrora tão prósperos, vivenciam o reflexo da nova conjuntura econômica, em que a globalização integra os mercados e afasta aqueles que deixaram de ser competitivos.

### **1.3 - O Setor Serviços**

O Setor serviços cresceu 3,9% ao ano em 1997. Trata-se de um resultado apreciável, porque essa taxa incidiu sobre aquele setor que detinha mais de 50% da renda estadual. Historicamente, os serviços vêm ganhando posição relativa na estrutura do Produto regional: em 1985, representavam 49,1% do PIB estadual; essa participação cresceu para 53,8% em 1990 e para 54,78% em 1995. Em 1997, o PIB do setor serviços atingiu R\$ 32.435.079.654,00, representando 54,87% do Produto Gaúcho, uma participação muito próxima daquela vigente em 1995.

A análise do Setor Terciário permite verificar que, em 1997, o comportamento dos serviços apresentou, nos subsetores comunicações e comércio, incrementos da ordem de 17,7% e 6,0% respectivamente. Considerando-se que a participação do subsetor comunicações ainda é bastante reduzida no Produto gaúcho, coube ao comércio a responsabilidade pelo resultado do ano passado. Ainda no setor serviços e no que diz

respeito à administração pública, entre os fatos mais importantes que mereceram destaque em 1997 estiveram as privatizações realizadas pelo Governo Estadual. O elevado ágio obtido na venda da CEEE, poucos dias antes do início da crise asiática, foi a iniciativa de maior vulto entre aquelas que tiveram origem na esfera pública estadual, no ano findo.

### **- O Comércio**

O comércio teve uma participação modesta no desempenho da economia gaúcha entre 1985 e 90, quando cresceu à taxa de 1,50% ao ano; posteriormente, já no período 1990-95, os avanços foram substanciais, com a taxa elevando-se para o patamar de 4,70% ao ano. No ano de 1997, a sua participação foi decisiva no comportamento da economia gaúcha, porque, além de participar com 15% do PIB gaúcho, em nível de subsetor o seu impacto de 0,6% na taxa global do PIB estadual somente foi superado pela indústria de transformação, face ao excepcional resultado da indústria mecânica no ano findo.

## **1.4 - As Relações com o Exterior**

Os dados divulgados pela FEE referentes às relações da economia gaúcha com o Exterior compreendem informações divulgadas até o mês de outubro de 1997. No último exercício, o Rio Grande do Sul manteve o terceiro lugar no ranking nacional dos estados exportadores, posição que já havia ocupado em 1996: as parcelas correspondentes à participação gaúcha no comércio externo brasileiro foram de 12,0% e 12,14% nos dois últimos anos.

### **- As Exportações**

Em 1997, as exportações gaúchas para o Exterior atingiram US\$ 5.401.679.604 FOB, representando um aumento de 12,4% sobre o ano anterior. Os Estados Unidos continuaram na posição de principal parceiro do Rio Grande do Sul, como destino de 23,68% das mercadorias enviadas pelo Estado ao Exterior. O fato de se manter na liderança como local de destino não impediu que houvesse uma redução na participação norte-americana no perfil das exportações estaduais em 1996, essa parcela era equivalente a 28,21% do total das remessas de bens ao mercado externo.

As duas posições seguintes, em termos de parcerias comerciais, representam a consolidação do quadro existente no ano anterior: a Argentina e a China que recebiam 8,71% e 5,62% das exportações gaúchas em 1996, passaram a representar parcelas maiores, quais sejam 10,13% e 6,80% respectivamente. A Alemanha, o Reino Unido, o Japão, a Espanha e a Itália, na Europa, e o Paraguai e o Uruguai, no MERCOSUL, complementaram a lista dos principais portos de destino das mercadorias produzidas no Rio Grande do Sul. Nas relações comerciais do Estado com os países que constituem este último grupo, o único fato que merece registro especial está associado a uma queda de 22,2% nas exportações gaúchas para a Itália.

Em termos de produtos exportados, em 1997 a liderança da pauta gaúcha ficou com "outros calçados de couro natural" representando um total de US\$ 829.773.546. O fato de manter-se na primeira posição entre as mercadorias exportadas não impediu que houvesse uma queda de 4,8% no valor exportado no último exercício, quando comparado ao do mesmo período do ano anterior.

Para concretizar esse novo cenário no contexto regional, foi necessário contar com a participação de uma aliança de natureza política, construída a partir de um conjunto de pressupostos em torno de um diagnóstico adequado. A parceria entre o setor privado e a esfera pública viabilizou um elenco de iniciativas condizentes com o momento atual. Era fundamental considerar as imensas transformações postas em prática na nova ordem econômica internacional e, da mesma forma, priorizar medidas seletivas que levassem à harmonização das propostas locais com o ambiente externo. O resultado começou a aparecer com a atração de numerosos investimentos para o Estado, e a nova situação consolidou-se com a divulgação dos dados referentes ao exercício de 1997.

O ano que findou deixou um saldo positivo de um incremento de 5,7% no PIB gaúcho. A excepcionalidade do comportamento da indústria não encontrou semelhante em período recente; no setor serviços, o comércio tornou a crescer, dando um impacto significativo na taxa global do PIB estadual; a agricultura, sujeita às limitações climáticas e à necessidade de adequar-se à nova realidade, superou toda a ordem de restrições e também deixou um saldo extremamente positivo, ao apresentar uma taxa de crescimento de 2,3% em 1997. Por fim, a manutenção de uma terceira posição entre os estados exportadores no ranking nacional mostrou o reconhecimento do consumidor da qualidade e da competitividade do produto elaborado no Estado.

Em 1997, certamente o Rio Grande do Sul começou a consolidar uma nova imagem. Aqui, no sul do País, o observador atento vê delinearem-se os contornos de uma nova estampa daquela que deverá permanecer para o futuro como a mais digna representante de uma sociedade que não aceitou permanecer no ostracismo, que ousou buscar um novo caminho e que partiu, de forma decisiva, para a construção de uma nova sociedade.

O século XXI está aí, com novos desafios, a exigir transparência no processo decisório e criatividade na busca de soluções para os problemas que afetam as comunidades. É preciso estar atento aos desdobramentos da conjuntura internacional, ao esforço do ajuste nacional e, antes de tudo à imperiosa necessidade de antever oportunidades de negócios, para que o crescimento econômico e a absorção de mão-de-obra integrem o Estado ao novo cenário global.

Enfim, um Estado de Todos implica uma economia moderna, como a que está sendo reestruturada progressivamente no Rio Grande do Sul. Exige um esforço apreciável, um empenho notável, mas a convicção de que os resultados estão chegando e de que os benefícios vão atingindo a grande maioria da população gaúcha reforça o propósito de que a dimensão do obstáculo não deve tolher a grandeza do objetivo.

## **2 - AS PRINCIPAIS AÇÕES GOVERNAMENTAIS**

O Governo está liderando uma profunda transformação no Rio Grande do Sul, transformação que não se restringe à área governamental, mas que se espraia pela economia e pela sociedade gaúcha, produzindo alterações profundas na base econômica da formação social rio-grandense e nas coordenadas básicas da cultura política do Estado.

Esta ação transformadora começou pelo chamado Programa de Reforma do Estado, em cujo âmbito foram tomadas providências de racionalização administrativa e, mais importantemente, de concessões de serviços públicos e de privatização de empresas estatais, notadamente a CRT e a CEEE.

O projeto de modernização da sociedade e da economia rio-grandense não se deteve, porém, nestas ações, uma vez que a agenda reformista tem estado a serviço de um projeto amplo de recuperação das redes de infra-estrutura do Estado e de alteração da própria estrutura produtiva da economia rio-grandense.

Com efeito, nas áreas rodoviária, portuária, das telecomunicações, do saneamento básico, na área, enfim, de energia, o Governo vem desenvolvendo um amplo programa de investimentos destinado a recuperar a infra-estrutura estadual, programa este financiado com recursos próprios, inclusive os provenientes das privatizações, com recursos captados junto às agências internacionais de fomento e com recursos da iniciativa privada.

Por outro lado, e provavelmente mais importante do que todo o resto, o Governo empreendeu uma intensa, agressiva e extraordinariamente exitosa ação de atração de investimentos e capitais, cujos resultados mais expressivos foram as decisões da GM e da Ford de virem a localizar no Estado as novas plantas de produção de automóveis que pretendiam construir e instalar no país.

Dentro desse quadro geral, o Rio Grande do Sul adotou inúmeras medidas com vistas ao desenvolvimento e à eliminação dos efeitos da crise financeira enfrentada pelos estados brasileiros, dando início a um decisivo período de transição e ajuste em direção ao equilíbrio dinâmico das contas públicas, sendo que a preocupação prioritária voltou-se para as grandes linhas orientadoras da ação de governo: atração de novos investimentos; procura de parcerias com a iniciativa privada; abertura de uma linha de negociação permanente com as agências multilaterais de financiamento, de modo a assegurar a realização de grandes projetos de investimento; preservação e melhoria dos avanços sociais que fizeram com que o Rio Grande do Sul fosse recentemente considerado pelas Nações Unidas como o estado brasileiro de melhor qualidade de vida dentre todas as unidades da federação brasileira.

O desdobramento dessas estratégias, no ano de 1997, conduziu a atuação do Executivo, podendo ser verificada nas principais ações governamentais a seguir descritas.

## **2.1 - Atração de Novos Investimentos**

Após a análise detalhada do desempenho da economia gaúcha no ano de 1997, verifica-se que seu crescimento recente já responde, em parte, ao impacto do desenvolvimento industrial proporcionado, principalmente, pela política estadual de atração de novos investimentos.

Entre os investimentos importantes para o Rio Grande do Sul, definidos em 1997, merecem destaque os da Montadora de Automóveis Ford, da Souza Cruz, da GM, da Duplicação do Pólo Petroquímico, da Coca-Cola, da Brahma e da Navistar, entre outros. O investimento da Navistar/Agrale viabilizará a instalação de uma montadora de caminhões na cidade de Caxias do Sul.

O significativo potencial de criação de postos de trabalho, proporcionado pelo conjunto dos novos investimentos, responde a uma das principais preocupações desse Governo.

### **- Montadora**

Na atenção especial que o Governo vem dando à atração de novos investimentos, destaca-se, como resultado, a instalação no Estado da nova fábrica da Ford, que virá acompanhada de oito a 12 empresas-chave.

O investimento global com a vinda da montadora superará US\$ 1 bilhão e abrirá cerca de 1,5 mil empregos no Complexo, 3 mil empregos diretos e outros 7 a 8 mil empregos indiretos.

O protocolo de intenções celebrado entre o Governo do Estado e a Ford, em outubro passado, define para o Estado o compromisso de doar o terreno onde será instalado o Complexo Ford e dotá-lo de infra-estrutura; o gerenciamento, junto ao BNDES, de financiamento equivalente a US\$ 700 milhões para a Ford e a garantia de que os encargos máximos oriundos desta operação não ultrapassem 6% ao ano. Além desses compromissos, ao Estado compete conceder financiamento de capital de giro, em troca de vendas de veículos e peças produzidas ou importadas; obter aprovação e autorizações necessárias ao cumprimento do protocolo junto ao Poder Legislativo e outras esferas públicas; permitir o aproveitamento de créditos de ICMS incidentes sobre a aquisição de máquinas e equipamentos, conforme previsto em lei; buscar adesão do município que sediará o Complexo e disponibilizar terminais portuários, marítimo e fluvial, a serem usados pela Ford.

Caberá à Ford, por sua vez, iniciar as atividades da unidade industrial em um prazo de 48 meses, a contar do recebimento do terreno, e produzir 100 mil veículos por ano, incorporar tecnologia industrial avançada, desenvolvida pela empresa em nível mundial, à unidade e aos produtos a serem nela fabricados, implantar laboratórios de desenvolvimento automotivo de última geração, integrada à rede mundial da Ford, para operar em conjunto com as universidades e centros de pesquisa de desenvolvimento gaúchos, assim como preocupar-se com a preservação ambiental.

### **- Duplicação do Pólo Petroquímico**

A ampliação do Pólo Petroquímico, com investimento de US\$ 1,5 bilhão, permitirá a duplicação da produção que, atualmente, é da ordem de 1,1 milhão de toneladas por ano, a partir de 1999. Para viabilizar a implementação dos investimentos foi lançado um programa de incentivos fiscais para os setores químico e petroquímico.

### **- Grandes Projetos Industriais em Andamento**

A situação econômica do Rio Grande do Sul, face aos novos investimentos públicos e privados, que atingem cerca de US\$ 15 bilhões, vem apresentando significativas transformações. A seguir elencamos os principais projetos negociados e definidos durante o ano de 1997, para cuja efetivação houve decidido gerenciamento do Governo junto ao Setor Privado.

### ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS

INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS	SETOR/PROJETO	EMPREGOS PREVISTOS	VALOR PREVISTO R\$ milhões
Complexo Ford Região Metropolitana	montadora de automóveis instalação	1.500	1.000
Souza Cruz/Cachoeirinha	produção de cigarros/nova unidade	2.300	860
Copesul Triunfo	petroquímica-1ª geração/duplicação da central de matérias primas	200	680
Complexo General Motors Gravataí	montadora de automóveis instalação	2.000	600
Refinaria Alberto Pasqualini	refino de petróleo duplicação	300	600
Casa Blanca Forest Rio Grande	agroindústria - madeira instalação	1.500	216
Grupo Gerdau Charqueadas/Sapucaia do Sul	Siderúrgica Rio-grandense e Aços Finos Piratini - ampliação	700	190
OPP Triunfo	petroquímica - 2º geração duas plantas	148	300
Ipiranga Petroquímica Triunfo	petroquímica - 2º geração ampliação e nova planta	100	215
Pirelli/Gravataí	pneus/ampliação	700	170
Petroquímica Triunfo Triunfo	petroquímica - 2º geração três plantas, duplicação	50	130
SLC/ John Deere Horizontina	implementos agrícolas nova unidade	616	70
Agrale / Navistar Caxias do Sul	montadora de caminhões instalação	1.000	60
Elegê Santa Rosa e Alto Jacuí	laticínios nova unidade	660	55
Borrachas Vipal Nova Prata	pneumáticos ampliação - 2º projeto	534	51
Coca-Cola/Porto Alegre	bebidas/nova unidade	750	49
Universal Leaf Tabacos Santa Cruz do Sul	agroindústria - processamento de fumo/nova unidade	575	42
Frangosul Montenegro	agroindústria- avicultura produção de matrizes	500	32
Perdigão Marau	agroindústria - rações ampliação- 2º projeto	748	30
Azaléia/Novo Hamburgo	calçados/nova unidade	2.000	24
Dakota Calçados /Nova Petrópolis	calçados nova unidade	570	21
Avipal Porto Alegre / Lajeado	avicultura ampliação	600	17

## **- Rede de Agentes Governamentais de apoio à Atração de Investimentos e o Programa de Agentes de Desenvolvimento**

Os mecanismos ligados ao desenvolvimento, Rede de Agentes e o Programa "Agentes de Desenvolvimento", foram criados através dos Decretos n.º 37.443 de 22 de maio de 1997 e n.º 37.438 de 16 de maio de 1997, respectivamente.

Considerando o interesse governamental na disponibilização de informações que subsidiassem o processo de desenvolvimento econômico, apoiando o trabalho desenvolvido pela Agência de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul AD-RS, o Programa "Agentes de Desenvolvimento" foi criado para estimular o desenvolvimento, através de ações no âmbito dos municípios, que facilitem o acesso a informações e propiciem apoio às empresas e empreendedores, com especial atenção às microempresas e empresas de pequeno porte.

## **2.2 - Programa de Reforma do Estado**

O Programa de Reforma do Estado prevê ações agrupadas em três grandes conjuntos: reforma patrimonial, modernização e racionalização da administração pública e providências fiscais e financeiras, envolvendo grandes áreas de atuação como obras e saneamento, transportes, energia, telecomunicações, patrimônio mobiliário e imobiliário.

### **- Reforma Patrimonial**

A reforma patrimonial contempla a implantação de um amplo projeto de desestatização de empresas públicas destinado a ampliar a participação do setor privado e de permitir ao Estado exercer com recursos e eficácia suas funções essenciais. Em continuidade a esse processo, no ano que passou, as ações desenvolvidas foram voltadas à alienação de participações societárias, venda de empresas, concessão de serviços públicos de infra-estrutura e racionalização do Sistema Financeiro Estadual.

*Companhia União de Seguros Gerais* - A Companhia União de Seguros Gerais teve estabelecidas as regras para a alienação de ações ordinárias de seu capital social. Neste sentido, no ano de 1997, foram leiloadas 68.302.811 ações ordinárias, equivalendo a 71% do capital votante, a um preço mínimo de R\$ 33,6 milhões, cujo vencedor foi o Bradesco Seguros S/A com uma oferta de R\$ 50,1 milhões, representando um ágio de 48,8%.

*Companhia Rio-grandense de Telecomunicações* - Foi autorizada, pela Assembleia Legislativa, a alienação integral da participação acionária do Estado do Rio Grande do Sul na Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, mediante a Lei n.º 11.004, de 19 de agosto de 1997.

Observe-se que a CRT conheceu grandes transformações no ano que passou, a partir de um investimento de aproximadamente de R\$ 883 milhões, realizado pelo Consórcio que adquiriu, no final de 1996, 35% do capital votante dessa Companhia, o que permitiu o avanço na universalização dos serviços: telefonia convencional, móvel celular e pública.

*CEEE e CRM* - O procedimento licitatório foi lançado, em janeiro de 1997, buscando a contratação de serviços de implantação e consolidação da reestruturação societária e patrimonial da CEEE e da CRM. Em outubro do ano de 1997, a venda da

participação acionária da Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica obteve uma oferta na ordem de R\$ 3,14 bilhões, com um ágio de 82,62% sobre o preço mínimo de venda. A participação foi adquirida pelo consórcio Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa/ Community Energy Alternatives. Além disso, foi negociada a Companhia Centro-Oeste de distribuição de energia por R\$ 1,51 bilhão, obtendo ágio de 93,44% sobre o preço mínimo de venda. A Companhia foi adquirida pelo consórcio AES Corporation, operadora norte-americana de energia.

Quanto à reestruturação societária da CRM, está em andamento a avaliação econômica da empresa e a alienação de suas ações prevista para março de 1998.

*PROCEERGS, CORAG e CIEL* - Em relação a essas empresas foi realizado um primeiro processo licitatório não tendo havido proponentes habilitados. O processo foi considerado deserto. Assim sendo, houve a necessidade de relançamento do instrumento convocatório com vistas a promover a realização de serviços de avaliação econômico-financeiro e alienação das ações destas empresas. De outro lado, no que concerne à CIEL, face à permissibilidade legal para contratar diretamente através de dispensa de licitação, estão sendo mantidos contatos com empresas especializadas objetivando a contratação para a realização daqueles serviços. Estão previstos, para o ano de 1998, o lançamento dos editais e a conseqüente alienação de suas ações.

*Armazéns Gerais* - Buscando a transferência do controle acionário do BANRISUL - ARMAZENS GERAIS foi realizado o processo de abertura de seu capital junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários; concomitantemente, houve a definição da modelagem jurídica para a transferência de suas ações.

*Centrais de Abastecimento do Estado do Rio Grande do Sul* - As Centrais estão sendo regionalizadas no interior do Estado, mediante sua transferência às Prefeituras de cada região, através de Contratos de Comodato de 20 anos.

*Companhia Rio-grandense de Saneamento* - Objetivando a alienação de até 49% das ações da Companhia, foi realizada a parte final dos estudos com vistas ao processo licitatório.

## **- Concessões**

O Governo do Estado vem estruturando o Programa de Concessões, especialmente no que tange à normatização de procedimentos jurídicos. Os procedimentos adotados visam incentivar a participação da iniciativa privada na execução dos serviços públicos sem descuidar dos aspectos legais, técnicos e estratégicos.

Como resultado do exposto, o Governo Estadual concedeu a exploração e operação de serviços, conservação, manutenção, melhoramentos e ampliação de vários trechos de rodovias estaduais. Em setembro foi anunciada a privatização de 45% da malha rodoviária pavimentada do Estado e o processo licitatório dos nove pólos para construção de pedágios, sendo que desses cinco foram concluídos.

As concessionárias irão definir, juntamente com a Secretaria dos Transportes, a tecnologia a ser adotada e que deverá padronizar os serviços. Caberá, ainda, às empresas, a recuperação das rodovias, a sinalização horizontal, a vertical e a instalação de telefones, além da prestação de socorro médico e mecânico.

O Governo pretende, com o Programa Estadual de Concessão Rodoviária, repassar à iniciativa privada 2.748 km de trechos estaduais e federais, por 15 anos. Após este período as rodovias deverão ser devolvidas ao Estado. A cobrança de pedágio somente será autorizada se as concessionárias cumprirem todas as exigências do contrato.

No que tange à área portuária, já foram privatizados, no ano que passou, três terminais do Porto de Rio Grande: o Pier Petroleiro, Terminal de Contêineres e o Terminal de Trigo e Soja, cujos investimentos serão da ordem de R\$ 85,1 milhões. Os serviços de capatazia do Porto, em abril, foram entregues à iniciativa privada, determinando assim o fim da intervenção estatal nas operações portuárias marítimas do Estado. O modelo adotado de concessão prevê um prazo de 25 anos, renováveis por igual período.

### **- Reestruturação do Sistema Financeiro Estadual**

Em 27 de maio de 1997, foi aprovada a Lei Estadual nº 10.959, que autoriza o Governo do Estado a transformar a autarquia Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul em sociedade anônima de economia mista e a promover a reestruturação do Sistema Financeiro Público Estadual, adequando-o às medidas constantes no Protocolo de Intenções firmado com a União Federal, em 20 de março de 1997.

Em sua configuração final o Sistema Financeiro Público Estadual, *stricto sensu*, será formado apenas por um banco múltiplo, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., e por uma agência de fomento, voltada ao desenvolvimento econômico e social do Estado, a Caixa Estadual S.A - Agência de Desenvolvimento e que será implementada, conforme a Lei Estadual supracitada, a partir da transformação da Caixa Econômica Estadual do Rio Grande do Sul.

## **2.3.- Participação do Estado na Expansão da Atividade Econômica**

A participação do Estado na expansão da atividade econômica está voltada, principalmente, para um amplo programa de recuperação da infra-estrutura, coadjuvante essencial para a atração de novos investimentos industriais.

### **PROVISÃO PARA A INFRA-ESTRUTURA**

Ante a necessidade de recuperar a infra-estrutura gaúcha foram priorizados investimentos para pavimentação, telefonia, infra-estrutura portuária, energia e saneamento.

#### **- Pró-Guaíba**

Foi dado prosseguimento às ações do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba - Pró-Guaíba, ações estas voltadas para o desenvolvimento racional dos recursos naturais da Bacia Hidrográfica do Guaíba e recuperação da qualidade ambiental nas áreas urbanas, tendo sido dispendido, no ano que passou, cerca de R\$ 48,5 milhões.

Integram este Programa, além de órgãos estaduais como a Secretaria da Coordenação e Planejamento, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, Secretaria da Educação, Fundação Zoobotânica, FEPAM, METROPLAN e CORSAN, órgãos municipais, como o DMAE e o DMLU.

As obras realizadas nas redes de coleta e tratamento de esgotos domésticos na Região Metropolitana, as das estações de bombeamento e tratamento, assim como as obras nos Parques e Reservas, destacam a atuação do Pró-Guaíba em 1997.

### **- Programa de Construção de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul**

O Governo do Estado obteve autorização legislativa, expressa na Lei nº 10.912, de 03 de janeiro de 1997, com vistas a contratar operações de crédito externo e abrir créditos adicionais até o valor equivalente a US\$ 230 milhões para o financiamento de parte do Programa de Construção de Rodovias do Estado do Rio Grande do Sul. O Programa prevê a construção de 900 km de rodovias pavimentadas. Parte dos recursos, US\$ 150 milhões será financiada pelo BID, US\$ 75 milhões pelo EXIMBANK-Japão e o restante pelo Governo do Estado.

Foi encaminhada proposta do Poder Executivo para a criação do Fundo de Reaparelhamento do Estado "Estradas do Sul". A aplicação dos recursos do Fundo pressupõe a contrapartida dos municípios onde estiverem localizadas as estradas nos termos de convênio, com finalidade de auxiliar na construção e manutenção de estradas, bem como implementar e conservar os necessários acessos e obras complementares às vias estaduais. Os recursos serão destinados a corredores de exportação em direção aos países do MERCOSUL e prevê um acréscimo de 20% a malha rodoviária que totaliza atualmente 5.000km.

A estratégia adotada é de ocupar dois vazios no mapa estadual - A Região Sul e a Região Nordeste, e integrá-los a estradas já existentes para facilitar o acesso ao Porto do Rio Grande.

### **- Parceria no setor de transportes aéreos**

A retomada das obras de ampliação do Aeroporto Salgado Filho constitui-se em uma das grandes medidas adotadas na área de transportes aéreos. As obras enquadrarão o Aeroporto em um padrão internacional. Para tanto, está previsto um aumento de pista para 2.800 m e redução pela metade da visibilidade mínima e do teto mínimo para decolagem, além de uma pista livre para táxis-aéreos e jatinhos. Os investimentos previstos são da ordem de R\$ 25 milhões, dos quais o Estado e a União responsabilizar-se-ão, cada um, por 25% do valor.

### **- Programa Integrado de Melhoria Social - PIMES**

O Programa Integrado de Melhoria Social, instituído na década passada, consolidou no Estado um fundo rotativo de financiamento para investimentos em infraestrutura urbana e social pelos municípios do Rio Grande do Sul.

O Programa visa atender as populações mais carentes dos municípios gaúchos em infra-estrutura urbana e saneamento, e propiciar à Cia. Estadual de Saneamento e as Cias. Municipais Autônomas os investimentos necessários à área de saneamento básico. O PIMES propõe-se, ainda, a proporcionar o aumento da eficiência e eficácia da ação do Setor Público na implementação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Institucional, Social e Urbano.

A Carteira, atualmente, apresenta 195 operações, num total contratado de US\$ 234 milhões, tendo como estimativa para o décimo ano, recursos da ordem de US\$ 250 milhões, e para o décimo quinto ano, recursos da ordem de US\$ 360 milhões.

Especificamente, o PIMES destina-se à promoção do desenvolvimento urbano, social e institucional dos municípios gaúchos, mediante o apoio técnico, financeiro e intervenções nas administrações municipais e estadual. A relação de investimentos elegíveis, nas linhas de intervenção, conta com 10,5% destinados a Desenvolvimento Institucional, 34,5% para a Infra-estrutura Urbana, 3,8% para Equipamentos Comunitários, 47,4% para Saneamento e Meio Ambiente e 3,8% para Habitação.

O PIMES, como Programa de Melhoria Social, promoveu a implantação de um Projeto Piloto Habitacional, investimento com localização fora das zonas de risco, porém com sub-habitações marginais existentes em área irregular, com possibilidade de aproveitamento de infra-estrutura local, de forma a não onerar mais o Município e evitar o reassentamento da população favelada. Esse Projeto é destinado a municípios com mais de 50.000 habitantes na zona urbana e beneficiará famílias com renda familiar oscilando entre um a cinco salários-mínimos

## **APOIO A ATIVIDADES PRODUTIVAS**

### **- A Caixa Estadual S.a - Agência de Desenvolvimento**

É intenção do Governo que a Caixa Estadual S.A - Agência de Desenvolvimento venha a desempenhar um papel estratégico na promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado, atuando, *inter alia*, mediante as seguintes macro linhas de ação:

- concessão de créditos de longo prazo para projetos de investimento nas áreas industrial, agrícola, de serviços e de infra-estrutura;

- direcionamento do crédito a prioridades de investimento de caráter setorial, subsetorial e regional, definidas em vista (i) das necessidades de incremento da competitividade da economia regional, (ii) do interesse de garantir o aproveitamento otimizado das vantagens comparativas, naturais e adquiridas, do ambiente econômico rio-grandense, bem como, (iii) do compromisso com o equilíbrio interregional do desenvolvimento estadual;

- apoio financeiro às atividades de atração de investimentos a serem implantadas pelo Governo Estadual.

Tal Agência irá centralizar todas as ações de fomento e operações de financiamento e promoção de investimentos no Estado.

### **- Desenvolvimento da Metade Sul do Estado**

As principais características sócio-econômicas que definem os limites geográficos da Região Sul do Estado são a formação histórica relativamente homogênea, ligada à grande propriedade, ao charque e ao predomínio da pecuária, e o reduzido dinamismo econômico que conheceu ao longo das últimas décadas. A Metade Sul tem

também se caracterizado pela incapacidade de sustentar um processo contínuo e diversificado de industrialização. Tais características levaram a que a participação da Metade Sul na população do Estado fosse reduzida pela metade, ao longo do século.

O Governo do Estado, preocupado em atenuar os desequilíbrios regionais, está decidido a contribuir para o rompimento desse quadro, mediante a elaboração e implementação de um plano estratégico de desenvolvimento da Metade Sul, com a clara definição de programas, projetos e atividades cuja implementação, sob forma de novos investimentos, principalmente privados, signifique geração de renda, produto e emprego.

#### **- Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado**

No Setor Primário, ainda, foi criado o Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura do Estado - FUNDOVITIS, através da Lei nº 10.989 de 13 de agosto de 1997, com o qual foram estabelecidas normas para fomentar a quantidade e a qualidade da produção, circulação e comercialização da uva, do vinho e derivados. O Fundo deverá custear e financiar as ações, projetos e programas da Política de Desenvolvimento da Vitivinicultura Estadual voltados à promoção do crescimento, competitividade do setor e de sua viabilidade técnica e econômica

#### **- Qualidade**

O Programa Selo de Qualidade RS, instituído no terceiro trimestre de 1997 mediante o Decreto nº 37.832, objetiva identificar e diferenciar, para os consumidores, os bens produzidos e os serviços prestados no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que esses satisfizerem ou superarem as exigências definidas em regulamento.

No que diz respeito à qualidade no Setor Público, foi instituído mediante o Decreto nº 37.508, de 25 de junho de 1997, o Prêmio Qualidade na Administração Pública, destinado tanto a Órgãos e Entidades quanto a Servidores da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado que vierem a se destacar na condução de suas atividades através da incorporação de novas técnicas de gestão.

#### **- Câmaras Setoriais**

No sentido de dar continuidade ao trabalho de buscar a integração e mútua colaboração entre o Governo Estadual e a iniciativa privada, foram criadas as Câmaras das Micro e Pequenas Empresas, da Cadeia Produtiva da Erva-Mate, da Base Florestal e Moveleira, de Alimentos Industrializados e Materiais Recicláveis.

As câmaras setoriais destinam-se a reunir a cadeia produtiva dos principais setores econômicos do Estado para traçar políticas e estratégias de ação para o desenvolvimento desses setores.

Objetivando otimizar o seu funcionamento, as Câmaras Setoriais Metal-Mecânica, Material Elétrico e Máquinas e Implementos Agrícolas foram unificadas, sendo que, com o mesmo objetivo, a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Lã foi substituída pela Câmara Setorial da Ovinicultura.

## **2.4 - A Busca do Equilíbrio das Finanças Públicas**

A ação de governo, no que tange às finanças públicas, vem sendo pautada pela busca do equilíbrio das contas. Para tanto, estão sendo desenvolvidas diversas ações voltadas à captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros, além da ampliação de sua receita patrimonial decorrente do programa de privatizações.

### ***- Programa Estadual de Captação de Recursos Internacionais***

Objetivando imprimir equilíbrio às contas públicas e proporcionar condições de incrementar o investimento, o Governo do Estado instituiu o Programa Estadual de Captação de Recursos Internacionais que prevê a captação de US\$ 800 milhões, destinados a financiar parte da dívida mobiliária e dos gastos do Governo no período de ajuste. Essa opção justifica-se pelas condições favoráveis de prazo e juros do mercado internacional.

### ***- Controle de Repasse de Recursos a Municípios***

Pretendendo controlar e padronizar o repasse de recursos a municípios, o Governo do Estado determinou que o repasse de verbas estaduais, assim como a celebração de convênios, protocolos de intenções, concessões, acordos para a realização de obras e serviços e todos os procedimentos congêneres ou assemelhados, entre órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Municípios do Estado, deverão ser encaminhados previamente à Secretaria da Fazenda que os instruirá em relação às pendências e às condições necessárias a sua execução.

### ***- Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração***

No tocante ao aumento da Receita Pública, foi dado prosseguimento ao Plano Básico de Ações de Mútua Colaboração. Esse Plano, executado através do Programa "Paguei Quero Nota" e do Projeto "Mãos Dadas", se caracteriza por estabelecer uma relação de parceria entre o Estado e os Municípios e por ser voltado para o combate à sonegação e ao conseqüente incremento da receita tributária dos parceiros.

O repasse aos municípios do Rio Grande do Sul, no exercício de 1997, consoante pontuação de cada um, foi cerca de R\$ 11,9 milhões.

### ***- Alteração da Secretaria da Fazenda***

Por determinação governamental foi reestruturada a Secretaria da Fazenda, mediante o Decreto n.º 37.297, de 13 de março de 1997, com o intuito de eliminar as deficiências existentes tanto na área de arrecadação quanto na de fiscalização.

A nova estrutura busca evitar duplicidades de atuação na área fazendária, bem como maior eficácia da arrecadação e da despesa. Atrelada à reestruturação do órgão está a proposta de melhorar a máquina arrecadadora mediante a implantação de um projeto de informatização e de comunicação, que permitirá a inscrição automática de devedores em dívida ativa.

## 2.5 - Combate à Exclusão Social

O Rio Grande do Sul foi recentemente classificado pelas Nações Unidas como o estado brasileiro que apresenta melhor qualidade de vida. Visando a que tal classificação seja mantida foram implantadas diversas ações na área social.

### - Educação

A Secretaria da Educação, órgão da administração direta estadual incumbido da área de educação no Estado, passou, a partir da vigência da Lei n.º 11.005, de 19 de agosto de 1997, a ter a seguinte área de competência: educação básica, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, assistência ao educando, relacionamento com instituições de ensino superior, relacionamento com a comunidade escolar e esporte amador. A alteração promovida busca ampliar o relacionamento com a comunidade escolar que, quando da definição das competências institucionais do órgão, em janeiro de 1995, havia ficado restrito ao relacionamento apenas com entidades estudantis.

A atual gestão definiu, através do Decreto n.º 37.144, de 03 de janeiro de 1997, o número mínimo de duzentos dias letivos, ou seja, de efetivo trabalho escolar para o ano de 1997, sendo que a educação básica, nos níveis fundamental e médio, deverá cumprir a carga horária mínima anual de oitocentas horas, excluído o tempo reservado aos exames finais. Foram também estabelecidos oito dias destinados a jornadas pedagógicas.

No que concerne à segurança nas escolas, o Governo do Estado, através da Lei n.º 10.916, de 03 de janeiro de 1997, instituiu a Gratificação Especial de Retorno à Atividade para os servidores policiais militares inativos, integrantes do Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos. A gratificação destina-se à promoção da segurança pública nas escolas mediante o retorno de servidores policiais militares inativos que deverão ter atuação exclusiva no policiamento de escolas públicas estaduais e escolas especiais mantidas e/ou administradas pelas entidades que prestam atendimento e assistência às pessoas portadoras de deficiências.

Além da estruturação voltada para o desenvolvimento do ensino no Estado do Rio Grande do Sul, a Lei n.º 11.005/97 instituiu o Fundo Especial de Educação – FEDUC e o Fórum de Educação.

O Fundo tem por finalidade receber e administrar recursos econômico-financeiros voltados ao custeio, parcial ou total, dos encargos do Estado decorrentes do pagamento de remuneração aos integrantes do Magistério Público Estadual.

Os servidores integrantes do Plano de Carreira do Magistério Público Estadual, bem como os contratados e extranumerários, não poderão receber remuneração inferior a R\$ 250,00, para o regime de vinte horas semanais, R\$ 375,00 para o regime horário de 30 horas e R\$ 500,00 para o de quarenta horas semanais, excluídas as vantagens decorrentes de tempo de serviço.

Por sua vez o Fórum de Educação surgiu como última instância de consulta e de relacionamento com a sociedade na área de Educação. Ao Fórum competirá analisar e realizar estudos e propostas referentes às diretrizes e prioridades para a formulação da política estadual de educação, na perspectiva da valorização do ensino público.

## **Piá 2000**

O Programa Piá 2000 vem trabalhando a proposta de “Justiça Instantânea” para os adolescentes infratores, num modelo único no país. Hoje, em Porto Alegre, o adolescente infrator não espera mais que um dia para conhecer a sentença. O comum é decorrerem somente duas horas entre o registro da ocorrência do ato infracional e a sentença prolatada pelo juiz.

Foi lançado, em 24 de setembro de 1997, o curso de Capacitação Profissional e Renda familiar do Piá 2000, em São Leopoldo. Primeiramente, foram vinte e cinco adolescentes, com idade mínima de 14 anos e seus familiares, que participaram do curso de padeiro e confeitoiro, curso de modelagem básica, corte e costura e curso de pintor predial.

Foram identificados, já no lançamento desta proposta de capacitação profissional, a existência de 1589 adolescentes carentes que necessitam de algum tipo de profissionalização.

As famílias que participarem desse curso de capacitação receberão, também, um auxílio mensal de um salário mínimo, desde que todos venham a freqüentar as salas de aulas, pois verificou-se existir pelo menos um analfabeto em 80% dessas famílias.

Além da complementação de renda, da alfabetização e dos cursos, o Programa prevê acompanhamento das gestantes de cada família. Ao todo são 44 municípios atendidos pelo Programa.

Propõe-se, ainda, o Governo do Estado, em parceria com a UNICEF, desenvolver projeto destinado à diminuição dos índices de mortalidade infantil, por meio da distribuição de alimentos e de ajuda financeira mensal. Serão beneficiados com este projeto os municípios da Grande Porto Alegre, onde o problema é mais concentrado.

No início de novembro foram criadas as primeiras escolas do Projeto Pescar, depois de celebrado convênio com o Piá 2000. O Projeto Pescar, criado há 21 anos, oferece formação profissional para jovens carentes, desprovidos de condições financeiras, para custear qualquer curso profissionalizante. Nesse ano que passou mais de 300 jovens já foram beneficiados com o Projeto.

## **- Pró-Rural 2000**

O Governo do Estado instituiu, mediante o Decreto n.º 37.382, de 28 de abril de 1997, a estruturação do Programa Pró-Rural 2000- Programa para Conservação de Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural com vistas a incentivar a geração de renda e a promoção social.

O Programa, financiado pelo BIRD em US\$ 208 milhões, foi instituído face ao alto grau de pobreza e desassistência que caracterizam significativa parcela da população rural do Estado e pela importância sócio-econômica do setor primário, tanto na geração de empregos diretos e indiretos, como no efeito multiplicador da renda nos municípios do interior. Configuram, ainda, como pressupostos que nortearão a implantação do Programa, o acirramento concorrencial com sistemas produtivos diversificados e economicamente eficientes no Mercosul, a necessidade de estimular os investimentos e empreendimentos de interesse das comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres do Estado, a relevância

dos recursos naturais e sua conservação e a necessidade de adoção de uma avançada política agrícola no Estado.

## **2.6 - Política de Pessoal**

Inúmeras medidas foram tomadas no sentido de melhorar a situação salarial dos servidores públicos menos favorecidos.

Mediante a Lei Complementar n.º 11.000, de 18 de agosto de 1997, os servidores integrantes dos quadros policiais, assim como os do Instituto Geral de Perícias e da Superintendência dos Serviços Penitenciários que morrerem ou ficarem permanentemente inválidos, em virtude de ferimento sofrido em ação ou de enfermidade contraída nessa circunstância ou que nela tenha causa eficiente, e em decorrência de agressão sofrida e não provocada pelo servidor, no exercício de suas atribuições, bem como, na mesma situação, praticar ato de bravura, serão promovidos extraordinariamente.

Na Polícia Civil, houve nova definição de seus quadros funcionais, com a extinção da carreira de Investigador de Polícia, ficando ressaltadas, todavia, as vagas necessárias para as promoções dos atuais servidores ocupantes dos cargos.

No que concerne à Brigada Militar, mediante as Leis Complementares n.º 10.990, 10.991, 10.992 e 10.993, todas de 18 de agosto de 1997, buscou-se modernizar e consolidar os regimentos que regem situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos servidores militares, estabelecer competências e dispor sobre a composição da instituição, assim como fixar o efetivo da Brigada Militar. Definido, ainda, em agosto de 1997, o recebimento de benefício financeiro de R\$ 10 mil a cada servidor, ou beneficiário, na ocorrência de invalidez permanente, total ou parcial, ou morte ocorridos em serviço.

Outrossim, aos servidores da Brigada Militar (Aluno Oficial, Soldado de 1.º e 2.º classes) e do Instituto Geral de Perícias (Auxiliar de Perícias A a C), por concordância do Poder Executivo, foi concedida parcela autônoma de R\$ 100,00 e R\$ 120,00. A partir de março deste ano esta parcela será convertida em gratificação de risco de vida. A Lei n.º 11.001, de 18 de agosto de 1997, disciplina a concessão destas vantagens, além de definir reajuste escalonado para as gratificações percebidas pelos servidores da Brigada Militar (3.º Sargento a 1.º Tenente) e do Instituto Geral de Perícias (Papiloscopista e Fotógrafo Criminalístico).

No último trimestre de 1997 o Governo do Estado instituiu um programa de auxílio financeiro destinado a servidores com renda líquida de até três salários mínimos. O Programa prevê a concessão de auxílios envolvendo cesta básica, medicamentos e habitação.

## **2.7 - Situação Organizacional/Administrativa**

### **- Criação da Secretaria da Região Metropolitana**

Objetivando o melhor atendimento das questões envolvendo a região metropolitana a atual gestão promoveu reestruturação administrativa mediante a Lei n.º 10.943, de 07 de abril de 1997, criando a Secretaria Especial da Região Metropolitana, que terá por principais funções: supervisionar, coordenar e assessorar programas e serviços,

bem como executar obras que lhe forem definidas pelo Chefe do Executivo no interesse do desenvolvimento daquela região.

### **- Segurança Pública**

No Programa de Segurança Pública do Estado foram tomadas diversas medidas no sentido de adequar e reequipar os órgãos dele encarregados, adaptando-os à realidade atual.

O Governo do Estado, por intermédio da Lei n.º 10.994, de 18 de agosto de 1997, estabeleceu a organização básica da Polícia Civil, dispondo sobre a competência institucional de seus órgãos.

No que diz respeito aos recursos materiais dos órgãos de segurança pública do Estado, está em implementação o Plano Diretor de Comunicações, cujo investimento previsto é da ordem de R\$ 17 milhões. Já no que concerne à administração penitenciária, estão sendo realizados esforços no sentido de eliminar a super população carcerária, tendo sido gerados, no ano findo, 887 vagas e recuperadas 418. Encontram-se em contratação as obras destinadas ao aumento do número de vagas nos albergues prisionais e que permitirão oferecer cerca de 905 novas vagas.

### **- Serviço pericial**

Intensa reestruturação também foi realizada no serviço pericial, no decorrer do ano de 1997, consagrada mediante a Lei Complementar n.º 10.998 de 18 de agosto.

Além disso, foi promovida alteração na denominação da Coordenadoria-Geral de Perícias, bem como na sua organização. O serviço pericial passou a denominar-se Instituto Geral de Perícias.

## **3 - SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS**

A gestão das finanças públicas estaduais, no ano de 1997, foi marcada por uma forte atuação do Governo na busca do equilíbrio das contas.

A seguir breve explicativo do comportamento das finanças públicas estaduais, no que concerne à Receita e Despesa Públicas e seus principais agregados, calculados a partir dos dados do Balanço Geral do Estado - Exercício 1997.

### **3.1 - O Comportamento das Receitas**

A Receita Total do Estado do Rio Grande do Sul apresentou, nesse ano que passou, um crescimento de 13,19% em relação a igual período do ano anterior e 50,2% em relação ao previsto. Esse índice deve-se, principalmente, às Receitas de Capital, cujo aumento expressivo é resultante da alienação de bens, conforme exposto logo abaixo.

Na seqüência serão apresentados os quadros demonstrativos das Receitas Realizadas em 1997, calculadas a partir da correção mensal pelo IGP-DI dos valores arrecadados pelo Estado e a comparação dessas com as do ano anterior.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS/1997  
E COMPARATIVO COM 1996**

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	ARRECADAÇÃO 1997	NO PERÍODO 97/96
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>5.994.502.565</b>	<b>-2,35%</b>
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>4.359.467.625</b>	<b>-6,22%</b>
- ITBI	1.140.768	-19,47%
- IPVA	282.036.093	22,37%
- ITCMD	24.009.671	-5,62%
- ICMs	3.964.867.105	-7,68%
- TAXAS	87.402.456	-9,46%
- IMP. S Renda Qualquer Natureza	11.531	-48,62%
<b>FGLTDPE</b>	<b>176.307.707</b>	<b>801,95%</b>
<b>REC OUTRAS APLIC FINANCEIRAS</b>	<b>29.266.094</b>	<b>-8,29%</b>
<b>TRANSFERENCIAS CORRENTES</b>	<b>1.007.417.750</b>	<b>8,89%</b>
<b>PARTICIPAÇÃO REC DA UNIÃO</b>	<b>895.137.492</b>	<b>1,00%</b>
- COTA PARTE DO FPE	237.418.339	3,96%
- TRANSFER. I. R. ( Total)	255.842.247	2,90%
- COTA-PARTE DO IPI- EST	281.829.054	-6,17%
<b>EXPORT</b>		
- SALÁRIO EDUCAÇÃO	103.996.875	-3,45%
- DEMAIS PARTIC EM REC UNIÃO	16.050.977	1264,68%
<b>CONVENIOS COM A UNIÃO</b>	<b>54.820.903</b>	<b>48,66%</b>
<b>DEMAIS TRANSFER. CORRENTES</b>	<b>112.280.258</b>	<b>5394,89%</b>
<b>MULTAS E JUROS DE MORA</b>	<b>93.858.351</b>	<b>-31,81%</b>
<b>RECEITAS DA DIVIDA ATIVA DO ICMs</b>	<b>106.305.186</b>	<b>52,53%</b>
<b>DEMAIS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>422.043.389</b>	<b>37,81%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.807.439.945</b>	<b>51,07%</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS</b>	<b>1.512.790.472</b>	<b>12,21%</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS</b>	<b>111.984.044</b>	<b>1.681,07%</b>
<b>ALIENAÇÃO DE BENS</b>	<b>1.842.165.093</b>	<b>99,46%</b>
<b>DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>340.500.336</b>	<b>40,54%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>9.801.942.510</b>	<b>13,19%</b>

Fonte: Secretaria da Fazenda

Nota: Arrecadação a valores reais

Cabe salientar, de um modo geral, em relação ao ano de 1996, a existência de um crescimento substancial nas Receitas de Capital, exceção feita, todavia, ao ICMs.

O ICMs, principal item componente da Receita, foi responsável por 40,28% das Receitas Totais em 1997, no entanto, apresentou comportamento negativo de (-7,68)% em relação ao exercício financeiro anterior e (-5,30)% em relação ao previsto. Esse comportamento também imprimiu um resultado negativo nas Receitas Correntes (-2,35%).

Contribuíram para esse desempenho, a alteração da Lei do ICMS, eis que desonerou as exportações, dentre outros, de produtos primários e semi-elaborados e concedeu direito a crédito fiscal. Outro fator que exerceu influência, não tão significativa, foi a concessão de crédito fiscal simbólico de ICMS, através do FUNDOPEM, iniciada em setembro.

### HISTÓRICO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS - TRIBUTO

ANO	1995		1996		1997	
	Valor	Var% ano anterior	Valor	Var% ano anterior	Valor	Var% ano anterior
Total	4180.581.396	4,4%	4294.898.266	2,73%	3964.867.105	-7,68%
Média anual	348.381.783	4,4%	357.908.189	2,73%	330.405.592	-7,68%

• Regime de Caixa/valores reais

O IPVA, segundo item mais importante nas Receitas Correntes, que já vinha mantendo um crescimento constante superior a 20% ao ano, apresentou o incremento de 22,37% em 1997, tendo sido responsável pela arrecadação de R\$ 282 milhões.

No que tange às Receitas de Capital, a Alienação de Bens, em relação a igual período do ano anterior, apontou um crescimento de 99,46%. Fator preponderante para esse crescimento foram os recursos provenientes da venda de parte da participação societária da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, que acrescentaram R\$ 1,61 bilhão à Receita Total.

As Operações de Crédito registraram um volume acumulado de 1,62 bilhão. As operações de crédito externas obtiveram um crescimento de 1.681,07% e as operações internas 12,21%, em relação a 1996, conforme Quadro Demonstrativo das Receitas/1997 e Comparativo com 1996. Esse fato, porém, não alterou o perfil dessa receita, cuja composição aponta as operações de crédito internas como responsáveis pela quase totalidade do montante. Em 1997 este índice foi de 16,6%.

As demais Receitas de Capital, embora não apresentando recursos de montante expressivo, em relação a 1996, também cresceram cerca de 40,54%, principalmente pela participação do FUNDOPIMES.

### 3.2 – Grandes Grupos de Despesa

A Despesa Total realizada atingiu um montante de R\$ 9,14 bilhões, tendo, no entanto, superado a previsão, para 1997, em 43,4%. Serão expostos, nos demonstrativos abaixo, o comportamento dos grandes agregados que compõem a Despesa Pública.

**QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS – 1997**

DESPESAS	Orçada	%	Realizada	%	Realizado Orçado
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	5.592.216.472	87,7%	6.200.821.000	67,8%	110,9%
- Pessoal e Encargos	3.287.703.704	51,6%	3.913.551.000	42,8%	119,0%
- Outras Despesas Correntes	647.091.240	10,2%	777.434.000	8,5%	120,1%
- Transfere Constitucional aos Municípios	1.260.009.628	19,8%	1.233.495.000	13,5%	97,9%
- Juros e Encargos da Dívida	397.411.900	6,2%	276.341.000	3,0%	69,5%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	773.750.989	12,1%	2.942.591.000	32,2%	380,3%
- Investimentos	255.128.879	4,0%	489.689.000	5,4%	191,9%
- Outras Despesas de Capital	408.854.410	6,4%	995.339.000	10,9%	243,4%
- Amortização Dívida	109.767.700	1,7%	1.457.563.000	15,9%	1327,9%
<b>SUB- TOTAL</b>	6.365.967.461	99,9%	9.143.412.000	100,0%	143,6%
Rec. Dispo - Vetos da A.L	8.855.000	0,1%			
<b>DESPESA TOTAL</b>	6.374.822.461	100,0%	9.143.412.000	100,0%	143,4%
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	8.855.000		432.913.254		

Fonte: Secretaria da Fazenda/ CAGE

Nota: Despesa Realizada a preços nominais.

A estrutura do gasto público apresentou relativa alteração entre o valor previsto no orçamento e o valor realizado

As despesas com pessoal e respectivos encargos, manutenção, transferências a municípios, juros e encargos da dívida participaram em 67,8% do Gasto Total. Por outro lado, as despesas com investimentos, outras de capital e amortização da dívida atingiram 32,2%.

Todavia, apesar da Despesa Pública ter superado o valor previsto para o ano de 1997, comportamento idêntico encontramos nas Receitas. O Estado gastou, no ano que passou, menos do que arrecadou, tendo se verificado um superávit orçamentário de R\$ 432,9 milhões. Na seqüência, verificamos o comportamento dos principais agregados da despesa.

### 3.2.1 – Pessoal

A despesa global com pessoal, nos três poderes da Administração Pública Estadual, atingiu R\$ 3,88 bilhões.

**DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS – 1997**  
**EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 1997**

**DESP C/PESSOAL Adm Direta, Autarquias e Fundações " LEI CAMATA "**

<i>Mês/Ano</i>	<i>Valores Empenhados</i>	<i>Receita Corrente Líquida</i>	<i>Desp C/Pessoal X Rec. Cor. Líquida Adm Direta, Autarquias E Fundações " Lei Camata "</i>
Jan/97	316.547.000	434.383.000	72,9%
Fev/97	386.940.000	404.081.000	95,8%
Mar/97	332.881.000	410.332.000	81,1%
Abr/97	330.964.000	462.428.000	71,6%
Mai/97	343.990.000	425.959.000	80,8%
Jun/97	343.081.000	398.309.000	86,1%
Jul/97	332.742.000	395.342.000	84,2%
Ago/97	366.233.000	385.888.000	94,9%
Set/97	353.059.000	408.134.000	86,5%
Out/97	372.066.000	503.459.000	73,9%
Nov/97	403.802.000	491.175.000	82,2%
01/12/97	352.936.818	432.534.636	81,6%
No Ano	3.882.305.000	4.619.898.000	84,0%

*Fonte: Secretaria da Fazenda/CAGE*  
*Valores Nominiais*

O Governo do Estado provisionou, no decorrer do exercício de 1997, o montante de R\$ 296 milhões (valores nominiais) para o pagamento do décimo terceiro salários dos servidores públicos estaduais.

Cabe destacar, primeiramente, que os valores da Despesa com Pessoal e Receita Corrente Líquida, constantes no quadro anterior, referentes ao mês de dezembro/97, estão estimados devido a indisponibilidade parcial de dados.

No que tange aos preceitos da Lei Camata, o comprometimento da Receita Corrente Líquida com a despesa de pessoal atingiu o percentual, em média, de 84%.

No âmbito do Executivo foram mantidas diversas ações objetivando diminuir os gastos com a folha de pagamento dos servidores desse Poder, dentre elas, a redução do número de servidores ativos, tanto na administração direta quanto na indireta.

### QUADRO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO

ANOS	ADM. DIRETA*		ADM. INDIRETA	
	ATIVOS	INATIVOS**	ATIVOS	INATIVOS**
1995	163.378	85.391	54.154	62.268
1996	150.028	86.216	45.310	64.584
1997	151.804	91.439	38.030	66.105

Fonte: Secretaria da Fazenda/GAE - Assessoria Executiva

Nota: \* Na Administração Direta refere-se ao número de matrículas  
 \*\* No item Inativos estão incluídos os pensionistas.

#### 3.2.2 - Manutenção

Com relação às despesas com a manutenção da máquina pública, o empenho da atual administração em contê-las manteve-se, registrando, em 1997, uma participação desse tipo de gasto em apenas 8,5% do Total da Despesa.

Para esse comportamento continuaram a contribuir os compromissos de gestão, firmados entre Governo, autarquias e fundações, assim como a continuidade da política de fixação de cotas trimestrais de despesa para manutenção de todos os órgãos da administração direta, autarquias e fundações.

#### 3.2.3 - Investimentos

Neste ano que passou, foi dado prosseguimento aos esforços iniciados nesse Governo no sentido de recuperar e ampliar a infra-estrutura econômica do Estado. Centralizaram-se os recursos em órgãos voltados para o desenvolvimento econômico e infra-estrutura, destacando-se os setores de transporte, com investimentos em pavimentação, infra-estrutura portuária e ligação de novos municípios a rodovias pavimentadas, seguido pelo setor de energia, minas e telecomunicações, no qual foi priorizado a telefonia, e por fim, o setor de saneamento.

Observa-se, no demonstrativo das despesas, que o montante investido foi de R\$ 489 milhões, representando um incremento na ordem de 93,7% em relação ao ano de 1996.

#### 3.2.4 - Dívida Pública

No que diz respeito à dívida mobiliária, sua renegociação, ora em curso e prestes a ser finalizada, deverá alterar radicalmente o perfil do endividamento público estadual, mediante a transformação da dívida em títulos e de dívidas de curto prazo em dívida fundada de longo prazo.

A renegociação prevê a adoção de três medidas, entre as quais, a que permite que parte da dívida seja alongada através da Caixa de Administração da Dívida Pública - CADIP, órgão criado em 1995, que se responsabilizará pela emissão de debêntures com lastro em ativos reais do Estado. Num primeiro momento a venda das ações da CEEE, CRT e BANRISUL, em montantes que não comprometem o controle acionário do Estado, fornecerão recursos que serão utilizados para financiar uma parcela da dívida mobiliária em prazo mais longo e a um custo menor.

A amortização de parte da dívida, com recursos oriundos do Programa Estadual de Privatização, consiste na segunda principal medida de renegociação da dívida mobiliária, assim como a securitização do valor restante com prazo longo e juros fixos, conforme protocolo de acordo assinado entre o Governo do Estado e o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, em 20 de setembro de 1996.

Ainda, mediante a Lei nº 10.921, de janeiro do ano que passou, o Poder Executivo ficou autorizado a contratar operações de crédito até o limite de R\$ 7,2 bilhões destinados a refinanciar a dívida mobiliária do Estado.

Quanto aos recursos destinados ao financiamento de parte dos gastos, provenientes do Fundo de Reforma do Estado, tal medida deverá reduzir custos. Até aqui tem-se usado para esse financiamento operações de crédito via adiantamento de receitas orçamentárias.

Os recursos destinados à amortização da dívida pública representaram 15,9% da Despesa Total, em 1997.

**PARTE II - AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS  
ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS EM 1997**

## **1 - ÁREA ADMINISTRATIVA**

### **1.1 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR**

#### **PROGRAMA: Administração**

O Programa Administração é o conjunto de ações desenvolvidas visando a adesão dos recursos humanos, materiais e financeiros, técnicos e institucionais, tendo em vista os objetivos do Estado e asseguradoras da eficiência ao processo decisório.

No exercício de 1997 este Programa teve como grandes linhas desenvolvidas a Reestruturação do Ensino Técnico e o Programa MEC/BID.

#### **- Ensino Técnico Profissionalizante**

O ensino técnico-profissionalizante deve se constituir num mecanismo operacional de apoio ao desenvolvimento das regiões onde é oferecido. A reestruturação do ensino técnico-profissionalizante ou educação profissional no Rio Grande do Sul é uma das metas do Governo do Estado e tem como objetivo adequá-lo às condições ideais que uma sociedade, em intenso processo de mutação de suas estruturas, requer. No Rio Grande do Sul pretende-se começar as reformulações na educação profissional através das cinco escolas escolhidas para integrarem o Projeto a ser financiado pelo MEC e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, segundo orientações acordadas entre a SEMTEC/MEC e o referido Banco.

#### **- Programa MEC/BID**

O Programa MEC/BID tem por objetivo geral apoiar o desenvolvimento da educação profissional dentro dos marcos legais, por meio de ações nas áreas técnico-pedagógica, gestão e integração com o mundo do trabalho, através do fortalecimento ou criação de um órgão gestor com funções de coordenação, apoio, monitoramento e avaliação da oferta de educação profissional no Estado; identificação de centros da educação profissional a serem implantados em escolas existentes ou novas; investimento na formação e aprimoramento de recursos humanos e equipamentos na rede de escolas técnicas do Estado; formação de técnicos que, com uma boa base de conhecimento, possam atender satisfatoriamente o mercado presente e adaptar-se às transformações futuras que, sem dúvida, advirão; transformação das escolas técnicas em verdadeiros centros de profissionalização, formando técnicos de nível médio e abrindo-se para interagir com a comunidade; e da transformação do ensino técnico-profissionalizante em um mecanismo operacional de apoio ao desenvolvimento das regiões onde é oferecido.

O desenvolvimento deste Programa resultou na elaboração dos projetos dos cinco centros de educação profissional; encaminhamento do projeto de pré-investimento para utilização de recursos da contrapartida brasileira, na ordem de R\$ 150 mil, para a elaboração de estudos de interesse para o ensino médio e profissional do Estado e encaminhamento do projeto de investimento da E.E. de 2º Grau Monteiro Lobato (Taquara) para utilização de recursos da contrapartida brasileira, na ordem de R\$ 250 mil, na compra de equipamentos para a escola.

Foram criados cinco centros de educação profissional selecionados em Porto Alegre, Frederico Westphalen, Taquara, Santana do Livramento e Santa Maria.

## **- Programa Reconversul**

Recuperar econômica e socialmente a metade sul do Estado, através da implantação de novos empreendimentos com o financiamento do BNDES é o objetivo do PROGRAMA RECONVERSUL.

Historicamente, a Metade Sul do Rio Grande do Sul, região da fronteira com maior contato do país com o MERCOSUL, teve seu desenvolvimento prejudicado por esta proximidade. Agora, o grande problema passa a ser a sua maior virtude. Sendo passagem obrigatória de e para os principais países do MERCOSUL, a região precisa tornar-se parte ativa deste mercado, e não simplesmente um corredor de passagem. Pelos mecanismos tradicionais de promoção do desenvolvimento, todavia, esta participação ocorreria de maneira extremamente lenta, provavelmente tornando a região ainda mais atrasada em relação às demais regiões do Estado e do País.

Torna-se imperativo, ante esse quadro, buscar alternativas que levem à dinamização da economia local, fazendo com que ela se torne capaz de gerar um número maior de empregos, reduzindo a intensidade dos fluxos migratórios, revertendo, assim, a tendência no sentido de queda da importância relativa da Região no contexto do Estado e do País.

A recuperação da economia da Metade Sul deve contemplar esforços de dinamização dos setores tradicionais e atração de novos investimentos, que permitam a diversificação da base produtiva e a inserção competitiva da região nos mercados nacional e internacional.

Estas análises levaram os atuais governos Federal e Estadual a atribuírem à região incentivos específicos para promover a total reestruturação da economia local. Entre estes, os mais importantes são: a reedição do Projeto Articulado de Desenvolvimento, de autoria do Governo do Estado e o RECONVERSUL, de autoria do Governo Federal, através do BNDES. A estas iniciativas, juntam-se os investimentos em infra-estrutura (transportes, comunicações e energia, principalmente) e os esforços de outros órgãos do Governo Estadual.

O Programa contemplará investimentos em qualquer setor da economia da região, que contribuam para a diversificação de sua base produtiva, e tem, entre outros, como objetivos: a geração de emprego e renda; integração da Região com o MERCOSUL; o crescimento econômico da Região e efetiva melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, reduzindo os fluxos migratórios; conservação do meio ambiente de forma a promover o desenvolvimento econômico sustentável e atração de novos investimentos que revitalizem os setores tradicionais da economia regional.

O Reconversul, de autoria do Governo Federal, financiado com recursos do BNDES através dos agentes financeiros locais: BRDE, Bannisul, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal/RS, beneficiou, até novembro de 1997, um total de 93 municípios da região sul do Estado, contando com 2.846 operações encaminhadas e que somam um valor total de R\$ 349,1 milhões. Os investimentos foram distribuídos dentre os diversos setores

da economia da região de acordo com os seguintes percentuais: 65% para o setor agroindustrial, 20% para o setor da agropecuária e 15% para o setor de comércio e serviços.

Estes investimentos trouxeram benefícios significativos para a região em termos de geração de empregos, resultando em 2.695 empregos diretos e 13.458 empregos indiretos.

## **1.2 - SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO**

### **PROGRAMA: Administração**

O Programa Administração, na atuação da Secretaria-Geral de Governo, compreende o conjunto de ações relacionadas ao exercício de direção, supervisão, coordenação e assessoramento de projetos prioritários de governo.

A Secretaria, dentre suas principais competências, vem desenvolvendo o monitoramento contínuo de 149 projetos prioritários e o gerenciamento da execução dos projetos abaixo mencionados.

#### **- Programa Piá 2000**

Este projeto tem como objetivo, garantir às crianças e adolescentes o atendimento dos seus direitos à sobrevivência, desenvolvimento e integridade.

A população alvo são crianças e adolescentes, oriundos de grupos sociais caracterizados por baixos níveis de renda, concentrados em aglomerações de urbanização precária, elevada taxa de mortalidade na infância, condições habitacionais insalubres, índices de analfabetismo superiores à média estadual e fragilidade de vínculos com a família e a escola, vitimizados e/ou infratores.

O Programa abrange 45 municípios, selecionados nas diversas regiões do Estado, de acordo com os indicadores sociais que acusaram as situações mais graves e a mais urgente necessidade de intervenção.

Nessas ações desenvolvidas, estiveram envolvidos os órgãos das áreas da saúde; educação, justiça e segurança, trabalho, cidadania e assistência social.

#### **- Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência (PEAI/RS)**

O Programa objetiva garantir a ação conjunta entre o Governo do Estado, Município e Sociedade Civil, na consolidação de uma rede de serviços articulados de atendimento/atenção integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PPD, visando assegurar a sua participação e integração na sociedade e a sistematização de uma Política Pública nessa área.

O PEA/RS atinge crianças, jovens, adultos e idosos portadores de deficiência e abrange 15 municípios com população acima de 100.000 habitantes e 29 municípios com localização estratégica que favoreça uma maior amplitude e voltados para as ações do Programa em todas as regiões do Estado, com maior número de população e de demanda de PPDs atendidas nas instituições e serviços existentes.

Estiveram envolvidos os órgãos das áreas do trabalho, cidadania, assistência social (FEBEM e FGTAS), saúde e educação (FADERS).

### **- Programa Estadual do Leite**

O Programa Estadual do Leite tem por objetivo auxiliar a reabilitação nutricional de crianças, cujas famílias se encontram em situação de extrema pobreza, dando acompanhamento pelo período necessário a sua recuperação.

O Programa beneficia crianças desnutridas, de 6 meses a 6 anos, pertencentes a famílias com renda per capita mensal igual ou inferior a R\$ 50,00, com residência no município há pelo menos um ano consecutivo, preferencialmente que não estejam recebendo leite através de outro programa.

Foram considerados também, para efeito de seleção, os casos de mães-chefe de família, pais desempregados, mãe gestante, nutrizes com HIV positivo e família com pessoas portadoras de deficiência, em municípios abrangidos pelo Programa Piá 2.000.

Participaram deste Programa os órgãos das áreas da saúde e da agricultura .

### **- Projeto Juventude Solidária**

O Projeto Juventude Solidária destina-se à otimização dos padrões de qualidade de vida do Estado, com vistas à minimização das carências sociais, numa ação integrada entre Instituições de Ensino Superior, Estado, Municípios e a Comunidade, onde o universitário experimentará uma vivência plena de cidadania, atuando como agente no processo de construção e aprimoramento da sociedade.

A população alvo a ser atingida são as comunidades de baixa renda que se encontram nos municípios de abrangência do Programa Piá 2000.

Participaram, junto com esta Secretaria, as universidades UFPEL, ULBRA, UNIJUÍ, UPF e UFRGS.

## **1.3 - CASA MILITAR**

### **PROGRAMA: Administração**

No ano de 1997, no que se refere à Defesa Contra Sinistros, foi dado ênfase à reestruturação do Sistema Estadual de Defesa Civil, ao aparelhamento da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), ao Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e ao Programa de Prevenção às Enchentes.

## **- Sistema Estadual de Defesa Civil**

Com a reestruturação do Sistema Estadual de Defesa Civil, o Governo do Estado visa a preparação para desastres, através da criação, reativação, instalação e estruturação de Comissões Municipais de Defesa Civil - COMDEC nos municípios que ainda não as possuem (perfaziam 186 no início de 1997), bem como integrar as COMDEC aos Sistemas Estadual e Nacional de Defesa Civil.

Os resultados obtidos, no ano de 1997, foram a instalação de trinta e seis novas COMDEC, objetivando agilidade e flexibilidade nas ações de Defesa Civil, em parceria com Instituições Federais, Estaduais e Municipais, através do Conselho Técnico de Defesa Civil (CONTEC), e com Organizações não governamentais, através do Conselho Comunitário de Defesa Civil (COMUDEC).

Tais conselhos abrangem praticamente todas as forças vivas da comunidade, nos municípios do Alto Jacuí, Região Central, Fronteira Oeste, Fronteira Noroeste, Litoral, Médio Alto Uruguai, Missões, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana-Encosta da Serra, Região da Produção, Serra, Sul, Vale do Caí, Vale do Rio Pardo, Vale dos Sinos e Vale do Taquari.

As COMDEC, após instaladas, têm o fim maior de preparação e resposta aos desastres, cabendo-lhes a iniciativa das ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas, tendo o engajamento dos demais órgãos dos sistemas estaduais e federais o caráter supletivo, quando devidamente esgotada a possibilidade da própria comunidade afetada voltar à situação de normalidade.

No ano de 1997, houve 415 eventos adversos de origem natural e o pico maior (184 municípios em situação de emergência e 3 em estado de calamidade pública) deu-se nos meses de outubro e novembro, em decorrência dos efeitos do fenômeno climático denominado "El Niño". Ao todo 13.284 pessoas foram desabrigadas, requerendo por parte do Sistema Estadual ininterruptos esforços para prover às comunidades atingidas as condições básicas para voltarem à normalidade. Tais esforços, empreendidos em parceria com o SOS-Enchentes e Instituições Públicas e não Governamentais integrantes do CONTEC e do COMUDEC, proporcionaram que chegassem àqueles que realmente necessitavam 19.979 pares de calçados, 258.399 peças de agasalhos, 923 móveis diversos, 250.089 Kg de alimentos, 8.000 cestas básicas e 3.006.923 unidades de medicamentos.

Ainda para auxiliar as comunidades mais duramente atingidas pelos desastres naturais, em 1997, foram dispendidos diretamente do orçamento do Estado R\$ 454mil.

## **- Aparelhamento da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil**

O projeto de Aparelhamento da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil destina-se à aquisição de veículos, conjuntos de equipamentos de telecomunicações, microcomputadores portáteis e conjunto de equipamentos de emergência, objetivando melhor atender as comunidades do interior do Estado quando atingidas por eventos adversos e que tenham ocasionado a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública.

Espera-se, com isto deslocar com maior rapidez as equipes da Defesa Civil na remoção emergencial (evacuação) de pessoas vulneráveis em áreas de risco e melhor atendimento aos flagelados, manter um mínimo de comunicação emergencial quando o sistema oficial (CRT) for atingido e agilizar a coleta de dados técnicos e documentos necessários ao acompanhamento de pleitos municipais.

## **- Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos**

Especificamente, esse controle objetiva a realização de fiscalização e pesquisa sobre a circulação de produtos perigosos e é desenvolvido, simultaneamente, com os Estados membros do CODESUL. Sua implementação conta com a parceria do INMETRO, DNER, PRF, DAER, BRIGADA MILITAR, SSMA (Vigilância Sanitária e FEPAM), Universidades (UDESC e PUC) e entidades patronais (FETRAM-SUL e SETCERGS).

Os principais resultados alcançados foram os seguintes: irregularidades constatadas - 5,35%; certificados de capacitação apreendidos - 29; veículos retidos ou apreendidos - 25; alimentos apreendidos - 828 kg e veículos fiscalizados - 10.170. Essas estatísticas significam uma redução de 10% no número de acidentes do setor e 20% nas irregularidades encontradas nos veículos transportadores de produtos perigosos, além de otimizar as ações de socorro em eventuais acidentes, através da integração das instituições que atuam no setor.

## **- Programa de Prevenção às Enchentes**

O Programa de Prevenção às Enchentes visa proceder ao levantamento dos municípios que são vulneráveis a enchentes, definir as prováveis causas, quantificar a população atingida nas áreas de risco, identificar e estimular ações voltadas para a minimização ou neutralização do evento adverso.

Os resultados esperados com esse Programa são o mapeamento das áreas urbanas e sistemas viários vulneráveis, plotando-os nas cartas topográficas, antecipação em 48/72 horas da ocorrência do evento e emissão de alerta preventivo imediato às comunidades ameaçadas, via radiofônica, telefônica ou correio eletrônico. Busca-se, por fim, otimização dos recursos destinados à prevenção, socorro e assistência da população atingida, através da priorização do atendimento das áreas de risco iminente, evitando-se a dispersão dos meios em locais que possuam apenas risco eventual.

No ano de 1997, estavam inclusos no Programa 72 municípios, existindo 14.715 edificações e 61.793 pessoas em áreas de risco. Foram atingidas por enchentes 4.151 famílias e 6.167 edificações em 35 municípios nas regiões Central, da Campanha, Centro-Sul, Fronteiras Oeste e Noroeste, Médio Alto Uruguai, Metropolitano Delta do Jacuí, Nordeste, Noroeste Colonial, Norte, Paranhana-Encosta da Serra, Produção, Regiões da Serra e do Sul, Vales do Cai, Rio Pardo, Taquari e dos Sinos.

No mesmo período, foram revisadas 45 estações do Sistema de Acompanhamento de Dados Hidrológicos (S.A.D.H.), que se constituem na espinha dorsal do sistema operacional, garantindo o monitoramento e o alerta oportuno em caso de desastre. Completadas também, em 1997, a revisão das Estações de Rádio de Longo Alcance (sistema S.S.B.) da Rede Rádio de Emergência da Defesa Civil, cuja meta previa a

manutenção corretiva de 16 estações situadas em pontos estratégicos das principais bacias hidrográficas. Constava, ainda, nas metas para 1997, a aquisição de 10 novas estações de rádio, a serem implantadas em pontos geográficos onde há lacunas no acompanhamento da ameaça de enchente.

## 1.4 - PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

### PROGRAMA: Processo Judiciário

Este programa contempla o conjunto de ações relativas ao processo judiciário, estando estas contidas nas principais atribuições desta Pasta.

Até 30 de outubro de 1997, a Procuradoria-Geral do Estado chegou aos 98 mil processos judiciais. Tal incremento deve-se ao fato de que enfrenta, de forma inédita, as questões processuais provocadas também pelo ineditismo da reforma que se implementa no Rio Grande do Sul, e, também, ao fato de que o Estado, por iniciativa desse órgão, é mais autor de ações judiciais do que jamais foi ao longo de toda a sua história. Dentre as atividades realizadas, cabe ressaltar:

- A defesa da privatização da CRT, tendo sido conseguida a realização da venda, envolvendo vinte e uma (21) ações de defesa;
- A obtenção de suspensão, junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, de decisão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul que, após segurança concedida, determinava busca e apreensão de dinheiro público para pagamento de precatório em atraso;
- No assunto relativo ao DETRAN, defesa exitosa do Estado, o que incluiu quatorze (14) ações, inclusive Diretas de Inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal;
- A obtenção de suspensão, junto ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, de decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça que suspendia a nomeação de Delegados da Fazenda Pública Estadual, assim como a que suspendia a realização do leilão de venda das Companhias Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica e Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica;
- Também foi exitosa a obtenção de suspensão, junto à Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da decisão do Juiz Federal que suspendia a licitação para concessão dos Pólos Rodoviários do Estado.

### - Área Trabalhista

Nas questões trabalhistas, várias foram as vitórias de grande significação financeira para o Estado, dentre as quais:

- O reconhecimento da legalidade do restabelecimento da jornada contratual, após longos períodos de prática de jornada reduzida, autorizada por administradores;
- O reconhecimento da incompetência da Justiça do Trabalho para apreciar questões envolvendo contratação emergencial temporária, autorizada por lei estadual;
- A limitação das condenações trabalhistas a 31/12/93, relativamente aos empregados transpostos para o regime único;
- A autorização para retenção das contribuições previdenciárias e fiscais incidentes sobre os valores pagos em condenações trabalhistas.

## - Área Estatutária

Com relação às questões estatutárias, convém destacar as seguintes ações:

- A consolidação de que o *precatório judicial é o único meio constitucional para o pagamento dos créditos alimentares* oriundos de condenação judicial sofrida pela Fazenda Pública, incluindo suas autarquias;
- Quanto aos concursos públicos e relativamente à nomeação de candidatos por alteração da ordem de classificação por decisão judicial, vitória da tese de que descabe qualquer efeito pecuniário retroativo;
- Vitória das seguintes teses dessa Pasta: não é cabível o pagamento aos servidores inativados do “vale-refeição” da Lei n.º 10.002/93, descabível a isonomia de vencimento básico entre os policiais civis de nível médio e Delegados de Polícia e a impossibilidade da antecipação de tutela nas ações em que os servidores públicos estaduais requerem o imediato cumprimento das chamadas leis salariais e o conseqüente aumento imediato dos vencimentos/proventos dos servidores públicos estaduais;
- Manutenção da *proibição da acumulação* pelos servidores públicos de cargos *não prevista constitucionalmente*, inclusive quando em um dos cargos o servidor já esteja aposentado.

## - Consultoria

Em relação à questão de consultoria, diversas ações se fizeram relevantes, por parte da PGE, no ano de 1997:

- Participação na Comissão incumbida de acompanhar e assessorar o processo de transformação da Caixa Econômica Estadual na Caixa Econômica Estadual S.A. - Agência de Desenvolvimento;
- Assessoramento para implantação do recadastramento dos servidores estaduais, para implantação do turno único de trabalho, até 31-3-98, nos estudos para criação e implantação do Sindicato das Fundações Estaduais

Prestadoras de Serviço Público, atuantes nas áreas de educação, assistência social, perícias, etc, ao DEPRC quanto às demissões do PDV, que estão sendo discutidas judicialmente;

- Participação no Grupo de Assessoramento Especial (GAE) e nas atividades do Comitê de Racionalização do Gasto Público;
- Subsídios à defesa do Estado na *venda da CEEE* - Companhia Estadual de Energia Elétrica, afastando a invocada preferência na aquisição da Companhia pela Cooperativa dos Empregados, bem como participação efetiva nas negociações com o Banco Mundial e com o BID na contratação de empréstimos externos para os Programas de Reforma do Estado, Pró-Rural 2000 e das Rodovias Estaduais.

## - Domínio Público

Foram alcançadas vitórias judiciais muito representativas, cujos resultados foram os seguintes.

- A concessão de liminar em Mandado de Segurança pelo Tribunal de Justiça do Estado, contra ato do MM. Juiz de Execuções Criminais de São Luiz Gonzaga - RS que, havia autorizado o *acesso de profissionais da imprensa em presídio local que não oferecia condições de segurança*;
- A *imissão provisória de posse*, deferida, do processo n.º 01197509845, Ação de Desapropriação intentada contra Medabil, Metalúrgica Ltda., Devida Participações Ltda. (área para ampliação do aeroporto Salgado Filho);
- Apelação vitoriosa, na Ação de Registro do Imóvel denominado "*Chácara das Bananeiras*", que permitiu, após doze anos de impasse judicial, a realização de perícia na área que abriga diversos prédios públicos e centenas de pessoas;
- Viabilização da execução do contrato relativo à *Consultoria sobre pagamento de pessoal*, através de agravo de instrumento provido em Ação Popular intentada por Delcy Vieira Fernandes;
- Viabilização do prosseguimento das obras da ROTA DO SOL através de vitória em Ação Civil Pública;
- O êxito do Estado do Rio Grande do Sul que figurou como réu (sob o fundamento de falha na fiscalização) na *Ação Civil Pública por danos ao meio ambiente ajuizada pelo Ministério Público* contra empresa particular. O processo tramitava desde 1991. Realizado acordo, a empresa se comprometeu-se a *doar à Brigada Militar lancha para o esquadrão ambiental*.
- O êxito no Mandado de Segurança contra ato praticado pelo Dr. Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública, objetivando tornar sem efeito decisão que determinou depósito imediato de honorários periciais (em ação que o

Estado não é parte, todavia, o réu litiga sob o benefício da Justiça Gratuita), sob pena de prisão por desobediência do Sr. Secretário da Fazenda. Concedida a liminar;

- Calendário escolar. Suspensa liminar que obrigava a Administração Pública comunicar às suas mais de 250 escolas, na Capital, em 72 horas, a possibilidade de recuperarem as aulas aos sábados e durante o recesso escolar, de 24 de dezembro de 1997 a 04 de janeiro de 1998, mediante a apresentação de calendários, pagamento de multa diária no valor de 5.000 UFIRs, no caso de descumprimento da liminar;
- DETRAN. Prevalência das teses da PGE nos Mandados de Segurança que versam sobre os instrutores e sua qualificação a partir da implantação do projeto NOVO DETRAN/RS;
- Resguardo da competência do Secretário da Justiça e da Segurança na instituição dos procedimentos em que se inserem os termos circunstanciados, pela cassação da liminar obtida pelo Ministério Público em Ação Civil Pública proposta na Comarca de Uruguaiana;
- Licitação de serviços jurídicos das estatais que os quisessem contratar - amplo provimento ao recurso da PGE - da sentença em ação popular que havia nulificado a licitação promovida pela PGE, voltada à seleção de advogados às estatais, e fundações instituídas pelo Estado na defesa do Decreto governamental.

## **- Assistência Jurídica aos Municípios**

Nesta questão foi dado um novo enfoque na cobrança da DÍVIDA ATIVA, com a observância dos compromissos sociais do Estado, possibilitando, por vezes com a atuação conjunta da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), a reativação dos seguintes parques industriais e empreendimentos comerciais:

- a) Alcool Porto Xavier S/A;
- b) Cooperativa Rural Alegretense Ltda;
- c) Cooperativa Regional Castilhense de Carnes e Derivados Ltda.;
- d) Farol S/A Indústria Gaúcha de Farelos e Óleos e,
- e) Sehbe S/A - Hotéis e Turismo (Alfred Hotel).

Também foi realizado o acompanhamento administrativo e judicial das desapropriações das áreas destinadas ao complexo industrial/automotivo de Gravataí e à fábrica de bebidas da Brahma S/A, em Viamão.

A PGE buscou incrementar a parte referente às questões de execução fiscal, arrecadando, no período de janeiro à outubro de 1997, o valor de R\$ 547,4 milhões, ao passo que nas execuções ajuizadas, no mesmo período, o valor total arrecadado foi de R\$ 114,2 milhões, assim como a diminuição do estoque de dívidas (cobrança, adjudicações, etc) no valor de R\$ 18,4 milhões. Também foram realizados 18 (dezoito) leilões em Porto Alegre.

A admissão pelo Superior Tribunal de Justiça, com relação aos recursos interpostos quanto à tese de não incidência de correção monetária de créditos do ICMS, gerou um montante de recursos fiscais, para o Estado, atingindo cifras superiores a R\$ 100 milhões.

## **- Defesa Fiscal**

Cabe destacar as principais ações, que englobam:

- O acolhimento de tese pioneira desta PGE, junto ao STF, de que é inconstitucional a aplicação de correção monetária sobre os saldos escriturais, especialmente quanto a débitos não corrigidos, cuja repercussão financeira foi de R\$ 500 milhões, e outra junto ao Tribunal de Justiça do Estado, que deu pela constitucionalidade do pedágio instituído nas Rodovias Estaduais 240 e 122;
- Os acordos referentes aos *bares e restaurantes*, cujos ingressos efetivos resultaram no valor de R\$ 1,7 milhão assim como a conversão em renda e outros acordos no valor de R\$ 5,6 milhões;
- Os *Honorários advocatícios* cobrados em execuções de sentença, cujo o valor foi de R\$ 174,2 mil;
- *Decisões favoráveis ao Estado*, na qual a repercussão financeira foi de R\$ 113,4 milhões;
- A cassação das liminares, relativamente à correção de créditos, impedindo que haja a apropriação de quantias vultosas pelas empresas, cuja consequência seria a diminuição dos valores do ICMS a pagar (= diminuição da arrecadação estadual).

Entre outros, destacou-se o sucesso da PGE na retificação do Precatório n.º 8.452, extraído no valor de R\$ 404,7 milhões, tendo sido reduzido, em primeiro grau, para R\$ 10,3 mil.

## **1.5 - SECRETARIA DA FAZENDA**

Os projetos da Secretaria da Fazenda estão inseridos dentro de 04 grandes objetivos prioritários definidos em função do Programa de Qualidade em andamento na Secretaria, que são: alcançar o equilíbrio financeiro, modernizar a gestão fazendária; melhorar o atendimento ao público e elevar o moral do funcionários.

### **PROGRAMA: Administração Financeira**

O Programa Administração Financeira caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações que objetivem a captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros.

## **- Alcançar o equilíbrio financeiro**

Dentro deste grande objetivo estão inseridos todos os projetos prioritários da Secretaria relacionados abaixo:

*Paguei, Quero Nota/ Mãos Dadas* - Foram pagos R\$ 12 milhões para as instituições, hospitais e escolas. Desenvolvida parceria com prefeituras para o projeto nos municípios e com a comunidade, através das instituições. Foram distribuídos 45 veículos. Estão envolvidos, aproximadamente, 2 milhões de gaúchos diretamente no projeto.

*Aumento da Arrecadação* - A busca foi diuturna e eficaz, inclusive com a edição de leis que facilitam aos devedores buscarem a regularização junto ao erário estadual.

*Combate à Sonegação* - Apesar de ser uma luta árdua, foram autuados 1.980 sonegadores, o que denota um combate incessante à sonegação.

*Parceria com os municípios* - Foram mantidos convênio com 453 municípios. Em duas avaliações semestrais das ações realizadas os municípios totalizaram 27.156 pontos, tendo sido repassados R\$ 11,9 milhões no exercício.

*Consultoria na Folha de Pessoal* - Realizado o recadastramento de todos os servidores ativos e inativos da Administração Direta e Indireta, levantamento e catalogação de toda legislação relativa a pessoal, levantamento de todo contencioso trabalhista e desenvolvido o banco de dados em nível de microinformática.

## **- Modernizar a gestão fazendária**

Em função deste objetivo podemos citar: a reestruturação ocorrida na Secretaria, durante o exercício de 1997, o crescimento de processos automatizados e a consolidação do Programa de Qualidade.

## **- Melhorar o atendimento ao público**

Podemos citar, como destaques neste objetivo, o IPVA 97, com a implantação do auto-atendimento, o pagamento direto na rede bancária e o pagamento via internet, sendo que o Estado do Rio Grande do Sul foi um dos pioneiros neste tipo de procedimento.

### **1.5.1 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**

#### **PROGRAMA: Administração Financeira**

O Programa Administração Financeira, compreende o conjunto de ações desenvolvidas visando a captação, aplicação, orientação e controle dos recursos financeiros, onde esta instituição, vem pautando suas ações.

## **- Cia. União de Seguros Gerais**

Realizada a privatização da Cia. União de Seguros Gerais, tendo o Bannrisul vendido o seu controle acionário, embora continue detentor de 10% das ações, o que lhe confere direito a indicar um conselheiro na nova administração da companhia. O comprador foi a Bradesco Seguros, a qual pagou R\$ 50,1 milhões, 48,8% superior ao lance mínimo que fora fixado em R\$ 33 milhões. Os recursos serão usados como capital de giro no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

O Bannrisul mantém um acordo de parceria pelo qual, durante cinco anos, colocará suas agências à disposição da nova Cia União para a venda de seus produtos.

## **- Transformação no Sistema Financeiro Estadual**

O Governo do Estado transformou a autarquia Caixa Econômica Estadual em uma instituição de fomento, visando alavancar a geração de riquezas, e manteve o Bannrisul como banco comercial e múltiplo.

Sob a forma de sociedade anônima de economia mista, a Caixa Econômica Estadual terá a atribuição de administrar, desenvolver e estimular as operações de fomento e os diversos fundos estaduais, posicionando-se como agência de desenvolvimento. O Bannrisul vem absorvendo, gradualmente, as agências da CEE e estenderá sua rede de atendimento, durante um período de dois anos, aos municípios ainda desassistidos de serviços bancários.

De acordo com o Protocolo de Intenções firmado com o Governo Federal, a reestruturação do Sistema Financeiro Estadual contará com recursos provenientes do PROES (Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária) que resultará no saneamento do Bannrisul, levando-o a operar com padrões compatíveis ao mercado financeiro nacional.

## **- Fomento para o Sul do Estado**

Dada a necessidade de reestruturação e diversificação do parque industrial da Metade Sul do Estado, cuja economia está estagnada há muitos anos, o Governo aprovou o Projeto Articulado da Metade Sul do Estado, que concede incentivos financeiros diferenciados para atrair novos investimentos e para tornar competitivo o parque industrial existente na região.

## **- Reconvertsul**

Foi criado o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva para o Desenvolvimento da Metade Sul - RECONVERSUL, que disponibiliza linhas de crédito em condições bastante atrativas para os interessados.

O RECONVERSUL, desde seu lançamento apoiou, através do BANRISUL, 520 projetos, no valor de R\$ 71 milhões e está analisando outras 150 propostas no valor de R\$ 47,9 milhões, pois gerou 856 empregos diretos.

## **- Duplicação do Pólo Petroquímico**

A duplicação do Pólo Petroquímico é uma tarefa em que o Governo do Estado vem se empenhando com afinco. Para tanto, o BANRISUL já aprovou projetos no valor de R\$ 50 milhões, que deverão ser liberados no próximo ano, para a execução das obras de ampliação daquela planta petroquímica.

## **- Programa de Crédito Educativo**

O Programa de Crédito Educativo - PROCRED, desde a sua reestruturação, apresentou os seguintes resultados: 46 instituições apoiadas, 4.603 estudantes cadastrados e 7.552 contratos emitidos. Total do financiamento, R\$ 5,1 milhões.

## **- Apoio ao Ensino Superior**

No ano de 1997, o BANRISUL, engajado no esforço do Governo para proporcionar melhores condições ao ensino superior, aprovou, junto ao Governo Federal, projetos de ampliação, modernização e reestruturação de Universidades gaúchas na ordem de R\$ 50,8 milhões beneficiando 9 instituições de ensino superior.

## **- RS Emprego**

Através do Programa RS Emprego - Um Trabalho de Todos, foi concedida a abertura de linha de crédito a micro e pequenos empreendedores, a concessão de estímulos de natureza tributária pela geração de novos empregos e a qualificação de mão-de-obra.

Com relação à abertura de linha de crédito a micro e pequenos empreendedores, desde o início do Programa, foram financiadas 9.700 empresas, num montante total de recursos liberados de R\$ 50 milhões que projetaram uma geração de 12.300 novos empregos.

Para o exercício de 1998 está prevista a aplicação de recursos no montante de R\$ 34 milhões que deverão beneficiar a 6.600 pequenas empresas e gerar, aproximadamente, 8.300 novos empregos.

## **- Programa Integrado de Melhoria Social - PIMES**

O Programa Integrado de Melhoria Social tem como objetivo atender as populações mais carentes dos municípios do Estado em investimentos de infra-estrutura urbana, equipamentos comunitários, saneamento, habitação popular e de melhoria institucional, bem como propiciar investimentos na área de saneamento através da Companhia Estadual de Saneamento e Companhias Municipais Autônomas.

Seu instrumento financeiro é o FUNDOPIMES, Fundo de Investimentos do Programa Integrado de Melhoria Social com recursos do Banco Mundial, complementado por recursos de contrapartida do próprio Governo do Estado. de cunho rotativo e permanente, por ser autocalcapitalizável, com um Patrimônio Líquido, em dez/97, de R\$ 180 milhões, está vinculado à Secretaria da Coordenação e Planejamento e é gerido técnica e financeiramente pelo BANRISUL, de acordo com as diretrizes do Conselho Diretor do

FUNDOPIMES do qual participam cinco Secretários de Estado e cinco Prefeitos Municipais.

Desde a implantação do Programa, já alcançou financiamentos da ordem de R\$ 330 milhões que, em parceria com os Municípios pela suas participações de R\$ 130 milhões, propiciaram investimentos de R\$ 460 milhões.

Até dezembro de 1997, foram contratadas 254 operações de crédito, incluídas segundas operações de financiamento, sendo 232 com Municípios, 09 com Companhias de Água e 13 com Entidades Estaduais, já tendo sido desembolsados recursos no montante de R\$ 264 milhões, cujos investimentos da ordem de R\$ 385 milhões geraram os seguintes benefícios:

- População urbana beneficiada diretamente, 3.356.000 habitantes (cerca de 44% da população urbana total do Estado), sendo que mais de 50% é representado por Municípios de até 5 mil habitantes na zona urbana;
- Na área de Infra-Estrutura Urbana e Equipamentos Comunitários, acréscimo de 12% na malha viária urbana, equivalentes a 1.258 Km de pavimentação, 868 Km de drenagem urbana, 400 Km de iluminação pública, construção de 87 creches, 70 postos de saúde, 07 escolas abertas e 1.500 casas populares;
- Na área Institucional, foram possibilitados programas de melhoria institucional, que redundaram em 900 ações nas áreas Administrativo-Organizacional, Financeiro-Tributária, Gestão Urbana e Informatização, visando aumentar a eficiência da ação do setor público na implementação de políticas públicas de desenvolvimento institucional, social e urbano;
- Na área de Saneamento, foram implantados 772 Km de rede de água, 126 Km de redes de esgoto e instalados 143 mil novos hidrômetros.

No ano de 1997, foram contratados financiamentos no montante de R\$ 51 milhões, cuja parceria com os Municípios, no valor de R\$ 19 milhões, geraram investimentos na ordem R\$ 70 milhões. Os projetos alcançaram 60 Municípios, uma Companhia de Água e uma Entidade Estadual, tendo sido desembolsados recursos na ordem de R\$ 26 milhões que possibilitaram, com a parceria dos Municípios no valor de R\$ 6 milhões, investimentos totais de R\$ 32 milhões.

Para o exercício de 1998, estima-se o atendimento de novos projetos e a conclusão de outros com investimentos em curso, nos seguintes quantitativos totais:

N.º de Municípios	N.º de Cias. de Água	N.º Entidades Estaduais
140	05	04

Os valores estimados para 1998 são os seguintes:

Novas contratações (100 projetos)	R\$ 75 milhões
Desembolsos (149 projetos)	R\$ 95 milhões

## **- Programas e Fundos Estaduais**

### **PRÓ-GUAÍBA**

O BANRISUL assinou convênio operacional, em 30 de julho de 97, com o Governo do Estado, através da Secretaria de Coordenação e Planejamento e da EMATER/RS-ASCAR, para operacionalizar os Sistemas de Manejo e Controle de Contaminação por Agrotóxico, que utilizará do montante total do Programa de US\$ 220,5 milhões, o valor de US\$ 25,5 milhões, cabendo ao BANRISUL a função de gerenciamento financeiro, e à EMATER/RS-ASCAR o gerenciamento técnico e a seleção dos beneficiários a serem incluídos no Programa.

A origem dos recursos para o Programa Pró-Guaíba são do BID (62%) e do Estado (38%). Os recursos serão aplicados nos seguintes componentes, sendo obrigatório a realização dos três em conjunto: manejo e controle do solo onde serão aplicados US\$ 19,26 milhões, manejo e controle da contaminação por agrotóxico e reflorestamento ambiental, com aplicação de US\$ 6,23 milhões.

Este Programa atingirá, aproximadamente, 8.500 produtores rurais pertencentes a 100 municípios que fazem parte da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

A contratação das operações com os produtores rurais teve seu início no mês de setembro/97, sendo que até dezembro/97 foram efetivadas 2.108 operações, envolvendo o valor de US\$ 5,80 milhões.

### **PRÓ-RURAL 2000**

O BANRISUL assinou convênio operacional com o Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, para operacionalizar o Programa PRÓ-RURAL 2000, cabendo ao BANRISUL o gerenciamento financeiro e a fiscalização da aplicação dos recursos. De outro lado, a seleção, enquadramento e escolha das comunidades e beneficiários são de responsabilidade das Prefeituras Municipais e Conselhos Municipais de Desenvolvimento Agropecuário. A origem dos recursos para o Programa Pró-Rural 2.000 são do BIRD e do Estado.

Este Programa objetiva o alívio à pobreza, através de ações de infra-estrutura social e de geração de renda, conservação e manejo de recursos naturais; capacitação e profissionalização de pequenos produtores rurais; fortalecimento institucional das entidades envolvidas e outras ações de apoio como pesquisa e serviços de extensão rural.

Atualmente, o Programa Pró-Rural 2000 está em fase de montagem dos projetos junto às Prefeituras Municipais e planejamento operacional entre Secretaria Executiva do Programa e BANRISUL.

### **PROLUZ II**

Apesar do Rio Grande do Sul possuir o melhor índice de eletrificação rural do país, ainda temos cerca de 130 mil propriedades rurais sem energia elétrica.

Uma parceria do BANRISUL, Secretaria da Agricultura, EMATER, CEEE e Cooperativas de Eletrificação Rural está permitindo acesso à energia elétrica ao pequeno e

médio produtor rural, por intermédio do Programa Estadual de Eletrificação Rural - PROLUZ II.

Os recursos para financiamento de projetos de eletrificação rural, inicialmente previsto para beneficiar 17.400 propriedades rurais, são oriundos do BNDES, mas com risco creditício do BANRISUL. Já foram financiados 7.901 ligações no valor de R\$ 9,5 milhões, atendendo 186 municípios. As ligações financiadas permitiram a efetivação de aproximadamente 9 mil ligações, já que em muitas redes há produtores mais capitalizados que optam por não financiar.

### **PRONAF - INVESTIMENTOS**

Esta linha de crédito criada pelo Governo Federal, com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, repassada pelo BNDES, permitiu que os agricultores investissem no aumento da produção e da produtividade, na melhoria das condições de vida, bem como na busca de atividades alternativas para diversificação da renda. O Rio Grande do Sul liderou a aplicação desta verba, absorvendo cerca de 41% do total aplicado no País.

Apesar do risco creditício ser dos Agentes Financeiros, o BANRISUL foi líder entre os bancos de atuação regional aplicando R\$ 82,2 milhões em 16.043 projetos, os quais beneficiaram mais de 17.314 famílias. O PRONAF via BANRISUL chegou a 399 municípios, ou seja, 85,5% dos 467 municípios gaúchos.

Dentro dos 16.043 projetos, 609 foram para Crédito Coletivo, alocando mais de R\$ 11,3 milhões nessa modalidade, viabilizando a construção de pequenas agroindústrias, unidades produtoras de leite, círculos de máquinas etc.

Isto demonstra, que as comunidades rurais, através de crédito compatível, buscam soluções para suas dificuldades por meio do associativismo, visando agregar renda aos seus produtos e viabilizando as pequenas propriedades rurais.

### **FEAPER**

O Fundo de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER, no ano de 1997, aplicou em condomínios rurais e/ou associações R\$ 521,8 mil em máquinas e equipamentos, apicultura, reprodutores e matrizes, melhoria da habitação, agroindústrias, e projetos individuais, R\$ 400,5 mil em reprodutores e matrizes, máquinas e equipamentos. O Programa Troca-Troca passou para a conta FEAPER.

Foram liberados 6.505.000 kgs de milho equivalentes a R\$ 5,9 milhões.

## **1.6 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS**

### **PROGRAMA: Administração**

O Programa Administração é o conjunto de ações desenvolvidas visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais, com vista aos objetivos estaduais e asseguradores da eficiência do processo decisório.

Em 1997, dentro das suas atribuições, a SARH desenvolveu atividades necessárias ao entrosamento entre os órgãos da administração direta e indireta, quer na parte administrativa, normativa (especialmente para unificar procedimentos legais, adaptar novas legislações e desencadear as ações de Reforma Administrativa do Estado), de relações públicas e mesmo de âmbito geral, como Secretaria meio na atividade pública. Participou de comissões técnicas e de sindicâncias, de licitações, de reestruturação de órgãos, de projetos prioritários de governo e outras atividades afins.

#### **- Arquivo Público**

O Arquivo Público tem, dentre suas competências, a conservação e preservação dos documentos históricos, otimização de convênios, participação em eventos internacionais e nacionais de intercâmbio, assessoramento a prefeituras municipais e instituições congêneres.

O Arquivo teve um ano de ações, marcadamente voltadas para o público alvo, no sentido da melhoria de atendimento, facilitação de acesso e fornecimento de documentos com valor probante diretamente aos interessados, aos pesquisadores, bem como acesso monitorado às dependências deste importante prédio histórico gaúcho, especialmente concebido para tal fim. Cita-se a marca de 13.741 consultas formais, atendimento direto à 1.431 pesquisadores, fornecimento de 13.436 documentos (certidões, assentamentos) e 353 visitas monitoradas (alunos, professores, pesquisadores e público em geral).

#### **- Área Organizacional**

Nesta área, a SARH apresentou, em 1997, os seguintes resultados:

- Elaboração do Relatório do Grupo de Trabalho para Estruturação dos Quadros de Servidores da Administração Direta, Autarquias e Fundações Públicas;
- Reestruturação Organizacional dos seguintes Órgãos: Secretaria da Cultura; Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; Fundação de Economia e Estatística; Secretaria de Obras Públicas, Saneamento e Habitação; Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; Secretaria da Educação; Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária e Fundação Zoobotânica;
- Elaboração do Projeto de Lei n.º 269/97 prevendo extinção de 991 cargos no Quadro de Pessoal do Instituto de Previdência do Estado – IPERGS e criação

de 21 cargos em comissão e funções gratificadas com lotação exclusiva na Central de Licitações – CELIC;

- Estruturação e criação dos Quadros de Cargos do DETRAN e da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária – FEPAGRO, bem como elaboração do Regulamento de Promoções do seu Quadro de Cargos.

A SARH, responsável pelos atos e fatos relativos aos recursos humanos da administração pública, em continuidade às ações de modernização, controle e desburocratização, manteve e aperfeiçoou importantes ferramentas gerenciais, tais como: o Cadastro Geral de Servidores e Empregados à Disposição, CAGED, que centraliza o controle de cedências, o sistema de assentamentos eletrônicos (processos eletrônicos), para ingressos, exonerações, designações, excepcionalizações, afastamentos, dentre outros, com consideráveis ganhos em custos e tempo de tramitação.

### **- Área de Recursos Humanos**

Na área de Recursos Humanos prosseguiram as etapas do cronograma para a implantação do Ponto Eletrônico (Controle Eletrônico de Frequência) encontrando-se na fase licitatória de equipamentos e infra-estrutura, pela Central de Licitações, destinados a todos os órgãos abrangidos pelo Decreto Governamental que o criou. A tecnologia a ser empregada é de última geração, cerceando o absenteísmo e a fraude, automatizando o processo até o nível de folha de pagamento.

Outra importante ação desenvolvida, nesta área, foi a atualização de inconsistências verificadas no Banco de Dados de Pessoal, utilizado no Sistema de Protocolo Integrado para preparar estes dados para migração no novo sistema de informática adquirido pela Secretaria da Fazenda. O novo sistema que deverá gerenciar a área de pessoal e folha de pagamento (Sistema ERGON), em parceria com a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, atualizando o acesso a estas informações, de forma imediata e com eficiência na emissão de relatórios gerenciais importantíssimos para o domínio dos números do efetivo de recursos humanos do Estado.

Ocorreram, como principais referências quantitativas, 75.791 atos geradores, tais como Declaratórios, Adicionais de Insalubridade e Periculosidade, de Readaptação, de Acidente de Trabalho, Avanços, Triênios, Concessão de Licenças Prêmio, Conversões, Aposentarias deferidas e indeferidas.

Ainda, em 1997, a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos realizou o levantamento de necessidades de treinamento de recursos humanos, resultando no Plano de Desenvolvimento de Pessoal de 1997. O Plano previa 3 níveis de treinamento: Qualidade, Desenvolvimento Gerencial e Treinamento Operacional, e contou com 2.061 participantes nos 3 níveis.

### **- Transportes**

Foram priorizados, no ano de 1997, a melhoria dos sistemas de controle, monitoramento e vigilância da frota de veículos do Estado, aperfeiçoando os mecanismos já existentes, desencadeando estudos para buscar alternativas ao sistema de abastecimento e terceirização da frota. O sistema de “Vale Combustível”, possibilitou a locação de veículos

para manter o contingente em condições de uso, são exemplos de atividades que deverão prosseguir para o próximo ano.

Como principais dados quantitativos, desta área, destaca-se a distribuição de 5.583 veículos cadastrados da Administração Direta e 4.394 na Administração Indireta, com um total de 9.977 veículos cadastrados no Estado.

Também foi controlada e distribuída uma tancagem de 1.422.286 litros de gasolina; 138.534 litros de diesel, depositados por 59 órgãos do Estado e distribuídos nos postos do DETERGS. Foram realizadas 87.317 operações de abastecimento de veículos.

## **- Perícia Médica**

Com a modernização desse serviço, obteve-se um importante ganho com a informatização de relatórios integrais de biometria, bem como automação de procedimentos rotineiros, refletindo-se na qualidade de atendimento do usuário, servidor público. São novos relatórios estatísticos e demonstrativos do movimento mensal de licenças.

Foram criadas assim novas modalidades de controle, tais como: por servidor, tipo de licença, por Secretaria, por Município, por médico (CRM), por diagnóstico, possibilitando efetivo controle do número de licenças e de dias concedidos aos servidores estaduais. Incluindo-se solicitações de licenças concedidas e negadas, o número total de atendimentos foi reduzido em 3.885 e o total de dias de afastamento foi diminuído em 112.972.

## **- Administração do CAFF**

Responsável condominial pelo Centro Administrativo Fernando Ferrari, a SARH desenvolveu, no CAFF, além das atividades que lhe são peculiares, outras como:

- Treinamento na área de Segurança Patrimonial das Chefias da Unidade;
- Manutenção do índice zero quanto a roubo de veículos dos estacionamentos do Complexo Administrativo;
- Desocupação do Anexo Carlos Chagas, para reformas (antigo prédio da Educação);
- Recuperação da Rede Elétrica das salas da Fundação Zoobotânica, da iluminação do Teatro de Arena e salas da Fundação Zoobotânica.

## **- Central de Licitações - CELIC**

A Central de Licitações - CELIC, em substituição ao antigo Departamento Central de Administração de Material, é o órgão centralizador de todos os processos licitatórios de interesse da administração pública direta e indireta, projeto prioritário de governo, resultando em importantes ganhos de desempenho e redução de custos na condução deste tipo de assunto.

Teve como principais ações em 1997, o PROJETO LIC (Sistema de Licitações "on line"), a instituição do Cadastro de Fornecedores do Estado (cadastro centralizado de fornecedores), o Sistema de Registro de Preços (procedimentos licitatórios por concorrência), o Controle de Qualidade dos Materiais, o Programa de Aproveitamento de Bens Inservíveis, Modernização dos Sistemas de Informatização da CELIC e o treinamento de órgãos e entidades requisitantes, bem como aos funcionários da CELIC.

## **- Qualidade**

A SARH criou o Programa de Qualidade, que será estendido para 1998, tendo sido vencedor da Categoria Gestão de Pessoal e Processos no Prêmio Qualidade na Administração Pública - 1997.

## **- Patrimônio**

No que se refere à administração do patrimônio do Estado, prestou informações e pareceres sobre afetação de imóveis estaduais em ações de usucapião, sobre autorizações, consultas, cadastro, portarias de transferência de domínio útil, locação de imóveis, elaboração de projetos de lei para doação de imóveis, recebimento de próprios municipais, dentre outras.

Teve destaque no exercício a importante participação deste órgão no processo de disponibilização da área destinada ao Complexo Automotivo da General Motors, através dos processos de desapropriação, indenização e regularização da situação dos imóveis, em parceria com os demais órgãos e Secretarias que tratam deste projeto.

Outra ação importante foi o Projeto de Alienação de Imóveis Inservíveis do Estado, que se iniciou em 1995 e prosseguiu com mais imóveis autorizados à alienação, tendo o número de 15 imóveis vendidos até a presente data, no montante de R\$ R\$ 1 milhão.

### **1.6.1 -Cia. Rio-grandense de Artes Gráficas - CORAG**

#### **PROGRAMA: Administração**

A Companhia Riograndense de Artes Gráficas - CORAG, além do atendimento prioritário à Administração Estadual, destacou-se na prestação de serviços a organismos componentes da máquina pública federal, com especial destaque para a confecção de 1.771.000 carteiras de vacinação para o Ministério da Saúde.

No ano de 1997, proporcionou a seu quadro de servidores a participação em 444 cursos de treinamento com um investimento em torno de R\$ 48 mil.

Foi concluído o projeto de informatização do processo de fotomecânica. Esta nova tecnologia vai proporcionar agilidade e qualidade no processo de gravação de chapas para o Sistema Off-set, com um custo de R\$ 750 mil.

Para acompanhar a evolução tecnológica e competitividade a CORAG adquiriu mais uma máquina de impressão digital a cores de última geração, a fim de suprir a

demanda e já está em projeto a aquisição de mais uma unidade, prevista para meados do ano de 1998.

Foi desenvolvido, via Modem, um processo que permite que 90% do Diário da Assembléia seja processado, dispensando o trabalho de digitação e agilizando os serviços de pré-impressão.

Todos estes investimentos vem ao encontro da necessidade de aprimoramento tecnológico e são de recursos próprios da CORAG.

A Empresa, no exercício de 1997, consumiu 1.200 toneladas de papel em seu processo produtivo, ocasionando um incremento de 27% em sua receita operacional, com relação ao exercício anterior.

Em pesquisa realizada entre abril e agosto de 1997, com retorno de aproximadamente 18 mil respostas, foi verificado que mais de 90% de nossos clientes estão satisfeitos com o atendimento, qualidade dos serviços e qualidade dos produtos.

## **1.6.2.- Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH**

### **PROGRAMA: Ensino Supletivo**

Este Programa visa proporcionar a educação para adultos e adolescentes que não cursaram a escola ou não concluíram seus estudos, e que pretendem completar, aperfeiçoar ou atualizar seus conhecimentos, bem como formação metódica no trabalho e/ou preparo profissional.

Em 1997, a FDRH, através de contrato celebrado com a Secretaria de Educação, realizou trabalhos de avaliação de cerca de 400 mil folhas óticas correspondentes as respostas dos alunos de 1º e 2º graus distribuídos em todas as delegacias de ensino do Estado. Foram emitidos relatórios contendo informações coletadas via processamento eletrônico de dados.

Participou, neste ano, do Programa de Apoio a Gestão Social no Brasil, programa este desenvolvido pela Casa Civil da Presidência da República, com vistas a elaboração de um projeto piloto de Capacitação para Desenho e Gestão de Programas Sociais.

Foram contratados 19 processos para concursos públicos em Prefeituras Municipais, Entidades Públicas Estaduais e Federais proporcionando uma arrecadação bruta superior a R\$ 1 milhão, envolvendo um contingente de 58.476 inscritos para 1.571 vagas.

O número médio mensal de bolsas em estágio para estudantes de 2º e 3º graus foi de 5.100 proporcionando aos estudantes o pagamento de R\$ 14 milhões em Bolsas-Auxílio e de R\$ 3 milhões em vales-refeição.

Este programa de estágios constitui-se em importante contribuição do Governo do Estado na área social e de desenvolvimento dos recursos humanos em todas as regiões dos COREDES.

O Pró-Guaíba realizou, em 1997, através da FDRH, 72 eventos de formação e treinamento de pessoal envolvendo 4.321 participantes com recursos aplicados no valor de R\$ 490 mil.

O Pró-Rural realizou a assinatura de convênio junto a FDRH, em 10 de outubro de 1997, para esta planejar e executar os cursos e treinamentos necessários para o desenvolvimento do programa.

## **PROGRAMA: Administração**

Em continuação às melhorias realizadas nos anos de 1995 a 1997, a FDRH realizou, nos prédios de sua propriedade importantes reformas e ampliações, como a execução de um novo auditório para 112 lugares; climatização do auditório, salas de aula e de serviços; *reequipagem das salas de aula com equipamento didático, vídeos, TVs, retroprojetores e sonorização*; ampliação de 02 para 07 salas de aula de informática, completamente equipadas com 89 microcomputadores e 10 impressoras.

O Plano Diretor de Informática - PDI, envolveu a aquisição de equipamentos de informática, de interligação, microcomputadores, servidores de rede, instalações de redes, sistemas operacionais, bancos de dados, sistemas administrativos e assessoria. Do total do Plano, R\$ 348 mil, em 1997 foram realizados R\$ 137 mil, constituindo 1/3 do plano. Para este Plano a FDRH adquiriu 100 microcomputadores.

O Plano de Valorização e Qualificação do Servidor Público concebido pela FDRH e apresentado à Secretaria do Trabalho, Cidadania e Ação Social, logrou aprovação obtendo financiamento do Fundo de Assistência ao Trabalhador - FAT, através de contrato celebrado no valor de R\$ 673 mil.

O Plano visa exclusivamente atender o desenvolvimento profissional dos Servidores Públicos em três áreas: Informática, Qualidade e Gerência.

A primeira etapa do Plano abrangeu 15 localidades do Estado, atingindo o treinamento de 11.044 Servidores Públicos em 451 turmas de alunos.

### **1.6.3 - Instituto de Previdência do Estado do RGS - IPERGS**

O Instituto procurou dotar-se de novas tecnologias, buscando tanto a qualificação dos serviços prestados aos seus 837.897 beneficiários, quanto a de seus servidores, responsáveis estes pelo bom desenvolvimento e crescimento do Órgão.

## **PROGRAMA: Administração**

O Programa Administração tem por finalidade dar o suporte necessário aos demais programas da Autarquia, quer a nível de recursos materiais como de qualificação de

recursos humanos, onde neste exercício a Autarquia investiu significativamente no aprimoramento do seu corpo funcional, propiciando treinamento a 997 servidores.

Foram incrementados os investimentos na área de informática, resultando, primeiramente, na implantação do acesso ao Instituto via Internet, com informações particularizadas a servidores e prestadores de serviço, assim como informatizando todas as Agências Regionais. Deu-se também andamento no processo de interiorização de suas atividades, com a instalação de Escritórios de Atendimento, num processo de parceria com as 6 Prefeituras Municipais, e reativação dos escritórios de Ibiçá e Crissiumal.

Foram também implantados 04 convênios nos municípios de André da Rocha, Lindolfo Collor, Ibiçá (Câmara Municipal) e Porto Alegre (Câmara Municipal), totalizando até o momento 144 municípios e 23 câmaras municipais conveniadas.

### **PROGRAMA: Previdência**

O Programa Previdência visa prestar o amparo previdenciário aos dependentes legais do segurado, consoante o previsto na legislação do IPERGS, onde através de reuniões com entidades de classe e órgãos governamentais buscou-se esclarecer dúvidas nessa área, bem como assessorar nos aspectos de proposições de alterações legais.

As outras ações da área, que de forma direta ou indireta, beneficiaram aos segurados e/ou pensionistas do Instituto foram:

- Implantação de novo Sistema de Inscrição de Menor sob Guarda, não mais necessitando de instrução de processo administrativo;
- Implantação de transações no Sistema de Cadastro para assentamento de informações de beneficiários;
- Confecção de novo Termo de Adesão dos Planos com aperfeiçoamento de dados, visando a atualização cadastral do segurado e distribuído às Agências e Escritórios;
- Manutenção da remessa de correspondências aos segurados que solicitaram cancelamento dos Planos, junto à Secretaria da Fazenda, para concretização da solicitação no IPE;
- Controle mais efetivo sobre as informações de salário de benefício informando por meio das folhas integradas.

Cabe destacar o demonstrativo estatístico da área previdenciária:

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Segurados	297.334
Dependentes	485.670
Pensionistas	54.893
Pensões	34.577

Ex-Combatentes	1.709
Pensões concedidas por morte	2.000
Pecúlio "post mortem" pagos por quota	3.125
Quotas canceladas de pensão	3.000
Ressarcimento com despesas funeral	480
Processo de pecúlio "post mortem"	1.848
Processo de Revisão (1ª fase)	641
Processo de Revisão de pensão (Lei 9127/90)	2.241
Pensão Integral (100%)	108
Processo de habilitação prévia	1.198
Revalidações de carteira social	908.756
Inclusão de dependentes	30.902
Inclusão de segurados	6.972
Inscritos em 1997 - PAMES	10.291
Dependentes no PAC	23.768
Inscritos em 1997 - PAC	2.915
Planos vendidos do pecúlio facultativo	246
Pagamento efetivado do pecúlio facultativo segurados/dependentes inscritos no PAMES	315.553

## **PROGRAMA: Saúde**

O Programa Saúde tem por objetivo a prestação de atendimento médico e hospitalar, cobrindo despesas, inclusive, de atos necessários ao diagnóstico e/ou tratamento, respeitando a livre escolha dentre os profissionais e entidades credenciadas e com a participação financeira dos beneficiários nos custos. Cabe ressaltar, a implantação do Sistema Médico Hospitalar (SMH), desenvolvido em parceria com a PROCERGS, em todas as Agências Regionais do Estado e respectivas áreas de abrangência.

Em 1997, o IPERGS registrou 1.681.278 consultas médicas, 2.587.044 serviços de diagnoses e terapia, 50.398 atendimentos ambulatoriais, 93.483 internações, 224.396 emergências, 1.253 processos e 13.827 reembolsos.

No mesmo período, contou com 8.811 prestadores de serviços na área médica.

Os valores gastos no mesmo período, como indenização pelos serviços prestados acima relacionados, atingiram o valor global de R\$ 149 milhões.

## **PROGRAMA: Administração Financeira**

O IPERGS desenvolve, ainda, o Programa Administração Financeira, que representa uma das fontes de recursos necessários à segurança de desempenho do Instituto, onde são resguardados os recursos necessários à formação de reservas técnicas, assim como o pagamento da dívida interna relativa aos financiamentos habitacionais.

O Instituto realizou o gerenciamento do Plano Habitacional, no que tange a manutenção e/ou conclusão de conjuntos habitacionais, onde no presente exercício foram realizadas ações visando a regularização, avaliação e outras, para que em 1998 sejam

concluídas as obras, beneficiando 27 adquirentes, na localidade de Pelotas e 289 adquirentes de Porto Alegre.

#### **1.6.4 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS**

##### **PROGRAMA: Administração**

Em 1997, a Companhia iniciou a implantação do *Projeto de Ponto Eletrônico no Estado*, com o objetivo de viabilizar o registro automatizado da frequência diária dos servidores da Administração Direta e Indireta do Estado, mediante a utilização de equipamento baseado na tecnologia de identificação pessoal, através do reconhecimento de um traço humano.

Realizou, para o Estado, o *Projeto para Elaboração da Programação e Proposta Orçamentária*, adaptação para o processo de orçamentação do exercício de 1998, em atendimento ao disposto na Lei n.º 10.977, que determina o encaminhamento à Assembleia Legislativa da proposta orçamentária única do Poder Executivo, contendo as receitas e as despesas dos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Estado.

No Gabinete do Governador foi implantado o *Projeto da Rede de Informações do Governo*, criando um ambiente que permite maior eficácia na coleta, organização e distribuição das informações através de uma rede de computadores, independente de sua localização geográfica.

O *Projeto SAT Cliente/Servidor - Subsistema das CRATs*, para informatizar os procedimentos administrativos das Coordenadorias Regionais da Administração Tributária (CRAT) e das Circunscrições Fiscais de maior porte, foi implantado, em 1997, em Pelotas, Santa Cruz e Santa Maria, contando atualmente com nove redes instaladas no Estado. O *Projeto SAT Cliente/Servidor - Subsistema dos Postos Fiscais*, que informatizou os procedimentos relativos à fiscalização de tributos no trânsito de mercadorias, passou a funcionar, neste ano, nos postos de Nonoai e Iraí, totalizando sete postos automatizados.

No módulo de *IPVA/Multa*, houve a implantação, em janeiro do ano que passou, do pagamento do IPVA através da Internet, telefone e caixa bancário *on-line* e, em novembro último, das multas.

Foi implantado, em janeiro de 1997, na Assembleia Legislativa do Estado o *Projeto de Sistematização e Consolidação da Legislação Estadual*, que recupera e atualiza, através de recursos de hipertexto, a legislação estadual. Em novembro de 1997, foi disponibilizado para consulta na *Intranet* e na *Internet* a base de dados do *Sistema de Proposições*. Também foi fornecida consultoria para o *Projeto do Sistema de Orçamento/97*, que viabilizou a sistematização das emendas ao projeto de Orçamento do Executivo Gaúcho.

O *Sistema de Acompanhamento de Processos* para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, onde o Juiz registra os despachos diretamente no sistema,

foi disponibilizado em várias Comarcas do interior, que gera, imprime e armazena toda a documentação decorrente, como mandados, editais, cartas e notas de expediente, além de impulsionar, automaticamente, o processo para a próxima fase ou atividade. A utilização destas facilidades diminui em até 70% os tempos de tramitação em algumas fases processuais.

O Sistema de Automação das Câmaras do Tribunal de Alçada, que faz o controle dos prazos dos processos, fornece informação dos julgamentos e emissão de notas de expedientes, editais, pautas de julgamento e atas de sessões, está em operação em 23 Câmaras Cíveis e Criminais, foram implantados pela PROCERGS.

Com o objetivo de aproximar o cidadão do Judiciário, foram disponibilizadas no *VIA RS* e na *INTERNET* informações sobre o andamento dos processos, jurisprudência e consultas detalhadas de processos para advogados. O "*Disque Judiciário*" permite o acesso ao Rol dos Culpados do Estado através do telefone. Implantou-se, ainda, experimentalmente, na Corregedoria, o *Projeto de Informações Estatísticas*, para auxiliar, através de estatísticas e gráficos, os órgãos de decisão do Poder Judiciário.

O *Projeto INFOSEG - Integração Nacional de Informações Criminais* - sistema de âmbito nacional, custeado por recursos financeiros da União/Ministério da Justiça/BID e Estados, para a interligação dos bancos de dados de todos os Estados do Brasil e da Polícia Federal, com o objetivo específico de melhorar nossa segurança pública, foi implantado, em janeiro de 1997, em São Paulo, Rio Grande do Sul e na Polícia Federal.

A PROCERGS implantou o *Projeto INFOPEN - Projeto de Informatização de Presídios*, para o gerenciamento do sistema penitenciário brasileiro, desenvolvido através de convênio assinado entre o Rio Grande do Sul e o Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário. Teve seu projeto piloto concluído e implantado, em dezembro de 1997, no Presídio Central de Porto Alegre.

O *Sistema de Automação de Delegacias de Polícia*, que proporciona o registro e o acompanhamento das ocorrências e flagrantes através, de microcomputador integrado aos bancos de dados da Polícia Civil, está funcionando em 20 delegacias do interior do Estado e, em Porto Alegre, na Delegacia de Delitos de Trânsito, no Plantão da Área Judiciária e em mais quatro delegacias. Está em pleno funcionamento a *Integração de Informações da Área de Segurança Pública*, que permite o acesso mútuo aos bancos de dados da Polícia Civil, Brigada Militar, Susepe e Instituto Geral de Perícias, sob o gerenciamento da Secretaria da Justiça e da Segurança. E, através de *Informações Disponíveis no VIA RS*, podem ser acessadas as placas de veículos, os veículos furtados, os foragidos do sistema penitenciário e os mandados de prisão.

Foram desenvolvidos os sistemas de *Informatização da Inspeção Veterinária*, abrangendo as atividades de sanidade e de movimentação de animais, e o *Sistema de Controle Florestal*, com os módulos de *Licenciamento e Fiscalização*. O *Sistema de Exposições e Feiras* foi adaptado para atender as necessidades da *Expointer 1997*.

Em 1997, foi concluído e entregue ao MEC o *Projeto do Estado para o Programa de Informática na Educação*, que tem o intuito de disseminar a tecnologia de informação nas escolas de 1º e 2º Graus e assegurar para a educação pública um alto grau de qualidade, eficiência e equidade, bem como a modernização da gestão escolar. O *INE* -

*Informática na Escola*, gerenciamento das atividades de secretaria, foi implantado em mais 210 escolas, totalizando 594 ao final deste ano.

O módulo "*Professor, Presente!*", do *Sistema de Informações Educacionais*, que identifica as necessidades de recursos humanos, principalmente professores e especialistas em educação, foi implantado em março, tendo como consequência mais visível a transparência do processo de indicação de docentes para as escolas, bem como um melhor embasamento na tomada de decisões, tais como a nomeação de novos professores. O módulo "*Designação de Diretores e Vice-Diretores*" descentralizou a entrada de informações para as 29 Delegacias de Educação, gerando automaticamente os Atos Legais para publicação no *Diário Oficial*.

No Ministério da Justiça, além dos *Projetos INFOSEG* e *INFOPEN*, já relatados, foi desenvolvido para o Departamento da Criança e do Adolescente, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, o *Projeto SIPIA - Sistema de Informações para a Infância e para a Adolescência*, com o objetivo de gerenciar e controlar as informações da criança e do adolescente, oriundas dos sistemas implantados nos Conselhos Tutelares dos Estados da Federação. Na *Imprensa Nacional* foi disponibilizada a primeira versão do *Diário Oficial da União e da Justiça na Internet*, assim como, entre outros serviços, foram implantados os processos de recebimento e editoração eletrônica do *Diário Oficial da União* e o sistema de venda à vista para os jornais e obras editoradas.

No Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul foi disponibilizada, para os beneficiários e prestadores de serviços, a *Home Page IPERGS na Internet*, com informações on-line, durante 24 horas do dia, de forma fácil e conveniente. Foram concluídos, entre outros serviços, a *Informatização das Agências Regionais* e o projeto lógico e físico da *Rede Local de Microcomputadores*, que interligará 175 pontos, na primeira fase, com acesso direto à *Internet*.

No Departamento Estadual de Trânsito foi implantado o *Projeto GID - Habilitação*, que deu suporte informatizado à criação do Novo DETRAN na área de confecção da Carteira Nacional de Habilitação. Da mesma forma, está sendo disponibilizado, com prazo de término para o primeiro semestre de 1998, o *Projeto GID - Veículos*, com a função de automatizar os Centros de Registro de Veículos, integrando com a iniciativa privada as funções de registro, vistoria e licenciamento de veículos. Na área meio, foram colocados em operação os *Sistemas de Protocolo, Folha de Pagamento, Administração Financeira, Orçamento e Correio Eletrônico*. Está em andamento a *Consultoria Organizacional* relativa a estrutura do Novo DETRAN.

Com projeto da PROCERGS a Caixa Econômica Estadual disponibilizou para os seus clientes o CAIXANET - Internet Banking, com os serviços de saldo, extrato, aplicações, transferências e pagamentos através da Internet. Da mesma forma, foram colocados no Home-Banking ASBACE (Associação dos Bancos Estaduais), os serviços de saldo, extrato, aplicações e transferências.

O Produto VIA RS, rede de valor agregado que atende o mercado composto por empresas, profissionais liberais e pessoais físicas, conta atualmente com mais de 12 mil contratos e de 15 mil usuários. Possui serviços disponíveis na Área Jurídica, no Balcão de Atendimento aos Prestadores de Serviços do IPERGS, no Balcão de Atendimento aos Beneficiários do IPERGS, no Home Banking da Caixa Econômica Estadual, na Área de

Justiça e Segurança, no Andamento de Processos Administrativos, em Consulta à Bolsa de Negócios do Mercosul e a Eventos do Mercosul, entre outros, além do acesso à Internet.

O PROCERGS-Infomação, que permite o acompanhamento das ações do Governo e da tramitação de processos administrativos, pesquisa das oportunidades de negócio no Mercosul e o uso de correio eletrônico, está instalado em mais de 50 prefeituras e câmaras municipais.

O PROCERGS-Escola, auxiliar da administração escolar que automatiza os serviços de secretaria, foi comercializado para 18 estabelecimentos, 12 deles municipais, 5 particulares e 1 federal. E o PROCERGS-Legislativo, para o acesso às informações sobre a tramitação dos processos legislativos nas câmaras municipais, está pronto e disponível para a comercialização.

## **1.7 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RS - DPG**

### **PROGRAMA: Processo Judiciário**

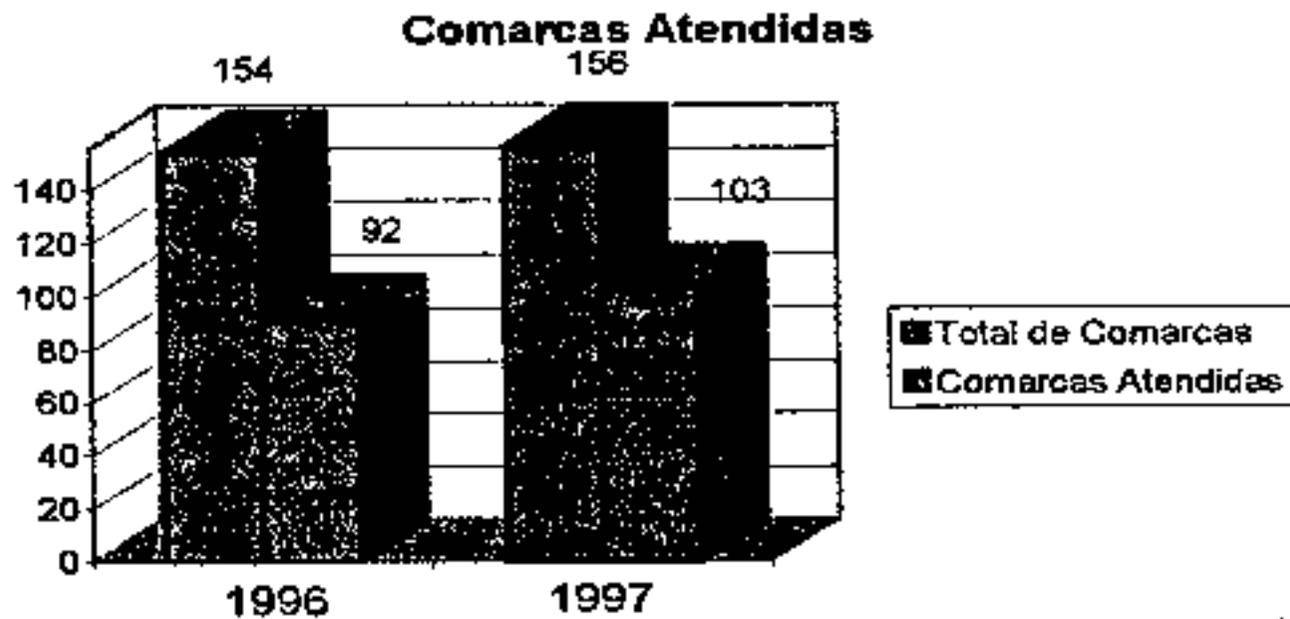
O Programa Processo Judiciário compreende as ações relativas ao processo judiciário em todas as suas instâncias, as ações desenvolvidas na defesa e acompanhamento dos interesses da sociedade e do poder público no fórum, bem como as ações voltadas à coordenação e fiscalização do sistema correccional, construção e funcionamento de penitenciárias, reformatórios, presídios e promotorias.

Dentro do Programa *Processo Judiciário* a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul realizou ações nas áreas de *Ampliação do Atendimento, Descentralização e Modernização*.

#### **- Ampliação do Atendimento**

A ampliação do atendimento da Defensoria Pública do Estado permitiu que mais comunidades carentes do Rio Grande do Sul obtivessem atendimento jurídico gratuito. Estas ampliações foram possíveis através de convênios e designações excepcionais realizadas pela Instituição.

Convênios realizados com Prefeituras, Poder Judiciário, Universidades e Associações visaram à melhoria da qualidade da prestação dos serviços, criando condições de ampliação do atendimento, oportunizando o enriquecimento dos currículos universitários, beneficiando a população carente do Estado do Rio Grande do Sul, que não tinha acesso à justiça por não dispor de recursos financeiros. Em relação à abrangência do atendimento da DPE no RS, houve um crescimento em torno de 7% das comarcas atendidas, considerado a instalação de duas novas comarcas pelo Judiciário. Com isso, a DPE passou a atender 66% das comarcas existentes.

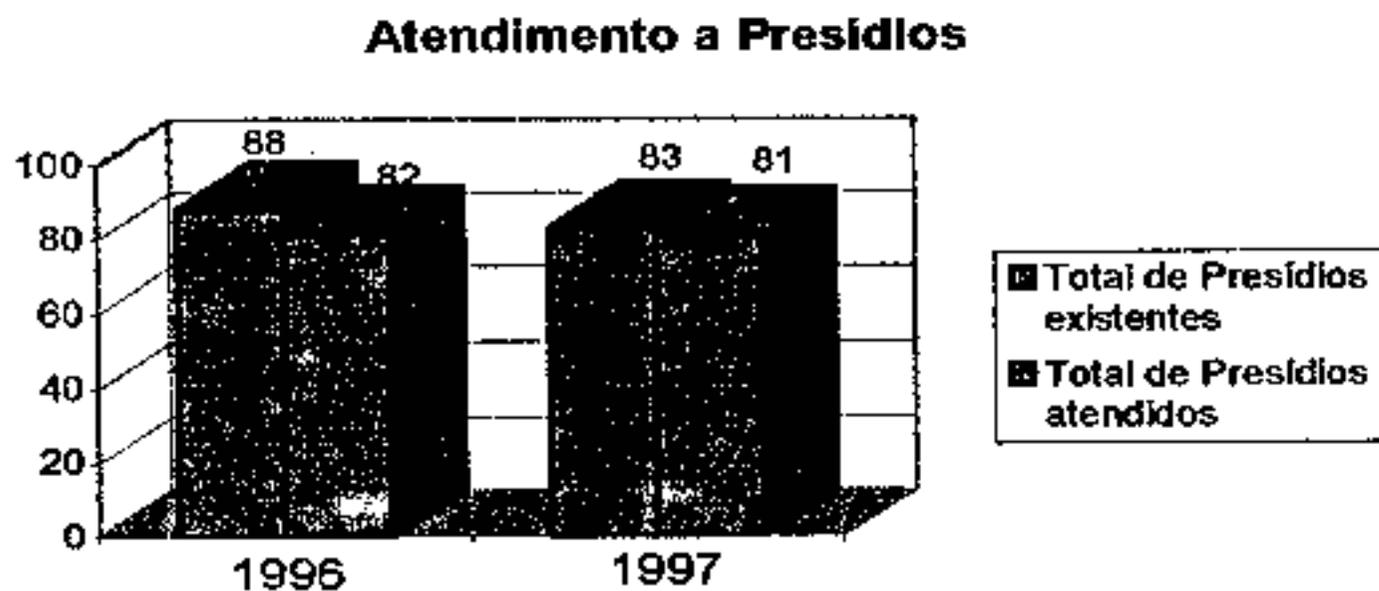


Foram assinados convênios com as Prefeituras Municipais de Torres, Capão de Canoa e Tramando para atuação efetiva dos Defensores Públicos na Operação Veraneio 96/97.

Estas ações permitiram um crescimento no número de atendimentos para 412.858, em torno de 18% em relação ao mesmo período do ano anterior em todo o Estado. Isto considerando que no período de 1996 atuavam 261 Defensores Públicos e que em meados de 1997 somente 231 e, ainda assim foi possível aumentar o atendimento à população carente do Estado. Computada essa redução ocorrida nos anos de 1996 e 1997, houve um ganho real no atendimento na proporção de 33%.

O atendimento aos apenados dentro dos Estabelecimentos Prisionais (EP) permitiu realizar uma avaliação permanente dos direitos e benefícios executórios a que fazem jus, com a conseqüente postulação junto ao Judiciário e Administração dos Presídios. Este procedimento teve como objetivo reduzir as tensões existentes e diminuir a população carcerária nos Estabelecimentos Prisionais. Tais atendimentos foram realizados pela Equipe Itinerante formada por Defensores Públicos da Unidade das Casas Prisionais e por Defensores Públicos do Interior que atendem os presídios das suas respectivas Comarcas.

Em 1996 o número de Estabelecimentos Prisionais existentes no Estado era de 88, sendo atendidos pela DPE 93,2% dos mesmos. Em 1997 o número de Estabelecimentos Prisionais foi reduzido para 81 e a Defensoria Pública atendeu 97,6%, com um incremento do atendimento de 4,4%, inserido também na Área Social.



Ainda buscando a ampliação do atendimento, a Defensoria Pública assinou convênios com as Comarcas das regiões: Nordeste (Lagoa Vermelha), Alto Uruguai (Nonoai), Central (Tupanciretã), Vale do Rio dos Sinos (Sapiranga), Vale do Taquari (Arvorezinha, Taquari), Vale do Rio Pardo (Pantano Grande), Noroeste Colonial (Augusto Pestana), Missões (Giruá, Guarani das Missões), Região das Hortênsias (São Francisco de Paula), Centro-Sul (Camaquã). Estas Comarcas concentram uma população aproximada de 344.140 pessoas.

Foram realizados os “Mutirões do Encarcerado”, realizando trabalhos de atendimento aos apenados recolhidos aos presídios da Capital, Complexo de Charqueadas e Interior do Estado do Rio Grande do Sul. Foi implantado o atendimento permanente desde 1995, iniciativa pioneira do RS no Brasil e paradigma para os outros Estados, reconhecido pela Carta de Fortaleza de 1997.

Foram realizados mutirões de atendimento, visando à avaliação das áreas fundiárias para fins de regularização através de ações administrativas ou jurídicas.

Visando o controle e aprimoramento do serviço prestado, foram realizadas visitas de correição a todos os órgãos de execução, realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública, atingindo todas as Comarcas atendidas pela DPE no Estado.

## **- Modernização**

A Informatização da Instituição também teve influência no aumento do número de atendimentos, assim como na qualidade do serviço prestado, permitindo oferecer um trabalho mais eficiente, eficaz e efetivo. Enfim, a reorganização e a informatização do Órgão possibilitou uma melhoria na produtividade, tanto na qualidade de vida da comunidade atendida como do corpo funcional.

Foi realizada prova para seleção de estágio forense, oportunizando o enriquecimento dos currículos dos estudantes universitários de Direito dentro da Defensoria Pública do Estado.

Com a inauguração da sala da Defensoria Pública do Estado no Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, foi ampliado o atendimento de assistidos cuja ação pertença ao 2º Grau dos Tribunais de Justiça e/ou Alçada do Rio Grande do Sul.

## **- Descentralização**

Foi criada a Unidade de Apoio à Infância e Juventude, equipe especializada na Área da Infância e Juventude da DPE, cuja prioridade é patrocinar e defender os direitos da criança e do adolescente e tratamento especial previstos na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A DPE participou, junto à 3ª Vara de Execuções, de medidas sócio-educativas da Infância e Juventude de Porto Alegre no levantamento efetivado em sistema de mutirão de 207 adolescentes internos do Instituto Central de Menores - ICM da FEBEM/RS, visando atenuar as tensões nos locais de internamento e reduzir a população de internos, garantindo a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Efetivação a assinatura do Compromisso de Articulação do Sistema Gaúcho de Atenção ao Adolescente Autor de Ato Infracional, cujo objetivo é de instalar Fóruns Regionais de discussão, articulação, qualificação, implementação e avaliação das medidas sócio-educativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, através de um trabalho integrado com demais Órgãos afins, visando a garantia da proteção integral do adolescente autor de ato Infracional e efetiva implantação do Estatuto. Participação na Ação Comunitária “ Redesenhando a Vida ”, realizando atendimentos aos apenados e seus familiares e demais participantes da comunidade de Charqueadas.

Com a finalidade de promover e divulgar a Instituição, através da Rede Mundial Internet, a Defensoria Pública do Estado criou uma Home Page, permitindo que outros setores da sociedade tenham conhecimento deste serviço público prestado pelo Governo do Estado para a população carente, realizando marketing de baixo custo, porém com ampla extensão, divulgar e informar o trabalho da Instituição, áreas de atuação, especializações e locais de atendimento ao público.

## **1.8 - SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**

### **PROGRAMA: Planejamento Governamental**

É o conjunto de ações relacionadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados, de planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

Os principais projetos/ações desenvolvidos pela Secretaria no ano de 1997 estão relacionados a seguir.

#### **- Mar de Dentro**

Este Programa visa o desenvolvimento sustentável racional, recuperação e gerenciamento ambiental das bacias hidrográficas das lagoas dos Patos e Mirim, abrangendo uma área de 60.000 km<sup>2</sup>, atingindo 29 municípios da Metade Sul, cuja população a ser beneficiada será de 1 milhão de habitantes.

No ano de 1997, foi realizado o 3º Seminário do Mar de Dentro no município de São Lourenço do Sul, assim como aprovação junto ao Governo do Japão de cooperação técnica para desenvolvimento do Programa Mar de Dentro - 1ª fase.

Também foi proporcionado, na área de gerenciamento ambiental para Geógrafo, um estágio de trabalho, pelo período de 1 (um) ano, no Lake Biwa Institute na Província de Shiga no Japão.

#### **- Pró-Guaíba**

Este Programa objetiva dotar a bacia hidrográfica do Guaíba das condições necessárias ao desenvolvimento racional de seus recursos naturais, recuperação da qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais, bem como executar o manejo ambiental

sustentado da produção agrícola, pecuária, florestal e industrial, abrangendo uma área de 86.000 km<sup>2</sup>, beneficiando uma população de 6.000.000 hab., em 251 municípios com investimentos no valor total de US\$ 220,5 milhões, sendo US\$ 133,3 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 88,2 milhões contrapartida do Estado e R\$ 17 milhões da Finep.

Fazem parte desse Programa, além da SCP, a SAA, a FZB, a CRM, a FEPAM, da CORSAN, a SE, a METROPLAN e órgãos municipais como DMAE e DMLU. É por parte do Fundo Pró-Guaíba: Conselho Deliberativo, Conselho Consultivo, Secretaria Executiva do Pró-Guaíba.

Em 1997, foram realizados os seguintes investimentos em obras, abrangendo principalmente as redes de coleta e tratamento de esgoto domésticos em Cachoeirinha e Gravataí, sendo desembolsado 68,35% do valor contratado que foi de US\$ 46,1 milhões e atendida 41,59% de uma rede total de 638.621m.

Com relação à coleta e tratamento de esgoto doméstico, em Porto Alegre, do valor contratado de US\$ 27,6 milhões foram desembolsados 25,33%.

Quanto às Estações de Bombeamento e de Tratamento, dos valores contratados de US\$ 8,2 milhões e US\$ 17,2 milhões, foram desembolsados 7,71% e 49,35%, respectivamente.

Dos Parques e Reservas, convém destacar o Jardim Botânico e o Delta do Jacuí. Em quinze meses, dos valores contratados de US\$ 1,4 milhões e US\$ 1,2 milhões para cada um, foram desembolsados 68,37% e 4,20%, respectivamente, dos valores acima. Já para o Jardim Zoológico, em 18 meses, do valor contratado de US\$ 1,1 milhões foi desembolsado apenas 3,05%.

Quanto aos investimentos em equipamentos e contratação de serviços, o valor foi de R\$ 7,8 milhões.

## **- FUNDOPIMES**

No ano de 1997, o Programa contratou, através de financiamento, o montante de R\$ 48,9 milhões, resultante de 55 operações de crédito, atingindo 54 municípios e mais a CIA. Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Esses recursos vão possibilitar, no caso da CORSAN, a melhoria no desenvolvimento operacional da Companhia, o incremento da produção e distribuição de água em vários municípios, sobretudo na região metropolitana de Porto Alegre, além de coleta e tratamento de esgotos, beneficiando diretamente mais de 1 milhão de pessoas.

Em relação aos 54 municípios atingidos pelo Programa, em 1997, foi possível a execução de 143.723 m de pavimentação urbana, 143.008 m de redes de microdrenagem, 47.901 m de redes de iluminação pública, construção de 07 creches e de 02 postos de saúde, além de ações no âmbito de assistência técnica e treinamento de pessoal nas prefeituras, assim como aquisição de sistemas de informática beneficiando diretamente 120.220 pessoas nos municípios.

Desde sua implantação, em 1990, o PIMES já efetuou 226 operações de crédito totalizando R\$ 292,4 milhões em financiamentos, atingindo 187 municípios em todo o Estado do Rio Grande do Sul, e beneficiando diretamente 3,3 milhões de pessoas, com obras de infra-estrutura urbana e de saneamento.

### **- Central de Atendimento**

Este projeto tem por objetivo concentrar, em mesmo espaço físico, o maior número possível dos serviços públicos que são demandados diretamente pelo cidadão.

Uma das características da Central de Atendimento consistirá no atendimento qualificado ao cidadão, de forma prestativa e imediata.

Em 1997, as principais atividades realizadas ou em andamento constituíram-se na: definição do local, seleção dos serviços a serem oferecidos, capacitação e treinamento dos recursos humanos.

### **- Acerto de Contas**

O Estado e a FAMURS promoveram o Programa de Acerto de Contas Estado-Municípios, com o objetivo de compensar créditos recíprocos.

A principal dívida dos municípios era devida à iluminação pública, sendo que o Estado adquiriu tais créditos da CEEE e celebrou um Convênio com cada município, o qual estabeleceu as condições de aquisição, compensação e parcelamento dos créditos e débitos.

Em 1997, foram regularizados 460 municípios, adimplentes 57 e em negociação 6. Com relação ao estoque da dívida de Iluminação Pública foram negociados R\$ 82,1 milhões e por negociar R\$ 83 milhões.

Também foram negociados pelo Comitê outros valores como: iluminação de Próprios no valor de R\$ 8,1 milhões com 118 municípios e abastecimento de água e esgoto (CORSAN) com 90 municípios no valor de R\$ 5,1 milhões.

### **- Contratos de Gestão**

Em 1997, foi dada continuidade ao acompanhamento, através de relatórios trimestrais e aferições técnicas do desempenho da CEEE, CORSAN, CRM, PROCERGS e FEPPS sob Contrato de Gestão com o Governo do Estado.

Durante o ano de 1997, também foram firmados aditivos aos Contratos de Gestão com CEEE, CRM, CORSAN, visando adequar indicadores e metas. Foram também elaboradas duas pesquisas científicas de opinião pública: O Serviço Público na opinião dos gaúchos e o Ensino na Escola Pública.

### **- RS 2010**

O Projeto RS-2010 reforçou a atividade de planejamento em suas três dimensões: a global, a estratégica e a participativa, pondo fim à prática tradicional do

*planejamento de gabinete. O objetivo do Projeto é contribuir para a construção coletiva de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Estado do Rio Grande do Sul.*

Ao longo de 1997, com o objetivo de estimular o diálogo e a interação das lideranças do Estado nas áreas governamental, empresarial, laboral e acadêmica, foi cumprida uma extensa agenda de visitas, buscando a motivação e o comprometimento de outros órgãos públicos e privados em torno do pensar o Rio Grande do Sul numa perspectiva de longo prazo.

Estabelecidas as diferentes formas de associações e de parcerias que iriam desenvolver o trabalho, o Projeto RS 2010 teve início com um grande esforço de pesquisa visando definir o panorama do desempenho recente da economia estadual e de seus desdobramentos sociais, sendo divididos em duas etapas.

A primeira etapa se consistiu em:

- **Elaboração de onze documentos temáticos e oito documentos síntese nas seguintes áreas: Indústria, Agribusiness, Comércio e Turismo, Agregados Macroeconômicos, Balança Comercial, Desequilíbrios Regionais, Infra-estrutura, Educação, Emprego, Pobreza Rural e Pobreza Urbana;**
- **Realização de quinze simpósios regionais para discussão dos documentos temáticos;**
- **Edição e publicação de 3 Boletins Informativos;**
- **Editoração e edição de 3.250 publicações, sendo 2.300 exemplares dos documentos temáticos e 950 dos documentos síntese;**
- **Realização de seminário de nível nacional: "Novas Trajetórias no Desenvolvimento do Rio Grande do Sul";**
- **Realização de *workshop* sobre "Tendências Mundiais do Desenvolvimento".**

Na segunda etapa, foram realizadas as seguintes atividades:

- **Elaboração dos documentos Cenários Macroeconômicos Nacionais, Projeções Macroeconômicas do RS, Mapa dos Investimentos do RS e Estudo de Desenvolvimento e Políticas Comparadas;**
- **Realização do seminário internacional "Desenvolvimento Econômico: Reforma do Estado, Financiamento e Política Industrial - Uma Perspectiva de Longo Prazo";**
- **Realização de dois seminários nacionais: "O Brasil na Virada do Milênio" e "Cenários para a Economia Brasileira": 1998-2010";**
- **Reuniões de trabalho realizadas com técnicos do BNDES, representantes de setores da indústria gaúcha - complexo químico, complexo automotivo e cadeia coureiro-calçadista - e do agribusiness;**

- Reuniões de trabalho do Grupo de Sistematização do Projeto RS-2010, com a participação de técnicos do BNDES e da Câmara de Comércio Exterior da Presidência da República e de outros especialistas convidados da área acadêmica e empresarial.

A terceira e última etapa do Projeto, iniciada em dezembro, deverá consolidar os debates e estudos anteriores, sintetizar os pontos de consenso alcançados e, como resultado principal, formular a estratégia de desenvolvimento compatível com as qualificações e as aspirações gaúchas para o período que vai até 2010.

## **- Apoio aos COREDES**

Ao longo do ano de 1997, foram os seguintes os eventos envolvendo os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES):

- Seminário com os seguintes painéis: O Poder Público e o Desenvolvimento Regional, A Universidade e seu papel no Desenvolvimento Regional, Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, Comunidade, Participação e Desenvolvimento Regional e Avaliação da Caminhada - dificuldades, avanços e estratégias;
- Seminário, com a Missão DATAR, com o painel "Política Regional em uma Perspectiva Comparada: Um Imperativo da Inovação";
- Audiências Públicas no interior do Estado, promovidas pela Comissão de Finanças e Planejamento da Assembleia Legislativa e pelo Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, com a participação do Departamento de Programação Orçamentária e do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano, divididos em dois roteiros: o primeiro nos municípios de Encantado, Erechim e Santo Ângelo e o segundo nos municípios de Novo Hamburgo, Pelotas e Santana do Livramento.

A participação dos COREDES também foi importante no desenvolvimento do Projeto RS 2010, através da organização de eventos tanto na capital, como no interior do Estado. Foram realizadas treze reuniões, sendo cinco em Porto Alegre, duas em Pelotas e uma em Ijuí, Caxias do Sul, Canela, Lajeado, Santa Maria e Rio Grande.

Outras atividades também foram desenvolvidas, junto aos COREDES, como o acompanhamento da transferência de recursos da ordem de R\$ 31 milhões para os 13 Coredes regularizados, de um total de R\$ 96 milhões previstos para as 22 regiões, bem como o apoio às demandas dos vinte e dois COREDES e na participação da Proposta Orçamentária do Estado através das Audiências Públicas programadas pela Assembleia Legislativa.

## 1.8.1 - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser- FEE

### PROGRAMA: Planejamento Governamental

As principais atividades desenvolvidas, pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser - FEE, obedecem as seguintes diretrizes:

- identificar e propor alternativas globais e setoriais de desenvolvimento econômico e social do Estado;
- estruturar e operar o sistema de Contabilidade Social, proceder a análises conjunturais, bem como realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de indicadores econômicos e sociais;
- coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos;
- colaborar na elaboração e/ou co-participar na execução e controle de programas ou projetos do Governo Federal, Estadual e Municipal.

Nesse sentido, a FEE, no exercício de 1997, manteve o seu comprometimento com a tarefa de analisar a realidade sócio-econômica nacional e, em especial, a do Rio Grande do Sul. Os resultados dessa atuação materializaram-se no reconhecimento e na presença atuante que são as marcas registradas da Instituição junto às distintas esferas do Poder Público e da Sociedade Gaúcha em geral.

*Isso se deve, principalmente, à capacidade demonstrada pela mesma de oferecer respostas imediatas aos desafios colocados pela conjuntura sócio-econômica, seja através de suas publicações, seja pela realização de seminários abertos à comunidade científica e ao público interessado. O aumento crescente do atendimento ao público através da Base ISE/FEE e a constante participação dos seus pesquisadores na mídia são igualmente reveladoras do empenho da FEE para cumprir as suas metas.*

*Cumpra destacar o grande esforço da FEE, nos últimos anos, no sentido de "abrir-se" ao exterior, tanto no aspecto da busca de financiamentos - FINEP, FAPERGS, PNUD, Banco Mundial - como no do estabelecimento de parcerias com outras entidades. No primeiro caso, os progressos foram muito expressivos, a ponto de todos os grandes projetos atualmente em execução, contarem com financiamento. No caso das parcerias, os avanços foram igualmente significativos, ainda que mais localizados.*

*Em qualquer circunstância, este é nitidamente o sentido do movimento identificado, sendo previsível o seu fortalecimento no curto prazo por conta da disseminação das chamadas redes de pesquisa no País.*

Os resultados obtidos pela FEE, no exercício de 1997, serão apresentados conforme suas duas grandes áreas de atuação: análise sócio-econômica e estatísticas sócio-econômicas.

## **- Área de Análise Sócio-Econômica**

### ***a) Projetos em andamento***

- **Impactos Sociais e Territoriais da Reestruturação Econômica no Rio Grande do Sul, abrangendo três eixos temáticos - Tecnologia e Relações do Trabalho, Reestruturação e Novas Territorialidade, e Reestruturação na Agroindústria Gaúcha - desdobrados em 10 subprojetos (financiamento da FINEP);**
- **Balanco Energético Consolidado do Estado do Rio Grande do Sul: 1989-1996 (Convênio de cooperação técnica entre a FEE e a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, financiado pela Petrobrás);**
- **Comércio Exterior do Rio Grande do Sul: uma análise;**
- **O Rio Grande do Sul: trajetória singular de desenvolvimento econômico e social (com apoio da FAPERGS);**
- **Estudo Comparativo sobre a inserção dos Estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo no federalismo fiscal brasileiro na Primeira República (com apoio da FAPERGS);**
- **Projeto RS 2010, realizando o futuro (Secretaria da Coordenação e Planejamento, FEE e METROPLAN);**
- **Estratificação dos Municípios Gaúchos segundo indicadores sintéticos das condições sociais e gastos em assistência social (parceria FGTAS/FEE);**
- **Estudos do Setor Florestal do RS (cooperação técnica entre a FEE e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento/Departamento de Recursos Naturais Renováveis, com recursos do Fundo Florestal Estadual);**
- **Projeto conjunto entre IPARDES/PR, ICEPA/SC e FEE, para integrar a rede IPEA para o Agribusiness - 1998;**
- **Pró-Rural 2000: Avaliação e Acompanhamento (Convênio assinado com a Secretaria Executiva do Programa e EMATER, com consultoria da FGV) - financiamento do Banco Mundial;**
- **Pró-Rural 2000: Estudos Especiais (Protocolo de Cooperação Técnica) - parceria com a UNLUI, a UFRGS e a EMATER;**
- **Balanco e Perspectivas da Descentralização no Brasil.**

### ***b) Trabalhos Publicados***

- **Projeto RS 2010, realizando o futuro (Secretaria de Coordenação e Planejamento, FEE e METROPLAN):**
  - **Documento Temático do Núcleo Desafios do Emprego;**
  - **Documento Temático do Núcleo Agribusiness;**

- Documento Temático do Núcleo Pobreza Urbana;
- Documento Temático do Núcleo Indústria;
- Documento Temático do Núcleo Agregados Econômicos;
- Descentralização das Políticas Sociais no RS - 1986-94: Relatório Síntese (Documentos FEE) - rede FUNDAP/IPEA, com financiamento do PNUD;
- Descentralização das Políticas Sociais no RS - 1986-94: Saúde (Documentos FEE);
- Descentralização das Políticas Sociais no RS - 1986-94: Saneamento (Documentos FEE);
- Descentralização das Políticas Sociais no RS - 1986-94: Habitação (Documentos FEE);
- Descentralização das Políticas Sociais no RS - 1986-94: Assistência Social (Documentos FEE);
- Descentralização das Políticas Sociais no RS - 1986-94: Educação (Documentos FEE);
- Espacialização da Exclusão Social Urbana no RS (Documentos FEE);
- Novas Migrações no RS: os casos de Uruguaiana e Bagé - publicado nos Anais do I Encontro Nacional de Migração, ABEP/TPARDES - Curitiba (projeto com apoio financeiro da FAPERGS);
- O desenvolvimento econômico de Porto Alegre (publicado no "Atlas da Cidade de Porto Alegre" da PMPA (no prelo);
- Dinâmica de Urbanização no Rio Grande do Sul: temas e tendências (Documentos FEE);
- Participação de técnicos da FEE na confecção de verbetes que integram o livro Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico, organizado por Antônio David Cattani (Petrópolis: Vozes/Editora da UFRGS, 1997).

#### ***c) Trabalhos Concluídos e Não Publicados***

- Análise do Gasto Estadual com Pessoal (rede com 10 Estados, sob a coordenação do IPEA) - Relatório reservado.

### **Área de Estatísticas Sócio-Econômicas**

#### ***a) Projetos em andamento***

- Indicador Trimestral da Atividade Econômica (projeto permanente);
- Indicadores da Agropecuária (projeto permanente);

- Matriz de Insumo - Produto;
- Atualização do Produto Interno Bruto Municipal (projeto permanente);
- Atualização das estimativas do Produto Interno Bruto do Estado (projeto permanente);
- Indicadores Sociais selecionados para o Brasil e o Rio Grande do Sul nas décadas de 80 e 90;
- Indicadores Sociais Municipais para o Rio Grande do Sul (financiamento aprovado pela FAPERGS);
- Índice de Preços dos Serviços em Porto Alegre (Convênio com o SENAC);
- Termômetro de Vendas de Porto Alegre (Convênio com CDL/POA) (atividade permanente);
- SIVEIPEÇAS - Desempenho do Mercado (Convênio com o SIVEIPEÇAS) (atividade permanente);
- Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) - levantamento sistemático dos principais indicadores de emprego e desemprego e de outras características sócio-econômicas da RMPA, com base em pesquisa domiciliar, com periodicidade mensal (Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE/SP e DIEESE) (atividade permanente);
- *A mulher no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre;*
- Mercado de trabalho e a indústria calçadista do Vale do Rio dos Sinos;
- Crianças e adolescentes no mercado de trabalho da RMPA: ocupação e renda;

Como condição imprescindível ao cumprimento das suas atribuições, a FEE opera paralelamente com outros tipos de atividades que dão suporte às duas áreas citadas: processamento de dados, editoração de textos e documentação.

No período de janeiro a novembro de 1997, foram divulgados os seguintes trabalhos:

*a) Periódicos*

- Ensaio FEE - (Ano 18, V.35 número 1 e 2);
- Indicadores Econômicos FEE - (V. 24 número 4, V.25 número 1, 2 e 3);
- *Carta de Conjuntura* - (Ano 7, números 4 a 12 e Ano 8 número 1);
- *TV Novo Hamburgo* - (Ano II número 9, 10 e 11);

- TV Porto Alegre - (Ano XXI, número 12 e Ano XXII números 1 a 10);
- Informe PED - (Ano 5 número 12 e Ano 5 números 1 a 10);
- SIVEIPEÇAS - (Ano 6 número 12 e Ano 7 números 1 a 9);
- Informe Conjuntural - (Ano 1 números 10, 11 e 12 e Ano 2 números 1 a 8);

**b) Não Periódicos**

- Fronteiras da América Latina: espaços em transformação - Convênio FEE/UFRGS;
- Espacialização da exclusão social urbana no RS;
- A Fronteira Oeste do RS na integração latino-americana- (reedição);
- Competitividade e inovação da Indústria Gaúcha: Têxtil - (reedição), Celulose, Avícola, Propostas Setoriais, Cutelaria e Máquinas-Ferramentas;
- Descentralização das Políticas Sociais no RS: Assistência Social, Educação, Habitação, Recomendações, Relatório Final, Relatório Síntese, Saneamento e Saúde;
- Dinâmica da Urbanização no Rio Grande do Sul - Temas e Tendências;
- IDS - Índice de Desenvolvimento Social;

E para publicação constam os seguintes trabalhos:

- TV Porto Alegre - (Ano XXII número 11);
- Informe Conjuntural - (Ano 2 número 9);
- SIVEIPEÇAS - (Ano 7 números 10 e 11);
- Informe PED - (Ano 6 número 11);
- Carta de Conjuntura - (Ano 8 números 2 e 3);

## INDICADORES SELECIONADOS DO DESEMPENHO DA FEE

INDICADORES	PERÍODO JAN-NOV 1997
Participação da FEE na mídia	893
Titulos publicados pela FEE	88
Artigos de técnicos da FEE divulgados nas revistas Ensaios e Indicadores	32
Número de projetos financiados	14
Valor dos projetos financiados (R\$)	1.157.082,84*
Eventos Organizados pela FEE	18**
Participação dos técnicos da FEE em eventos (palestras, seminários, etc.)	91
Atendimentos da Biblioteca da FEE	5.454

\* Refere-se ao montante recebido no ano.

\*\* Incluem eventos relacionados com o Projeto 2010, realizados em parceria com a Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Referências especiais merecem dois projetos, desenvolvidos fora das diversas linhas de pesquisa da FEE, por se constituírem em projetos especiais do Governo: "RS 2010" e "Pró-Rural 2000".

### 1.8.2 - Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional METROPLAN

#### **PROGRAMA: Desenvolvimento de Microrregiões**

Este Programa envolve um conjunto de ações no sentido da promoção e apoio ao desenvolvimento de pequenos núcleos, capazes de gerar crescimento para o restante da região.

Foram executados, em 1997, através dos Projetos mencionados a seguir as seguintes ações:

#### **- Plano de Ordenamento Territorial do Estado**

##### *Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional.*

Resultados alcançados: concluída a etapa de assessoramento à elaboração da Caracterização Regional dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES Fronteira Oeste, Nordeste e Norte. Em elaboração para o Vale do Rio Pardo e Litoral. Beneficiários: 1.500.000 de habitantes.

##### *Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional do Médio Uruguai.*

Resultados alcançados: em andamento trabalhos conjuntos com URI-UNIJUI de assessoramento à elaboração dos planos para os COREDES das Missões, Fronteira

Noroeste e Noroeste Colonial. Para o COREDE Centro-Sul, os trabalhos são efetuados em conjunto com a UFRGS.

Beneficiários: 1.000.000 de habitantes.

*Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Taquari.*

Resultados alcançados: em andamento a etapa de assessoramento à elaboração da operacionalização do Plano Turístico.

Beneficiários: 290.000 habitantes.

*Elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto Rivera - Santana do Livramento.*

Resultados alcançados: concluído o Diagnóstico Territorial; em andamento a etapa da elaboração do Diagnóstico Sócio-econômico.

Beneficiários: 150.000 habitantes.

*Planos Diretores para as cidades de Vacaria, Farroupilha e Rio Pardo.*

Resultados alcançados: em andamento o assessoramento à elaboração dos mesmos.

Beneficiários: 150.000 habitantes.

*Consultas sobre Plano Diretor, regularização de loteamentos e localização de equipamentos urbanos.*

Resultados alcançados: foram atendidos os municípios de Dona Francisca, Terra de Areia, Veranópolis, Mariana Pimentel, Flores da Cunha, Encantado, Barra do Quaraí, Campinas do Sul, São Miguel das Missões, Santa Rosa, Ilópolis, Balneário Pinhal, Caraá e Santa Maria.

*Instalação do Conselho Deliberativo da Aglomeração Urbana do Nordeste.*

Resultados alcançados: em elaboração o mapeamento e relatórios, através de assessoramento.

Beneficiários: 550.000 habitantes.

*Projeto RS 2010*

Resultados alcançados: em andamento a participação no trabalho coordenado pela Secretaria da Coordenação e Planejamento.

*Arquivo Gráfico Municipal.*

Resultados alcançados: Convênio Governo do Estado com o IBGE para consolidação da delimitação de 170 municípios do Rio Grande do Sul. Em fase de conclusão.

*Plano Diretor Regional do Polo Energético de Candiota.*

Resultados alcançados: elaboração do Anteprojeto de Lei.

*Pesquisa de Produção e Consumo do Rio Grande do Sul.*

Resultados alcançados: com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento - concluído.

## **PROGRAMA: Regiões Metropolitanas**

Trata do conjunto de ações desenvolvidas no sentido de planejar e coordenar de forma integrada, a execução de programas para serviços básicos nas regiões metropolitanas, criadas por lei.

## **- Planejamento e Ordenação do Espaço Metropolitano**

### *Plano de Desenvolvimento Metropolitano.*

Resultados alcançados: compilação e interpretação de diagnósticos para a avaliação.

Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

### *Estatuto Metropolitano.*

Resultados alcançados: proposta de implantação de um modelo interativo de planejamento na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA, visando atualizar os instrumentos de planejamento e gestão metropolitana. Concluída.

Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

### *Agenda Metropolitana de Melhoramentos Públicos.*

Resultados alcançados: compatibilização, organização e seleção dos investimentos constantes do orçamento estadual para municípios da RMPA sob um mesmo pacote de investimentos, abrangendo tanto a administração direta como a indireta. Concluída.

Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

### *Consultoria técnica a municípios da RMPA.*

Resultados alcançados: participação nos Conselhos Municipais de Planos Diretores de Cachoeirinha, Campo Bom, Dois Irmãos, Estância Velha, Nova Hartz, Porto Alegre, Portão e Sapiranga.

### *Planos Diretores.*

Resultados alcançados: atendidos os municípios de Estância Velha, Sapiranga e Gravataí, sendo que, neste último para incorporar os efeitos da implantação do complexo da General Motors.

### *Pareceres referentes à anuência prévia nos parcelamentos do solo metropolitano.*

Resultados alcançados: 78 (setenta e oito) Termos de Anuência Prévia concedidos.

### *Perícias e laudos para o Ministério Público/Poder Judiciário.*

## **- Sistema de Transportes na RMPA**

### *Organização do transporte coletivo intermunicipal de passageiros na RMPA.*

Resultados alcançados: estudo sobre a organização e Projeto de Lei para criação do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros - SETM e de Conselho Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros - CETM.

### *Renovação do Transporte Coletivo por Ônibus nos Corredores Norte e Nordeste da RMPA - Projeto Linha Rápida.*

Resultados alcançados: licitados e contratados os estudos de concepção de tráfego e os projetos de engenharia final para trechos das Avenidas Sertório e Av. Baltazar de Oliveira Garcia, em Porto Alegre num total de 7 Km e a Av. Presidente Getúlio Vargas, em Alvorada, numa extensão de 3,3 Km, no Eixo Porto Alegre-Alvorada. Contratados projetos de engenharia final para as Avenidas Assis Brasil, em Porto Alegre, General Flores da Cunha, em Cachoeirinha, Dorival de Oliveira, em Gravataí e Rua Anápio Gomes, em Gravataí, num total de 19,8 Km, no Eixo Porto Alegre -Cachoeirinha/Gravataí.

Beneficiários: 381.313 passageiros por dia.

*Pesquisa EDOM (Entrevista Domiciliar) sobre transportes na RMPA.*  
 Resultados alcançados: em andamento, com as entrevistas já realizadas.  
 Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

*Programa de Melhorias das Vias com Transporte Coletivo na RMPA - Asfalto nas Vilas.*  
 Resultados alcançados: projetos de engenharia final contratados. Licitadas obras nos municípios de Viamão (4.739 metros), Estância Velha (1.450 metros) e Cachoeirinha (5.390 metros).  
 Beneficiários: 270.809 habitantes.

*Avenida do Trabalhador.*  
 Resultados alcançados: obra viária complementar ao complexo da Av. Walter Jobim/Jardim Universitário - implantada.

## **- Pró-Renda Urbano**

*Planos de Desenvolvimento Local Integrado nas vilas Mato Sampaio/Fátima, Campo da Tuca, Maria da Conceição, Medianeira/Tronco e Restinga Velha, em Porto Alegre.*  
 Resultados alcançados: conclusão da fase piloto do Projeto PRORENDA, com execução de obras de saneamento, pavimentação e escritórios comunitários  
 Beneficiários: cerca de 45 mil habitantes.

*Atividades de organização comunitária e de capacitação.*  
 Resultados alcançados: em andamento a fase de expansão do projeto PRORENDA para Alvorada e Viamão, Caxias do Sul e Pelotas. Foram definidas oito vilas (duas em cada município).  
 Beneficiários: cerca de 30 mil pessoas

## **- Centro de Feiras e Eventos**

*Plano Diretor do Parque de Estadual de Exposições Assis Brasil.*  
 Resultados alcançados: Pré-Plano Diretor concluído. Plano Diretor em fase de adequação às modificações introduzidas. Foi concluído o projeto executivo e encontram-se em andamento as obras dos Jardins da Estância. Foi concluído o projeto básico do Centro de Conveniências. Foram concluídos os projetos executivos dos estacionamentos e sua obras estão em andamento. Foram concluídos os projetos executivos do Camping dos Caminhoneiros e suas obras estão em processo de licitação. Estão em execução as obras do Complexo dos Animais Rústicos. Estão em processo de licitação as obras de cercamento da área do Parque. Está em elaboração o estudo de Acessibilidade e Tráfego. Em estudo proposta de gestão para o PEEAB. Concluído e publicado o Edital de licitação internacional para o Parque Temático.  
 Beneficiários: 9.637.682 habitantes.

Em 1997, pelo Programa da METROPLAN "Sistema de Informações Georreferenciadas do Planejamento Metropolitano e Regional", foram apresentadas as seguintes ações:

*- Quadro Ambiental da RMPA.*

Resultados alcançados: concluídos os levantamentos de dados, elaboração de cartografia temática sobre a situação ambiental da RMPA, executados por contrato PNUD/IPEA/METROPLAN

Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

*- Projeto SIG-RS - Sistema de Informações Georreferenciadas do Rio Grande do Sul.*

Resultados alcançados: etapa dados municipais em andamento.

*- Projeto SIG-RMPA - Sistema de Informações Georreferenciadas para a RMPA.*

Resultados alcançados: análises espaciais de temas de interesse ao planejamento metropolitano, em andamento.

Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

*- Organização da base cartográfica digital, escala 1:10.000 - RMPA.*

Resultados alcançados: em andamento

Beneficiários: 3.246.869 habitantes

## **PROGRAMA: Proteção ao Meio Ambiente**

Este Programa engloba um conjunto de ações desenvolvidas para a proteção dos recursos naturais e controle da poluição ambiental.

Através do projeto Planejamento e Gestão Ambiental, foram desenvolvidas as seguintes ações:

*- Diagnóstico Preliminar do Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia do Guaíba.*

Resultados alcançados: em andamento. (METROPLAN/PRÓ-GUAÍBA).

Beneficiários: 5.867.761 habitantes.

*- Monitoramento do Uso e Ocupação do Solo na Bacia do Guaíba.*

Resultados alcançados: em andamento a elaboração das cartas de uso e ocupação do solo da Bacia e de aptidão para o uso agrícola. (METROPLAN/PRÓ-GUAÍBA).

Beneficiários: 5.867.761 habitantes.

*- Programa Técnico para Gerenciamento da RMPA – PROTEGER.*

Resultados alcançados: informações sobre os recursos minerais e identificação de lavras; Guia de Licenciamento da Atividade Mineira, em fase de reelaboração; Potencial Mineral para Não - Metálicos da RMPA, em andamento.

*- Destinação Final dos Resíduos Sólidos Urbanos no Litoral Norte e Médio do Estado.*

Resultados alcançados: diagnóstico concluído.

*-Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMPA - PDRS.*

Resultados alcançados: Licitação concluída e homologada; em execução.

Diagnóstico concluído.

Beneficiários: 3.246.869 habitantes.

*-Disposição Final de Resíduos Sólidos para os municípios de Gravataí, Cachoeirinha, Esteio, Sapucaia do Sul, Viamão, Glorinha e Porto Alegre.*

Resultados alcançados: seleção de áreas concluída. Em fase de editoração.

*- Programa PRÓ-GUAÍBA.*

Resultados alcançados: Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Bacia do Guaíba. Diagnóstico preliminar concluído e análise em andamento. Em andamento, a execução do Plano Diretor do Parque Estadual Delta do Jacuí. Em andamento, o monitoramento do uso e ocupação do solo e a elaboração das cartas de uso e ocupação do solo da Bacia e de aptidão de uso agrícola do solo.

Beneficiários: 5.867.761 habitantes.

*- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí.*

Resultados alcançados: em andamento.

## **2 - ÁREA ECONÔMICA**

### **2.1 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO**

#### **PROGRAMA: Produção Vegetal**

##### **- Fiscalização da Produção de Sementes e Mudanças**

As principais ações do Programa Produção Vegetal nas áreas de planejamento e promoção de produtos agrícolas, a fim de obter elevação da produção e/ou produtividade foram: a promoção do registro de todos os produtores de sementes do Estado; a participação no Pró-Semente, uma parceria entre a Secretaria da Agricultura e Abastecimento e diversas entidades de pesquisa; a publicação das normas e padrões da produção de sementes para o Rio Grande do Sul; o desenvolvimento de um conjunto de ações em apoio ao pólo de produção de sementes de hortaliças do Estado, com vistas à sua implantação em 1998; e a elaboração de um programa de produção de mudas certificadas com vistas à implantação em 1998.

## Atividades Desenvolvidas em 1997

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES	QUANTIDADE	
Inspeção Prévia de Campo de Sementes Certificadas	nº e ha	156	1.526
Inspeção de Pré-floração de Sementes Certificadas	nº e ha	78	1.920
Inspeção de Floração de Sementes Certificadas	nº e ha	116	1.924
Inspeção de Pré-colheita de Sementes Certificadas	nº e ha	104	1.472
Inspeção de Tubérculos/bulbos de Sem. Certificadas	nº lotes e ha	341	379
Inspeção de UBS/UAS de Sem. Certif. e Fiscalizadas	nº	97	-
Tomadas de Amostras Oficiais de Sementes Cert./Fisc.	nº de lotes	1.047	-
Registro de Produtores de Sementes e Mudas	nº	459	-
Registro de Estab. Comerciais de Sementes e Mudas	nº	436	-

### - Defesa Sanitária Vegetal

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento vem desenvolvendo a atividade de Defesa Sanitária Vegetal, ainda de forma modesta, e em parceria com o Ministério da Agricultura. A atuação está restrita à citricultura, com barreiras volantes, inspeções de viveiros e inspeções de pomares. Foi elaborada minuta de Projeto de Lei Estadual que dispõe Defesa Sanitária Vegetal, processo em tramitação.

No que tange à fiscalização do comércio de agrotóxicos, atividade transferida da FEPAM para a SAA, efetivamente implantada em 1996, encontra-se ainda em fase de estruturação.

Foi desenvolvido, no ano de 1997, um trabalho de localização e identificação de agrotóxicos apreendidos por uso proibido ou validade vencida, com o objetivo de dar-lhes uma destinação final.

## Atividades Desenvolvidas em 1997

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
Cadastro de Casas Comerciais de Agrotóxicos	nº	255
Inspeção de Casas Comerciais e Prestadoras de Serviços	nº	670
Inspeção do Uso Agrícola de Agrotóxicos	propriedade	115
Empresas Autuadas	nº	212
Barreiras Volantes Fitossanitárias	nº	3
Erradicação de Viveiros com Cancro Cítrico	nº	7
Erradicação de Pomares com Cancro Cítrico	nº	15
Processos Administrativos Julgados	nº	134
Localização e Remoção de Estoques de Agrotóxicos proibidos e/ou vencidos no Estado do Rio Grande do Sul	nº	135

### - Fiscalização de Vinhos

Através da Câmara Setorial do Vinho e da Uva, o Governo do Estado articulou uma parceria com o setor vitivinícola que resultou na Lei Estadual da Uva e do Vinho que, além da legislação vitivinícola cria o FUNDOVITIS, cujos recursos destinam-se a financiar

programas e projetos de interesse da vitivinicultura, especialmente do serviço de fiscalização.

Neste aspecto, 1998 deverá ser o ano da recuperação, com a implantação de um serviço moderno, ágil e, principalmente, abrangente.

### **Atividades Desenvolvidas em 1997**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Certificados Demanda Externa com Análise	nº	670
Certificados Demanda Externa sem Análise	nº	2.805
Certificados Demanda Interna com Análise	nº	354
Estabelecimentos Fiscalizados - Comércio	nº	24
Estabelecimentos Fiscalizados - Indústria	nº	46
Guias de Livre Trânsito Expedidas	nº	18.700
Produtos Desembaraçados para Comercialização	milhões de l	254

## **PROGRAMA: Produção Vegetal**

### **- Manutenção do Troca-Troca**

O Programa realiza a distribuição de sementes fiscalizadas para pequenos agricultores, visando a melhoria do material genético utilizado para plantio das lavouras de produtos básicos para a alimentação. Neste Programa participam a SAA/FEAPER, como executora; a EMATER/RS, como interveniente e responsável pela assistência técnica direta aos produtores; a FETAG, que participa da distribuição das sementes aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; e as Prefeituras Municipais, sendo FETAG e prefeituras avalistas do Programa.

Nesta safra 1997/98, foram distribuídas 6.505.000 kg de sementes de milho híbrido das empresas Agrocerec, Cargill, Braskalb, Agromen, Agroeste, EMBRAPA, FUNDACEP, Santa Helena, Hatã e OCEPAR, que foram repassadas para 378 Prefeituras Municipais, 201 Sindicatos de Trabalhadores Rurais filiados a FETAG, e 33 Associações de Produtores Rurais. O valor do Programa neste ano foi de R\$ 8,9 milhões. Experimentalmente, foram incluídas lavouras de batata inglesa nos municípios de Ibiraiaras e Silveira Martins, num total de 43.500 kg de batata-semente, no valor de R\$ 21,5 mil.

## **PROGRAMA: Produção Animal**

### **- Defesa Sanitária Animal**

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento desenvolve ações de defesa sanitária, tais como combate à febre aftosa, à raiva herbívora e a doenças parasitárias, fiscalização de produtos de origem animal, além de uma participação efetiva em Programas de Aumento de Produção deste setor.

## Atividades Realizadas no Ano de 1997

ATIVIDADES	TOTAL*
Atendimento a Propriedades Rurais	130.861
Atendimento a Produtores nas IVZs	359.063
Atendimento em Matadouros	26.453
Barreiras Sanitárias Móveis	1.110
Número de Animais Fiscalizados**	900.000
Acompanhamento de Reuniões de CITES	960
Elaboração do Diagnóstico Para Programa de Produção de Pescado	341
<b>SEÇÃO DE COELHOS E AVES</b>	
Assessoramento na Área de Produção/Estados	191
<b>SERVIÇO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ZOOTÉCNICA</b>	
Exposições e Feiras Agropecuárias	219
<b>ESTABELECEMENTOS REGISTRADOS:</b>	
Frigoríficos (Bovinos, Ovinos, Suínos, Aves)	220
Estabelecimentos de Leite e Derivados	112
Estabelecimentos de Embutidos	52
Outros (Ovos, Mel, Ciclo II)	36
<b>ESTABELECEMENTOS INTERDITADOS</b>	65

\* Dados parciais de janeiro a outubro de 1997

\*\* Dados contínuos

O Rio Grande do Sul está há 48 meses sem ocorrência da febre aftosa. Por sua vez, o controle da Raiva Herbívora continua com uma situação sanitária boa em relação ao restante do País, apesar da ocorrência de cinco (05) focos em 1997.

### - Controle de Doenças Parasitárias

#### Comparativo de Focos no RS entre os Anos de 1996 e 1997

ENFERMIDADE	FOCOS	
	1996	1997*
Sarna Ovina	45	41
Piolheira Ovina	78	105

• Dados de janeiro a novembro de 1997

### PROGRAMA: Recursos Hídricos

A Secretaria da Agricultura e Abastecimento vem desenvolvendo, no Programa Recursos Hídricos, ações no sentido de propiciar o conhecimento e a utilização do potencial hídrico do Estado.

#### - Infra-Estrutura Rural

Foram realizadas, pela SAA, diversas obras de apoio à infra-estrutura rural, tais como poços tubulares profundos, construção de açudes, terraplanagens, obras de conservação do solo, drenagem e irrigação.

O número de famílias atendidas com o serviço de abastecimento de água potável, através dos poços tubulares profundos realizados pela SAA, foi cerca de 2.300, atingindo aproximadamente 11.500 pessoas, habitantes das zonas rurais do RS.

A vazão total obtida, atinge cerca de um milhão de litros por hora (1.000 metros cúbicos por hora), sendo suficiente para irrigar com sistema de aspersão, cerca de 15.000 ha de áreas específicas para olericultura e/ou fruticultura, ou prover cerca de 5.000 pessoas anualmente (segundo as normas da OMS).

### **- Irrigação e Açudagem na Pequena Propriedade**

O Projeto consiste em estimular a captação de água em pequenos açudes, com a finalidade de irrigar, reduzindo a instabilidade da produção agrícola decorrente da irregularidade das precipitações pluviométricas no Rio Grande do Sul, com acentuados déficits hídricos durante o verão. O Projeto tem dois componentes: a construção de pequenos açudes e o financiamento da aquisição de equipamentos de irrigação, que pode ser feito para açudes construídos anteriormente ao Projeto.

O Projeto, lançado oficialmente em Ibiraiaras em 20 de setembro de 1997, está em sua fase inicial abrangendo 10 municípios. O número de açudes construídos atingiu a 10 unidades, sendo os trabalhos prejudicados pela ocorrência do fenômeno "El Niño".

As aquisições de equipamentos de irrigação estão sendo financiadas pelos programas FEAPER e PRONAF/RS, contemplando, até o momento, equipamentos suficientes para irrigar uma área de 434 ha. Os financiamentos aprovados foram:

<b>FONTE DE FINANCIAMENTO</b>	<b>Nº PROJETOS</b>	<b>Nº PRODUTORES</b>	<b>VALOR - R\$</b>
FEAPER	50	108	181.742,40
PRONAF INVESTIMENTO	233	233	904.674,90
<b>TOTAL</b>	<b>283</b>	<b>341</b>	<b>1.086.417,30</b>

### **PROGRAMA: Preservação de Recursos Naturais Renováveis**

Neste Programa foram desenvolvidas diversas ações no sentido de promover a preservação e utilização racional dos recursos naturais renováveis.

#### **- Cadastro Florestal Estadual**

Através de Convênio celebrado com o IBAMA, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento recebeu 4.000 cadastros florestais em 1994. Hoje, 19.093 pessoas físicas e jurídicas, exercendo atividades de produtores, consumidores ou comerciantes de produtos florestais já foram cadastradas, sendo 3.295 em 1997.

A atividade é desenvolvida pela SAA, em parceria com a FETAG.

#### **- Licenciamento e Controle Florestal**

Em 1997, foram realizados 4.616 licenciamentos de obras e em propriedades rurais para manejo de recursos florestais nativos, correspondendo ao volume de 41.912 m³

de madeira, tendo sido exigida uma reposição de 378.060 mudas de espécies nativas. Por outro lado, foram realizados 20 licenciamentos de projetos para comprovação de estoques. Houve, ainda, a reposição de 259.043 árvores de espécies exóticas.

### **- Fiscalização Florestal**

Nesta atividade a SAA atua em conjunto com a Brigada Militar, Polícia Civil, Secretaria da Fazenda e com a Secretaria da Saúde e Meio Ambiente.

*Foram realizadas 8 reuniões com o Ministério Público, 4 treinamentos com a Brigada Militar e 2 reuniões com Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa.*

Em 1997, a arrecadação de multas atingiu R\$ 145,8 mil (novembro e dezembro estimados), sendo R\$ 120 mil repassados à Brigada Militar, de acordo com o convênio vigente (esse valor inclui anos anteriores).

### **- Unidades de Conservação Florestal**

Um marco nas atividades de conservação florestal foi a elaboração e edição do Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapuã, com 500 exemplares.

Durante o ano, nove projetos de pesquisa foram desenvolvidos nas unidades de conservação, especialmente no Parque Estadual do Turvo e no Parque Estadual de Itapuã, sob responsabilidade de pesquisadores de quatro universidades estrangeiras, quatro nacionais e uma fundação estadual. Para tanto, foram concedidas 21 autorizações para ingresso nas unidades.

### **- Política Florestal Estadual**

A proposta de descentralização das ações da política florestal estadual visa agilizar as atividades de licenciamento de proprietários rurais para usos da matéria-prima florestal e alternativa dos solos, através da participação de municípios devidamente conveniados com a SAA.

Dos 88 convênios celebrados com os municípios, em 20 já foi iniciada a execução. Outros 25 estão tramitando para aprovação.

### **- Linha de Financiamento para o Setor Florestal**

Linha de financiamento para plantio de 400.000 hectares de novas florestas para fins energéticos e industriais nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná no período de 04 anos, através do investimento de US\$ 280 milhões. Este projeto permanece na dependência de aprovação pelo BNDES/BRDE.

### **- Recuperação de Unidades de Conservação**

O Parque Estadual de Itapuã integra o PRÓ-GUAIBA, com o objetivo de implantar o PLANO DE MANEJO DO PARQUE, através do estabelecimento de infraestrutura para visitação, fiscalização, manejo de recursos, educação ambiental, administração e pesquisa científica, da aquisição de veículos, equipamentos e do aporte e

treinamento de pessoal necessário. Visa a reabertura do Parque (fechado desde 1991) à visitação pública.

Os resultados obtidos, em 1997, foram: efetuado pagamento de 13 famílias de expropriados e retirados invasores de todas as praias; publicação e lançamento do Plano de Manejo do Parque Estadual de Itapuã; elaboração de um novo termo de referência para licitação de infra-estrutura, incluindo as demolições das casas inaproveitáveis desocupadas e melhoria das estradas; recebimento de veículos, móveis e equipamento adquiridos através de concorrência internacional; início do pagamento da peritagem para avaliação das propriedades e benfeitorias realizadas no Parque desde o início do processo desapropriatório; aprovação pelo BID do novo montante de recursos para obras e edital em análise pela CELIC.

A Reserva Biológica da Serra Geral, incluída no PRÓ-GUAÍBA, teve os trabalhos suspensos por problemas fundiários surgidos.

Os Parques do Turvo, Rondinha e Espigão Alto, Reserva Biológica de Ibirapuitã e Horto Florestal do Litoral Norte, que estão incluídos no PRÓ-RURAL 2.000, encontrando-se em fase de preparação para o início de obras. Por sua vez, o Parque Estadual de Nonoai está temporariamente excluído dos programas de melhoramento por estar invadido por índios, aguardando decisão do Supremo Tribunal Federal.

## **- Jardins do Rio Grande do Sul**

Este Projeto tem como objetivo despertar o interesse das comunidades em conhecer as plantas de sua e de outras regiões do Estado, ao mesmo tempo em que conscientiza da necessidade de todos atuarem na defesa e conservação das plantas. Através de uma parceria entre o Jardim Botânico de Porto Alegre e as Prefeituras Municipais, buscará a implantação, em cada cidade gaúcha, de uma praça com 39 exemplares de espécies arbóreas representantes das diferentes regiões florestais do Estado.

Em 1997, foram assinados os termos de cooperação e repassadas 2.125 mudas para 85 municípios.

## **PROGRAMA: Promoção e Extensão Rural**

A SAA deu continuidade as ações que objetivam propiciar o desenvolvimento do cooperativismo, oferecimento de assistência técnica e fomento à produção agrária.

### **- Profissionalização de Agricultores**

Esta atividade visa a criação e manutenção de um programa estadual oficial de treinamento e profissionalização de agricultores, denominado Programa de Profissionalização de Agricultores do Estado (Programa Profissão Agricultor). Em 1997, ainda em fase de estruturação (organização, construção, preparação de instrutores), foram desenvolvidas as ações nas áreas de planejamento, organizacional e administrativa.

As ações desenvolvidas na área de planejamento envolveram visitas de diagnóstico sobre as Unidades Didáticas prioritárias para os Centros de Treinamento, realizadas nas escolas agrícolas e estações experimentais estaduais; visitas técnicas aos

Centros de Treinamento de Agricultores de Santa Catarina; reuniões técnicas com as parcerias para a implantação do Programa; elaboração de planos de trabalho para preparação dos instrutores, treinamento de agricultores, Seminário Regional de Profissionalização; elaboração dos projetos para equipar os CTs (um projeto para o Ministério da Educação e outro para o Ministério da Agricultura); elaboração do Projeto Jovem Rural para os formandos do 2º Grau das escolas técnico-agrícolas do Estado, e, elaboração do cronograma físico-financeiro da aplicação dos recursos do PRÓ-RURAL 2.000 nos anos de 1997 e 1998.

A área organizacional, por sua vez, preocupou-se, principalmente, com a criação de uma logomarca e com a filosofia do Programa Profissão Agricultor; elaboração da proposta técnico-educativa do Programa Profissão Agricultor; formação do Conselho Consultivo Interno para o Programa de Profissionalização de Agricultores do Estado; participação em eventos relativos à profissionalização de agricultores no Estado; coordenação dos 13 eventos regionais para a escolha das unidades didáticas para os Centros de Treinamento em Viamão, Canguçu, Carazinho, Bom Progresso, Tupanciretã, Venâncio Aires, Guaporé, São Luiz Gonzaga, Maçambará, Lagoa Vermelha, Erechim, Caçapava do Sul e Hulha Negra, denominados 1º Encontro Regional Profissão Agricultor, e, supervisão e vistoria técnica das obras dos CTs.

De outro lado, a área administrativa preocupou-se com a realização de obras físicas, aquisição de veículos, máquinas e equipamentos e com a criação de material de comunicação necessários à promoção e extensão rural.

## **- Programa de Eletrificação Rural - PROLUZ II**

O Programa de Eletrificação Rural - PROLUZ II, tem como objetivo estender o insumo energia elétrica a 39.000 propriedades rurais do Estado, no período 1996-1998. Sob a coordenação da SAA, o Programa conta com a participação integrada da SMEC/CEEE, Cooperativas de Eletrificação Rural, BANRISUL, EMATER/RS e Prefeituras Municipais. O PROLUZ II conta com recursos do BNDES, tendo sido já assegurados R\$ 23,4 milhões, necessários às 18.400 ligações previstas em 1996/97. O recurso adicional na ordem de 30,6 milhões, necessários ao atingimento da meta original, será negociado com o BNDES à medida que os recursos já assegurados tenham sido efetivamente aplicados.

As condições do financiamento BANRISUL/BNDES sofreram modificações da 1ª etapa (1996) para a 2ª etapa (1997), visto que as condições inicialmente previstas tinham sido negociadas com o BNDES em 1994, dentro de outra realidade econômica e financeira.

Os resultados da 1ª e 2ª etapa do PROLUZ II, até o momento, são:

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>QUANT./VALOR</b>
Projetos Aprovados com Recurso Liberado ou em Fase Final de Liberação	2.571
Municípios Beneficiados	218
Número de Produtores Beneficiados	8.498
Número de Habitantes Rurais Beneficiados	33.956
Investimento Total dos Projetos	R\$ 19.787.078,23
Valor Financiado ou Comprometido pelo PROLUZ II	R\$ 10.635.902,31

Existem, ainda, na Agência Central do BANRISUL cerca de 240 projetos, beneficiando 820 produtores rurais em fase de análise. A parcela financiável destes projetos atinge a R\$ 1,1 milhões.

Com relação ao município de São José do Norte, município menos eletrificado do Estado até o momento, foram viabilizados dois projetos; um com 8 famílias, já concluído, e o outro com 27 famílias em fase de liberação de recursos. Foi elaborado também um estudo apresentando uma proposta de viabilização de um trecho de 10 km da rede troncal (São José do Norte em direção a Bujuru) e da rede secundária para as localidades de Passinhos e Capivaras. Este projeto permitirá o atendimento imediato de 274 famílias e de outras 29 numa segunda etapa.

### **- Pró-Rural 2.000**

O Projeto Conservação de Recursos Naturais e Combate à Pobreza e ao Êxodo Rural através da Geração de Renda e da Promoção Social-PRÓ-RURAL 2.000, teve sua elaboração concluída, aprovado pelo BIRD, foi contratado e entrou em execução no decorrer do ano de 1997. Em sua fase inicial, as ações do Projeto tem sua ênfase nos aspectos organizacionais e preparatórios para as atividades fins. Essas atividades podem ser assim resumidas: 6 cursos de capacitação de executores para 905 técnicos; 24 seminários municipais e 503 reuniões com as prefeituras municipais, comunidades rurais e técnicos da EMATER, para divulgação e esclarecimento do Projeto, atingindo 17.115 produtores rurais; assinatura de 252 convênios entre a SAA e prefeituras municipais; e o recebimento de 20 propostas municipais para participação do Projeto.

### **- Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**

O Programa objetiva promover o planejamento e a ocupação racional do espaço rural, dentro de um novo padrão de desenvolvimento integrado (Microbacias Hidrográficas), que viabilize o aumento sustentado da produção e produtividade agrossilvopastoril, a elevação dos níveis de renda e a obtenção da melhoria das condições de vida da população rural.

Em 1997, foram executados trabalhos em 469 microbacias, beneficiando 20.537 famílias e atingindo uma área trabalhada de 367.740 ha, em 237 municípios.

As metas propostas estiveram direcionadas aos aspectos qualitativos enfatizando a maior qualificação dos recursos humanos, estimulando o uso de máquinas mais adequadas, fomentando o sistema de plantio direto como tecnologia de ponta e exercitando o melhor gerenciamento das propriedades.

Através das técnicas conservacionistas relacionadas ao uso e manejo do solo e da água, da correção da acidez e fertilização dos solos agrícolas e reflorestamento, os produtores rurais tem alcançado altas produtividades e competitividade na agricultura.

## Incremento na Produção de Grãos Originados pela Adoção de Melhorias Tecnológicas nas Microbacias Hidrográficas - Safra 1996/97.

Produto	Área assistida nas microbacias (ha)	Produtividade (kg/ha)		Varição Produtividade (kg/ha)	Incremento na produção (t)
	(1)	Produtores assistidos (2)	Média do estado (3)	(2) - (3) = A	(1) x A/1.000 = B
Feijão	8.412	1.137	743	394	3.314,32
Milho	88.900	3.621	2.540	1.081	96.100,90
Soja	145.577	2.020	1.119	901	131.164,87
Trigo	21.885	2.009	1.763	246	5.383,71
<b>TOTAL</b>					<b>235.963,80</b>

Os ganhos de produção dos produtores das microbacias trabalhadas no Programa Estadual na Safra 1996/97, no total de 235.963,8 t, a preços correntes, resultaram num incremento de receita no valor de R\$ 56.444.469,24.

Como proposta de sustentabilidade na agricultura, o trabalho em microbacias hidrográficas dá ênfase aos aspectos ambientais no conjunto dos estabelecimentos agrícolas. Aos poucos esta abordagem vai sendo aceita pelos produtores e os resultados vão aparecendo.

### Resultados Ambientais em Microbacias Hidrográficas - 1997

	Municípios (n°)	Produtores (n°)	Área (ha)
Reflorestamento Energético/conservação.	165	4.301	3.814
Conservação do solo	200	12.267	206.712

## PROGRAMA: Planejamento Governamental

### - Geografia e Cartografia

A SAA, na área de geografia e cartografia desenvolveu as seguintes atividades no ano de 1997: edição do Cartograma Político do RS (mapa com os novos municípios) e elaboração de mapa com dados rodoviários e turísticos; plotagem de novos municípios (30) na Escala 1/50.000 e graficação dos limites dos mesmos em cartas topográficas necessárias para o cálculo de área, bem como dos seus circunvizinhos; revisão dos limites municipais; desenvolvimento de atividades referentes ao convênio SAA/IBGE, denominado "Arquivo Gráfico Municipal (AGM)", que objetiva padronizar os limites municipais, corrigindo sua base legal e respectiva graficação (mapa); inventário cartográfico: levantamento da situação atual dos municípios referentes a dados, informações, métodos e perspectivas no tratamento de informações geocartográficas, e, a participação na elaboração de projetos: SIG/SAA (implantação de um sistema de informações geográficas para atender às necessidades da SAA no gerenciamento de dados espaciais e, especificamente, atender as demandas do PRÓ-RURAL 2000) e RADAM BRASIL (Convênio com o IBGE e universidades para atualização e digitalização das cartas

do projeto RADAM BRASIL, num total de 28 cartas nos temas pedologia, geologia, geomorfologia, vegetação e carta base, bem como a reedição do mapa de solos); Cadastro Técnico Rural - Convênio com a UFSM e prefeituras municipais para a construção de um banco de dados com informações sobre todas as propriedades rurais e produtores; Sistema Estadual de Meteorologia e Sensoriamento Remoto Para Recursos Naturais - sistema para organizar a produção, armazenamento, tratamento e divulgação de informações meteorológicas de sensoriamento remoto, visando o gerenciamento dos recursos naturais; cálculo de área de novos municípios: cálculo das áreas dos trinta (30) últimos municípios para enviar à Secretaria da Fazenda do Estado, e, a revisão de cálculo de área: revisão do cálculo por solicitação de algumas Prefeituras Municipais.

## **PROGRAMA: Organização Agrária**

No intuito de desenvolver ações voltadas para o planejamento e pesquisa da reestruturação do meio rural gaúcho, assim como implantar e desenvolver as comunidades que o povoam, a SAA realizou diversas visitas aos assentamentos agrários, no interior do Estado, encontrando inúmeras irregularidades nos mesmos. Foi concluído o cadastramento das 1.690 famílias existentes nestes assentamentos. Com relação às Cartas de Concessão de Uso não houve liberação, pois existe um estudo na Procuradoria-Geral do Estado para definir a situação dos agricultores não originais. Foi emitido um Termo Aditivo na Concessão de Uso, somente para o Assentamento Integração Gaúcha, em Eldorado do Sul.

### **Atividades Desenvolvidas em 1997**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Fiscalização/Assistência em Assentamentos do Estado	1690
Cadastramento e Recad. de Famílias em Assentamentos do Estado	635
Distribuição de Cartas de Concessão	1
Assentamentos Assistidos	65

No que concerne as atividades exercidas na área de terras públicas, o trabalho de enorme relevância efetuado, neste ano que passou, foi a demarcação de 448 lotes, em 17 assentamentos de reforma agrária a cargo do Estado, com área total medida de 10.089,07ha.

### **Atividades Desenvolvidas em 1997**

<b>ATIVIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Expedição de Certidões e Títulos de Ocupação	28
Informações e Buscas em Processos de Usucapião	1512
Buscas em Mapoteca e Cadastros	303
Medição, Divisão e Sub Fracionamento	23
Confecção de Plantas	30
Confecções de Croquizes	61
Fornecimento de Plantas Reprógraficas	110
Localização e Demarcação Poligonal em Assentamentos	17
Divisão de Lotes Medidos em Assentamentos (famílias)	448
Fracionamento de Áreas Medidas Devolutas do Estado	23
Vistorias em Usucapião Particular pela CELDTP	21

## **2.1.1 - Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA/RS**

### **PROGRAMA: Abastecimento**

Em continuidade ao Programa Abastecimento, objetivando criar melhores condições para o fornecimento de gêneros e mercadorias para o mercado consumidor foi promovido, pela CEASA/RS, o melhoramento e manutenção da estrutura física do mercado, mediante a realização de 31 obras, projetos e aquisições, destacando-se entre elas: a saída alternativa CEASA-Av. das Indústrias-Acesso Sul; troca da central telefônica e sistema telefônico do complexo CEASA/RS; projetos e processo de licitação Pavilhão das Flores; reforma do piso do interior do Galpão do Produtor; recuperação da pista de rolamento (piso asfáltico)-CEASA/RS; reforma do piso interno do Galpão E2 (Pavilhão das ME); conclusão da impermeabilização CUP-Cobertura Restaurante; pintura do teto do Galpão do Produtor-GNP.

A comercialização de hortigranjeiros, em 1997, superou, mês a mês, a média do período 1991-96, atingindo o montante de 533.658 toneladas, sendo a comercialização de novembro e dezembro estimadas.

## **2.1.2 - Associação Riograndense de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER/RS**

### **PROGRAMA: Promoção e Extensão Rural**

A EMATER-RS deu prosseguimento ao processo de aperfeiçoamento de seus sistemas de planejamento e melhor definição de sua missão. Com este objetivo implantou as seguintes ações: elaboração e início da implantação de diretrizes para ação de desenvolvimento rural na EMATER-RS; realização, com o apoio do PRONAF, da capacitação em Desenvolvimento Rural e Planejamento Municipal, envolvendo técnicos dos 57 municípios que terão Planos Municipais de Desenvolvimento Rural financiados pelo PRONAF; participação, de 5 técnicos, no 52º Curso Internacional de Pós-Graduação sobre Planejamento e Desenvolvimento Rural Integrado, ministrado pelo Centro de Estudos Regionais, Urbanos e Rurais do Estado de Israel, cuja fase prática foi desenvolvida no Estado, mais particularmente em municípios do Alto Uruguai e Vale do Rio Pardo; realização de quatro Seminários Regionais e um Seminário Estadual com a participação dos seus principais parceiros, representantes de seu público e da Associação dos Servidores, para avaliação e revisão do Marco Referencial Institucional e Futuro da Extensão Rural no Estado.

Em 1997, as atividades desenvolvidas pela EMATER-RS atingiram diretamente a 473.914 pessoas, sendo 262.322 homens, 182.831 mulheres e 28.761 jovens. Uma parcela não mensurada da população rural, mesmo não participando dos eventos promovidos pela Empresa, foi alcançada através de intensa participação do órgão nos meios de comunicação.

O Programa do Governo Estadual, denominado "Nenhum Município Sem EMATER", cuja implantação completou-se durante o ano, permite a presença da EMATER-RS em 422 municípios conveniados, através de igual número de unidades operativas. Essa expansão da assistência técnica e extensão rural, além de agregar novo público aos beneficiários da EMATER, assegura a execução dos programas governamentais em um número maior de municípios.

## - Organização Rural

A organização dos pequenos produtores em associações para o desenvolvimento de projetos econômicos, tem se constituído numa forma eficiente de enfrentar o processo de exclusão sócio-econômica e para frear o êxodo rural. Os programas governamentais de crédito (FEAPER, PRONAF, PRÓLUZ II) e de alívio à pobreza (PRÓ-RURAL 2000, RS Emprego, Comunidade Solidária, PRORENDA), incluem orientações claras para o associativismo. Durante o ano de 1997, foram assistidas 2.736 organizações com 60.110 participantes. Dessas, denominam-se, pelas suas peculiaridades, Condomínios e APSATs, em número de 680 com 12.329 membros.

## - Programa de Profissionalização e Capacitação de Agricultores

A EMATER/Rs vem executando este Programa em centros de treinamento e diretamente nas comunidades rurais.

Os centros de treinamento, em atividade, são em número de 5, localizados em Canguçu, Caxias do Sul (Fazenda Souza), Hulha Negra, Nova Petrópolis e Tupanciretã. Em seu conjunto, esses centros estão oferecendo 14 diferentes cursos e, em 1997, realizaram 75 cursos com 1.081 produtores profissionalizados.

Além destes, foram realizados cursos de curta duração (2.692), nas comunidades rurais, visando a capacitação dos agricultores, inclusive em ação conjunta com a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, em 306 municípios do Estado, com 28.113 participantes.

Cabe destacar que a EMATER/Rs está participando ativamente do programa oficial de profissionalização de agricultores coordenado pela SAA. Dessa forma, está integrada ao esforço de construção dos centros de treinamento programados sob a égide de PRÓ-RURAL 2.000, fornecendo suporte técnico e administrativo a esse empreendimento.

O Programa, visando o seu aperfeiçoamento, realizou uma avaliação de 80 produtores, um ano após a realização de um Curso de Gado Leiteiro, em Nova Petrópolis, apresentando a seguinte situação:

DISCRIMINAÇÃO	ANTES DO CURSO	UM ANO APÓS
Produção Média	78 l/prod./dia	152 l/prod./dia
Produtividade Média	9,4 l/vaca/dia	15,5 l/vaca/dia
Número de Animais	802 vacas	823 vacas
Controle Reprodutivo	23,7% dos produtores	90,8% dos produtores
Controle Leiteiro	12,5% dos produtores	70,5% dos produtores
Usam Silagem	63% dos produtores	90% dos produtores
Quantidade Média de Silagem Produzida	24 t/produtor/ano	75 t/produtor/ano
Usam Inseminação Artificial	90% dos produtores	95% dos produtores

Estes números ilustram o elevado potencial de mudanças rápidas e efetivas que a capacitação e o treinamento de produtores rurais pode alcançar, quando esses métodos são bem aplicados.

### **- PRÓ-GUAÍBA - Subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por Agrotóxicos - SIMCCA.**

O Subprograma Sistemas de Manejo e Controle da Contaminação por agrotóxicos/SIMCCA constitui-se numa ação governamental que visa criar, para áreas da Bacia Hidrográfica do Guaíba, condições necessárias à recuperação, preservação e ao desenvolvimento agrícola sustentável, através do gerenciamento ambiental.

A execução está alicerçada no desenvolvimento de ações envolvendo o planejamento das microbacias hidrográficas selecionadas, o treinamento de pessoal, a formalização de parcerias e a aplicação de recursos do Fundo Rotativo Permanente de Apoio aos Pequenos Agricultores.

#### **Ações Realizadas em 1997**

Treinamentos Realizados	19
•Técnicos Treinados	1.097
Microbacias Planejadas	117
Projetos Individuais de Propriedade-PIPs Elaborados	2.255
Municípios Envolvidos	76
Planos de Aplicação de Crédito-PAs Contratados	1.995
•Valor Contratado (R\$)	5.983.352,00

### **- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF**

Nos 57 municípios do Estado onde o PRONAF, além de financiar atividades produtivas, apoia projetos de desenvolvimento de infra-estrutura e serviços nas comunidades rurais, a EMATER-RS participou da elaboração dos projetos que investirão recursos da ordem de R\$ 600.000,00, em quatro anos. Quanto a elaboração e assistência técnica aos projetos de crédito de custeio e investimento, em todo Estado, os números são altamente expressivos.

#### **Elaboração de Projetos PRONAF, Custeio e Investimento pela EMATER/RS**

MODALIDADE	NÚMERO	VALOR - R\$
Projeto de Custeio	14.224	36.998.000,00
Projeto de Investimento	21.893	152.335.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>36.117</b>	<b>189.333.000,00</b>

## **- Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais - FEAPER.**

O Fundo, administrado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, direciona seus recursos, prioritariamente, para as políticas e programas daquela pasta. Conta com a assistência técnica da EMATER-RS, que acompanha os beneficiários do Fundo desde a elaboração dos projetos de investimento até sua implantação. No ano de 1997, registramos os seguintes resultados:

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>PROJETOS INDIVIDUAIS</b>	<b>CONDOMINIOS OU GRUPOS</b>	<b>TOTAL</b>
Nº de Financiamentos	629	22	651
Nº de Beneficiários	629	277	906
Valor Atualizado em R\$	957.511	562.568	1.520.079

## **- Programa Estadual de Eletrificação Rural - PRÓLUZ II**

A EMATER-RS participa do Programa como co-executora, elaborando os planos de financiamento e, em muitos casos, auxilia na implantação das redes elétricas nas propriedades.

## **- Programa de Microbacias Hidrográficas**

As microbacias hidrográficas são as unidades técnicas e estratégicas para o planejamento rural integrado. A organização e capacitação das famílias residentes sistematiza os esforços relacionados ao solo, água e matas para a obtenção de melhores resultados econômicos, ambientais e sociais. Em 1997, foram executados trabalhos em 469 microbacias, beneficiando 20.537 famílias e atingindo uma área trabalhada de 367.740 ha, em 237 municípios.

## **- Programa Estadual de Desenvolvimento da Citricultura**

A implantação de novos pomares teve prosseguimento. A EMATER/RSE elaborou 317 novos projetos, para 396 ha, no valor de R\$ 459.708,00. A diversificação das variedades nos novos pomares veio agregar vantagens, especialmente em termos de rendimento e comercialização. A laranja Valência, praticamente a única no início do Programa, foi reduzida para 31,5%. Também a melhoria no padrão das mudas fez-se presente. Prosseguiu a implantação de casas de beneficiamento ("packing houses"), com a operação de mais uma no Município de Maquiné.

## **- Olericultura em Diferentes Condições Ambientais - PLASTICULTURA**

Mesmo sob condições climáticas desfavoráveis, se verifica, ao longo do ano de 1997, melhoria substancial na qualidade dos produtos. Persiste uma crescente preocupação dos extensionistas em repassar tecnologias aos produtores para melhorar a qualidade e produtividade dos produtos olerícolas.

A introdução de novos materiais genéticos (variedades e híbridos) como, por exemplo, tomate longa vida, melão tipo gália, pimentões coloridos e alface americana, pode ser comprovada na prática junto a técnicos, produtores e consumidores.

Também a incorporação de novas técnicas de cultivo como fertirrigação, equipamentos para preparo do solo, semeadoras e distribuidoras de insumos, melhorou substancialmente a produtividade e a qualidade da produção.

A produção olerícola em ambiente protegido, neste aspecto, se constitui em capítulo a parte, onde o ganho de qualidade, em todos os sentidos, tem sido notável. Citando como exemplo a produção de moranguinhos em túneis baixos que, em pouco tempo, (dois anos), substituiu quase que totalmente o sistema convencional de plantio a céu aberto. De modo semelhante, a produção de mudas em ambiente protegido, associada ao uso de substratos e bandejas, assegurou o melhor estado fitossanitário da produção, tornando-se uma verdadeira febre entre os produtores que sempre contaram com a ajuda da Extensão Rural.

## **- Programa de Produção Programada - Estudo de Mercado**

Tendo em vista a importância de abordar-se o abastecimento alimentar, de forma integrada, desde a produção até o consumo, foi realizado, por determinação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e sob sua coordenação, um Estudo de Mercado na área dos produtos hortigranjeiros e de alguns produtos da cesta básica. O objetivo foi dimensionar a demanda, identificar as zonas de produção e quantificar a oferta, mês a mês, ao ponto de permitir planejamentos locais e regionais direcionados à programação da produção e ao equilíbrio do abastecimento.

Estudo foi desenvolvido em 459 municípios gaúchos, tendo a EMATER-RS participado nas etapas de campo, com pessoal, material e transporte, compreendendo a aplicação de 19.200 questionários. As informações colhidas foram processadas, estando disponível, na EMATER-RS, um banco de dados que servirá para o embasamento das ações do Programa de Produção Programada.

## **Apicultura**

Dentro do Programa Agro-Apícola Familiar, instituído pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento, desenvolvido sob a coordenação desta e contando com a execução da EMATER-RS, foram colocados à disposição dos Municípios de Caçapava do Sul, Cândido Godói, Guarani das Missões, São Paulo das Missões, Cambará do Sul, Itacurubi, Maximiliano de Almeida, Não-Me-Toque, Nonoai, Vacaria e Encruzilhada do Sul, a importância de R\$ 30.000,00/cada do FEAPER, para utilização na construção e equipamento de uma Casa de Mel ou Entrepósito de Mel. Os quatro primeiros já têm o projeto aprovado, sendo que o Município de São Paulo das Missões já aplicou os recursos e, inclusive, já inaugurou a Casa do Mel.

Nos dias 8 e 9 de agosto de 1997, foi realizado o II Seminário Estadual de Apicultura, nas dependências da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, numa promoção conjunta entre SAA, EMATER-RS e UFSM. Participaram do evento 301 pessoas.

No período de 26 a 29 de agosto de 1997, foi realizado o primeiro módulo do Programa de Capacitação do Projeto de Desenvolvimento de Um Pólo Apícola e Transferência de Tecnologia na Área de Influência da Universidade de Passo Fundo. Participaram 34 técnicos da EMATER-RS, dentre eles os Assistentes Técnicos Regionais de todas as regiões administrativas desta. Nesta etapa foram tratados assuntos sobre o manejo das abelhas.

Participaram, também, técnicos dos quatro Municípios da Área Piloto (Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Lavras do Sul e Pinheiro Machado), onde a apicultura foi priorizada para o trabalho.

### **- Bem-Estar Social**

As ações desenvolvidas com as 182.831 famílias beneficiárias nas áreas de alimentação e nutrição humana, saúde humana, saneamento básico e ambiental, entre outras, deram origem a incorporação das seguintes práticas:

Produção de Alimentos	81.078 famílias
Armazenamento Adequado e Indústria Caseira	57.078 famílias
Saneamento Ambiental e Básico (água, esgoto e lixo)	64.103 famílias
Prevenção de Doenças em Geral	182.834 famílias
Melhoria da Habitação e Arredores	21.485 famílias
Plantas Medicinais	15.411 famílias
Artesanato para Lazer e Comercialização	40.114 pessoas
Agentes de Saúde Assistidos	2.546 pessoas

### **- Classificação de Produtos de Origem Vegetal**

O Serviço de Classificação executado pela EMATER-RS, por delegação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento e do Ministério da Agricultura, conta com 54 Postos de Classificação interiorizados, todos já informatizados. Em 1997, foram classificadas 7.718.511 toneladas de produtos e emitidos 331.656 certificados.

### **- Desenvolvimento da Agroindústria**

Merecem destaque neste período, além da assistência prestada no desenvolvimento do setor, a implementação do Programa de Microunidades Produtivas junto a 42 municípios selecionados, repassando recursos em convênio com prefeituras municipais e a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, visando levar a grupos carentes a oportunidade de implantar a sua própria agroindústria, proporcionando condições de geração de renda e empregos.

### **2.1.3 - Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB**

#### **PROGRAMA: Preservação de Recursos Naturais Renováveis**

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande Do Sul - FZB, no intuito de desenvolver ações voltadas à conservação e preservação dos recursos vegetais e animais nativos, efetuou obras no Centro de Educação Ambiental a fim de atender a população visitante. Além disso, iniciou as obras do quarentenário, visando o atendimento dos animais recém chegados ao Zoológico, ou residentes, e, recintos de aclimação de animais, para abrigar os animais a serem reintroduzidos na área do Horto Florestal, assim como promoveu o aperfeiçoamento dos recursos humanos.

Outra medida importante foi a promoção pela Fundação do incremento do acervo botânico em 15 áreas do Arboreto, com espécies arbóreas, arbustivas e trepadeiras, totalizando 22 espécies; o incremento do acervo nas coleções especiais com espécies herbáceas nas coleções de cactáceas, bromeliáceas, liliáceas e outras, totalizando 38 acessos; realização de excursões de exploração e pesquisa botânica, em número de 16 saídas.

Cabe, ainda, destacar a elaboração de Planos de Metodologia e Projetos, junto ao Complexo Automotivo de Gravataí, por ocasião das obras de instalação da General Motors do Brasil: Plano de Revegetação e Enriquecimento no Arroio Demétrio; Plano de Implantação da Estação Ecológica; Plano de Tratamento dos "Bota-fora"; Projeto de Reposição Florestal com enriquecimento da mata ciliar do Arroio Demétrio e revegetação da Estação Ecológica, recomendando o plantio de 25.450 mudas de 130 espécies nativas, típicas da região.

A FZB desenvolveu o Projeto COPESUL que envolve a realização de atividades de monitoramento, manejo e estudo da biota do Parque COPESUL de Proteção Ambiental, com 20 saídas a campo. Outrossim, foi elaborado o Programa de Monitoramento Biológico do Ar e Proposta de Estudo da Diversidade Específica dos Ecossistemas Aquáticos, no Arroio Bom Jardim e Rio Cai, em atendimento às condicionantes da Licença Prévia referente à duplicação do Pólo Petroquímico do Sul.

#### **- Museu da Vida**

Assinado, em maio/97, o Convênio entre as Secretarias da Agricultura e Abastecimento e da Cultura para implantação do Museu da Vida, através da parceria entre o MCN/FZB e o Museu Antropológico da Secretaria da Cultura. O complexo cultural oferecerá aos estudantes, pesquisadores, turistas, trabalhadores e público em geral, Centro Cultural, de pesquisa, auditórios, biblioteca e o Museu da Vida propriamente dito, com uma exposição de longa duração que prevê a inserção do homem no ambiente natural.

#### **- Parque Estadual do Delta do Jacuí**

Foi celebrado convênio entre Fundação Zoobotânica e METROPLAN com a finalidade de reavaliar as condições sócio-econômicas das populações e situação atual da ocupação e uso do solo do Parque Estadual do Delta do Jacuí, inerente ao subprojeto "Consolidação do Parque Estadual Delta do Jacuí", no Programa PRÓ-GUAÍBA.

Assinado o decreto que prevê a implantação do Centro Histórico-Cultural “com o Museu Interativo Jacques Costeau” na Ilha da Casa da Pólvora, no Parque Estadual Delta do Jacuí, mediante projeto arquitetônico de restauração, reciclagem e revitalização dos prédios históricos ali existentes “casa de guarda, paiol de pólvora do exército e depósito de pólvora do Estado”, datado da época imperial.

### **- Complexo Automotivo de Gravataí - Coordenação dos Aspectos Biológicos**

Acompanhamento das atividades referentes aos aspectos biológicos da implantação do Complexo Automotivo de Gravataí, realização do estudo fitossociológico para obtenção da respectiva licença, participação do Grupo de Trabalho da implantação da APA do Banhado Grande e elaboração da proposta para implantação da “Estação Ecológica”.

### **- Convênio FZB/ELETROSUL**

Desenvolvimento do projeto “Estudo da ictiofauna da área da influência da Usina Hidrelétrica de Itá” em atendimento ao convênio firmado em fevereiro/96 com a ELETROSUL. Capturas visando à organização de uma coleção representativa da fauna ictica regional, associada a um banco de dados informatizado, e à elaboração de um manual de peixes do Alto Uruguai.

No ano de 1997, foram realizadas duas expedições de coleta, tendo sido capturados aproximadamente 500 exemplares. Também foram recebidos 321 exemplares doados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina - FAPEU/UFSC. Até o presente, a coleção ictiológica possui representantes de 63 espécies, obtidas durante a execução do projeto.

## **2.1.4 - Instituto Rio-grandense do Arroz - IRGA**

### **PROGRAMA: Comércio**

O Instituto Rio-grandense do Arroz desenvolveu ações no sentido de planejar e promover a expansão da comercialização do arroz.

### **- Programa de Aquisição de Arroz com a Interveniência do IRGA**

Visando evitar o aviltamento de preços em nível de produtor, e dessa forma garantir a renda aos orizicultores, o IRGA atuou no mercado procurando enxugar o excesso de oferta de arroz no período imediatamente após a colheita. Foi adquirido um total de 9.581 toneladas de arroz em casca, pelo valor de R\$ 2,1 milhões, beneficiando 250 produtores.

## - Alteração da Tabela de Preços Mínimos para o Arroz do RS

A partir de estudos realizados pelo IRGA, possibilitou-se à Secretaria da Agricultura e Abastecimento ter o embasamento técnico para reivindicar a alteração da tabela de preços mínimos para o arroz do RS, valorizando a qualidade e aumentando a renda do produtor. Os benefícios dessa medida serão o incremento da renda de todos os produtores de arroz do RS; a valorização da qualidade, corrigindo distorções antigas; e o estímulo ao desenvolvimento da produção.

## - Programa Troca-Troca do Arroz

O Governo do Estado, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através do IRGA, em conjunto com a comunidade arroteira gaúcha e as Prefeituras, lançaram o Programa Troca-Troca do Arroz, safra 97/98. O Programa visa disponibilizar insumos (herbicidas, uréia e adubos), com a finalidade de oportunizar aos produtores sem acesso a mecanismos de financiamento oficial, incrementar a área cultivada e, sobretudo, aumentar a qualidade e produtividade de sua produção. O IRGA adquire os insumos básicos em escala, obtendo maiores prazos e menores preços, e os repassa aos produtores através das prefeituras.

Ganham todos: o produtor, com melhores resultados econômicos; a municipalidade, com maior geração de renda e de impostos; o IRGA, com maior arrecadação da Taxa de Cooperação e Defesa da Orizicultura-CDO; e a cadeia produtiva do arroz, com a retomada da credibilidade e auto-estima, tão afetadas nos últimos anos.

### Principais Indicadores do Programa

INDICADORES	QUANTIDADE
Produtores atingidos	220
Número de municípios participantes	21
Área total abrangida - hectares	24.500
Herbicidas - litros	113.449
Adubos - toneladas	4.068
Uréia - toneladas	3.500

## - Programa Emergencial de Fornecimento de Sementes

O Programa objetiva atender os produtores atingidos pelas enchentes causadas pelo fenômeno "El Niño", nas regiões de São Borja e Itaqui. A aquisição emergencial de 4.533 sacos de semente, no valor de R\$ 109 mil, foi efetivada, e procedida a entrega aos produtores prejudicados e que necessitavam replantar suas áreas dentro do Sistema Troca-Troca do Arroz. Com isso, foi viabilizado aos produtores, vítimas da calamidade, o replantio de suas lavouras. No agregado, foram restauradas, na área atingida, as expectativas iniciais de produção, renda e impostos.

## **- Granelização dos Depósitos**

Foram granelizados os depósitos de Palmares do Sul, transformando-os de armazéns convencionais em armazéns graneleiros. Os benefícios foram a redução do custo operacional, a melhor qualidade do produto e a maior velocidade de operação, possibilitando mais e melhores serviços, incrementando a receita desta unidade.

## **PROGRAMA: Ciência e Tecnologia**

O IRGA também desenvolveu ações na área de ciência e tecnologia, buscando, dessa forma, a promoção e a evolução científica e tecnológica da produção de arroz do Rio Grande do Sul.

Em 1997, o IRGA investiu no melhoramento de sua infra-estrutura de pesquisa, destacando-se: a Unidade de Beneficiamento de Sementes - 25.000 sacos; o Laboratório de Biotecnologia e a Mecanização Agrícola.

No exercício, foram realizados os cursos de Conservação de Energia Elétrica na Lavoura, realizado nos municípios de Cachoeirinha, Santa Vitória do Palmar e Uruguaiana e o de Manejo Integrado da Cultura do Arroz Irrigado. Estes cursos objetivam a transferência de tecnologia.

## **2.1.5 - Companhia Estadual de Silos e Armazéns S.A - CESA**

### **PROGRAMA: Abastecimento**

Com o objetivo de aumentar a captação de produtos e também permitir opções de pagamento dos serviços prestados, houve a manutenção dos programas de “ dação em pagamento”, “ tarifa produto” e “ desconto tarifário”.

Dentro da política de alienação de unidades deficitárias e imóveis em desuso, foi vendido o armazém de Canguçu e os terrenos de Erechim, Cruz Alta e de Nova Prata. Estão em fase de negociação a venda dos armazéns de Caçapava do Sul e de Dom Pedrito.

Foram arrendados da CENTRASUL os complexos armazenadores de Canoas, Cachoeira do Sul e o Terminal Portuário de Porto Alegre. Nestas operações, houve um acréscimo total de 315.000 toneladas na capacidade estática da Companhia.

Em parceria com a iniciativa privada foram efetuadas, nas unidades Passo Fundo, Carazinho e Canoas, as devidas reformas nos complexos armazenadores com vistas ao recebimento da safra de 1998.

## **2.2.- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS**

### **PROGRAMA: Indústria**

#### **- Incentivos Fiscais e Financeiros**

Para competir em uma economia globalizada é indispensável dispor de uma forte base industrial. Em vista disso, o Governo do Estado, além de sua atuação no sentido de atrair e recuperar a indústria, vem aperfeiçoando e implementando novos programas de incentivos com o propósito de estimular a expansão de setores industriais específicos, de acordo com a estratégia de desenvolvimento sendo que, para tanto, foram criados, no decorrer do corrente ano, o PROMADER - Programa Setorial para Indústria de Base Florestal, e o NOSSO EMPREGO - Programa Especial de Incentivo à Geração de Empregos.

De janeiro a novembro, o Conselho Diretor do FUNDOPEM aprovou a concessão de incentivos fiscais/financeiros a 146 empresas, sendo 19 incentivadas através do NOSSO EMPREGO, gerando 9.780 empregos, e 127 através do FUNDOPEM e de seus programas setoriais, com investimentos fixos de R\$ 1,7 bilhão e mais de 10 mil novos empregos.

No setor químico e petroquímico destaca-se a duplicação do Pólo Petroquímico e a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini. Este setor teve 40 projetos aprovados pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM, com investimentos fixos de R\$ 451 milhões e a geração de 2.293 empregos, seguido pelo setor de produtos alimentares com 17 projetos aprovados, investimentos de R\$ 91 milhões e 1.434 novos empregos.

Dentre os setores dinâmicos da economia, além deste, destaca-se o setor metal-mecânico com 24 projetos aprovados, investimentos de R\$ 52 milhões e 1.829 novos empregos.

Destacam-se, ainda, os setores de produtos alimentares, de madeira e móveis, têxtil e calçados, bebidas e fumo, totalizando 32 projetos, com investimentos superiores a R\$ 1 bilhão e a geração de 4.352 empregos.

Segundo dados da Secretaria da Fazenda, no período de janeiro a setembro/97, as empresas beneficiárias apropriaram-se de crédito fiscal presumido no valor de R\$ 29,9 milhões.

Com relação ao Programa para Recuperação Industrial - PRIN/RS, no período considerado, 10 (dez) empresas, sendo 7 (sete) do setor de conservas e 3 (três) do segmento de curtumes, receberam incentivos superiores a R\$ 1,08 milhão.

Quanto ao Fundo de Fomento Automotivo do Estado do Rio Grande do Sul - FOMENTAR/RS, neste período, foram protocolados 14 solicitações de financiamento. As duas principais empresas em negociação com o Governo do Estado, para receber o

incentivo financeiro do FOMENTAR (General Motors e Gerdau), vão investir R\$ 950 milhões e gerar 2.300 novos empregos.

### **- Incentivos Materiais - Apoio ao Investidor**

Destaca-se a atuação do Governo do Estado na análise e acompanhamento da concessão de obras de infra-estrutura, através do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial - PROEDI, às empresas Brahma, General Motors, Coca-Cola, Capri Industrial, Dakota Calçados e Pirelli, que totalizam investimentos superiores a R\$ 1 bilhão e a geração de 4.500 novos empregos.

Também foi prestado assessoramento na escolha da área e/ou interface com órgãos estaduais na viabilização da infra-estrutura necessária às empresas Progome, Souza Cruz (Cachoeirinha), Pack-Tek, Matsuda Plásticos, Biotronic, Saltal, Brahma, Capri Industrial, Casa Blanca Forest, Belpack, General Motors, Pólo, Coca-Cola, Paranapanema, Instaladora São Marcos, Paumer, Tipler, Stemac, Dakota Calçados, Ford e Goodyear.

Visando apoiar empresas do ramo frigorífico, durante o presente ano, 17 estabelecimentos foram recebidos pela SEDAI, para que fossem estudadas alternativas que propiciasse o reerguimento das empresas em dificuldade. Destas, 3 foram plenamente solucionadas e 6 encontram-se com solução encaminhada para breve.

### **- Protocolo de Intenções**

De janeiro a novembro, 33 empresas assinaram Protocolo de Intenções com o Governo do Estado para a implantação de projetos que somam investimentos de R\$ 1,3 bilhão e a geração de 14,5 mil empregos. A maioria dos protocolos ainda espera aprovação pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM.

Encontram-se, em processo de negociação, grandes investimentos nas áreas *extrativa mineral e plástico/petroquímica* destacando-se a assinatura de Protocolo de Intenções com a empresa Casa Blanca Forest para implantação de projeto na ZPE do Rio Grande, com investimento de R\$ 30 milhões.

### **- Distritos Industriais**

As cidades de Alvorada-Viamão e Montenegro-Triunfo já possuem 28 empresas com cartas-consulta aprovadas ou em fase de aprovação, aguardando a liberação de novos lotes. Os investimentos são da ordem de R\$ 30 milhões, os quais gerarão 1.000 novos empregos.

O Distrito Industrial de Alvorada-Viamão possui 10 empresas com Contrato Preliminar de Reserva de Área assinados, em fase de projetos e/ou implantação, com investimentos de R\$ 5 milhões e 250 novos empregos.

### **- Programa RS EMPREGO**

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançou o Programa RS Emprego - Um Trabalho de Todos, destinado a desenvolver o treinamento de trabalhadores, adequando seus conhecimentos para a nova realidade; assistir as iniciativas convencionais

ou inovadoras do empreendedorismo; incentivar a formação de associações; levantar potencialidades locais e investimentos; e formar representantes da comunidade que possam divulgar os subprogramas de geração de emprego e renda. Como estratégia formulou subprogramas que, integrados, resultam numa sinergia onde as ações implementadas não somente respondem as questões imediatas dos empreendedores, mas promovem uma mudança de pensar as ações de desenvolvimento para o Estado, a saber:

### ***Empreendedorismo***

Ação direcionada a estudantes de todos os níveis e também a 3ª idade, objetiva provocar o interesse pelo desenvolvimento da capacidade empreendedora, assim como informar sobre os principais programas de formação empresarial e instalação de empresas.

### ***Caminhos para o Desenvolvimento***

#### ***- Perfis de Oportunidade de Investimentos - POIS***

Os POIs, ferramentas de extrema importância para impulsionar o desenvolvimento municipal, são estudos de viabilidade técnica e econômica-financeira que mostram aos empreendedores locais as potencialidades existentes. Como resultado destes estudos, no ano de 1997, foram visitados 111 municípios, dos 113 mais carentes do Estado; contratados 86 POIs, dos quais 49 já estão concluídos; realizados seminários em 16 municípios; e projetos entregues a 23 municípios.

#### ***- Empresas de Participação Comunitária- EPC***

Esta ação destina-se à conscientização do espírito empreendedor da comunidade, baseada na experiência de cada cidadão, na valorização dos talentos locais e na integralização de uma poupança interna. Foram constituídas empresas em 70 municípios e estão em constituição em mais 64 municípios.

#### ***- Programa de Empresas Comunitárias- PEC***

Um dos aspectos fundamentais na realização do PEC é o estabelecimento de parcerias, visando o desenvolvimento de projetos que dêem sustentação ao processo de reconstrução da cidadania e valorização da dignidade dos gaúchos que se encontram privados de oportunidades de superação da pobreza.

O Programa objetiva promover a capacitação profissional da população de baixa renda, mediante a criação e o desenvolvimento de empresas comunitárias. Foram criadas empresas comunitárias em Santo Ângelo e Pelotas.

#### ***- Cooperativas do Trabalho***

Os cooperativados são parceiros no processo produtivo e no resultado econômico, todos dividem diretamente o resultado e a responsabilidade econômico-financeira do negócio desenvolvido, aumentando a produtividade real. Já foram criadas 192 Cooperativas de Trabalho, gerando mais de 20.000 empregos.

## **Condomínios Industriais**

São pavilhões modulados destinados a abrigar microempresas emergentes durante sua fase de consolidação. Foram concluídos 31 condomínios e já encontram-se, em construção, 32 condomínios.

## **Agentes de Desenvolvimento**

A necessidade de conhecer de perto os problemas e potencialidades dos municípios para se chegar mais rápido às soluções, através de representantes da comunidade que possam promover a parceria de todos os gaúchos na criação de novas empresas, geração de postos de trabalho e alternativas de desenvolvimento, integrado às iniciativas do Governo do Estado, em 1997, foi instituído o *Agente de Desenvolvimento*, entendendo assim, estar promovendo o diálogo entre o Governo, micro e médios empresários e buscando a criação e implantação de novas empresas com a geração de novos postos de trabalho. Já foram cadastrados 256 Agentes de Desenvolvimento e treinados 218.

## **- Câmaras Setoriais**

Durante o ano de 1997, destacamos as seguintes atividades:

- *Alimentos Industrializados*: Empresas atendidas pelo PRIN;
- *Borracha*: Projeto Internacionalização, Gestão da Qualidade e Tecnologia Integrada (COMINCAUCHO - Comision de Industriales del Caucho del MERCOSUR);
- *Comércio Varejista*: Criação das Centrais de Compras; Projeto do Saneamento Tributário elaborado em parceria com a Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul - FEDERASUL;
- *Construção Civil* : Projeto Sistema Brasileiro da Habitação;
- *Couros e Calçados*: Programa Calçado do Brasil. Revigoramento Setorial com apoio do Governo do Estado e Linhas Especiais de Financiamentos pelo BNDES, FUNDOPEM - NOSSO EMPREGO.
- *Da Base Florestal e Moveleira*: Resgate do Déficit Florestal do Rio Grande do Sul, criação do FUNDOPEM-PROMADER; Projeto Tecnológico e Design Moveleiro;
- *Materiais Recicláveis*: Programa Estadual de Incentivo à Reciclagem e Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Apoio a Constituição de Associações e Cooperativas de catadores (Papel/Papelão; Alumínio; PET).
- *Pedras Preciosas*: Encontro Gemológico do Mercosul em Soledade; Concurso Design - Jóia Gaúcha; Termo de Acordo com o Governo do Estado de Natureza Tributária;
- *Têxtil*: Reestruturação da Cadeia Produtiva;

*Criação do Selo de Qualidade, objeto do Decreto nº 37.507, de 25.06.97.*

## **PROGRAMA: Normatização e Fiscalização da Atividade Empresarial**

As Ações deste Programa são executadas pela Junta Comercial do Estado Do Rio Grande do Sul - (JUCERGS). A principal meta do Programa, para o exercício de 1997, foi a de dar continuidade a formação do Banco de Dados do Registro Empresarial do Rio Grande do Sul. Hoje, cerca de 1.050.000 empresas estão registradas e já estão no Banco de Dados cerca de 100 mil.

## **PROGRAMA: Política Exterior**

O Programa Política Exterior objetiva o desenvolvimento de ações no âmbito internacional, destinadas à promoção, proteção e defesa dos interesses do Estado do Rio Grande do Sul.

No Programa da Borracha realizamos Seminário Técnico da Borracha na Argentina durante missão governamental e empresarial, cujo tema chave foi a qualidade e técnicos para desenvolvimento de *projetos compartilhados*.

A missão à China e Japão é mais uma iniciativa para captar a implantação de TECNOCENTERS no Estado com a alocação de empresas de pequeno e médio porte de alta tecnologia e a atração de nipo-brasileiros (dekasseguis) com poupança média entre US\$ 50 mil e US\$ 100 mil.

Organização e envio de nove técnicos gaúchos para estágio técnico na Província-Irmã de Shiga, Japão, por períodos de quinze dias e dez meses nas áreas de Qualidade, Gerenciamento e Monitoramento da Água, Tratamento de Efluentes Domésticos, Fiscalização e Combate à Degradação Ambiental; Salvamento de Pessoas em Espaços Confinados; Criação e Estruturação de Comissões Municipais de Defesa Civil; Geoprocessamento e Gerenciamento Ambiental; Cerâmica e Análise de Alimentos.

Co-organização das visitas do Estado a Entre Rios e Santa Fé, na Argentina e também ao Canadá, onde foi assinado o Convênio de Fraternidade entre Manitoba e Rio Grande do Sul e aos Estados Unidos da América.

Gestão, junto ao Ministério das Relações Exteriores, dos quesitos elaborados pelo Governo Japonês para aprovação final do Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Patos/Mirim (PRÓ-MAR DE DENTRO), que abrangerá em torno de 25 municípios da região sul do Estado.

## **PROGRAMA: Comércio**

Realização de 04 seminários RS EMPREGO-EXPORTAÇÃO, nos municípios de Rio Grande, Caxias do Sul, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul, resultando em interesse do empresariado em conhecer os procedimentos e o mercado externo para exportar.

Dentro do Programa de Internacionalização do Setor de Rochas Ornamentais, foi realizada missão governamental ao Chile, com seminário, onde se apresentou o grande potencial do setor a investidores.

A missão a Espanha e Grã-Bretanha teve desdobramentos consideráveis, pois em menos de 60 dias, recebemos a visita de potenciais investidores interessados em aprofundar questões e gestões para alocar recursos no Estado, como por exemplo, as Águas de Barcelona, Banco Argentária, Empresa de Saneamento e Infra-Estrutura, grupos ingleses.

A missão a Alemanha evidenciou o grande interesse principalmente da região da Baviera, em aprofundar as relações comerciais com o Rio Grande do Sul. Promoveu, também, o desenvolvimento do setor moveleiro mediante a realização de missões à Argentina e Rússia, assim como o apoio no desenvolvimento do setor de Pedras Preciosas através do concurso "JÓIA - RS, PRIMEIRO CONCURSO DE DESIGN DA JÓIA GAÚCHA" e "ENCONTRO SOBRE RECURSOS GEMOLÓGICOS DO MERCOSUL".

## **2.3 - SECRETARIA DO TURISMO**

### **PROGRAMA: Turismo**

No Programa Turismo foram desenvolvidas ações no intuito de divulgar os atrativos turísticos, planejar e fortalecer o desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul.

A Secretaria de Estado do Turismo coordenou o Grupo de Trabalho que tem a responsabilidade de organizar as ações do Governo do Estado voltadas para a temporada de veraneio, em parceria com iniciativa privada e com os municípios do Litoral Norte e Sul do Estado, criando condições de infra-estrutura e programação de eventos capazes de propiciar o interesse maior e a afluência à região litorânea do Estado. Também coordenou a implantação de sinalização turística nas rodovias federais e estaduais, com o objetivo de orientar, de modo claro e direto, o fluxo turístico do Estado, bem como a valorização dos atrativos turísticos municipais. Assim sendo, foi inaugurado o eixo Uruguaiana/Santana do Livramento, até o Litoral (BR 290, BR 101, Estrada do Mar, Free-Way), inaugurada a Rota Romântica, BR 116 e RS 115: São Leopoldo a São Francisco de Paula, tendo sido distribuídos folhetos de divulgação e está em andamento a implementação da Rota da Uva e Vinho.

O trabalho de ordenação do Produto Municipal e Regional, ora em desenvolvimento, através da criação de rotas turísticas que promovam a venda do produto RS em feiras e eventos, objetiva criar atrativos em diferentes regiões do Estado, estimulando a integração entre os municípios para ações de interesse comum ao turismo. A divulgação será junto, principalmente, aos agentes de viagem.

O crescimento e a diversificação da atividade turística implicam em demanda por recursos humanos qualificados, a nível gerencial e operacional, para os diversos tipos de empresas que atuam no setor público ou privado, além da conscientização e integração das comunidades no processo de desenvolvimento turístico. Para tanto foram executados os cursos: Táxi-Turismo, Brigada Militar, Seminários de Conscientização da Comunidade, Condutor Local de Ecoturismo, Formação de Guias de Turismo, Recepcionista para Eventos, Palestras de Ecoturismo e Palestras de Turismo Rural.

## **- Turismo Ecológico**

No Turismo Ecológico foram realizadas as seguintes ações: Parceria SETUR-RS no Projeto PED de Mostardas, Litoral Norte, Quarta Colônia, Riozinho e Cambará do Sul; Lançamento do Projeto Caminhos Verdes do Rio Grande - Região Central, envolvendo 21 trilhas ecológicas em 11 municípios, contando, inclusive, de material promocional específico; Criação do Curso de Conductor Local de Ecoturismo, já iniciados nos municípios de São José dos Ausentes e Encantado. Ainda, este ano, iniciarão em Cambará do Sul, Mostardas, Palmares do Sul e Riozinho; Realização do I Seminário Estadual de Turismo Ecológico, em Santa Maria, no período de 29 a 31 de outubro/97; Participação, com estande, no Congresso Mundial de Ecoturismo - World Ecotour, no Rio de Janeiro, de 15 a 18/12/97, onde pretendemos incluir o RS como destino turístico nos principais mercados emissores de ecoturistas, e, a realização de ações conjuntas para dotar o Parque Nacional de Aparados da Serra de infra-estrutura adequada e promocional do ecoturismo, em conjunto com o IBAMA e a Prefeitura Municipal de Cambará do Sul.

## **- Turismo Rural**

Foram cadastradas casas de fazenda, casa de colônia, fazendas hospedarias e hospedarias coloniais visando o turismo em Zonas Rurais, favorecendo o aumento da oferta de meios de hospedagem específicos e proporcionando novas atividades nas fazendas agrícolas e pecuárias e casas de colônias, vocacionando-as para o turismo receptivo.

## **- Turismo Náutico**

Visando o segmento da atividade turística que aproveita o potencial hídrico com fins de lazer e/ou esportivo, a SETUR realizou I Seminário Estadual de Turismo Náutico, em Osório; reunião sobre Turismo Náutico em parceria com a Comissão Mista do Mercosul, da Assembléia Legislativa, em Tapes; ordenação do produto náutico do RS; formação da Comissão Estadual de Turismo Náutico e Comitê da Indústria e Comércio do Setor Náutico, que tem como objetivo a criação de incentivos para a indústria náutica.

Objetivando identificar núcleos que possuem estâncias hidrominerais, termais e climáticas, foi realizado o Fórum Internacional do Circuito das Águas Termais, em Marcelino Ramos, em novembro de 1997, no sentido de promover a ordenação do produto.

Para a divulgação, a nível nacional e internacional, dos principais eventos turísticos do RS e objetivando aumentar a demanda turística do Estado, o Calendário de Eventos é realizado semestralmente e distribuído para municípios, agências de viagens, hotéis e eventos. Confeccionou-se, em parceria com o Ministério de Turismo do Uruguai, o calendário anual de eventos "Rio Grande do Sul/Uruguai".

Foram também, ações dessa Pasta, a coordenação do lançamento do Projeto do Parque Temático Marechal Manoel Luis Osório, que será executado no Parque Histórico Marechal Manoel Luis Osório, em Tramandaí/RS, criação na Região Serrana do Estado um complexo de aprimoramento e/ou formação de cozinheiros, profissionais e amadores, que constitua um referencial gastronômico e turístico, a ser implantado no Município de Bento Gonçalves/RS, assim como desenvolver campanha promocional e publicitária para divulgação das potencialidades turísticas do RS, em âmbito nacional e internacional, divulgar e comercializar o produto "inverno gaúcho" junto aos principais mercados

emissores turísticos, além de material promocional e informativo com os municípios de interesse turístico classificados pela EMBRATUR: Guia Turístico, realizado em parceria com o Sebrae/RS; Tarifário Turístico; Adesivo Táxi Turismo; Mapa Turístico (2ª edição); Itaimbezinho; Caminhos Verdes do Rio Grande; Nove Zonas Turísticas; Rota Romântica; Dicas de Verão; Vídeos Institucionais da Campanha de Inverno e do RS; Guia do Turismo Rural e Sete Maravilhas do Rio Grande.

Visando padronizar o atendimento ao turismo e melhorar as informações prestadas, a Secretaria está coordenando a implantação de complexos turísticos informativos junto aos principais pontos de acesso ao Estado: Chuí, Jaguarão, Bagé (Aceguá), Santana do Livramento, Uruguaiana, São Borja, Irai, Vacaria, Marcelino Ramos e Torres. Com início das obras previsto para o 1º trimestre de 1998.

A Secretaria possui um convênio com a EMBRATUR, o qual objetiva descentralizar as atribuições dessa, visando a execução do Programa de Qualidade do Produto Turístico, através da operacionalização das funções de cadastro, classificação, controle e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, empresas, empreendimentos e equipamentos. Foram atendidas todas as regiões do Estado, aproximadamente 45% dos municípios, e cerca de 6.200 pessoas. A Secretaria desenvolve também o Programa da EMBRATUR denominado Clube da Melhor Idade, sendo que em 1997 foram firmados 43 convênios com prestadores de serviços turísticos. No Rio Grande do Sul existem 28 Clubes da Melhor Idade.

Através da Portaria nº 0297/97 criou-se o Comitê Executivo de Promoção e Captação de Eventos. Participam deste Comitê instituições municipais, entidades de classe, universidades e demais empresas de relevante importância. Dentre os municípios do Estado, 34 fazem parte do Comitê: Bento Gonçalves, Canela, Canoas, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Chuí, Cruz Alta, Encantado, Esteio, Garibaldi, Gramado, Ijuí, Imbé, Irai, Lajeado, Nova Petrópolis, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Ângelo, São Francisco de Paula, São Leopoldo, São Lourenço do Sul, Tapes, Torres, Tramandai, Triunfo e Uruguaiana.

## **2.4 - SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

### **PROGRAMA: Ciência e Tecnologia**

O Programa Ciência e Tecnologia envolve o conjunto de ações que objetivam promover e assegurar o desenvolvimento científico e tecnológico.

Foram desenvolvidas ações nas áreas de biotecnologia, química e informática, dentre elas:

## **- Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado - Ilhas de Excelência**

### ***Ações em Biotecnologia***

- *Implantação dos Centros Avançados em Biotecnologia Animal e Vegetal na Universidade de Caxias do Sul (UCS), Biotecnologia Animal na Universidade Federal de Pelotas( UFPel) e Biotecnologia Vegetal na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).*

Com o Centro Avançado em Biotecnologia, a Universidade de Caxias do Sul passou a ter condições de promover a transferência de tecnologias relacionadas com o melhoramento genético nas áreas vegetal e animal. A implantação do Centro Avançado de Caxias do Sul está voltada para o atendimento da demanda da Região da Serra, principalmente, os agricultores, através da utilização de técnicas avançadas no cultivo de determinadas espécies vegetais como, por exemplo, plantas aromáticas e medicinais. O setor empresarial é igualmente beneficiado com a obtenção de produtos desenvolvidos com *melhor qualidade e produtividade.*

Por sua vez, a implantação do Centro Avançado em Biotecnologia Animal na Universidade Federal de Pelotas( UFPel) possibilitará o desenvolvimento de vacinas para prevenir doenças infecciosas em animais suínos e bovinos. As novas vacinas, que serão desenvolvidas, irão beneficiar rebanhos suínos e bovinos, principalmente da metade Sul do Estado, como também outros setores ligados à pecuária gaúcha.

Os equipamentos adquiridos com o apoio do Governo do Estado para a implantação do Centro Biotecnologia Vegetal na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) permitirão desenvolver, com o emprego de técnicas de melhoramento genético, novas sementes, principalmente de soja e arroz. Os agricultores do Estado que se *dedicam a estas culturas serão beneficiados com a utilização de espécies melhoradas, obtendo, com isso, melhores rendimentos em termos de produção e renda.*

- *Implantação do Laboratório de Medicina Preditiva no Centro de Pesquisas Biomédicas do Hospital São Lucas.*

Os equipamentos adquiridos com o apoio do Governo do Estado representam uma significativa conquista de relevância à comunidade gaúcha no que tange ao controle de doenças congênitas. Com o laboratório, será possível identificar, precocemente, doenças como o câncer de mama, de útero e de próstata.

O Laboratório atenderá a parcela da comunidade gaúcha com propensão ao *desenvolvimento de câncer.* Os testes nele realizados, de forma preditiva (através de análises do DNA), possibilitarão a redução de gastos na realização de exames de câncer de mama, útero e próstata, pois eliminam, em grande parte, a necessidade de realizá-los de forma periódica, como ocorre normalmente. O paciente, antecipadamente, tomará conhecimento sobre sua propensão ao desenvolvimento das doenças acima citadas. Outra vantagem da implantação deste Laboratório é, para o setor público, a *redução do montante de recursos dispendidos com tais exames.*

## **Ações em Química**

*- Implantação do Centro de Excelência em Extração e Transformação de Óleos Aromáticos.*

O Governo do Estado, em parceria com a Universidade de Caxias do Sul e a Prefeitura de Campestre da Serra, desenvolve o projeto-piloto para a produção de óleos aromáticos. Para a obtenção de melhores rendimentos dos óleos aromáticos foi implantada, na Universidade de Caxias do Sul, uma usina de extração, a qual já está realizando testes e melhorias necessárias para as culturas que estão sendo produzidas e comercializadas. A usina beneficiará os agricultores da Região da Serra e os empresários do setor industrial que atuam no cultivo e produção de óleos aromáticos.

*- Centro Regional de Óleos Essenciais do Município de Três Passos, e, do Vale do Rio Pardo.*

O Centro Regional de Óleos Essenciais do Município de Três Passos, em fase de implantação, está sendo desenvolvido em parceria entre o Governo do Estado, UNIJUI e Prefeitura Municipal de Três Passos, com o objetivo de criar novas alternativas ao setor agrícola e industrial da região. O projeto prevê o desenvolvimento de culturas aromáticas destinadas à extração e transformação de óleos essenciais e beneficiará os agricultores e os empresários do setor industrial (óleos essenciais) da Região Noroeste Colonial.

De outro lado, o Centro Regional Vale do Rio Pardo, também em fase de implantação, é fruto da parceria entre o Governo do Estado e a Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. O objetivo primordial deste projeto é promover a diversificação econômica da região, através do cultivo e extração de óleos em culturas aromáticas e cítricas beneficiando agricultores e empresários do setor industrial (óleos aromáticos) da Região do Vale do Rio Pardo.

*- Centro de Excelência em Óleos Vegetais e Animais da UFRGS.*

A primeira etapa para a implantação deste Centro, que objetiva atender Universidades e Centros de Pesquisa do Estado envolvidos em projetos de extração e transformação de óleos essenciais, iniciada em dezembro de 1997, resulta da parceria entre o Governo do Estado e UFRGS. Com a aquisição de equipamentos tecnológicos de ponta, a UFRGS terá condições de desenvolver novos produtos e processos na área oleoquímica, bem como apontar novas oportunidades de mercado para os setores da cadeia produtiva.

*- Centro de Excelência em Óleos Vegetais da CIENTEC.*

O Centro de Excelência em Óleos Vegetais da CIENTEC beneficiará industriais ligados ao setor oleoquímico do Estado do Rio Grande do Sul. Os equipamentos adquiridos com o apoio do Governo do Estado permitirão que a CIENTEC promova o desenvolvimento de produtos e processos ao setor produtivo gaúcho que atua na área de óleos essenciais.

## **Ações em Informática**

*- Implantação da primeira fase do Centro de Testes e Qualificação da CIENTEC - Cachoeirinha.*

As empresas ligadas ao setor eletro-eletrônico e de informática do Estado que necessitam testar produtos, em laboratórios localizados no centro do país, poderão contar agora com um moderno centro de testes e qualificação na grande Porto Alegre. Os equipamentos adquiridos com o apoio do Governo do Estado qualificam os laboratórios da CIENTEC à realização de testes mais avançados na área da interferência eletromagnética.

Com os novos equipamentos, os testes serão realizados, com a qualidade exigida, em nosso Estado.

#### *- Expansão da Rede Tchê.*

Durante o ano de 1997, a Rede Tchê implantou três novos "nós hospedeiros", ou pontos de presença no Estado (PUC-POA, UNICRUZ e URCAMP), totalizando, assim, 15 pontos de presença da Rede Tchê. Foi aumentada a velocidade de comunicação de dados dos pontos de presença de Pelotas (UCPel), Santa Maria (UFSM) e São Leopoldo (UNISINOS), passando de 64 mil bits por segundo para 2 milhões de bits por segundo. Novos serviços foram oferecidos, como o "Quem é Quem em Pesquisa no RS", tendo aumentado, também, o número de instituições com acesso à Internet.

As instituições de ensino e pesquisa do Estado que integram a Rede Tchê e têm, portanto, acesso à Rede Nacional de Pesquisa - RNP foram diretamente beneficiadas com a expansão da rede.

### **- Programa de Apoio aos Projetos Desenvolvidos em Áreas Estratégicas**

Em 1997, este Programa apoiou aos projetos tecnológicos apresentados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDES e executados pelas Universidades e Centros de Pesquisa, objetivando à modernização dos processos produtivos e, em consequência, o aumento da produtividade e da competitividade, tanto do setor agropecuário quanto industrial.

Foram assessorados projetos referentes à infra-estrutura e difusão tecnológica nas seguintes áreas: biotecnologia, voltada para a produção agropecuária; desenvolvimento e modernização agropecuária; diversificação da produção agroindustrial e agropecuária; sanidade animal e vegetal; infra-estrutura laboratorial em alimentos e agricultura; aproveitamento industrial de resíduos da produção primária; desenvolvimento e modernização industrial; incubadoras e parques tecnológicos.

Diversas regiões foram contempladas com o desenvolvimento destes projetos, dentre elas, Sul, Central, Fronteira Oeste, Missões, Alto Jacuí, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Produção, Norte, Vale Taquari, Vale do Rio Paródo, Serra e a Metropolitana.

## **2.4.1 - Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC**

### **PROGRAMA: Administração**

A Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC, em setembro de 1995, no

intuito de desenvolver ações visando a adesão dos recursos humanos, materiais, financeiros, técnicos e institucionais com vista aos objetivos nacionais e asseguradores da eficiência do processo decisório, assinou, com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, um Compromisso de Gestão.

O compromisso antes referido objetiva a redução da dependência financeira da instituição para com o Tesouro do Estado e ao incremento da receita própria e a satisfação *de seus clientes*.

Desta forma, se deu continuidade a um trabalho iniciado no início desta gestão, qual seja o de efetivamente dar um caráter empresarial à instituição.

Os resultados deste esforço podem ser melhor avaliados pelo expressivo e crescente número de clientes atendidos pela instituição e pelos resultados financeiros decorrentes. Todas as metas estabelecidas pelo Compromisso de Gestão estão sendo atingidas, e até superadas de forma expressiva. A seguir alguns indicadores que podem traduzir estes fatos.

Tomando o exercício de 1994 como referência, a CIENTEC teve um acréscimo de Receita de Serviços (Receita Própria), em 1997, de 324%. Isto é, para cada real de faturamento em 1994, houve 4,24 em 1997. Com a despesa, o incremento foi de 96%, resultando um aumento de produtividade de 2,17 vezes em relação a 1994. Por outro lado, com a adoção de algumas medidas estabelecidas pelo Estado, ocasionando uma redução muito importante da força de trabalho, atingindo 24% em relação ao ano de 1994, o que, por sua vez, se reflete de forma expressiva no aumento da Receita Própria por Funcionário, atingindo, em 1997, um acréscimo de 462% em relação a 1994.

## **PROGRAMA: Ciência e Tecnologia**

Na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico, entre janeiro e agosto do ano de 1997, a CIENTEC prestou serviços laboratoriais de rotina para 1.140 clientes, de um total de aproximadamente 3.000 cadastrados na instituição, entre empresas privadas, órgãos e empresa públicas, associações e pessoas físicas.

### **- Projetos e Contratos de Consultoria**

Foram desenvolvidos projetos e/ou contratos de consultoria envolvendo Combustão de Resíduos de Couro em Leito Fluidizado e estudo de impacto ambiental.

O projeto envolvendo a Combustão de Resíduos de Couro em Leito Fluidizado objetiva desenvolver, a partir do processo de combustão em leito fluidizado (dominado pela CIENTEC), uma solução tecnológica que permita, via queima dos resíduos de couro curtido ao cromo, a recuperação do cromo e a geração de energia, evitando-se, assim, os efeitos negativos sobre o meio ambiente.

Por sua vez o EIA/RIMA da Usina Termelétrica Uruguaiana - UTE, visa a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA) da Usina Termelétrica a gás natural de Uruguaiana, sob a contratação da AES Brasil Elétrica Ltda. Nesse empreendimento, a UTE Uruguaiana se

propõe a gerar 600MW de energia elétrica à custa da queima de gás natural importado da Argentina pela Petrobrás e fornecido pela Sulgás.

### **- Convênios com o SESI, Banrisul Processamento de Dados Ltda, BPD, e, com a Central de Licitações do RS - CELIC**

O Convênio com SESI objetiva a execução, pela CIENTEC, de análise de amostras em lotes de alimentos, com a finalidade de orientar o processo decisório, tanto na compra como na verificação do cumprimento das determinações contratuais após a aquisição. Além dessas atividades, a CIENTEC presta assessoria na determinação de padrões de identidade e qualidade de alimentos, nos planos de amostragem e condutas de inspeção de lotes de alimentos e coletas de amostras, além das indispensáveis atualizações de legislação.

O convênio celebrado com a Banrisul Processamento de Dados Ltda destina-se a execução, pela CIENTEC, de ensaios de homologação, conformidade e/ou inspeções em produtos que venham a ser solicitados pelo BPD, tais como os equipamentos para soluções energéticas (no-breaks e estabilizadores), podendo, posteriormente, as partes elegerem outros objetivos, definidos em documentos posteriores a esse ajuste por solicitação da BPD.

Já o Convênio com a Central de Licitações do RS - CELIC, visa estabelecer à execução, pela CIENTEC, de ensaios de conformidade e/ou inspeções em produtos adquiridos pela CELIC, a serem utilizados pela administração pública estadual, para que se assegure sua qualidade e, por consequência, a racionalidade da despesa pública.

### **- Estratégias de Comercialização de Cinzas de Carvão Mineral de Termelétricas**

Este projeto foi realizado para a ELETROBRÁS, visando o estudo de estratégias para fomentar a comercialização das cinzas das termelétricas, seu maior uso como matéria-prima, e, como consequência lógica, a redução do impacto ambiental devido ao seu descarte. Este estudo visou uma abrangência de mercados a nível de Mercosul.

A partir deste estudo, pretende a ELETROBRÁS incrementar a hoje modesta participação do carvão mineral, na matriz energética do Brasil. A CIENTEC, neste contexto, terá uma expressiva participação e poderá ver, a partir dessa atividade, o uso corrente, no mercado, de vários produtos e processos que utilizam as cinzas de carvão como principal insumo, como resultado de projetos por ela desenvolvidos nos últimos quinze anos.

### **- Pró-Guaíba**

O Pró-Guaíba é um Programa do Governo do Estado destinado a melhorar as condições ambientais da Bacia Hidrográfica do Guaíba. A CIENTEC, através de trabalhos de acompanhamento geológico-geotécnico, desde o mês de abril de 1997, vem contribuindo na garantia da qualidade das obras que fazem parte da ação Sistema de Esgotos Gravataí/Cachoeirinha. A abrangência dos trabalhos vai desde a verificação da qualidade dos materiais utilizados nas obras das Estações de Tratamento de Esgotos e do Sistema de Esgoto Sanitário, bem como testes de desempenho dos componentes construtivos das mesmas.

## 2.4 2 - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS

### PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

No ano de 1997, a FAPERGS, em continuidade a sua política de captação de recursos financeiros, especialmente junto a agências nacionais de fomento à pesquisa, firmou Convênio com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq e manteve a execução de convênios com a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

O programa de trabalho da FAPERGS consubstanciou-se em três linhas básicas: captação de recursos; interiorização; e órgãos do Estado.

Para a captação de recursos financeiros, dividiu, com a CAPES e a FINEP, três editais, voltados a diferentes áreas, abarcando distintos segmentos da sociedade.

O primeiro edital, denominado Reestruturação Estratégica dos Centros de Pesquisa da Administração Estadual, apoia a modernização dos institutos e centros de pesquisa da Administração Estadual. O projeto pretende criar condições para, em parceria com universidades e outros centros de pesquisa estaduais, nacionais e internacionais, modernizar e reestruturar suas atividades-fins e dar respostas às demandas da sociedade. O valor do edital atingiu R\$ 4 milhões, viabilizado através de Convênio firmado entre o Governo do Estado e a FINEP.

O segundo edital vincula-se ao Programa de Apoio ao Plano Sul de Pós-Graduação e visa a capacitação, em nível de mestrado e doutorado, de professores atuantes em instituições de ensino superior do Estado do Rio Grande do Sul. Realizado em parceria com a CAPES, alcança R\$ 5 milhões. São grandes as expectativas do efeito multiplicador desse Programa. De um lado, pela repercussão na formação de recursos humanos, pois, ao qualificar professores, indubitavelmente se faz o melhor investimento possível nos cursos de graduação do Estado. De outro lado, integra os cursos, substituindo antigas rivalidades por trabalho cooperativo, promovendo a inovação em ciência.

O terceiro edital vincula-se ao Programa de Transferência de Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, que visa estimular a interação entre instituições de pesquisa e o setor empresarial. Também fruto de parceria com a FINEP, alcança R\$ 2 milhões. Nesse Edital, a Fundação participa com 10% das despesas orçadas, reafirmando o empenho da instituição com a transferência de tecnologia e também a seriedade com que o setor privado vem compartilhando do Programa em parceria e co-responsabilidade.

A FAPERGS, reconhecendo a existência de recursos humanos dotados da qualificação e da experiência necessária, especialmente em cidades pólos do interior do Estado, desenvolveu um projeto de interiorização, com a finalidade de incentivar ações descentralizadas de interação com a comunidade científica e educacional, na avaliação de propostas e resultados.

Foram instaladas, no ano que passou, como projetos-piloto, duas sedes regionais da FAPERGS, uma no Município de Santa Maria e outra em Pelotas,

denominadas de Escritórios Regionais. O custo de instalação e da infra-estrutura foi totalmente financiado pelas universidades que os sediam (UFSM e UFPel).

O lançamento do Edital intitulado "Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional do Rio Grande do Sul" representa uma estratégia estabelecida para apoiar ações regionais, com potenciais já identificados, sendo destinados às Regiões Metropolitana e Norte, Sul e Sudoeste, e Centro-Oeste e Noroeste do Estado.

A FAPERGS, além da sua política induzida de lançamento de Editais, tem atuado em outras frentes. Uma delas é a parceria com o SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que capta demandas tecnológicas de micro e pequenas empresas, repassando-as à FAPERGS, que auxilia na identificação do parceiro pesquisador para execução do projeto, apoiando parcialmente os custos. Outra é o balcão com a FIERGS, que se propõe a ouvir demandas tecnológicas dos setores da indústria e buscar parceiros dentro das universidades para atendê-las, estreitando o contato entre pesquisadores e empresários.

Contando com programas voltados a incentivar o retorno de recém-doutores ao Rio Grande do Sul, buscou-se mais uma alternativa de fixação de recursos humanos altamente qualificados no Estado, garantindo o desenvolvimento tecnológico que é imperativo e fator por excelência de vantagens comparativas, tanto na concorrência como na atração de capital.

Ainda na programação de 1997 da FAPERGS, a concessão de bolsas de estudos corroborou a importância que tem sido dada, no Estado, à iniciação científica dos estudantes na arte da pesquisa científica e tecnológica. Representou, também, um forte instrumento para atrair e fixar pesquisadores seniores no Estado. A participação e organização de eventos científicos foi outra prioridade de trabalho da Instituição, auxiliando na divulgação de resultados de pesquisa e possibilitando intercâmbio de idéias e discussões de paradigmas.

O Programa Pró-Ciência, desenvolvido pela CAPES/MEC e a SEMTEC/MEC, em parceria com a FAPERGS e a Secretaria de Educação, tendo por objetivo "melhorar o domínio dos conteúdos específicos de todos os professores" das áreas de biologia, física, matemática e química no ensino médio (rede pública e/ou privada), obteve destaque em 1997.

O Programa volta-se aos professores das áreas supracitadas que estejam no efetivo exercício da função, sendo os cursos ministrados pelas instituições de Ensino Superior, através de grupos, departamentos, institutos e centros que atendam a editais específicos para a realização dos devidos treinamentos.

Na primeira fase, que compreendeu o período de julho de 1996 a fevereiro de 1997, foram contempladas 13 instituições, implementados 42 cursos, treinados 1.206 alunos, num montante de financiamento de R\$ 878,8 mil. A segunda fase do Programa, iniciada no período de julho de 1997 e com término previsto para fevereiro de 1998, já atingiu 13 instituições, 51 cursos implementados e 1.659 alunos treinados, num montante de financiamento de R\$ 1,4 milhão.

## 2.4.3 - Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO

### PROGRAMA: Ciência e Tecnologia

#### - Pesquisa Agropecuária

Para o desenvolvimento da pesquisa agropecuária, em 1997, foram realizados 170 projetos envolvendo as culturas de plantas de lavoura como soja, milho, trigo, triticale, feijão, sorgo granífero, sorgo forrageiro, batatinha, batata-doce, mandioca, cevada, aveia grão e forragem; de plantas olerícolas como tomate, cenoura, repolho, alho, pimentão, feijão miúdo, cebola, melancia, melão; e de outras plantas que também mereceram ações de pesquisa. Foram desenvolvidos projetos de pesquisa e coletados dados de observação com as frutíferas como citros (laranjas, bergamotas, limões), rosáceas (macieiras, pessegueiros, nectarinas, pereiras, ameixeiras, mamoleiros), caqui, kiwi, figueira, moranguinho, abacaxizeiro, banana, amora preta, entre outras. Trabalhos científicos sobre fixação biológica de nitrogênio foram desenvolvidos, bem como a manutenção de uma coleção de mais de 1.200 estirpes de rizobium.

As espécies nativas da Mata Atlântica estão sendo estudadas e preservadas, através de um Banco Ativo de Germoplasma, que está sendo organizado e desenvolvido na Estação de Pesquisa e Produção de Maquiné.

Plantas medicinais, aromáticas (óleos essenciais), condimentares e ornamentais (floricultura) foram alvo de pesquisa e observações para gerar tecnologias e informações aos produtores rurais e consumidores.

Na área da produção animal, as investigações científicas contemplaram a realização de projetos com gado de corte (seis raças), bubalinos, gado leiteiro, ovinos, caprinos, equinos, suínos e aves, envolvendo o melhoramento genético, nutrição e alimentação dessas espécies, assim como tecnologias de manejo.

No que respeita à sanidade animal, foram concluídos 21 projetos e 31 encontram-se em andamento, envolvendo as mais diferentes doenças de importância econômica para os rebanhos e as criações da zootecnia estadual. Pesquisas de novos métodos de diagnóstico de doenças assim como a obtenção de novas vacinas e imunobiológicos diversos foram realizadas.

A aquacultura e a pesca também constituíram focos de atenção para ações de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A pesquisa, nesta área, fundamenta-se no estudo das espécies nativas de água doce. Pesquisas em aquacultura de águas lagunares também estão sendo desenvolvidas em parceria com Universidade de Rio Grande, especialmente na criação de camarões.

#### - Produção de Insumos

A produção vegetal envolveu a produção de sementes e mudas de plantas de lavoura (soja, milho, milho pipoca, feijão, sorgo, granífero, sorgo forrageiro, aveia, cevada, trigo, triticale, arroz, batatinha, mandioca e outras), frutíferas (citros, pessegueiros, ameixeiras, pereiras, kiwi, moranguinho, abacaxizeiro e outras), olerícolas (cebola, alho e outras) florestais (nativas e exóticas), ornamentais, aromáticas, medicinais, forrageiras.

Houve, também, a produção de inoculantes para a fixação simbiótica do nitrogênio atmosférico pelas leguminosas.

Na área de produção animal, foram produzidas 7.280 doses de Tuberculina PPD aviário, 186.600 doses de Antígeno Acidificado para Brucelose, 2.500 doses de vacina liofilizada contra Brucelose, 400.000 litros de antígenos para testes de leptospiros, 14.370 doses de vacina para *Babesia bovis*, 27.135 para *Babesia bigemina* e 11.200 para *Anaplasma centrale*, dentre outros insumos.

### **- Prestação de Serviços**

A atividade de prestar serviços da FEPAGRO se justifica pela importância estratégica e econômica do setor atendido, além do cumprimento pelo Estado de sua obrigação de dar suporte às áreas de saúde pública (diagnóstico de zoonoses) e segurança alimentar.

Os resultados alcançados nesta prestação de serviços foram os seguintes: materiais recebidos - 56.503; exames realizados - 198.313; fornecimento de dados meteorológicos e laudos - 623 demandas; fornecimento de laudos técnicos diversos - 1.284 demandas, e informações técnicas diversas - 2.647 demandas.

### **- Difusão de Tecnologia**

A FEPAGRO tem os meios de divulgação oficiais através dos quais difunde a tecnologia. São eles: revista científica, boletim, circular técnica, folders e cartazes.

O público alvo é representado pela comunidade científica de instituições de pesquisa tanto nacionais quanto internacionais, técnicos que atuam em pesquisa, ensino e extensão rural, entidades de classe, cooperativas, produtores rurais e estudantes na área agropecuária.

Foram publicados dois números da "Pesquisa Agropecuária Gaúcha", dois do "Boletim FEPAGRO", cinco da "Circular Técnica", além de seis folders de divulgação técnica.

## **2.5 - SECRETARIA ESPECIAL DA REGIÃO METROPOLITANA**

### **PROGRAMA: Regiões Metropolitanas**

#### **- Formulação e Coordenação da Política Governamental da Região Metropolitana**

##### **Projeto Mãos Dadas**

Apoio e coordenação, junto à Secretaria Estadual da Fazenda (SEFA), no cadastro e mobilização de Entidades nos 23 Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA) resultando em 153 novas entidades participantes na 9ª Etapa do Projeto.

### ***Asfalto nas Vilas***

Apoio e coordenação, junto à Secretaria da Coordenação e Planejamento (SCP) - Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN), na definição do Projeto e lançamento dos Editais de obra. Elaborados projetos para a realização de asfaltamento em 207 ruas nos municípios da RMPOA atingindo 186,814 Km, dos quais já foram lançados Editais para contratação de 53,60 Km.

### ***Água - 100% Legal***

Apoio e coordenação, junto à Secretaria de Estado das Obras Públicas, Saneamento e Habitação - SOPSH, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN para atendimento das famílias sem água potável na RMPOA. Das 37.000 famílias nestas condições, já foram atendidas ou estão com obra em andamento 28.000 famílias.

### ***Universalização de Energia***

Apoio e coordenação, junto à Secretaria de Energia, Minas e Comunicação, e Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEFE), para atendimento das famílias sem energia elétrica na RMPOA. Das 18.000 famílias, sem energia ou abastecidas por rede clandestina, 12.000 famílias já foram atendidas ou estão com a obra em andamento.

### ***Regularização Fundiária***

Presidência da Comissão Especial para apresentar alternativas visando à Ação Governamental relativa à doação de áreas urbanas. A comissão foi criada em 1997 para promover o recadastramento e o levantamento físico das áreas a regularizar. Objetiva, ainda, a criação do Programa de Regularização Fundiária de áreas públicas urbanas.

### ***Programa Pró-Moradia***

Apoio à SOPSH na elaboração e negociação com as Prefeituras Municipais da RMPOA para execução do Programa.

### ***Comissão Especial GM (Gravataí)***

Coordenação do Grupo Intergovernamental, instituído pelo Decreto nº 37.433 de 14 de maio de 1997, que está elaborando o novo Plano Diretor do município de Gravataí.

### ***Gestão Metropolitana***

Apoio e ação conjunta, com SCP - METROPLAN, na implantação do Conselho Consultivo (CC) e Conselho Deliberativo (CD) com o objetivo de elaborar Projeto de Gestão Metropolitana.

### ***Parque dos Maias***

Apoio e participação conjunta com a Casa Civil na intermediação da solução evitando o despejo de 1.170 famílias

### 3 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

#### 3.1- SECRETARIA DAS OBRAS PÚBLICAS, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

A Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação vem atuando em áreas fundamentais, como as de obras e saneamento, em todo o Rio Grande do Sul. Este perfil e a vocação da Secretaria para o interior foram preservados pelo Governo do Estado, agregando-se de outras funções relevantes, como a formulação, coordenação e execução dos programas de recursos hídricos; a fiscalização das obras de irrigação; a assistência aos municípios; e, mais recentemente, a política de habitação.

#### **PROGRAMA: Administração**

O Programa destina-se a contratar serviços técnicos especializados de engenharia e arquitetura para a realização de estudos técnicos, planejamento, projetos executivos e/ou complementares, fiscalização de obras e serviços.

No âmbito das obras públicas, as atividades de representação dos 28 Escritórios de Obras abrangem toda a administração direta e fundacional, cumprindo as metas propostas pelo governo estadual. Em 1997, nos 298 municípios atendidos, estiveram sob a responsabilidade desta Secretaria 1.275 obras, com um investimento de R\$ 84,2 milhões. Das 1.176 obras entregues à educação, resultaram 1.061 salas de aula, beneficiando 53.050 alunos.

A Secretaria fiscalizou 1.456 obras em 286 municípios, sendo 1.326 voltadas para a educação, através das quais serão construídas 662 novas salas de aula, com benefício para 33.100 alunos. Também foi dado prosseguimento ao desenvolvimento dos projetos Segurança nas Escolas e Ginásios de Esportes, Nenhum Município sem Ginásio.

No campo da saúde há obras importantes em hospitais, postos de saúde e laboratórios. Na segurança pública, estão sendo construídos presídios e penitenciárias moduladas, além de unidades da Polícia Civil. Para a cultura, são realizadas obras de recuperações e reformas do patrimônio histórico e artístico do Estado. Na agricultura, há o Programa de Centros de Treinamento de Agricultores e reformas e recuperação do Parque de Exposições Assis Brasil, em Esteio. Para a Secretaria da Fazenda, são realizadas obras nos postos de fiscalização e prédios fazendários. Enfim, a SOPSH continuou realizando suas atividades na administração, recuperação e reforma de prédios de órgãos estaduais.

#### **PROGRAMA: Habitação**

Este Programa tem por finalidade executar obras e serviços de infra-estrutura, construção ou melhoria de habitações destinadas à população de baixa renda.

A carência habitacional, no Rio Grande do Sul, é estimada em 273.774 unidades, das quais 97.734 na área metropolitana, 111.535 nas demais áreas urbanas e 64.505 unidades na área rural. Ao assumir em 1995, este Governo encontrou um quadro

crítico. Reformas eram necessárias e urgentes. O Governo decretou a liquidação da COHAB e instituiu o novo Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social.

A Secretaria das Obras formulou o Plano Estadual de Habitação, tendo como fonte de financiamento o Fundo de Desenvolvimento Social. Paralelamente, a Secretaria também passou a atuar como agente promotor dos programas habitacionais federais, que têm o suporte financeiro da CEF/FGTS e do Orçamento Geral da União.

As ações foram intensificadas em 1997. O Estado recebeu do Programa Habitar Brasil/97 R\$ 11,8 milhões oriundos do Orçamento Geral da União e os repassou a 81 municípios do Programa Comunidade Solidária, para a construção de 2.406 unidades habitacionais, beneficiando 12.030 pessoas. O Governo Estadual, através da Secretaria, ajustou com a Caixa Econômica Federal uma linha de crédito de R\$ 35 milhões para o Pró-Moradia/Estado, visando a produção de 4.551 moradias, preferencialmente na Grande Porto Alegre, a fim de beneficiar 22.735 pessoas.

Também foi firmada, com a Caixa Econômica Federal, outra linha de crédito, no valor de R\$ 30 milhões, destinada ao desenvolvimento do PROCRED Associativo, para a produção de 3.233 unidades, preferencialmente no Interior, com benefício a 16.165 pessoas. A partir de junho de 1997, foram contratadas obras pelo Programa Pró-Moradia/Municípios, no qual a Secretaria presta assessoramento. O valor do empréstimo às 32 cidades selecionadas na primeira etapa foi de R\$ 19,06 milhões para 3.412 unidades, beneficiando 17.060 pessoas. Na segunda etapa, foram selecionados 64 municípios e a previsão de unidades habitacionais é de 4.471 em benefício de 22.355 pessoas. No total foram 18.073 moradias beneficiando 90.325 gaúchos.

## **PROGRAMA: Saneamento**

O referido Programa visa instituir mecanismos e instrumentos da política estadual de saneamento, criando o Conselho Estadual de Saneamento e um Fundo Estadual para financiar ações nas áreas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, proteção contra inundações e resíduos sólidos.

Com a finalidade de minimizar a carência de saneamento no Estado, foram investidos, em 1997, R\$ 6,7 milhões a fundo perdido, em obras de saneamento (água e esgoto) em 41 municípios integrantes do Programa Comunidade Solidária, com benefício para 484 mil pessoas. Trata-se do Programa de Ação Social em Saneamento (PASS), executado com recursos do Orçamento Geral da União e do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Já o Programa de Saneamento Rural, criado para implantar sistemas simplificados de abastecimento de água no meio rural, liberou recursos de R\$ 3 milhões do Tesouro do Estado para a execução de convênios em 150 municípios, atendendo uma população de 13 mil pessoas.

Com relação ao Pró-Saneamento, a Divisão de Saneamento da Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação recebeu todas as cartas-consultas para solicitação de financiamento, procedendo então ao enquadramento e à hierarquização. Feito isso, foram encaminhadas à Caixa Econômica Federal para operacionalização do Programa.

Foram atendidos, em 1997, 143 pleitos em 76 municípios, beneficiando mais de 2 milhões de pessoas, com recursos da ordem de R\$ 99,2 milhões do FGTS.

## **- Recursos Hídricos**

A Secretaria das Obras Públicas, Saneamento e Habitação e o Fundo de Investimentos em Recursos Hídricos desenvolveram estudos e projetos de avaliação de disponibilidades e demandas de água em 13 importantes bacias hidrográficas, englobando 80% do território gaúcho. O primeiro resultado prático das ações do Governo Estadual é o Programa de Recuperação e Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria, cuja continuidade está prevista nas ações do Governo Estadual para 1998.

O Programa contempla o planejamento e a implantação de infra-estrutura que proporcione as bases para a recuperação econômica da região. Trata-se de iniciativa pioneira para proporcionar o reinício do desenvolvimento da Metade Sul do Estado.

Neste ano de 1997, através da contratação de serviços, foram elaborados ou estão em fase de elaboração, estudos nas bacias dos Rios Santa Maria, Taquari/Antas, Vacacaí, Pardo/Pardinho, Ibicuí, Litoral Norte, além da demarcação de banhados e matas ciliares do Rio Santa Maria e levantamento cadastral dos usuários da água da Bacia do Rio Uruguai. Os recursos aplicados foram de R\$ 3,3 milhões, oriundos da Lei de Compensação Financeira pelo uso da água para geração de energia (Lei nº 7.990/89).

A Secretaria também trabalha no sentido de implantar o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, previsto pelo artigo 171 da Lei 10.350/94. O objetivo desta tarefa é a elaboração de planos de bacia visando o planejamento para melhorar as disponibilidades dos recursos hídricos. Foram elaborados ou estão em fase de elaboração estudos nas bacias hidrográficas dos rios Caí, Camaquã, Lagoa Mirim, além do Sistema Georeferenciado de Recursos Hídricos e a Proposta de Estruturação do Comitê de Gerenciamento Transfronteiriço do Rio Quaraí. Os recursos, também oriundos da Lei Federal 7.990/89, foram da ordem de R\$ 1,4 milhão.

## **- Poços Artesianos**

Concretizando os objetivos da atual gestão administrativa de estender o saneamento às populações rurais, mais de 33 mil famílias em todo o Estado já foram beneficiadas com o abastecimento permanente de água, através do Programa de Poços (PAP). O Programa visa a perfuração de poços tubulares profundos nos núcleos habitacionais não atendidos por outros órgãos oficiais. A finalidade é proporcionar um sistema de abastecimento de água prático, simples e eficiente às comunidades rurais, mediante parceria com as prefeituras municipais.

Assim, são minimizadas as doenças de veiculação hídrica, evitando o êxodo rural e, conseqüentemente, contribuindo para reduzir a demanda por serviços e equipamentos básicos nas zonas urbanas e periféricas das grandes cidades.

Em 1997, foram investidos R\$ 2.080 milhões na perfuração de 355 poços, beneficiando 53.250 pessoas. Para o próximo ano, estão programados recursos de R\$ 3,7 milhões para a perfuração de 460 poços em 370 localidades de 156 municípios. O benefício será estendido para 70 mil habitantes.

## **PROGRAMA: Programação a Cargo do Estado e Municípios**

O objetivo do Programa é dar suporte financeiro às prefeituras, através de contratos de financiamento. Ao tomarem os empréstimos, as prefeituras têm de completar com a contrapartida de no mínimo 30% para a execução do projeto. Os recursos do FUNDURBANO provêm de 5% do Fundo de Participação dos Estados (FPE), através do Tesouro do Estado e de recursos próprios.

### **- FUNDURBANO**

As atividades do Fundo de Investimentos Urbanos (FUNDURBANO) da Secretaria das Obras Públicas, concentram-se no financiamento de obras de pequeno vulto, mas com enorme abrangência aos beneficiados em suas áreas de atuação, como infraestrutura (redes de água, esgoto e elétrica, drenagem, iluminação pública) e bem estar social (construção de creches, ginásios de esportes, prédios para a Brigada Militar e Polícia Civil, postos de saúde, hospitais, habitação popular).

Em 1997, foram repassados R\$ 3,5 milhões para 196 municípios, contratados em 1995/96.

### **3.1.1.- Companhia Rio-grandense de Saneamento - CORSAN**

#### **PROGRAMA: Saneamento**

Este Programa abrange um conjunto de ações, visando o abastecimento d'água de boa qualidade às populações, o destino final dos esgotos domésticos e a melhoria das condições sanitárias das comunidades.

Durante o exercício de 1997, a CORSAN desenvolveu suas atividades com mais eficiência, ocasião em que consolidou o processo de reestruturação organizacional e da implantação das Superintendências Regionais, objetivando interiorizar as suas ações para melhor servir os seus clientes.

Creditados em parte ao programa de treinamento que foi levado a efeito, a Empresa conseguiu uma expansão nos seus serviços na ordem de 3,75%, principalmente quanto a:

- **ÁGUA:** abastecidas mais de 62.018 economias de água;
- **ESGOTO:** foram coletadas mais de 7.072 economias;
- **BENEFICIÁRIOS:** foram beneficiados 180.000 novos usuários.

Com este incremento, a população total beneficiada pelos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos pela Companhia atingiu a marca de 5,2 milhões pessoas no Estado.

Diversas ações técnico-operacionais também foram desencadeadas junto aos sistemas produtivos operados pela Companhia, resultando na redução do nível de perdas

físicas de água (NPA) de 43% em 1996, para 40% em 1997. Este esforço operacional contribuiu para diminuir o volume produzido de água tratada, com relação a 1996.

Contando com um reajuste tarifário, concedido sobre a competência do mês de agosto de 1997, e com a implementação de ações comerciais, tais como: revisões cadastrais, instalação de hidrômetros e controle de economias com abastecimento suspenso, a CORSAN conseguiu expandir seu faturamento anual em 16,41%, passando de R\$ 362 milhões para R\$ 422 milhões, conforme pode ser observado no quadro de resultados setoriais abaixo:

### RESULTADOS SETORIAIS OBTIDOS EM 1997

Variáveis Físicas e Financeiras	Unid	1996	1997	Resultado	
				Absol.	Rel(%)
Economias Totais	Un	1.840.810	1.909.900	69.090	3,75
Água	Un	1.676.482	1.738.500	62.018	3,70
Esgoto	Un	164.328	171.400	7.072	4,30
Popul. Benef.	Hab	4.991.884	5.171.884	180.000	3,61
Volume Produzido	m3	494.365.851	480.000.000	-14.365.851	-2,91
Faturamento	R\$	362.807.561	422.329.980	59.522.419	16,41

Fonte: GPO - Gabinete de Planejamento e Orçamento

Obs.: \* Dados projetados para novembro e dezembro/97.

A Companhia também vem se empenhando em cumprir, com rigor, as metas fixadas no Contrato de Gestão, firmado com o Governo Estadual em 1995, o que lhe valeu o recebimento da carta liberatória de autonomia de gestão.

O resgate da credibilidade da CORSAN permitirá a viabilização de um Plano de Investimentos, que no exercício de 1998, após ajustes realizados nos cronogramas de obras, atingirá o valor de R\$ 136 milhões, com a participação de recursos próprios e financiados (provenientes da CEF, Fundo PIMES e PRÓ-GUAÍBA/BID), conforme quadro abaixo:

### PLANO DE INVESTIMENTOS

PROGRAMAS	1998
PRÓ-SANEAMENTO	18.650.616,99
PRÓ-CONCLUSÃO	6.036.488,37
PRONURB	2.028.888,87
PROSANEAR	
PASS	1.088.109,99
FUNDOPIMES	
III OPERAÇÃO	307.382,22
IV OPERAÇÃO	25.900.230,93
BID	
PRÓ-GUAÍBA	37.213.898,36

CORSAN	
CONTRAPARTIDA	11.525.619,51
OBRAS C/ RECURSOS PRÓPRIOS	32.129.148,48
TOTAL GERAL	135.983.031,50

Fonte: Gabinete de Planejamento e Orçamento - GPO

## 3.2 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES

### PROGRAMA: Transporte Rodoviário

O Programa Transporte Rodoviário trata do conjunto de ações desenvolvidas no sentido da implantação e operação da infra-estrutura rodoviária, de terminais rodoviários, vias expressas e estradas vicinais.

#### - Ponte São Borja - Santo Tomé

Durante o ano de 1997, foi dado apoio à construção de uma ponte rodoviária internacional no Rio Uruguai ligando São Borja (BR) - Santo Tomé (AR), em parceria com o Governo da Argentina, sob forma de concessão binacional com a Empresa Mercovia S.A., visando atender o crescimento do intercâmbio comercial entre o Brasil e os países do MERCOSUL, descongestionando a alternativa de Uruguaiana.

O custo total previsto foi de US\$ 41 milhões, constituído das obras da ponte no valor de US\$ 36 milhões, sendo US\$ 8 milhões aportados pelo Governo do Brasil, US\$ 8 milhões pelo Governo da Argentina, e o restante financiado pelo Mercovia S.A. e a administração geral do projeto no valor de US\$ 5 milhões, dos quais US\$ 2,5 milhões do Estado do RS e US\$ 2,5 milhões da Argentina.

Foram executados mais de 80% das obras até sua conclusão, tendo sido sua inauguração em dezembro de 1997.

#### - Ponte Rio Grande do Sul- Misiones/Argentina

Foi executado o estudo de pré-viabilidade para a construção de uma nova ponte rodoviária sobre o rio Uruguai, incluindo a avaliação de cinco alternativas de localização em Porto Soberbo, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Porto Lucena ou Porto Xavier.

As estimativas iniciais resultaram num valor em torno de US\$ 12 milhões, a ser investido pela iniciativa privada.

#### - Nova Rodoviária de POA

Visando maior conforto para os usuários e a integração com os modais de transporte aeroviário e ferroviário, foram estudadas as alternativas de novas áreas para implantação da Rodoviária de Porto Alegre, compreendendo o diagnóstico de situação, os estudos de demanda, as alternativas de localização e o regime de construção e operação,

além do fluxo viário e estacionamento na área situada em torno da rodoviária, que se constitui num dos pontos críticos do atual terminal.

Em 1997, foram estudadas cinco novas áreas possíveis de serem ocupadas e concluiu-se pela manutenção da atual, por pelo menos mais quatro anos, e pelo aproveitamento do terminal do aeroporto Salgado Filho para implantação de terminal remoto/satélite para as linhas internacionais, interestaduais e intermunicipais de longo curso.

*Em 02 de dezembro de 1997, foi nomeada uma Comissão Especial com a finalidade de analisar e acompanhar a elaboração do projeto final para a instalação da Estação Rodoviária de Porto Alegre na área atual do terminal de passageiros do Aeroporto Salgado Filho.*

## **PROGRAMA: Transporte Hidroviário**

Este Programa visa ao conjunto de ações voltadas ao planejamento, construção e implantação da infra-estrutura hidroviária, controle e segurança do tráfego e operação dos serviços de transporte marítimo, fluvial e lacustre.

### **- Porto de Cachoeira do Sul**

Em 1997, as obras foram concluídas e inaugurado o porto no Rio Jacuí, município de Cachoeira do Sul, através da construção de cais de acostagem, com acesso rodoviário pavimentado e recuperação do prédio da Charqueada, além do balizamento da hidrovia e a dragagem para acesso ao porto. O valor total do investimento foi de R\$ 2,3 milhões.

## **PROGRAMA: Transporte Aéreo**

Este Programa engloba um conjunto de ações desenvolvidas quanto a implantação da infra-estrutura aeroportuária, do controle e segurança do tráfego aéreo e da exploração dos serviços de transporte aéreo.

*Com relação a implantação e ampliação de aeroportos e aeródromos, convém destacar os seguintes:*

### **- Aeródromo de Horizontina**

Em 1997, foi executado o projeto de melhoria no aeródromo, através do alargamento da zona de pista e a pavimentação da pista de pouso e decolagem e táxi do aeródromo de Horizontina.

Também foi concluída a pintura horizontal para a sinalização diurna da pista de pouso e táxi e reaberto o aeródromo para a operação pública.

### **- Aeroporto de Torres**

Com a implantação do Aeroporto Regional do Litoral Norte, no município de Torres, serviu para dotar a região, polarizada por este município, de infra-estrutura aeroportuária para desenvolvimento do setor de turismo, através da construção de

aeroporto com pista de 1.500 x 30 m e demais instalações, em convênio firmado entre o Estado, a Prefeitura Municipal de Torres e a iniciativa privada - representada pela associação de várias entidades. O custo do investimento pelo Tesouro do Estado foi de R\$ 4,3 milhões.

Durante o ano de 1997, foram executados os serviços constantes do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA-RIMA, e mais de 80 % das obras de terraplenagem, pavimentação e drenagem do novo aeroporto.

### **- Aeroporto da Região das Hortênsias**

O Aeroporto da Região das Hortênsias visa a constituir-se em uma porta de entrada do Estado para induzir o desenvolvimento do turismo na Serra Gaúcha.

Atenderá tanto o transporte aéreo regional e doméstico como o internacional, através de uma moderna opção de interligação com os grandes centros econômicos do Mercosul, permitindo a operação com aeronaves com capacidade de 100 a 110 assentos, no padrão do Boeing 737, em escala direta com o centro do país, especialmente São Paulo.

Será ocupada uma área de, aproximadamente, 115 hectares no município de Canela, a 11 km do centro pela RS 235 em direção à São Francisco de Paula. O Aeroporto será constituído por uma pista de pouso e decolagem pavimentada com 2.150 m de comprimento por 30 m de largura, além do pátio de manobras para as aeronaves e do terminal de passageiros. O custo estimado do projeto foi de R\$ 17 milhões.

Em 1997, foram executadas as seguintes etapas preliminares da obra: serviços de levantamento topográfico, licitação para contratação de estudos geotécnicos e estudos de impacto ambiental, descrição da área aeroportuária para fins de desapropriação e o plano de desenvolvimento do aeroporto.

### **PROGRAMA: Administração**

Este Programa apresenta um conjunto de ações relacionadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

### **- Ampliação do Aeroporto Salgado Filho**

Foi firmado convênio entre a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO e o Estado do Rio Grande do Sul para participação nas obras de ampliação do aeroporto, através da construção de um novo terminal de passageiros e demais instalações e infra-estrutura, no valor de R\$ 106,2 milhões e prazo de 03 anos a partir de 1997.

As obrigações do Estado correspondem à desapropriação de áreas para a implantação do complexo aeroportuário, à ampliação das redes de energia elétrica e telecomunicações e à construção de viaduto para resolução do conflito de tráfego no cruzamento da avenida dos Estados e BR 116, no valor de R\$ 25,7 milhões.

Em 1997, foi dada continuidade ao processo de desapropriação de áreas, e licitado o projeto final de engenharia do viaduto sobre a BR 116.

### **- Ligação Ferroviária General Luz - Pelotas**

Este projeto visa construir uma ferrovia direta da região metropolitana de Porto Alegre em direção ao porto de Rio Grande, através de concessão e investimentos pela iniciativa privada.

Em 1997, foram executados estudos preliminares e de pré-viabilidade técnica e econômica para a implantação de uma ferrovia ligando General Luz a Pelotas, que resultaram num anteprojeto com 253,3 km de extensão, para um investimento em desapropriação e construção calculado em US\$ 216,3 milhões, destacando-se como benefícios a redução do volume de tráfego na BR 116, trecho Porto Alegre/Pelotas, a redução dos custos operacionais, o adiamento das obras de duplicação da rodovia e a redução no número de acidentes na BR 116.

### **- Porto dos Casais**

Em 1997, foi realizada a revitalização da área portuária central da cidade de Porto Alegre, através do aproveitamento/reutilização do cais Mauá para fins culturais e turísticos, com a implantação de hotéis, restaurantes, centros comercial e empresarial, teatro para a OSPA e marinas no rio Guaíba. O projeto será implantado através de arrendamento de áreas do porto sob forma de concessão, para a exploração de atividades pré-determinadas, com investimentos estimadas em R\$ 140 milhões, a serem investidos pela iniciativa privada.

Para tanto, foram realizadas as seguintes etapas: contratação do Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos Ambientais - EIA/RIMA e do Estudo da Transferência das Operações Portuárias, definição dos índices urbanísticos que condicionarão o Plano Diretor do Projeto; realização do Estudo de Acessibilidade; conclusão da Minuta do Edital de Arrendamento e preparação para Audiência Pública; conclusão do Projeto Executivo para o novo Teatro da OSPA e aprovação, junto ao IPHAN (Instituto Patrimonial, Histórico e Artístico Nacional), dos Projetos Executivos de Recuperação dos Armazéns A e B e Pórtico Central.

### **- Operação Safra-Corredores de Exportação de Escoamento de Safra(COREX)**

O COREX tem a finalidade de planejar e coordenar o escoamento da safra, através da programação dos diversos modais de transporte envolvidos, minimizando o tempo de espera no serviço de transporte, especialmente nos pontos de embarque e desembarque da produção (portos, caminhões, trens, etc...), reduzir o custo de escoamento da safra e as perdas no transporte interno até o porto, além da eliminação de filas nas paradas obrigatórias para fiscalização durante o trajeto.

Esta atividade é desenvolvida pela ST/DEP/COREX e entidades envolvidas na programação: Cooperativas, Transportadores, Exportadores, Superintendência do Porto de Rio Grande, DEPRC, RFFSA, etc.

No ano de 1997, através da coordenadoria do COREX, foi coordenada e acompanhada a movimentação e exportação de 1,2 milhões de toneladas de soja em grão, 2,0 milhões de toneladas de farelo de soja e 400 mil toneladas de óleo de soja.

### **3.2.1- Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC**

#### **PROGRAMA: Transporte Hidroviário**

##### **- Manutenção de Hidrovias**

O objetivo desta atividade é garantir as condições navegáveis das hidrovias durante todo o ano, através da realização de serviços de dragagem e balizamento dos canais de acesso aos portos fluviais do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1997, foram efetuadas as seguintes dragagens: 840.000 m<sup>3</sup> no canal da Feitoria, 230.000 m<sup>3</sup> na hidrovia do rio Jacuí (acesso ao porto de Cachoeira do Sul) e 17.000 m<sup>3</sup> na hidrovia do rio Gravataí.

Também foi feita a recuperação total do balizamento da hidrovia da Lagoa dos Patos e Rio Guaíba, incluindo a instalação de sinalização para navegação noturna no acesso ao porto de Porto Alegre e III Pólo Petroquímico, a terceirização dos serviços de manutenção náutica do balizamento da Lagoa dos Patos, a desativação e transferência das oficinas e estaleiro do Cais Mauá para a cidade de Triunfo e a sondagem batimétrica de todos os canais artificiais da lagoa dos Patos e do rio Guaíba.

### **3.2.2 - Superintendência do Porto do Rio Grande - SUPRG**

#### **PROGRAMA: Transporte Hidroviário**

##### **- Privatização de Terminais**

Em 1997, foram executadas ações no sentido de transferir as operações dos terminais públicos especializados do porto de Rio Grande para a iniciativa privada, objetivando melhorar e ampliar os serviços através de investimentos privados, ressarcidos através da cobrança de tarifas pela exploração da operação portuária.

No mesmo ano, também foram concluídos os processos de privatização do Terminal Pier Petrolero, do Terminal de Contêineres e do Terminal de Trigo e Soja, atingindo integralmente os objetivos propostos, destacando-se os investimentos realizados na ordem de R\$ 15 milhões, com a projeção de, nos dois próximos anos, realização de investimentos adicionais no valor de, aproximadamente, R\$ 80 milhões.

## **- Movimentação de Cargas**

Como resultado do processo de recuperação de cargas, iniciado nos últimos anos, o porto vem obtendo resultados expressivos, sendo que a movimentação feita, no ano de 1997, garantiu a segunda colocação a nível nacional, atrás apenas do porto de Santos.

A sensível melhora da safra gaúcha de grãos fez com que a movimentação geral do porto atingisse o patamar das 10-11 milhões de toneladas. Especificamente, no complexo soja, foram movimentados 3,5 milhões de toneladas. O mais importante registro de movimentação de carga, na realidade, deveu-se ao recorde alcançado na movimentação de contêineres, com a expressiva marca de 213.000 TEUs, 25% a mais do que o recorde registrado no ano anterior. No ano de 1997 foram operados cerca de 720 navios contêineiros.

Recentes alterações de logística fizeram com que as principais montadoras do País estudassem a possibilidade de utilizar o porto de Rio Grande como concentrador de veículos, principalmente os originados de fábricas na Argentina. A General Motors foi a primeira a concluir o processo de testes, quando descarregou no porto novo do Rio Grande cerca de duzentas camionetes Silverado, estando definindo atualmente o berço definitivo que prevê a movimentação de cento e cinquenta mil veículos/ano a partir de 1998.

## **- Revitalização do Porto Velho**

O processo de revitalização das áreas portuárias não mais próprias para atividades comerciais, contemplou o porto velho do Rio Grande com a possibilidade de adaptar aquele espaço ao lazer da comunidade, a ser executado pela iniciativa privada sob forma de concessão para arrendamento de área.

Para tanto, em 1997, foi lançado o Concurso Público de Arquitetura para escolha do melhor projeto para revitalização do porto velho.

## **- Dragagem de Manutenção do Porto**

Em 1997, dando continuidade aos serviços de dragagem de manutenção, a Superintendência do Porto de Rio Grande contratou a retirada de 2 milhões de m<sup>3</sup> de entulho do canal de acesso ao Superporto e bacia de evolução do porto novo. Esses serviços realizados, a cada 2 anos, garantem ao porto de Rio Grande a condição muito competitiva de diferenciar-se dos demais portos da região através de seu calado de 40 pés.

## **- Programa de Demissão Voluntária e Programa de Incentivo à Aposentadoria**

No ano de 1997, foram realizados estudos para a implantação do Plano de Incentivo ao Afastamento Voluntário, a exemplo do aplicado pelo Governo Estadual no exercício de 1996, prevendo a adesão dos servidores, especialmente, das áreas de capatazia e movimentação de mercadorias.

### **3.2.3 - Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem - DAER**

#### **PROGRAMA: Transporte Rodoviário**

##### **- Restauração de Pavimentação de Rodovias Estaduais e Obras de Arte - PNMRE**

No ano de 1997, foram licitados 465 km de projetos para restauração, fazendo parte do Programa Nacional de Melhoria de Rodovias Estaduais-PNMRE, que tem por objetivo restaurar, recapear e reforçar o pavimento das rodovias estaduais, inclusive obras de arte correntes e especiais, e obras complementares em rodovias.

Através deste Programa foram executados levantamentos em toda a rede pavimentada para seleção de novos trechos a serem licitados em 1998.

##### **- Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada**

Na 1ª fase, em 1997, foram licitados 224 km de rodovias que estão com as obras em andamento. Dessas, até dezembro, já foram executados 110 km de terraplenagem e pavimentados 83 km.

##### **- Rodovias Coletoras**

Através dos recursos destinados à ampliação da extensão asfaltada de rodovias coletoras, visando o escoamento da produção, foram executados 47,00 km de terraplenagem e pavimentados 63,40 km de rodovias.

##### **- Terceirização de Pólos Rodoviários e Exploração do Complexo Rodoviário da Região Metropolitana**

O Programa de terceirização de pólos rodoviários tem por objetivo construir pedágios de arrecadação e promover sua terceirização. Neste sentido, já foram elaborados e realizadas as licitações para concessão dos projetos de engenharia econômica dos nove pólos rodoviários.

Foi concluído, também, o Plano Básico de Exploração do Complexo Rodoviário Metropolitano, ao qual pertencem 206 km de rodovias, para publicação do edital de licitação.

##### **- Programa de Complementação da Rede Estadual**

Este Programa tem por objetivo desenvolver a complementação da rede rodoviária estadual (corredores de exportação) com apoio de financiamento externo (BID e EXIMBANK), visando o escoamento da produção e ligações com o MERCOSUL.

Durante o ano de 1997, foram licitados 209 km de rodovias com projeto de Engenharia Final já concluído para execução, e também, 1.018 km de projetos de rodovias, ficando para implantação e pavimentação, através deste programa, 121,7 km de rodovias.

A seguir apresentamos quadro resumo dos investimentos realizados em 1997.

### INVESTIMENTOS NA MALHA RODOVIÁRIA

OBRA	CONCLUÍDOS			EM EXECUÇÃO
	Terraplanagem	Pavimentação	Outros	
1. Ampliação da rede	190 km	192 km		1.292 km
2. Construção de Rodovias Coletoras	37 km	40 km		142 km
3. Programa de Complementação da Rede Estadual	31 km	6 km		121 km
4. Programa de Sinalização de Rodovias			1.004 km	
5. Gerenciamento e elaboração de projetos finais de engenharia nas rodovias			259,2 km	375 km
6. Restauração de pavimento e obras de arte das rodovias (BIRD/PMNRE)			465 km licitados	

#### - Programa de Prevenção de Acidentes

O Programa de Prevenção de Acidentes visa disciplinar o trânsito nas rodovias estaduais e prestar assistência aos usuários das vias, com recursos provenientes das multas por infração de trânsito com aplicação vinculada ao BPRV.

No ano de 1997, foram atendidos 6.542 usuários, policiadas 3.082 escolas em rodovias, conseguindo-se reduzir o número de acidentes em pontos críticos.

Foram adquiridos equipamentos de segurança, aparelhos de radar, bafômetros e geradores autônomos de energia para atendimento de acidentes.

No sentido de garantir a segurança nas rodovias foram adquiridas, além de armas, 40 novas viaturas equipadas e 19 motocicletas.

#### - Programa de Segurança nas Rodovias

Em 1997, foram sinalizados 1.004 km de rodovias, entre os quais está a Rota Turística, no percurso Uruguaiana - Torres, uma vez que o objetivo deste Programa é construir ou reconstruir trevos, travessias urbanas e sinalizar as rodovias estaduais com recursos provenientes das multas por infração de trânsito.

## **- Gerenciamento e Elaboração de Projetos Finais de Engenharia**

Em 1997, foram concluídos, através dos projetos finais de engenharia para a construção e restauração de rodovias pertencentes ao Sistema Rodoviário Estadual -SRE, 259,20 km de rodovias, assim como 375 km de rodovias com projetos em andamento.

Com relação aos *projetos especiais* que, embora inseridos nos programas em curso, são chamados de especiais, por suas características particulares, em relação ao atendimento de necessidades específicas, sendo os seguintes:

### **- Programa Asfalto Para Todos**

Tem por objetivo ligar todos os municípios do Estado à rede pavimentada, 485,84 km de obras em andamento, das quais 249,28km estão em fase de conclusão.

### **- Rota do Sol**

O objetivo é ligar a fronteira oeste com o litoral norte do Estado, de S.Borja a Torres, através da ampliação da rede rodoviária pavimentada.

Em 1997, foi concluída, nessa obra, a terraplenagem de 14,26 km e atualmente estão em implantação para pavimentação os lotes I, II e II da BR/486, trecho Tainhas - Terra de Areia.

### **- Sinalização Turística**

Em 1997, foi implantada a sinalização do percurso Uruguaiana - Torres, num total de 750 km de rodovias sinalizadas, principalmente as rotas turísticas com a indicação dos pontos turísticos, culturais e de segurança.

## **PROGRAMA: Administração**

### **- Transporte Seletivo na Região Metropolitana**

Em 1997, foram implantadas 8 (oito) linhas em caráter experimental, uma vez que o objetivo deste Programa é atender uma demanda segmentada de transporte, de forma a reduzir o número de veículos particulares em circulação nas rodovias da Região Metropolitana e no centro de Porto Alegre.

### 3.3 - SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

#### PROGRAMA: Energia Elétrica

Este Programa envolve um conjunto de ações desenvolvidas nas questões relativas à Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica, bem como o planejamento voltado a outras fontes não-convencionais.

Associadas a atividade dessa Secretaria encontram-se as seguintes áreas:

#### - Energia

Ao longo do ano de 1997, vários empreendimentos tiveram andamento, principalmente os voltados para a melhoria de infra-estrutura na questão de energia elétrica. As principais ações, referem-se a:

- Usina Hidrelétrica de Itá - 1450 MW - na divisa do RS/SC - obras em andamento;
- Usina Hidrelétrica de Machadinho - 1040 MW - na divisa do RS/SC - contrato assinado;
- Usina Térmica de Uruguaiana - 500 MW - no município de Uruguaiana - contrato assinado;
- Usina Hidrelétrica de Dona Francisca - 125 MW - no município de Agudo - obras em andamento;
- Conversora de Garabi - 1000 MW - no município de Garruchos - em licitação;
- Usina Térmica de Jacuí I - 350 MW - no município de Charqueadas - assinar contrato;
- Usina Térmica de Candiota III - 350 MW - fase de confecção de edital.

Cabe salientar a existência de participação federal nos projetos envolvendo Usinas Hidrelétricas de Itá e de Machadinho, assim como nas Usinas Termelétricas de Jacuí I e de Candiota III.

Somente as obras na área de produção de energia elétrica, que já possuem contrato assinado, apresentaram quantia de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão em investimentos.

Estas obras, e as de transmissão associadas, fazem parte do planejamento estratégico estabelecido, prevendo o atendimento integral da demanda de energia elétrica de nosso Estado, a partir do ano 2000, utilizando fontes energéticas disponíveis aqui.

#### - Gás

Nesta área, destacou-se a entrada em operação do gasoduto que parte da REFAP - Refinaria Alberto Pasqualini, da Petrobrás, em um percurso de 15,3 km

atendendo inicialmente a 5 consumidores industriais, devendo atender outros 5 durante o ano de 1998.

Além disso, é importante salientar a assinatura dos contratos referentes às obras do gasoduto Brasil-Bolívia no trecho São Paulo-Porto Alegre, garantindo assim o suprimento de gás natural boliviano a partir de fim de 1999.

Outro marco importante na área diz respeito à entrada do gás argentino em nosso Estado através do gasoduto que abastecerá a futura Usina Térmica de Uruguaiana. Ficou em estudo de viabilidade técnico-econômico a extensão deste gasoduto até Porto Alegre, interligando-se ao Brasil/Bolívia - anel energético de gás.

## **PROGRAMA: Telecomunicações**

É o conjunto de ações desenvolvidas no sentido de implantar, operar e manter as redes telefônicas ou outras modalidades de telecomunicações.

### **- Telecomunicações**

No ano de 1997, foram introduzidas mudanças que resultaram em melhoria da qualidade e eficiência da Companhia, principalmente na área de telecomunicações, que sofreu grandes alterações a partir da entrada do parceiro estratégico para atuar em colaboração com a equipe da CRT. Um dos quesitos mais importantes diz respeito à universalização dos serviços.

O acréscimo à planta existente da CRT está discriminado a seguir:

Serviço	Instalados em 1997	Total
Telefonia Convencional	164.400	940.000
Telefonia Móvel Celular	155.900	325.000
Telefones Públicos	10.000	27.000

Essas e outras melhorias foram obtidas mediante um investimento de aproximadamente R\$ 883 milhões.

## **PROGRAMA: Planejamento Governamental**

Este Programa envolve um conjunto de ações voltadas à formulação, aprovação, execução e avaliação de resultados, planos e programas de natureza social, econômica, financeira e administrativa.

No *Programa de Reforma do Estado* convém destacar os seguintes resultados voltados para tornar o setor público mais eficiente, através dos meios de concessão, privatização e arrendamento:

## - Companhia União de Seguros Gerais

Foi desenvolvida pelo consórcio formado pelas empresas Ernst Young (líder), Zalberg, Sodré - Advogados, Banco Fator S.A e Fator - Proj. e Assessoria Ltda a avaliação econômico-financeira e preparação da venda do controle acionário da Companhia União. O relatório definitivo foi apresentado em 11 de março de 1997, inclusive com a proposta da modelagem de alienação das ações.

Em 10 de outubro de 1997, o Programa de Reforma do Estado e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul deram publicidade ao edital que regulamentou os procedimentos para o leilão de alienação das ações da Companhia União de Seguros Gerais.

Conforme previsto no edital, na data de 20 de novembro de 1997 foi realizado o referido leilão, quando foram colocadas a venda 68.302.811 ações ordinárias, equivalentes a 71% do capital votante, a um Preço Mínimo de R\$ 33.649.276,86, e para o qual compareceram, como participantes pré-identificados, o BRADESCO SEGUROS S.A. e VAREJO S.A. ADM. PARTICIPAÇÕES, e que apresentou o seguinte resultado:

Participantes	Oferta	Ágio
BRADESCO Seguros S.A.	50.100.000,00	48,89
Varejo S.A. Adm. Participações	37.502.111,12	11,45

## - Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE

Com base nos trabalhos desenvolvidos por dois consórcios de empresas contratados pela Secretaria de Energia, Minas e Comunicações - SEMC, foi proposta a criação de novas empresas, a partir da estruturação existente na CEEE e na CRM, visando a separação das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sendo encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa Projeto de Lei que resultou na Lei nº 10.900 de 26 de dezembro de 1996, que autorizou ao Poder Executivo a reestruturar societariamente a CEEE e a CRM, podendo criar sociedades coligadas, coligadas ou subsidiárias, conforme modelo a seguir:

I - 02 (duas) sociedades anônimas de geração de energia elétrica, a Companhia de Geração Hídrica de Energia Elétrica e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica;

II - 01(uma) sociedade anônima de transmissão de energia elétrica, Companhia Transmissora de Energia Elétrica;

III - 03 (três) sociedades anônimas de distribuição de energia elétrica, a Companhia Sul-Sudeste de Distribuição de Energia Elétrica, a Companhia Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica e a Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica;

IV - 01(uma) sociedade controladora "holding" das sociedades de energia elétrica, sob o controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul, a Companhia Estadual de Energia Elétrica - Participações; e,

V - 01(uma) sociedade destinada à exploração, pesquisa, lavra e comercialização de minérios, a Companhia Operadora de Mineração - COM.

Em 18 de setembro de 1997, o Conselho Diretor do Programa de Reforma do Estado lançou o edital que regula os procedimentos para a alienação das ações das Companhias Norte-Nordeste e Centro Oeste.

Em 21 de outubro de 1997, foi realizado o leilão para a alienação das ações das Companhias Norte-Nordeste e Centro-Oeste de Distribuição de Energia Elétrica, para o qual se habilitaram os Consórcios liderados pelas empresas CMS (EUA), TRACTEBEL (Bélgica), VBC e CEA (EUA), AES (EUA), CERJ, PEREZ COMPANC (Argentina) e ESCELSA (BRASIL), cujo resultado foi o seguinte:

Participantes	Ofertas		Ágio	
	Norte-Nordeste	Centro-Oeste	Norte-Nord.	Centro-Oeste
VBC e CEA (Votorantin, BRADESCO e Camargo Corrêa e Community Energy Alternative)	1.635 bilhão		82,62	
AES		1.510 bilhão		93,55
TRACTEBEL	1.310 bilhão	1.150 bilhão	46,32	47,41
CMS	1.335 bilhão	1.255 bilhão	49,17	60,87
CERJ	1.117 bilhão	936.297 milhões	24,86	20,01
ESCELSA	1.236 bilhão	1.066 bilhão	38,12	36,72
PEREZ COMPANC	-	-	-	-

### - PROCERGS - CORAG - CIEL

Para a entrega das propostas compareceu à reunião o representante da Empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores S/C Ltda., empresa líder de um Consórcio formado ainda pelas Empresas Banco Primus e Azevedo Sodré Advogados, que ofereceu proposta para a realização dos serviços de avaliação econômico-financeiro e alienação das ações para a PROCERGS e a CORAG.

Posteriormente, e com base na permissibilidade legal para contratar diretamente através de dispensa de licitação, foram contratados com o mesmo consórcio os serviços para a CIEL. Os trabalhos encontram-se em pleno andamento, prevendo-se para o ano de 1998 os editais e a conseqüente alienação das ações dessa empresa.

### - Transportes

#### PORTOS

Em continuidade ao Programa de Reforma, o setor portuário também passou por uma reformulação em sua administração, buscando, através de organismos mais modernos, ágeis e enxutos, atrair parcerias junto à iniciativa privada na expectativa de se

obter a necessária modernização e ampliação das instalações e equipamentos, com o conseqüente aumento na produtividade e a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Nesse sentido, entre as ações que foram concluídas e outras em andamento, podemos destacar os contratos de arrendamento dos terminais portuários:

- **Terminal de Trigo e Soja - TTS:** firmado em 10 de abril de 1997, com a empresa Terminal Graneleiro - TERGRASA, vencedora do processo licitatório, por um prazo de quinze anos, nas seguintes condições:

- a) pela área e instalação do Terminal .....R\$ 50.050,00/mês;
- b) pela movimentação de prod.carreg. ou descarregados no Terminal..R\$ 0,52/ton;
- c) movimentação mínima garantida: 750.000 toneladas no primeiro ano, 800.000 toneladas no segundo ano e 948.000 toneladas nos treze anos seguintes.

- Investimentos:

- a) programa de reengenharia e qualidade .....R\$ 300.000,00 nos dois primeiros anos;
- b) instalação de um sistema de descarga de granéis no cais de navio....R\$ 2.700.000,00 até o quinto ano.

- **Terminal de Containeres - TECON:** firmado, em 01 de março de 1997, com a empresa Tecon Rio Grande S/A, por um prazo de vinte e cinco anos, nas seguintes condições:

- a) pela área e instalação do Terminal .....R\$ 50.000,00/mês;
- b) por contêiner carregado ou descarregado .....R\$ 26,20;
- c) movimentação mínima garantida, variável ano a ano, partindo de 80.000 contêineres no primeiro ano, 100.000 contêineres no segundo e no terceiro ano, chegando a 300.000 contêineres a partir de vigésimo segundo ano.

- Investimentos:

a) nos primeiros três anos:

- construção de cais (200 metros) .....R\$ 16.162.000,00
- construção de pátios .....R\$ 5.438.000,00
- construção de prédios .....R\$ 1.979.000,00
- aquisição de equipamento .....R\$ 14.090.000,00
- TOTAL (1) .....R\$ 37.714.000,00

b) do décimo terceiro ao décimo quinto ano:

- construção de cais (250 metros) .....R\$ 19.895.000,00
- construção de pátios .....R\$ 4.708.000,00
- aquisição de equipamentos .....R\$ 18.350.000,00
- TOTAL (2) .....R\$ 42.953.000,00

TOTAL GERAL (1) + (2) .....R\$ 80.667.000,00

- **Terminal de Granéis Líquidos - Pier Petroleiro:** firmado em 01 de janeiro de 1997, com a empresa Petróleo Brasileiro SA. - PETROBRÁS, por um prazo de vinte e cinco anos, nas seguintes condições:

- a) pela área de 67.960m<sup>2</sup> ..... R\$ 0,35/m<sup>2</sup>/mês
- b) pela área de 151.566m<sup>2</sup> ..... R\$ 0,05/m<sup>2</sup>/mês
- c) por tonelada movimentada no Pier ..... R\$ 0,16
- d) movimentação mínima garantida ..... 1.100/ton/ano

- Investimentos:

- a) recuperação e melhoria das instalações do terminal:
  - Primeiro ano (1997) ..... R\$ 480.000,00
  - Segundo ano (1998) ..... R\$ 720.000,00
  - substituição de defensas do cais (a cada 2 anos) ..... R\$ 60.000,00
  - manutenção estrutural ( a cada 5 anos)..... R\$ 180.000,00
  - manutenção preventiva (por ano) ..... R\$ 75.000,00

### **Porto de Cachoeira**

Foi concluída, em maio/97, a obra da construção do cais de acostagem para carga geral, medindo 72 m de comprimento por 33 m de largura, na cota 21, com o respectivo acesso rodoviário com 2 Km, incluído-se também a obra de recuperação do prédio de Charqueadas, com uma área de 900 m<sup>2</sup>.

### **Licitação do Armazém no Porto de Pelotas**

O DEPRC estudou a readequação do projeto inicial, buscando torná-lo mais atrativo, haja vista o não interesse demonstrado quando do lançamento do processo licitatório em março de 1996.

### **Terminal Frigorífico do Porto de Rio Grande**

Da mesma forma, deverão ser realizados estudos buscando uma oferta mais atrativa, em vista do desinteresse demonstrado quando do lançamento do processo licitatório, em fevereiro de 1997.

## **RODOVIAS**

Na questão das rodovias estaduais, o *Programa Estadual de Concessão Rodoviária - PECR* apresentou-se concluído em alguns pólos e em fase final de licitação em outros, conforme segue:

POLO	EDITAL N°	ANDAMENTO
Pelotas	069/96	em licitação
Vacaria	070/96	concluído
Lajeado	071/96	em licitação

POLO	EDITAL N°	ANDAMENTO
Santa Cruz do Sul	072/96	em licitação
Metropolitano	073/96	em licitação
Gramado	074/96	concluído
Caxias do Sul	075/96	concluído
Santa Maria	076/96	concluído
Carazinho	077/96	concluído

O Programa de Reforma do Estado realizou, também, dentre outras atividades, a parte final dos estudos, visando o lançamento do processo licitatório que irá alienar até 49% (quarenta e nove) por cento das ações da Companhia Rio-Grandense de Água e Saneamento - CORSAN, bem como o lançamento do edital para a contratação do "adviser" para alienação das ações da CRT de propriedade do Estado do Rio Grande do Sul.

Na CRM, presença de um "adviser" trabalhando na reestruturação societária da Companhia, avaliação econômica e edital de venda, sendo a previsão de alienação das ações para março de 1998.

### **3.3.1 - Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE**

No ano de 1997, até julho, a CEEE distribuiu 9.708 GWh para um total de 2.779.935 consumidores, atendendo um maior número de consumidores com menor quantidade de GWh, se comparado ao ano anterior, onde foram distribuídos 15.443 GWh para 2.740.708 consumidores.

Em agosto, a CEEE dividiu, de acordo com a Lei nº 10.900 de 30/12/96, a área de distribuição em três regiões - Sul-Sudeste, Centro-Oeste e Norte-Nordeste - e criou duas empresas, Companhias Centro-Oeste e Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, que foram vendidas através de leilão em 21/10/97.

A CEEE atual, através da Superintendência Sul-Sudeste de Distribuição, atendeu a 68 municípios das regiões sul e sudeste do Estado do Rio Grande do Sul e distribuiu, até setembro de 1997, 4.194 GWh para 1.106.716 consumidores.

No mesmo período as Companhias Centro-Oeste e Norte-Nordeste atenderam, respectivamente, a 113 e 243 municípios das regiões centro e oeste e norte e nordeste do Estado, distribuindo 4.774 GWh para 824.531 consumidores e 3.721 GWh para 860.979 consumidores.

Foi criada, também, a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica.

### **- Geração de Energia Elétrica**

Mencionamos a seguir as ações que foram importantes e que propiciaram a continuidade dos projetos das *Usinas Hidrelétricas de Dona Francisca e Bugres*.

Durante o ano de 1997 foi reavaliado o projeto da UHE Dona Francisca, introduzindo-se alterações na concepção original, com incorporação de novas soluções tecnológicas.

O início de construção do empreendimento, previsto para janeiro de 1998, terá a sua conclusão para março de 2001, com custo estimado em US\$ 130 milhões. Os municípios de Agudo, Ibarama, Nova Palma, Pinhal Grande, Arroio do Tigre e Estrela Velha possuem áreas afetadas pelo empreendimento, conforme descrição no Decreto Estadual de Utilidade Pública para Desapropriação, emitido em 08 de julho de 1997.

Foi concluído o estudo de ampliação da usina de Bugres, definindo-se a colocação de mais uma unidade de 7,4 MW de potência. Deverá ser lançada a licitação no primeiro semestre de 1998, visando sua implementação.

### **- Automação e Melhorias nos Sistemas Salto e Jacuí**

Foram concluídos, no primeiro sistema, os editais de licitação para a automação das usinas de Canastra, Bugres e Herval, que deve ser lançada durante o ano de 1998. Em implementação o sistema de comunicações necessário para o telecomando das usinas a partir do centro de controle a ser instalado na sede do Sistema Salto, em Canela.

Já no segundo, encontra-se em andamento o processo de licitação internacional para a automação da UHE Passo Real, assim como a conclusão do edital de licitação para a automação da usina de Itaúba, que deverá ser lançado em 1998.

### **- Automação e Monitoramento da Usina Termelétrica de São Jerônimo**

Está em desenvolvimento a automação do monitoramento da Usina Termelétrica de São Jerônimo, tendo sido gastos até o momento R\$ 336,8 mil.

### **- Estudo de Novos Aproveitamentos**

Foi realizado o estudo de viabilidade técnico-econômico da UHE Passo do Meio, com 30 MW de potência instalável, em parceria com Calçados Azaléia, devendo ser licitado pela ANEEL, no primeiro semestre de 1998. Está em elaboração o projeto básico da UHE Cazuza Ferreira, com 9,1 MW de potência, em parceria com a FECOERGS, devendo ser concluído em janeiro de 1998.

### **- Inventário da Bacia do Rio Ijuí**

O estudo de *inventário da bacia do Rio Ijuí* encontra-se em desenvolvimento, tendo sido realizados os serviços preliminares de pesquisa e investigações, devendo ser concluído em 1998.

### **- Sistema Candiota**

Foram desenvolvidas, também, melhorias no Sistema Candiota, tendo sido gastos R\$ 356,5 mil até o outubro de 1997.

## - Usina em Uruguaiana

Em relação à Usina, o Estado lançou, ao final de 1996, o Edital de Licitação CEEE/96-8187, objetivando a compra de energia elétrica a ser gerada a partir de uma usina termelétrica situada na região de Uruguaiana. A usina, a ser implantada através de Produtor Independente de Energia, utilizará gás natural proveniente da Argentina.

A concepção deste empreendimento teve como sustentação vários acordos de intenções em nível federal e estadual como:

- O Protocolo de Intenções firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina em 09 de abril de 1996, já objetivando estimular a implantação de uma central termelétrica alimentada com gás natural argentino, a ser instalada na cidade de Uruguaiana e;
- O Termo de Acordo celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Minas e Energia, e o Estado do Rio Grande do Sul, com interveniência da ELETROBRÁS, ELETROSUL, da Secretaria de Energia, Minas e Comunicação – SEMC do RS e da CEEE, tendo como objetivo a viabilização da integração energética entre a Argentina e o Brasil, nos termos do Protocolo de Intenções, compreendendo a implantação da UTE de Uruguaiana e da interligação através de estação conversora, na fronteira Brasil/Argentina, e sistema de transmissão associado, no Estado do Rio Grande do Sul.

O grupo AES foi declarado vencedor da licitação e, em 19/09/97, a CEEE e a AES Uruguaiana Empreendimentos Ltda., já devidamente estabelecida e autorizada pelo DNAEE como Produtor Independente de Energia, assinaram o Contrato de Comercialização de Energia e Potência Elétrica com as seguintes características:

### *Características do Empreendimento e Cronograma : Uruguaiana 600 MW , datas de início de mês.*

EVENTO	POTÊNCIA	DATA
Assinatura do Contrato		Set/1997
Início das Obras da Usina		Abr/1998
Operação 1ª unidade Ciclo Simples	175 MW	Jul/1999
Operação 2ª unidade Ciclo Simples	175 MW	Nov/1999
Operação 3ª unidade Ciclo Combinado	250 MW	Abr/2000
Total	600 MW	

## **- Transmissão de Energia Elétrica**

Foram construídos 16,35 km de linhas de transmissão em 69 kV e 0,35 km de linhas de transmissão em 230 kV, beneficiando as regiões de Erechim, Gaurama, Nova Prata, Guaporé, Guaíba e Charqueadas, totalizando investimentos de US\$ 1,4 milhão.

Além disso, foram implantadas 2 subestações (SE), bem como ampliadas e adequadas outras 5, conforme segue:

### **- IMPLANTAÇÃO**

- SE Gaurama - 69/23 kV com capacidade de 12,5 MVA e investimentos da ordem de US\$ 1.722.000, beneficiando os municípios do COREDE Nordeste;
- SE Guaíba 2 - 230/69 kV com capacidade de 50 MVA e totalizando investimentos de US\$ 3.148.000, beneficiando os municípios dos COREDES Centro-Sul e Metropolitano.

### **- AMPLIAÇÃO/ADEQUAÇÃO**

- SE Caçapava do Sul 69/23 kV – 9,4 MVA;
- SE São Francisco de Paula 44/13,8 kV – 2,0 MVA;
- SE Santa Cruz do Sul 230/69 kV - 83 MVA;
- SE Lagoa Vermelha 138/23 kV – 12,5 MVA;
- SE Giruá 69/23 kV – 7,5 MVA.

Essas obras em subestações acrescentaram 114,4 MVA à capacidade instalada da CEEE, beneficiando as regiões abrangidas pelos COREDES Campanha-Sul, Hortênsia, Vale do Rio Pardo, Nordeste e Missões, correspondendo a investimentos de US\$ 7,3 milhões.

Foram instalados, ainda, 46,8 MVAR em bancos de capacitores em 13,8 e 23 kV, melhorando os níveis de tensão nas regiões de Cruz Alta, Itaqui, Nova Prata, Quaraí, Sarandi, Viamão, Cachoeirinha e Camaquã, correspondendo a investimentos de US\$ 1,1 milhões.

## **- Distribuição de Energia Elétrica**

A partir de 21 de outubro de 1997, as áreas de distribuição Norte-Nordeste e Centro-Oeste passaram a ser controladas por agentes privados. Além dessa segmentação horizontal, a CEEE passou por uma segmentação vertical em suas atividades com a distribuição, passando a responder pelo sistema de transmissão até 138 kV. Nessa atribuição, portanto, estão englobados os projetos referentes à área de distribuição Sul-Sudeste, desde a Comercialização e Redes de Distribuição até as Subestações e Linhas de Transmissão.

No ano de 1997 foi concluída a subestação de Pinhal e em dezembro foram entregues as subestações Porto Alegre 13, que desafoga a zona sul de Porto Alegre, e a Subestação de Santo Antônio da Patrulha, cujos valores investidos foram de R\$ 2,4 milhões e, em melhoramentos e conservação na baixa tensão, R\$ 7,1 milhões.

## **4 - ÁREA SOCIAL**

### **4.1 - SECRETARIA DA CULTURA**

#### **PROGRAMA: Cultura**

O Programa Cultura tem como finalidade incentivar e apoiar a produção, a difusão e a valorização de todo o espectro das manifestações culturais, sem discriminações de qualquer sorte, bem como proteger o patrimônio cultural do Estado e zelar pelas condições adequadas de seu usufruto comunitário. Nesse sentido, compete-lhe formular, normatizar e executar programas e planos de incentivo a atividades culturais em todo o território do Rio Grande do Sul. Além dessas finalidades, a Secretaria da Cultura administra, em cooperação com o Conselho Estadual de Cultura, a alocação e o controle do uso dos recursos oriundos da Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei nº 10.846/96), instrumento legal através do qual o Governo do Estado estimula o patrocínio de projetos culturais por parte de empresas.

Entre as inúmeras atividades promovidas pela Secretaria, destacam-se a realização de workshops, palestras e seminários sobre os mais variados temas, eventos artísticos de grande envergadura, como o Ballet Bolshoi, a Ópera Turandot e a Bienal de Artes Visuais do Mercosul, que reuniu obras e artistas de vários países sul-americanos.

Com a interiorização da política cultural, o Governo do Estado valorizou os artistas do interior e promoveu o incentivo ao crescimento auto sustentado, através de vários outros projetos, como o Projeto de Desenvolvimento da Cultura no Interior (estímulo à criação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura); Projeto de Democratização dos Equipamentos Culturais do Estado: Itinerâncias; Projeto Rede RS de Cultura e a Reativação do Teatro do IPE para uso do interior.

A defesa e a conservação do patrimônio histórico e artístico, a fim de preservar os testemunhos concretos que integram a memória do Estado, foi amplamente exercida, através de tombamentos, conclusões de obras de restauro e orientação técnica a municípios históricos.

#### **- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**

O Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS, na qualidade de arquivo permanente da administração pública, tem sob sua custódia documentos referentes à administração pública do Estado, que permitem retratar a vida política, administrativa, econômica e social do Estado nos séculos XVIII, XIX e parte do século XX, procedeu a 863 atendimentos especializados em 1997.

## **- Biblioteca Pública do Estado**

Proporcionar oportunidade de leitura, informação e lazer à comunidade em geral, adaptando-se às condições do meio físico e social onde está inserida para ser um organismo dinâmico e sensível aos anseios do cidadão e servir como recurso básico à educação formal e informal de seus usuários, é o objetivo da Biblioteca Pública do Estado - BPE; Biblioteca Pública Leopoldo Boeck; Biblioteca Pública Lígia B. Meurer; Biblioteca Pública Lucília Minssen - BLM e Biblioteca Pública Romano Reif, que totalizaram 98.284 atendimentos no exercício.

## **- Casa de Cultura Mário Quintana**

Tendo como finalidade, entre outras, promover, divulgar e produzir expressões da cultura local, regional, nacional e internacional; aproximar a cultura à vida cotidiana da comunidade; oferecer um ambiente próprio ao desenvolvimento da capacidade criadora individual e coletiva e divulgar a obra de Mário Quintana. A Casa de Cultura Mário Quintana - CCMQ completou 7 anos.

Com "O NATAL É UMA FESTA" encerrou as atividades de 1997, após realizar 76 eventos para um público de 10.439 pessoas e total de visitantes 233.900 na CCMQ.

## **- Centros de Desenvolvimento da Expressão**

Os 3 Centros de Desenvolvimento da Expressão têm como proposta estimular a expressão criadora através de atividades relacionadas à manifestação artística, ministrantes e arte-educadores. Para tanto, foram desenvolvidas atividades em ateliês, cursos, exposições, estágios, assessoramento a professores, pesquisadores e outros técnicos. A arte aparece como processo dinâmico que implica mudança e reflexão, capaz de contribuir para a formação de indivíduos críticos, sensíveis e conscientes de sua realidade social e cultural. Com intensa atividade, os Centros de Desenvolvimento da Expressão de Porto Alegre, Bagé e Passo Fundo desenvolveram sua arte para 200 adolescentes a adultos.

Localizados na CCMQ estão a Cinemateca Paulo Amorim - CPA, que com suas 3 salas de projeção exibiu 221 filmes para 40.690 expectadores e a Discoteca Natho Henn - DPNH, com um público de ouvintes, participantes de oficinas e pesquisadores de 10.689 pessoas.

Também localizados na Casa de Cultura Mário Quintana, desenvolveram suas atividades, o Instituto Estadual de Artes Visuais - IEAVI, com seus projetos e exposições, para um público estimado em 24.000 pessoas e o Instituto de Artes Cênicas - IACEN, com um público total de 26.626 participantes.

Para 18.000 pessoas o Instituto Estadual de Música - IEM, localizado na CCMQ, desenvolveu vários projetos nesta área durante 1997.

O Programa Autor Presente, o Instituto Estadual do Livro - IEL propiciou aos gaúchos do interior do Estado um contato direto com os autores de 29 obras da literatura e distribuiu 43.667 obras à população de 153 municípios do Estado.

Com variada gama de exposições, mostras, lançamentos, acervos, projetos, cursos e oficinas, os 7 museus do Estado receberam, em 1997, um público de 55.016 expectadores e participantes, com destaque para o Museu de Arte do RS, sede maior do acervo da I Bienal de Artes Visuais do Mercosul.

## **- Parque Turístico e Histórico**

Criado em 1972, em homenagem ao líder da Revolução Farroupilha, o Parque Histórico e Turístico General Bento Gonçalves, com sua área para camping e lazer, recebeu 4.273 visitantes de todas as idades.

### **4.1.1.- Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore - FIGTF**

#### **PROGRAMA: Cultura**

A FIGTF tem como objetivo o desenvolvimento de ações que visam ao levantamento, cadastramento e manutenção do acervo cultural gaúcho, ligado à história, às artes em geral, à arqueologia e a todas as manifestações culturais.

Entre as inúmeras ações desenvolvidas em 1997, a Fundação deu início ao projeto "Ontem, Hoje e Sempre, Parque das Águas Belas", no Distrito de Tarumã, em Viamão, que mostrará o Rio Grande do Sul no que ele tem de mais autêntico, desde a formação étnica de seu povo, com suas manifestações artísticas, campeiras e culturais.

Com o fim de preservar e divulgar o folclore do RS, realizou a Festa Junina 1997, bem como a Semana do Folclore, Semana Farroupilha e o Simpósio Internacional de Tradições Gaúchas. Estes eventos reuniram, aproximadamente, 120.000 pessoas, entre estudantes, pesquisadores e tradicionalistas.

Promoveu o Festival Gaúcho de Arte e Tradição, que congregou mais de 1200 artistas amadores concorrendo em diversas modalidades artísticas, com o objetivo de preservar, valorizar e divulgar as artes, a tradição e a cultura popular do RS, tendo alcançado um público superior a 30.000 pessoas. Com a Cavalcada das Missões dirigindo-se ao Paraguai e Argentina, participaram 20 cavaleiros, a fim de refazer o caminho das Missões Jesuíticas.

Realizou, ainda, a Mostra da Indumentária Gaúcha, abrangendo 8 exposições das indumentárias usadas durante o período Farroupilha, além da Cavalcada do Caminho das Neves, com o objetivo de apoiar o projeto da Secretaria de Turismo "O Inverno Mais Quente do Brasil".

A FIGTF, em 1997, prestou 7 assessorias a simpósios, realizou 35 palestras, 4 cursos de danças gaúchas, 3 oficinas e 48 assessorias a festivais de canção gaúcha.

#### **4.1.2 - Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre**

##### **PROGRAMA: Cultura**

A FOSPA tem como principais objetivos levar a cultura, através do canto coral e da música sinfônica ao público em geral; realizar espetáculos operísticos e formar profissionais na área de música e canto para atuar junto às Orquestra Sinfônica e de Câmara, Coral Sinfônico e Escola de Música, bem como estimular a criatividade e sensibilidade musicais.

Com um total de 138 apresentações, a Fundação levou a um público de 115.353 espectadores os mais variados espetáculos, entre concertos oficiais, especiais e populares, na capital e interior do Estado, óperas no Rio Grande do Sul e Montevideu, concertos da Orquestra de Câmara e apresentações do Coral Sinfônico.

Sua Escola de Música contou, em 1997, com 22 alunos nas aulas instrumentais e de canto, de caráter individual, tendo os mesmos participado de inúmeros concertos sinfônicos.

#### **4.1.3 - Fundação Cultural Piratini - Rádio e Televisão - FRTVE**

##### **PROGRAMA: Cultura**

A FRTVE valoriza a qualidade e a originalidade da forma e pretende cada vez mais ser o principal meio de expressão regional, procurando transmitir uma programação alternativa, promovendo os temas locais, regionais e do Mercosul, priorizando a transmissão dos principais eventos culturais do Estado. Atualmente, a FRTVE conta com uma rede de 28 retransmissoras, instaladas em cidades do interior do Estado, abrangendo um total de 5.994.000 habitantes, o que garante a segunda maior cobertura regional da televisão no Rio Grande do Sul. Esta amplitude em sua rede gera a necessidade de renovação do seu parque técnico, já em andamento, com investimentos na ordem de R\$500 mil.

Valorizando a qualidade, a Fundação adquiriu, no ano de 1997, equipamentos que permitirão transmissão do sinal via satélite - TVE SAT, com melhor qualidade na retransmissão da imagem às 28 retransmissoras hoje existentes, com previsão de expansão da rede.

A Fundação tem hoje 8 convênios firmados com universidades e entidades municipais para instalação de TVs Educativas comunitárias nas cidades de Pelotas, Santa Cruz do Sul, Ijuí, Passo Fundo, Caxias do Sul, Bagé e Santa Maria. Em Lageado, já está operando a TV Comunitária local, através da Fundação Osvaldo Carlos Von Leeuwen.

Teve início, em 1997, o processo de automação da Rádio Cultura, que permitirá veicular a programação durante 24 horas, previsto para começar a funcionar já antes do 1º trimestre de 1998.

Como meio de expressão regional, a Fundação deu cobertura especial a vários eventos, como a Festa dos Navegantes, em Porto Alegre; 10º Festival de Bonecos, em Canela; 25º Festival de Cinema Brasileiro, em Gramado; I Bienal de Artes do Mercosul e Concertos da OSPA, em todo o Estado.

O Órgão desenvolve, ainda, com destaque, uma programação voltada à ecologia, como o Programa TVE Ecologia, documentário enfocando ecologia e conscientização ecológica, através de um convênio com o Programa Pró-Guaíba da Secretaria de Coordenação e Planejamento. Alguns temas abordados: natureza da Rota do Sol; espécies em risco; segredos do Delta e doença das águas.

#### **4.1.4 - Fundação Teatro São Pedro - FTSP**

##### **PROGRAMA: Cultura**

A Fundação Teatro São Pedro, em consonância com este Programa, tem por fim promover e divulgar a cultura, viabilizando e incentivando a comunidade a participar de programação qualificada nas áreas das artes cênicas, música e dança.

Visando atender a comunidade, a programação do Teatro São Pedro procurou mostrar as mais diversas tendências, estilos e linguagens nas áreas de teatro, música e dança.

*Na temporada de 1997 foram vistos mais de 50 diferentes espetáculos, por um público que superou a 100.000 pessoas, além dos visitantes tradicionais: turistas, estudantes e autoridades.*

Foi oportunizado, também, o acesso dos economicamente menos favorecidos com a realização dos projetos de entrada franca, de forma contínua e ininterrupta durante toda a temporada, contabilizando, aproximadamente, vinte mil pessoas.

#### **4.2 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

##### **PROGRAMA: Ensino Fundamental**

Em 1997, merece destaque a ação da Secretaria da Educação no desenvolvimento do Programa PLÁ 2000, registrando-se que no Projeto "Todos na Escola", 22.581 alunos foram reintegrados à rede pública de ensino, quando a meta inicial apontava para garantir o reingresso à escola de 10.000 alunos entre 7 a 14 anos, nos 45 municípios selecionados pelo

Programa. No Projeto “Prioridade Educação/Escola Aberta e/ou Escola Referência”, também superou-se a meta proposta, uma vez que, diante da significativa demanda, passou-se a atingir 39 escolas dos 15 municípios envolvidos, no lugar das 18 unidades escolares inicialmente apuradas. Com a capacitação de 1.023 professores e técnicos multiplicadores oportunizou-se o atendimento pedagógico específico e diferenciado a, aproximadamente, 17.500 crianças e adolescentes em situação de risco na rua. Os recursos aplicados nestes dois Projetos atingem cerca de R\$ 1,9 milhão.

O *Projeto Estante do Rio Grande* contemplou 2.614 escolas do Ensino Fundamental com 10 títulos de História Gaúcha e 10 títulos de Literatura de autores gaúchos, oportunizando aos alunos e professores textos de reconhecido valor e qualidade literária, para o que foram destinados R\$ 540 mil.

Com o objetivo de implementar uma sistemática periódica de avaliação do desempenho escolar, que subsidie decisões sobre o processo ensino-aprendizagem e a gestão das escolas da Rede Pública, a Secretaria da Educação destinou cerca de R\$ 600 mil para a aplicação de testes de avaliação da Língua Portuguesa e de Matemática nas 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, atingindo 210.315 alunos das 3.297 escolas estaduais localizadas nos 467 municípios do Estado. Neste ano, também participaram do processo 3.476 escolas da rede municipal, pela adesão de 279 municípios, onde foram avaliados 52.936 alunos. Para os alunos da 8ª série aplicou-se, ainda, questionário sócio-econômico e cultural.

O processo de *avaliação das escolas da Rede Pública* vem apontando para a necessidade da qualificação de professores e diretores, o que reforça a necessidade de implantação de ações conjuntas com as Instituições de Ensino Superior e Escolas de Magistério.

Na operacionalização da *Gestão Democrática do Ensino Público* investiu-se R\$ 43 milhões na autonomia financeira para as despesas de manutenção e aquisição de equipamentos de 3.089 escolas do Ensino Fundamental. Merece destaque o processo de eleição direta dos diretores dos estabelecimentos de ensino pelas comunidades escolares, sendo que após o Curso de Qualificação 4.064 candidatos encontraram-se aptos a concorrerem à eleição.

Devido à falta de quorum em escolas de pequeno porte, cerca de 360 diretores terão que ser indicados pela Secretaria da Educação, sendo que nos demais estabelecimentos o processo eleitoral conduziu os diretores ao mandato de dois anos.

Com relação à *autonomia pedagógica das escolas* foram realizados seminários e grupos de estudos envolvendo 15.000 professores, Instituições de Ensino Superior e Secretarias Municipais de Educação, resultando na sistematização da primeira versão do Padrão Referencial de Currículo para o Ensino Fundamental.

No Projeto “*Segurança nas Escolas*”, 92 unidades escolares foram atendidas com cercamento e gradeamento e 15 com a construção de casas PM Residente, oportunizando maior tranquilidade para a comunidade escolar e a preservação do seu patrimônio, importando esse investimento em quase R\$ 2 milhões.

Mais de R\$ 600 mil foram aplicados em serviços de recuperação de 4 Escolas Símbolos do Ensino Fundamental, localizadas em Lajeado, Santa Cruz do Sul, Osório e Caçapava do Sul.

O ano de 1997 marcou um evento inédito na prática escolar do RS, qual seja o Levantamento Escolar - 97, destinado a identificar todos que na faixa dos 7 aos 18 anos estão fora da escola. Juntamente com as Secretarias Municipais e com a comunidade, através de suas múltiplas instituições, foi realizado uma ampla mobilização nas escolas e no seio da sociedade civil por meio do qual se logrou uma apreciável identificação dos jovens que, por variadas razões, não estão escolarizados. Todos os anos esse levantamento será feito, dentro do esforço nacional de aumentar a escolaridade do povo brasileiro.

## **PROGRAMA: Ensino Médio**

Em 1997, 650 escolas do Ensino Médio foram beneficiadas com o acervo bibliográfico do Projeto Estante do Rio Grande, investindo-se R\$ 302mil.

O *Projeto de Avaliação Externa das Escolas* atingiu 56.655 alunos das 3ª séries do Ensino Médio da Rede Estadual com a aplicação de testes de Língua Portuguesa e Matemática e de Questionário Sócio-Econômico e Cultural. Na rede municipal 570 alunos foram avaliados. O montante de recursos alocados aproximou-se dos R\$ 150 mil.

Na *Gestão Democrática do Ensino Público*, aproximadamente R\$ 5 milhões foram repassados a 79 escolas do Ensino Médio para as despesas de manutenção e equipamentos.

Também no Ensino Médio está sendo implantado o processo de elaboração do Padrão Referencial de Currículo junto às escolas, já estando o documento na sua primeira versão.

No corrente ano, através de debates sobre a *Educação Profissional*, sensibilizou-se a comunidade escolar dos 203 estabelecimentos estaduais que oferecem Ensino Técnico para a necessidade de vinculação do Ensino Profissionalizante com o setor de produtividade e o desenvolvimento regional do Estado.

Onze (11) escolas do Ensino Médio foram contempladas pelo Projeto Segurança nas Escolas, destinando-se, para tanto, R\$ 230 mil.

No Colégio Estadual Manoel Ribas - 2º Grau de Santa Maria, investiu-se R\$ 2 milhões com a restauração daquele patrimônio por constituir-se numa Escola Símbolo.

## **PROGRAMA: Ensino Supletivo**

Através do Projeto Alfabetização e Cidadania oportunizou-se alfabetização e escolarização a 9.306 jovens e adultos nas classes de alfabetização instaladas nos 45 municípios integrantes do Programa PIA 2000. Cerca de R\$ 1,2 milhões foram repassados aos municípios para a aquisição de material pedagógico, capacitação e pagamento dos 863 educadores comunitários.

Complementando a Gestão Democrática, 47 unidades escolares que oferecem Ensino Supletivo foram beneficiadas com o repasse de verba para sua manutenção e equipagem, o que repercutiu na destinação de R\$ 900 mil.

## **PROGRAMA: Educação Especial**

Engajada no *Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PPDs* a Secretaria da Educação ofereceu cursos de capacitação nos municípios - pólo de Bento Gonçalves, Santa Cruz do Sul e Santa Rosa para 110 profissionais em atuação nas áreas de Deficiência Mental e Deficiência Auditiva, visando garantir o acesso e a permanência de, aproximadamente, 1500 PPDs em todos os níveis do Sistema Educacional.

## **PROGRAMA: Educação Física e Desporto**

Através da destinação dos recursos oriundos do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Desporto - INDESP, o montante de R\$ 1,5 milhões, o Rio Grande do Sul sediou eventos esportivos de nível nacional e internacional, entre os quais merecem destaque as Copas Mercosul de Ginástica, Atletismo e Judô - 990 atletas; os Campeonatos Brasileiros de Culturismo, Atletismo e Judô - 800 atletas; os Circuito e Troféu Brasil de Atletismo - 800 atletas de 21 estados brasileiros; as Copas e Campeonatos de nível Estadual em Futsal, Basketball, Tênis, Atletismo, Judô e Natação, envolvendo em torno de 1000 atletas, clubes e comunidades em geral.

O Estado também foi sede do Grand Prix Brasil de Atletismo que reuniu a elite brasileira e convidados do exterior, tendo-se agrupado aqui os melhores competidores do mundo.

Ainda com os recursos do INDESP beneficiou-se 197 atletas gaúchos com Bolsas Olímpicas, objetivando desenvolver jovens talentos com chance de participação nos Jogos Olímpicos de Sidney 2000 e Atenas 2004.

A clientela estudantil envolveu-se ativamente nos Jogos Intermunicipais e nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul, sendo ainda oportunizado aos professores das escolas estaduais treinamentos na área da Educação Física. Através dos Jogos da Juventude a Delegação Gaúcha conquistou o 3º lugar (medalha de bronze) no ranking nacional. Para estes eventos foram concentrados os recursos do Salário - Educação, na ordem de R\$ 1 milhão.

Investiu-se, ainda, R\$ 6,2 milhões em 27 municípios do Estado, que não possuíam ginásios de esportes, possibilitando a construção dos mesmos junto a escolas do Ensino Fundamental.

## **PROGRAMA: Ensino Superior**

O *Programa Estadual de Crédito Educativo - PROCRED*, atendeu no ano de 1997, aproximadamente, 4.900 alunos. Destes, 1.500 são oriundos do programa anterior, 2.400 foram selecionados no segundo semestre de 1996 e 1.000 são novos contemplados a partir do processo seletivo do 1º semestre de 1997. Os recursos destinados para o corrente exercício

atingiram R\$ 6,6 milhões e foram repassados a 22 Instituições de Ensino Superior Comunitário, local do vínculo acadêmico do aluno que firmou contrato de mútuo com o BANRISUL, na condição de agente financeiro do FUNPROCRED.

## **PROGRAMA: Assistência a Educandos**

Destaca-se a continuidade do *Projeto Mãos Dadas*, com a distribuição de R\$ 4 milhões para aplicação direta nas prioridades estabelecidas pelas 1.233 escolas estaduais premiadas em decorrência do Paguei, Quero Nota.

## **PROGRAMA: Administração**

Com R\$ 530 mil oriundos do INDESP - Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Desporto, construiu-se a Pista de Atletismo, instalada no Centro Olímpico, que irá atender alunos, atletas e comunidade em geral, beneficiando 2.000 pessoas.

### **4.2.1 - Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira Da Cunha - FTLSVC**

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, vinculada a Secretaria da Educação, tem como atividade formar técnicos para o setor secundário da economia.

## **PROGRAMA : Ensino Médio**

Este Programa objetiva o desenvolvimento de ações voltadas para assegurar ao jovem a habilitação profissional de ensino médio, visando à formação de mão-de-obra qualificada e o acesso ao ensino superior.

A Fundação manteve, no ano de 1997, os cursos técnicos de Química, Eletrotécnica, Eletrônica, Mecânica e Segurança do Trabalho, alcançando os seguintes resultados: 2.477 alunos matriculados e 308 formandos. A escola atende alunos provenientes dos municípios do Vale do Caí, Sinos e Grande Porto Alegre e presta serviços especializados e de consultoria a empresas desta região.

### **- Eventos Realizados:**

- 12ª MOSTRATEC - Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia das Escolas Técnicas de 2º Grau da América do Sul, com a apresentação de 112 trabalhos e a participação dos seguintes países: Brasil, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Paraguai. Número aproximado de visitantes: 6.000;

- 4º SIET - Seminário Internacional de Ensino Técnico da América do Sul. Número de participantes: 80 professores;

- *Semana Cultural*: concurso de crônicas e poesias, teatro, música, gincana cultural, palestras, torneios esportivos e xadrez, com alunos da escola;
- III Torneio LIBERATO/MOSTRATEC de XADREZ, com a participação de 80 enxadristas nas categorias: Mirim, Infantil, Juvenil e Adulto.

#### **- Participações:**

- 47ª Feira Internacional de Ciência e Engenharia em Louisville - Kentucky - EUA, com o trabalho premiado: "Implementação do Modelo Geral para um Sistema Digital";
- 3ª MERCOTEC - Feira de Ciência e Tecnologia do Mercosul - Universidade Nacional de Quilmes - Buenos Aires - Argentina;
- 13ª Feira Nacional de Ciência e Tecnologia Juvenil - Montevideu - Uruguai.

Foram assinados convênios com empresas e algumas prefeituras, para desenvolvimento de pesquisas, consultorias e prestação de serviços. Foram atendidas 35 empresas da Grande Porto Alegre, Vale dos Sinos, Cai e Região Litorânea do Estado. Foram realizados cursos de curta duração e extensão.

### **PROGRAMA: Administração**

No Programa Administração foram desenvolvidas ações nas áreas de capacitação de recursos humanos, informatização dos setores e serviços, assim como atualização de equipamentos e móveis necessários à realização dos cursos.

Foi proporcionado aos servidores a participação em cursos de atualização, tanto internos quanto externos, na área de ensino e administração.

#### **4.2.2. - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul - FADERS**

A Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no Rio Grande do Sul vem dando continuidade ao desenvolvimento de suas ações precípua que envolvem educação especial.

### **PROGRAMA: Educação Especial**

As ações desenvolvidas neste Programa objetivam ministrar educação as pessoas mentalmente deficientes e as superdotadas.

A FADERS desenvolveu, principalmente, o Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEA/RS, o qual priorizou a interiorização das ações do

PEAI/RS; a construção coletiva de alternativas de solução; a sensibilização da comunidade para a questão da pessoa portadora de deficiência; a qualificação dos serviços prestados pela FADERS, beneficiando diretamente 1.130 Pessoas Portadoras de Deficiência e seus familiares, e a implantação de um Posto Regional de Geração de Conhecimento e Difusão de Informações.

### **- Busca do Envolvimento da Sociedade**

Objetivando promover maior envolvimento da sociedade para discussão e encaminhamento da problemática da integração social das pessoas portadoras de deficiência e das pessoas portadoras de altas habilidades foi realizada uma campanha de sensibilização social. Nesta Campanha foram realizadas ações sistemáticas de sensibilização com vistas à integração Social do Deficiente Físico, envolvendo 10 escolas e 5 empresas de Porto Alegre.

Foram desenvolvidas ações de sensibilização em 21 instituições, realizadas pelas pessoas portadoras de deficiência atendidas pela FADERS, através de apresentações artísticas. Além disso, foram realizados dois eventos destinados à sensibilização social, os quais reuniram atividades de caráter cultural, social e integrador, mobilizando 5.000 pessoas.

### **- Aperfeiçoamento de Recursos Humanos**

A FADERS, visando preparar e aperfeiçoar recursos humanos para atuarem no atendimento, direto e indireto, a pessoas portadoras de deficiência e portadoras de altas habilidades, promoveu 5 eventos/cursos de preparação e/ou aperfeiçoamento de recursos humanos capacitando professores em Educação Especial, profissionais da FADERS, instrutores e monitores da FADERS.

### **- Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência e às Portadoras de Altas Habilidades**

#### ***Estudos e Pesquisas***

Foram desenvolvidos estudos e pesquisas objetivando à reestruturação dos serviços especializados, realizados pelos 05 Centros, 01 Escola e 04 Núcleos de Atendimento da FADERS, com vistas à implantação e implementação das Unidades de Referência de Atendimento, enfatizando a realização de estudos, pesquisas e/ou experimentos para a memória qualitativa do atendimento. Essa reestruturação exerceu influência direta na implantação das Câmaras Técnicas nas áreas de estimulação precoce, saúde, educação, trabalho, cidadania e assistência social, eis que proporcionou a realização de estudos e a viabilização da reestruturação dos serviços especializados através de acompanhamento às unidades de estudo de leis e pesquisa, assim como na elaboração, encaminhamento e acompanhamento do projeto de implantação do Posto de Geração de Conhecimento e Difusão de Informações enviando a CORDE - Ministério da Justiça.

Foram, ainda, desenvolvidos estudos objetivando conhecer o perfil parcial das Associações de Deficientes Físicos do Estado do Rio Grande do Sul e o perfil da clientela atendida pela FADERS.

### **Atendimento direto**

No que tange ao atendimento direto, foram atendidas 6.761 pessoas portadoras de deficiência física, mental, visual, auditiva, síndrome de autismo e às pessoas portadoras de altas habilidades, considerando a proposta de Unidades - Referência de Atendimento, através de programas de prevenção, educação, saúde, trabalho, bem como sensibilização, atingindo a 12.000 pessoas aproximadamente; realização de 22 atividades e eventos de caráter social e cultural envolvendo 1.500 pessoas PPDs atendidas pela FADERS, bem como o planejamento e o acompanhamento do serviço de nutrição junto a 6 unidades de atendimento, oferecendo 88.261 refeições/ano, referente a complementação alimentar (merenda).

### **Atendimento Familiar**

De outro lado, também houve o envolvimento do Programa com os familiares das pessoas portadoras de deficiência ou portadoras de altas habilidades mediante o atendimento direto, individual e/ou grupal, a 1.406 familiares.

### **Assessoramento Técnico**

Foi promovido o assessoramento técnico a 91 instituições com o objetivo de orientação técnica e acompanhamento a ações envolvendo PPDs no Estado do RS, assim como a participação em 10 Conselhos e Fóruns, municipais e estaduais com vistas a assessorar, sensibilizar e viabilizar a garantia dos direitos de participação das PPDs, PPAHs nestes fóruns, e, a realização de contrato de prestação de serviço com CEREPAL, para atendimento clínico terapêutico a 635 pessoas portadoras de deficiência múltipla.

### **- Descentralização**

A implantação e a implementação do PEAI, como instrumento principal para estabelecimento de uma rede de articulações entre os níveis Federal, Estadual, Municipal e Particular, prioritária nas áreas de Educação, da Saúde e Assistência Social requer o desenvolvimento de um programa de descentralização. Para tanto, no ano que passou, foi implantado o Fórum Permanente do PEAI/RS, com representação de 18 entidades governamentais e não governamentais, responsável pelo controle social do Programa, coordenado pela FADERS.

Além disso, foram realizadas 46 visitas aos municípios-pólo do PEAI/RS, atingindo aproximadamente 1.200 pessoas, assim como participação no Seminário de Entidades Não Governamentais, organizado pela União de Entidades De e Para Deficientes, envolvendo 27 instituições, como forma de sensibilização sobre o PEAI/RS.

### **4.3. - SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA**

#### **PROGRAMA: Segurança Pública**

No Programa Segurança Pública são desenvolvidas ações voltadas à preservação e manutenção da ordem pública e privada, através dos policiamentos civil e ostensivo, perícias e outras técnicas especiais.

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, o Órgão Central da Secretaria da Justiça e da Segurança desenvolveu a seguinte atividade, no ano de 1997, o Estudo do Sistema Penitenciário no RS, iniciado em 1995. Também, foram elaborados dois trabalhos intitulados: "Relatório de Pesquisa Sobre o Sistema Penitenciário do Rio Grande do Sul e Dados Gerais Sobre Criminalidade no RS" e o "Relatório Final". Este último abrangendo todos os relatórios anteriores, atualizando os dados referentes aos presídios, apresentando um estudo acerca da reincidência e dos reincidentes prisionais no Estado e um mapa do risco no RS descrevendo os padrões criminais para todos os municípios do Estado.

#### **- Convênios**

Dando continuidade ao projeto de assinatura de convênios com Universidades, foram assinados os seguintes :

- Desenvolvimento de técnicas para o trabalho com DNA (Instituto de Biociências da UFRGS e Hospital de Clínicas de Porto Alegre com o Instituto Geral de Perícias);
- Exames toxicológicos (Hospital de Clínicas com o Departamento Médico-Legal);
- Curso de formação de instrutor de educação física para oficiais da Brigada Militar (Escola Superior de Educação Física da UFRGS com a Brigada Militar);
- Transferência de tecnologia para a implantação de rede de computadores na Polícia Civil (Escola Técnica de Comércio da UFRGS com a Polícia Civil).

Em continuidade às atividades firmadas no convênio de Extensão em Medicina Legal (Faculdade de Medicina da UFRGS com o Instituto Geral de Perícias), assinado em 1996, foram realizados os Módulos II e III com a participação de 146 peritos no Programa de Atualização em Medicina Legal.

#### **- Repressão ao Crime**

No ano de 1997, foram realizadas dez Operações Centopéia visando combater o crime organizado, o tráfico de drogas e o furto de veículos.

## **- Conselho Pró-Segurança Pública**

A Secretaria da Justiça e da Segurança prestou informações, orientações e assessoramento para a criação de Conselhos Pró-Segurança Pública (CONSEPRO) além de realizar o II Encontro Estadual de Conselhos Pró-Segurança Pública (CONSEPRO), em Lajeado, no período de 21 a 23 de novembro de 1997.

## **- Apoio a Projetos**

A Secretaria da Justiça e da Segurança prestou apoio em inúmeros projetos, campanhas, e eventos, como o PIA 2000 (Governo do Estado); Natal da Paz (Ministério da Justiça); 1ª Conferência Municipal de Direitos Humanos (Prefeitura Municipal de Porto Alegre) e 1ª Conferência Estadual de Direitos Humanos (Assembléia Legislativa).

Foram realizadas concorrências para aquisição dos equipamentos necessários à implementação do Plano Diretor de Informática. O Investimento previsto é da ordem de R\$ 17 milhões.

## **- Educação e Segurança no Trânsito**

Instituído em 29 de julho de 1997, o Programa de Educação e Segurança no Trânsito – PROEST/RS que tem como objetivo a mudança de comportamento dos usuários (pedestres, motoristas, ciclistas) das vias públicas do Estado através da ação conjunta do Estado e de entidades não-governamentais. O Programa conta com a participação dessa Secretaria, além das Secretarias da Educação, dos Transportes, da Saúde e do Meio Ambiente, entidades governamentais e não-governamentais ligadas ao trânsito.

Foram investidos, no ano de 1997, R\$ 1 milhão em material publicitário, totalizando 825.000 peças de publicidade, entre cartazes, folders, bottons, camisetas e adesivos. A campanha também foi veiculada no rádio, na televisão e nos jornais da capital e do interior do Estado. Foram realizadas várias ações para mobilização e conscientização do público: ato show; curso de capacitação de docentes; inclusão do tema trânsito no Padrão Referencial de Currículo Escolar da Secretaria de Educação; Semana Nacional de Trânsito, entre outros.

## **- Conselho Estadual de Entorpecentes**

O Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN elaborou e encaminhou, em 1997, o Decreto nº 37.963, regulamentando suas atividades.

O CONEN/RS realizou a IV Semana Gaúcha Contra o Uso Indevido de Drogas, envolvendo 400 instituições e, aproximadamente, 1.000.000 de pessoas. Veiculou 26.500 cartazes e publicações contra o uso de drogas; realizou 85 palestras e conferências à comunidade; prestou apoio técnico aos municípios para implantação dos Conselhos Municipais de Entorpecentes. Participou da 2ª Conferência Municipal para Infância e Adolescência - Conselho Municipal de Entorpecentes (CONEN-POA); XV Congresso Brasileiro de

Psiquiatria, Neurologia e Higiene Mental; "Drogas na Escola: Um grande Desafio" - UNISINOS.

## **- Obras**

*Através do Fundo Especial da Segurança Pública - FESP, foram concluídas a Delegacia de Polícia do município de Cachoeira do Sul, numa área de 932,6 m<sup>2</sup>; do Pelotão Policial Militar Reduzido de Iraí, numa área de 157,5 m<sup>2</sup>; a construção do Grupamento Policial Militar Reduzido do município de Quevedos, numa área de 84,67 m<sup>2</sup>; a construção do Pelotão de Polícia Militar do Bairro Rubem Berta em Porto Alegre, numa área de 80 m<sup>2</sup> e as obras dos Centros Integrados de Segurança Pública da Vila Morro da Cruz e da Vila Maria da Conceição em Porto Alegre.*

### **4.3.1 - Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE**

#### **PROGRAMA: Segurança Pública**

Dando continuidade aos trabalhos desenvolvidos na área administrativa penitenciária, em 1997, foram concluídas as obras de estabelecimentos novos como as Penitenciárias de Rio Grande, de São Luiz Gonzaga e Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, como também aos trabalhos de ampliação e reformas executados nas Penitenciárias de Charqueadas, Pelotas, São Jerônimo e Soledade - empreendimentos que representam a recuperação de 418 vagas e a geração de outras 887 novas, num total investido de R\$ 10,5 milhões, aí incluídas algumas obras complementares como construção de cercas convencionais, cerca elétrica em alguns casos e mesmo a recuperação de rede elétrica.

*Outras 1683 novas vagas foram geradas no Sistema Penitenciário, com investimentos de R\$ 25,8 milhões. Aí incluindo-se obras moduladas (Charqueadas, Uruguaiana e Montenegro) destinadas a receberem os indivíduos remanejados do Presídio Central no processo de desocupação daquele estabelecimento até sua desativação completa, com a conclusão de outras cinco casas similares.*

Um amplo programa de obras envolvendo penitenciárias moduladas, albergues, ampliações de presídios e reformas foi desencadeado, no final do exercício, em razão de processos de licitações e contratações para execução em 1998, num total de R\$ 63 milhões, de investimentos no sistema penitenciário.

## **- Saúde do Preso**

Os programas dedicados à saúde do preso constituem-se numa das prioridades do tratamento penal, neste sentido, foram celebrados convênios entre a Secretaria da Justiça e da Segurança e o Município de Charqueadas, para o atendimento da saúde aos apenados do Complexo Penitenciário do Jacuí.

O convênio celebrado tornou possível o atendimento dos presos, a partir de outubro de 1997, possibilitando a criação de uma enfermaria de seis leitos na PASC e ambulatórios médicos e gabinetes odontológicos em todas as casas prisionais do Complexo Penitenciário do Jacuí, composto pela Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (PASC), Penitenciária Estadual de Charqueadas (PEC), Penitenciária Estadual do Jacuí (PEJ), Colônia Penal Agrícola Daltro Filho (CPA), e Instituto Penal e Escola Profissionalizante (IPEP).

Foi realizado treinamento de multiplicadores em prevenção e aconselhamento em DST/AIDS, no ano de 1997, nas seguintes localidades: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Passo Fundo, Santo Ângelo, Santana do Livramento, Imbé, Caxias do Sul, Santa Maria e Santa Cruz do Sul.

Nos treinamentos, os multiplicadores elaboraram projetos específicos para serem implantados nos presídios. Esses multiplicadores são técnicos, auxiliares e agentes penitenciários que além de desempenharem suas atividades normais, assumem também a tarefa de prevenção das DST/AIDS.

O trabalho de prevenção no interior dos presídios é realizado através de palestras, recursos audiovisuais, distribuição de material instrucional e preservativos para práticas seguras. A distribuição mensal de preservativos, no Estado, para a população confinada está em torno de 20 mil unidades. Nos dez treinamentos realizados, em 1997, foram capacitadas 192 pessoas para atuarem na prevenção das DST/AIDS nas unidades prisionais.

## **- Trabalho Prisional**

O trabalho prisional, através da Cooperativa de Trabalho Novo Mundo, visa a recuperação social do preso, sua capacitação profissional e oferecimento de oportunidades de trabalho remunerado durante o período de cumprimento de pena e após sua liberação, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida ao reintegrar-se à sociedade.

O objetivo contratual da Cooperativa é a prestação de serviços na construção civil conforme as oportunidades de mercado, bem como da disposição e vocação dos presidiários para este projeto piloto.

A Cooperativa contará com os serviços de: pedreiros, marceneiros, eletricitas e carpinteiros. As instituições públicas promotoras foram a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais, Secretaria da Justiça e da Segurança e Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, tendo como parceiros o SENAI, SEBRAE, OCERGS e CLT Consultoria Jurídica.

## **- Capacitação do Servidor**

Voltada para uma clientela constituída de servidores em atividade no Órgão Central da Superintendência e nos diversos estabelecimentos prisionais, a Escola do Serviço Penitenciário no ano de 1997, voltou-se de forma intensiva para o aperfeiçoamento e a valorização profissional dos recursos humanos da SUSEPE.

Buscando evitar os deslocamentos dos servidores envolvidos nas ações de treinamento e aperfeiçoamento, a E.S.P deslocou-se a diversas localidades do Estado, visando sempre proporcionar a atualização de conhecimentos e o emprego daquilo que de novo existe na segurança penitenciária.

Assim foram desenvolvidos, em algumas localidades, cursos de treinamento em armamento, munição e tiro; prevenção e combate a incêndios e primeiros socorros; Seminário Estadual de Docentes da Escola dos Serviços Penitenciários, em Porto Alegre e um curso de Revisão de Comunicação e Expressão.

### **- Reparelhamento e Modernização da SUSEPE**

Dando prosseguimento ao programa estabelecido no ano anterior para o reaparelhamento e modernização da SUSEPE, o exercício de 1997 possibilitou realizações pendentes de longos anos e que, pela importância e pelo volume de recursos aplicados, permitem um avanço operacional considerável e uma sensível evolução nos processos do tratamento penal e da segurança e custódia em todo o sistema penitenciário, que abriga uma população interna de 12 mil presos em todo o Estado.

A mobilidade nos deslocamentos que envolvem a transferência de presos e o cumprimento de audiências judiciais, além daqueles de caráter administrativo ou de inspeção ou correição pela Corregedoria Geral Penitenciária, ganhou em agilidade e eficiência com o plano de renovação da frota de veículos. As aquisições feitas no ano de 1997 superam, em quantidade e valor investido, as compras efetuadas nos dez últimos anos. A renovação da frota da SUSEPE, atualmente conta com 160 carros, dos quais 40% são veículos novos, anos 1996 e 1997, sendo que neste exercício foram recebidos 48, totalizando um investimento na ordem de R\$ 1,5 milhão.

Acompanhando a atualização dos meios destinados à atividade operacional, foram aplicados recursos em telecomunicações e materiais destinados à segurança dos estabelecimentos penais.

Mas, sem dúvida, a grande conquista destinada a transformar todo o processo gerencial e dinamizar as ações operacionais da SUSEPE foi a aplicação, neste exercício, de recursos da ordem de R\$ 323 mil em equipamentos de informática.

## **4.3.2 - Instituto Geral de Perícias**

### **PROGRAMA: Segurança Pública**

O serviço pericial sofreu intensa reestruturação durante o decorrer do ano de 1997, através da Lei Complementar nº 10.998 de 18 de agosto. Foi promovida alteração na denominação da Coordenadoria-geral de Perícias, bem como na sua organização. O serviço pericial passou a denominar-se Instituto Geral de Perícias.

Foi inaugurado, no dia 03 de dezembro de 1997, o Laboratório de Fotografia Digitalizada. Com a instalação deste Laboratório, o Departamento de Criminalística do Instituto Geral de Perícias dará um salto de qualidade na prestação de seus serviços. Foram investidos R\$ 200 mil, com recursos do Estado, na aquisição de 05 máquinas fotográficas digitais, 07 microcomputadores, 03 impressoras, 01 scanner de mesa, 01 scanner de negativo e outros equipamentos.

O Instituto Geral de Perícias desenvolveu, em 1997, suas atividades nas áreas de criminalística, médico-legal, perícias tanatológicas e diversas e identificação.

Na área de criminalística, foram realizados 104.455 laudos periciais, reconstituições e levantamentos diversos.

Na área de Medicina Legal foram realizados 12.982 exames e perícias. Além disso, foram realizadas 36.642 identificações criminais, fornecidos 110.404 atestados de antecedentes e expedidas 957.716 Carteiras de Identidade e no Laboratório de Perícias foram realizadas 7.319 análises dos mais variados materiais e tipos.

### **4.3.3 - Polícia Civil**

#### **PROGRAMA: Segurança Pública**

O Policiamento civil compreende as ações desenvolvidas para preservar a ordem pública e a propriedade privada, de atuação específica do policial civil.

As atividades desse órgão não foram restritas à área policial, pois neste ano a Polícia Civil participou efetivamente das campanhas de vacinação; na campanha SOS Inverno e em palestras sobre o consumo de drogas na adolescência.

#### **- Capacitação do servidor da Polícia Civil**

Com um efetivo total de 10.889 cargos e 6.048 providos em 1997, a Polícia Civil, no intuito de valorizar o elemento humano, realizou vários cursos de formação da Academia de Polícia: Armamento, Munição, Explosivo e Tiro; Noções Básicas e Prática de Língua Espanhola; Redação Policial; Agentes de Saúde; Informática; Autoridades Processantes de Processo Administrativo Disciplinar; Secretário de Processo Administrativo Disciplinar; Reciclagem para Policiais Cíveis e Militares; Investigação Criminal para Sargentos do Exército; Sistema de Informática Polícia Civil; Cadastro Criminal; Controle de População Flutuante; Controle de Armas e Explosivos e Administração Geral de Delegacias.

#### **- Telecomunicações e Reparelhamento Operacional**

Está dentro do projeto global para a Polícia do Interior o Projeto de Telecomunicações para o MERCOSUL, sendo que já foram instalados 193 (cento e noventa e

três) transceptores VHF/FM, remanejados 29 (vinte e nove) e recolhidos 183 (cento e oitenta e três), em diversas Regiões Policiais. Foram instaladas repetidoras duplas para as regionais de São Luiz Gonzaga e Santiago (rota central); Santa Maria; Pelotas e Camaquã e município de Canguçu. Repetidoras semi-duplex para as Regionais de Passo Fundo, rede local e regional: município de Herval, região de Pelotas (rota sul) e duas para Santa Maria, rede Delta e Alfa.

Em 1997 foram adquiridos 386 transceptores VHF/FM móveis e fixos, 19 repetidoras de VHF/FM, 67 transceptores de VHF/FM tipo portátil e uma central telefônica completa.

Foi implantada uma central telefônica privada de comutação, tipo PABX CPA - T digital, com capacidade operacional para 600 ramais, 60 troncos externos bidirecionais e acessórios complementares, bem como elaborado projeto visando a implantação de um sistema de telefonia de médio porte para Departamento de Investigação Criminal (DEIC), composta de uma central remota interligada a central telefônica digitalizada localizada no Palácio da Polícia.

Foi instalada a infra-estrutura interna de rede telefônica, necessária para viabilizar tecnicamente a transferência, por parte do Departamento de Segurança da CRT, de todo o trabalho pertinente a observação do sistema de telefonia celular do Estado que será realizado pelo Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico.

No exercício de 1997, o Governo do Estado adquiriu para a Polícia Civil 198 novos automóveis e, 3 furgões xadrez.

## **- Novos Órgãos Policiais**

Órgãos novos foram criados na PC, visando uma melhor prestação de serviços à população: Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC); 24ª Delegacia de Polícia em Porto Alegre; Delegacia de Polícia no município de balneário Pinhal; Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (DENARC); DERDETRAN, atualmente Departamento Estadual de Polícia Judiciária de Trânsito - DETRAN; três Postos Policiais para a Mulher, junto a 1ª, 2ª e 3ª Delegacias de Polícia do município de Pelotas e a Delegacia de Polícia de Entre Rios do Sul.

### **4.3.4 - Brigada Militar**

#### **PROGRAMA: Segurança Pública**

##### **- Capacitação do Servidor Policial Militar**

Em 1997, a Brigada Militar buscou a qualificação de seus servidores e a melhoria da qualidade dos serviços que presta à comunidade gaúcha.

Entre as dezenas de tipos de ocorrências que fazem parte do seu dia-a-dia, a BM prestou atendimento a 1.558.932 ocorrências como acidentes de trânsito, delitos contra os costumes, contra o patrimônio, contra a pessoa, meio ambiente e outros, bem como prestou os mais variados serviços à comunidade, com as providências requeridas no momento.

Na busca da qualificação profissional de seus quadros, propiciou aos servidores *Curso de Formação de Oficiais; Gerenciamento de Situações de Alto Risco; Instrutor de Piloto Privado de Avião*. Desenvolveu, ainda: cursos de *Formação de Oficiais; Gerenciamento de Situações de Alto Risco; Instrutor de Tiro; Instrutor de Educação Física; Teórico de Piloto Privado de Avião; Instrutor em microinformática; Técnico em Segurança Pública; Estágio Básico para Socorristas de Emergência e Traumas; e Estágio de Cinofilia*.

No que tange à política de pessoal para o servidor da área de justiça e segurança, a Brigada Militar obteve aprovação de dois projetos. Primeiramente, a Lei Complementar nº 10.892, de 18 de agosto de 1997, estabelecendo alterações no Plano de Carreira da Brigada Militar, visando fortalecer a qualificação dos servidores e constituindo carreira especialmente para os níveis hierárquicos menores. E, de outro lado, a Lei Complementar nº 10.990, de 1997, estabeleceu alterações no Estatuto dos Servidores Militares da Brigada Militar, visando modernizá-lo e adequá-lo à legislação constitucional, melhorando as relações da Instituição com os seus servidores.

Por sua vez, a Lei Complementar nº 10.991, de 1997, estabeleceu alterações na Organização Básica da Brigada Militar, tornando a Instituição mais ágil na sua atividade e mais próxima da comunidade, colocando a base do policiamento nos municípios.

## **- Reaparelhamento Operacional**

Foram gastos, neste ano, R\$ 3,4 milhões na compra de veículos, equipamentos e mobiliário para a execução de suas várias atividades.

## **4.4 - SECRETARIA DA SAÚDE E DO MEIO AMBIENTE**

### **PROGRAMA: Saúde**

O eixo principal da política estadual de saúde é a municipalização. O município assume a efetiva gestão dos serviços e ações de saúde que se desenvolvem em seu território, com cooperação técnica do Estado e da União e aporte financeiro das três esferas de governo.

Ao Estado, cabe a função de gestor do Sistema Único de Saúde (SUS) estadual, englobando a coordenação da política de alto custo, alta complexidade, da assistência complementar, dos sistemas de referência estaduais e regionais, e do plano de investimentos, promovendo a articulação interinstitucional e, obrigatoriamente, intermediando as negociações entre os gestores municipais.

A Secretaria da Saúde e do Meio Ambiente (SSMA) tem como objetivos prioritários: a reestruturação de seus programas de assistência à saúde, assumindo seu papel de *órgão normativo e supervisor*; a *formação de recursos humanos em saúde, com ênfase nas questões gerenciais*, ponto crítico na ação do SUS; o incentivo à formação de médicos de família e agentes comunitários de saúde, necessário ao êxito do modelo de atenção proposto, fundamentado na informação e na educação em saúde; a recuperação da rede física ambulatorial e hospitalar, a complementação de equipamentos e a provisão de medicamentos básicos e outros insumos, em parceria com as Prefeituras, proporcionando infra-estrutura para a implementação do SUS estadual.

A seguir estão descritas as ações desenvolvidas por esta Secretaria no ano de 1997.

*Municipalização das ações e serviços de saúde* - não foi atingida a meta de municipalizar mais 145 municípios devido as indefinições do Ministério da Saúde na operacionalização das novas regras.

*Implementação de Hospitais Pólos e de Referência Regional e da Assistência Ambulatorial e Hospitalar*: foram repassados recursos, no valor de R\$ 6,5 milhões, aos hospitais-pólos, sub-pólos, consórcios e municípios para aquisição de equipamento, realização de obra e manutenção.

*Reestruturação e Recuperação da Rede de Unidades Assistenciais*: repassados recursos para unidades sanitárias, nos valores de R\$ 194,9 mil, destinados à reforma, R\$ 304 mil em ampliação e R\$ 300 mil para construção, abrangendo 14 municípios.

*Conclusão de Hospitais Estaduais, Municipais e Filantrópicos*: Repassados recursos, no valor de R\$ 1,5 milhão, para a conclusão de hospitais Estaduais, Municipais e Filantrópicos abrangendo 8 municípios.

*Programa de Agentes Comunitários em Saúde - PACS*: firmados 189 convênios com 187 municípios, cadastradas 136.106 famílias, totalizando 205.735 famílias desde a implantação do programa, registrando até dezembro 1469 agentes de saúde em atividade.

*Construção, Conclusão e Equipamentos dos Hemocentros Regionais*: repassados recursos, no valor de R\$ 130 mil, para construção, conclusão e equipamentos dos Hemocentros de Santa Rosa e Caxias do Sul.

*Conclusão Hospital Geral de Caxias do Sul*: repassados recursos, no valor de R\$ 1,9 milhão, para a Fundação Universidade de Caxias do Sul, para aquisição de materiais e equipamentos e viabilização do funcionamento do Hospital Geral de Caxias do Sul.

*Implementação do Programa de Saneamento Básico Comunitário - PROSAN*: assinados convênios para implantação de 2.821 módulos sanitários, 101 sistemas simplificados de abastecimento e 38 extensões de rede de água. Foram investidos R\$ 2 milhões, beneficiando 5.901 famílias e 29.505 pessoas. Realizadas, ainda, 21.546 melhorias domiciliares em água, dejetos e lixo, 17.703 visitas domiciliares, 295 palestras e 237 reuniões para educação sanitária da população.

*Projeto Mãos Dadas:* Repassados recursos, no valor de R\$ 892 mil, para 113 hospitais de até 50 leitos, R\$ 669,9 mil para 60 hospitais de 51 a 600 leitos e R\$ 290 mil para 4 hospitais com mais de 300 leitos.

*Planos Pró-Hospitais/Auxílios Especiais:* Repassados recursos, no valor de R\$ 435 mil, para 54 hospitais de 50 municípios.

*Programa Estadual de Atenção Integral a Portadores de Deficiências ou Altas Habilidades - PEAII:* realizadas 20.134 consultas pré-natal, em 14 municípios; Concedidas, pelo SUS, 226.524 órteses, próteses e materiais complementares para todo o Estado.

*PIA - 2000:* visando a redução da mortalidade na infância, foram credenciados 07 hospitais como Hospital Amigo da Criança, capacitados recursos humanos de 37 municípios e abastecidas 596 Unidades Sanitárias com medicamentos para tratamento de IRA e diarreia em 45 municípios. Capacitados profissionais de 45 municípios em prevenção e tratamento de patologias associadas à desnutrição e identificadas e acompanhadas 8.500 crianças desnutridas de 0 a 5 anos. Foram distribuídos R\$ 1,2 milhão como complementação da renda familiar das crianças atendidas.

Também foram capacitados recursos humanos dos 15 municípios envolvidos no programa para atendimento especializado de crianças e adolescentes em situação de risco nas ruas.

### Atividades Executadas

ATIVIDADE	EXECUTADO			
Vacinação	Poliomielite	DPT	Sarampo	Tuberculose
Crianças < 1 ano	128.311	128.311	144.572	153.312
Cobertura vacinal	91,6%	91,02%	102,55%	108,75%
	1ª Etapa		2ª Etapa	
Campanha Poliomielite (0 a 4 anos)	nº crianças	cobertura	nº crianças	cobertura
	891.111	103,8%	848.977	98,90%
Campanha Meningite B/C	804.242	97,18%	741.894	92,29
Prevenção do Tétano	438.294 doses > 5 anos		99.507 doses em gestantes	
Profilaxia da Raiva	14.732 doses			
Inverno com Saúde	Distribuídos R\$1.500.000,00 em medicamentos e treinados 567 profissionais de saúde, proporcionando redução de 10% nas internações hospitalares por Infecções Respiratórias Agudas que representam 15 a 20% dos óbitos em menores de 5 anos.			
Temporada de Verão (outubro/96 a março/97)	Repassados recursos para os municípios do litoral norte e sul no valor de R\$ 1.415.980,00. Realizados 2.786.433 atendimentos ambulatoriais, 87 remoções para internações hospitalares e 3.922 vistorias na área de vigilância sanitária.			

Capacitação de Recursos Humanos	Realizados 48 eventos nas áreas de formação, integração docente-assistencial e atualização, envolvendo 3.830 profissionais. Prestada assessoria na realização de concursos públicos, em 22 municípios, atingindo 1.765 profissionais.
Assistência Ambulatorial	Realizados 59.412.04 procedimentos, correspondendo a um valor total de R\$ 210.983.795,37, tendo sido pago pelo Ministério da Saúde ao estado, municípios e prestadores conveniados R\$ 195.576.958,88.
Assistência Hospitalar	Autorizadas 811.175 internações hospitalares, correspondendo a um gasto de R\$ 262.140.458,37.

#### 4.4.1 - Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM

##### PROGRAMA: Administração

##### - Melhoria da Infra-Estrutura da FEPAM

No que diz respeito ao aporte de meios para melhor desempenhar suas funções a FEPAM, ao longo do ano de 1997, tomou as seguintes iniciativas: promoção da mudança da sede ocupando uma área de 3.750 m<sup>2</sup>, em prédio próprio do Estado, gerando uma economia de R\$ 20 mil por mês; instalação e ampliação da Rede Lógica para dar maior agilidade no atendimento às demandas de seus clientes; aquisição de 16 veículos automotores; contratação de 50 servidores, para atender as demandas do Projeto Pró-Guaíba e contratação da PROCERGS para a execução de um trabalho de avaliação de O&M, com vistas à implantação de rotinas administrativas compatíveis com o sistema de informatização que está sendo implantado.

##### PROGRAMA: Meio Ambiente

No Programa Meio Ambiente foram desenvolvidas ações visando à proteção dos recursos naturais e o controle da poluição ambiental no Estado

##### - Normatização e Licenciamento das Atividades Potencialmente Poluidoras

Foram emitidas 6.465 licenças, com um incremento de 22% em relação a 1996.

Quanto as Normas Técnicas, foram elaboradas e aprofundadas cinco Normas para dar suporte as atividades de licenciamento por parte dos municípios no âmbito do PRONAF - Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar.

A regulamentação da Lei 9.921/93, que dispõe sobre o tratamento de resíduos sólidos e, a referente as fontes móveis de poluição ambiental, também foram elaboradas pela FEPAM e submetidas ao CONSEMA para deliberação.

Junto com o GTZ contratamos serviços de consultoria para elaborar Norma Técnica sobre incineração.

### **- Ações para Controle da Poluição Industrial PRÓ-GUAÍBA**

Foi elaborado diagnóstico da poluição causada pelas indústrias da Bacia do Guaíba, quanto aos aspectos de carga hídrica, disposição de resíduos sólidos e emissões atmosféricas. Está sendo refeita a proposta técnica para elaboração do cadastro com laudo técnico de 6.500 indústrias, para ser enviada para processo licitatório. Também está sendo elaborado Termo de Referência para cadastramento, sem confecção de laudo técnico, de outras 20.000 indústrias da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

### **- Rede de Monitoramento Ambiental - PRÓ-GUAÍBA**

Contratada a elaboração dos diagnósticos temáticos de toda a Bacia do Guaíba, para o monitoramento do uso territorial.

Foram adquiridos equipamentos para análise da qualidade do ar e da água, bem como elaborados manuais de padronização de métodos de análise dos parâmetros da água.

### **- Zoneamento Ecológico-Econômico em Áreas Prioritárias**

*Dentro desta prioridade destacam-se as seguintes atividades, em fase de conclusão:* proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico e Enquadramento dos Recursos Hídricos Interiores do Litoral Norte; enquadramento das águas da Bacia do Rio Gravataí. Foi dado também início aos processos de enquadramento das Bacias do Cai, Taquari/Antas, Santa Maria e Sinos.

### **- Melhoria de Qualidade da Gestão Ambiental**

Para operacionalização do PRONAF foram assinados convênios com 294 municípios e realizados quatro cursos de treinamento, que capacitaram 200 técnicos das Prefeituras conveniadas para o licenciamento de atividades agro-silvo-pastoris. Foram assinados três Convênios de Descentralização das Ações de Meio Ambiente com os municípios de Triunfo, Santa Cruz do Sul e Ijuí. Dos Cursos de Capacitação de Gestores Ambientais, em parceria com a FAMURS, foram executados quatro, atingindo 61 municípios, com um total de 155 técnicos treinados. Os seis Projetos de Execução Descentralizada (PED), fruto de um convênio entre o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, estão sendo desenvolvidos e com conclusão prevista para 1998.

Além disso, deve-se salientar, que a FEPAM atendeu a 530 processos do Ministério Público e 72 casos de emergência.

## **4.4.2 - Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS**

### **PROGRAMA: Saúde**

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde - FEPPS, instituição pública vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e do Meio Ambiente objetiva, apoiar a política governamental de saúde pública, e atender a comunidade estadual no que tange a produção de medicamentos básicos para distribuição na rede pública de serviços, o controle do sangue e hemoderivados às instituições de saúde, o atendimento emergencial frente a acidentes tóxicos em regime de plantão permanente, Programas de Toxicovigilância e Prevenção de Acidentes, envolvendo tóxicos, realização de exames clínicos e controle de qualidade de análises envolvendo áreas das doenças transmissíveis infecciosas e parasitológicas, controle de alimentos, controle da qualidade de medicamentos, análises toxicológicas ocupacionais e de emergência, produção de animais de laboratório para produção de imunobiológicos e desenvolvimento de novos medicamentos, além de pesquisas de produtos e serviços voltadas a qualificar o atendimento estatal na área de saúde pública.

As atividades realizadas, em 1997, foram distribuídas em quatro áreas técnicas de atuação a saber: produção de medicamentos; exames e análises clínicas e de controle fiscal; produção e controle de sangue e hemoderivados, e, o Programa de Toxicovigilância.

Todos os projetos e programas implantados e mantidos pela FEPPS estão totalmente voltados para o atendimento da demanda da comunidade e subordinados a política governamental de saúde pública implementada pela Secretaria de Estado da Saúde e do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

### **- Produção de Medicamentos**

Durante o ano de 1997, foram produzidos um total de 140 milhões de unidades de medicamentos básicos de uma listagem de 25 itens. No mês de novembro, foi ultrapassado o recorde anual de produção de 117 milhões de unidades que havia sido atingido em 1982.

Foram distribuídos mais de 250 milhões de unidades de medicamentos básicos, considerando-se a produção da FEPPS, os quantitativos recebidos da Central de Medicamentos - CEME do governo federal e das aquisições realizadas pela Secretaria de Estado da Saúde.

Do total de medicamentos distribuídos, mais de 50% foram entregues às unidades de serviços médicos das prefeituras municipais do Estado, mais de 23% foram distribuídos para os Postos de Atendimento Médico - PAMs, e o restante foi entregue para atender aos programas da AIDS, do Ambulatório de Dermatologia Sanitária, para a coordenação de Medicamentos Básicos da CEME, para alguns Hospitais Públicos como o Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Hospital de Pronto Socorro Municipal de Porto Alegre, e diversos Postos e Centros de Saúde da Capital e do interior do Estado.

No mês de dezembro iniciou-se a produção de AZT (azidovudina) em cápsulas para atendimento aos pacientes portadores do vírus HIV.

## **- Exames e Análises Clínicas e de Controle Fiscal**

As atividades de apoio laboratorial à Vigilância Epidemiológica, Sanitária e aos Programas de Saúde envolveram a realização de mais de 126 mil análises para atendimento e demanda de diagnóstico micológicos, virais, bacteriológicos, e parasitológicos de interesse da Saúde Pública.

Promovido, também, o atendimento à demanda de análises hematológicas e bioquímicas dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) associados aos programas de saúde em desenvolvimento, bem como a 100% da demanda da programação de Vigilância Sanitária de Alimentos e do Programa de Controle de Água para consumo Humano.

Foram reimplantadas técnicas de qualificação de micotóxicas (B1, B2, C1, G2, Zearalenona, Ocratoxina, Esterimatocistina) por TLC e técnicas e quantificação de aflatoxinas M1 e de Tricotecenos.

Durante o ano de 1997, foram reforçados os Laboratórios Regionais nos diagnósticos que apoiam os programas de saúde pública, em número de 16, foram descentralizadas análises em várias regionais e realizadas 32 supervisões técnico-científicas nos referidos laboratórios.

Estão em andamento 22 projetos de pesquisa na área de ciências da saúde e ciências biológicas.

## **- Produção de Sangue e Hemoderivados**

As atividades ligadas à qualidade do sangue utilizado, pela população do Estado, inclui a coleta de bolsas de sangue tanto interna à instituição como coletadas externamente em programas específicos e por terceiros. Totalizaram, durante o ano de 1997, aproximadamente, 20 mil bolsas de sangue. A política de implantação e qualificação da Rede de Hemocentros do Rio Grande do Sul visa qualificar o atendimento da população com um produto de vital importância.

Foram realizados mais de 215.000 (duzentos e quinze mil) exames sorológicos e de imunohematológicos para o controle das bolsas de sangue distribuídas para hospitais e unidades de assistência médica.

No setor de Hemoderivados, derivados do sangue que incluem concentrado de hemácias, concentrado de plaquetas, concentrado de leucócitos, crioprecipitado, plasma simples, plasma congelado, albumina humana e sangue total, foram produzidos durante o decorrer do ano mais de 36 mil frascos para o atendimento da população carente deste hemoderivados.

## **- Programa de Toxicovigilância**

O Centro de Informação Toxicológica do Rio Grande do Sul (CIT/RS) tem por objetivo primordial o atendimento emergencial, em regime de plantão permanente, frente aos acidentes tóxicos ocorridos no Estado.

Os atendimentos são feitos na forma de consultoria a médicos (60%) principalmente das unidades de atendimento de urgência/emergência dos diversos hospitais do Rio Grande do Sul.

O volume total de atendimentos atingiu a marca de 13 mil solicitações, um acréscimo de mais de 10% relativos ao ano de 1996.

Foram produzidas mais de 25.000 (vinte e mil) informações técnicas para utilização pelo plantão de emergência. Por ter sido considerado o Centro de Referência Nacional pela Fundação Oswaldo Cruz do Ministério da Saúde, o CIT/RS está responsável pela padronização e produção da informação médica, para atendimento a intoxicados, a serem utilizados pelos 33 centros que fazem parte da Rede Nacional de Centros de Assistência Toxicológicas em mais de 15 estados brasileiros.

O Programa Estadual de Prevenção de Acidentes com Animais Peçonhentos, distribuiu mais de 15 mil ampolas de soros anti-veneno e controlou mais de 400 pontos de estocagem, distribuição e aplicação deste imunobiológico para o atendimento de mais de 3,5 mil acidentes humanos com animais peçonhentos.

O laboratório de Análise de Emergência Toxicológica está habilitado a realizar mais de 150 tipos de análises para identificação do agente tóxico envolvendo medicamentos, agrotóxicos e raticidas.

O Programa de Prevenção de Acidentes Tóxicos realizou mais de 35 encontros com mais de 2 mil participantes, onde foram distribuídos mais de 32 mil unidades de material educativo envolvendo, principalmente, a prevenção de acidentes tóxicos domésticos para trabalhadores rurais e acidentes com animais peçonhentos.

A Divisão de Documentação e Informação do CIT/RS mantém um dos maiores acervos bibliográficos do sul do país na área de toxicologia e é referência para uma série de cursos de especialização na área médica e de saúde e engenharia do trabalho. Atendeu a mais de duas mil solicitações entre o atendimento direto ao público externo e consultas feitas pelas mais diferentes formas de comunicação.

## 4.5 - SECRETARIA DO TRABALHO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

### PROGRAMA: Assistência

Este Programa apresenta um conjunto de ações voltadas para o bem-estar social, objetivando o amparo e a proteção de pessoas e/ou grupos, com a finalidade de reduzir ou evitar os desequilíbrios sociais.

No ano de 1997, foram desenvolvidas ações relacionadas aos Serviços Assistenciais, assim como os Programas: Ação Continuada, Brasil Criança Cidadã, Enfrentamento à Pobreza e o Piá 2000. Os serviços assistenciais prevêem a sua execução, de forma participativa e descentralizada, dos programas apoiados pela União e desenvolvidos pelo Estado, municípios e entidades assistenciais.

#### - Programa Ação Continuada

O Programa Ação Continuada subdivide-se em três diferentes projetos:

**Atenção à Pessoa Idosa - ADI** - visa estimular o convívio e a participação social do idoso com vistas ao pleno exercício de seus direitos como cidadão, através de apoio técnico e financeiro, a entidades e prefeituras. Atende nas modalidades Asilar, para idosos carentes em situação de abandono ou desprovidos de amparo pelo grupo familiar, e o Grupo de Convivência que desenvolve atividades voltadas para o favorecimento do convívio social, assim como o fortalecimento de práticas associativas e produtivas e o exercício da cidadania. No ano de 1997, até junho, foram atendidas 21.753 pessoas por mês, com recursos da União, na ordem de R\$ 1 milhão, repassados a entidades e prefeituras do Estado do Rio Grande do Sul.

**Creche Manutenção - PCM** - objetiva o atendimento de 67.188 crianças, de 0 a 6 anos por mês, em jornadas de 04 a 08 horas, através de 526 convênios, visando assistência preventiva nos níveis de saúde, alimentação e educação, em ação articulada com a família e a comunidade. No primeiro semestre de 1997, foram repassados recursos na ordem R\$ 6,1 milhões.

**Pessoa Portadora de Deficiência - PPD** - tem por objetivo prestar apoio técnico e financeiro a entidades filantrópicas e a empresas privadas especializadas, que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais - deficiências físicas, mentais ou sensoriais, através da prevenção, tratamento e reabilitação, beneficiando 14.991 usuários por mês em 130 municípios do Estado. O tipo de atendimento e a capacidade técnica do prestador de serviços é que estabelecem o valor per capita a ser repassado todos os meses. No ano de 1997, até junho, foram repassados recursos na ordem de R\$ 4,1 milhões. Este Programa está incluído nas ações propostas pelo Programa Estadual de Atenção Integral - PEAI/RS, coordenado pela Secretaria-Geral de Governo.

## **- Programa Brasil Criança Cidadã - BCC**

Este Programa destina-se ao atendimento, atualmente, de 27.160 crianças e adolescentes, entre 07 e 18 anos, em situação de vulnerabilidade, resultante da pobreza, discriminação, abandono e exclusão, em 108 municípios do Rio Grande do Sul.

O Programa Brasil Criança Cidadã subdivide-se em: Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto - ASEMA, que presta atendimento na faixa dos 07 à 18 anos em turno diferenciado ao da escola; Orientação e Apoio Sócio-Familiar, a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos ou a seu grupo familiar e Abrigo, que oferece atendimento diurno para aqueles que temporariamente estão fora do convívio familiar, de 0 a 18 anos. No ano 1997, foram repassados, de julho a setembro, um total de R\$ 833,3 mil.

## **- Programa de Enfrentamento à Pobreza**

Tem como objetivo subsidiar, financeira e tecnicamente, as iniciativas que garantam meios, capacidade produtiva e de gestão a grupos comunitários, para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, prevenção do meio ambiente e sua organização social.

Subdivide-se em Ações Sociais Comunitárias, que prevê a aquisição e melhoria de equipamentos sociais; Assistência Integral à Criança e Adolescente, que atende crianças e adolescentes de 07 a 18 anos em situação de risco, reforço escolar, alimentação e Geração de Renda, compreendendo a implantação, desenvolvimento ou implementação de ações voltadas à ocupação produtiva. Até dezembro de 1997, deveriam ter sido repassados pela União os recursos previstos ainda em 1996, constantes em "Restos a Pagar", na ordem de R\$1,4 milhão, sendo que o valor previsto para 1997 era de R\$ 1,1 milhão.

Com relação às atividades de *descentralização*, foi prestado apoio técnico a 47 municípios, visando à aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, uma vez que esta preconiza a reordenação das ações de assistência, para que criem e implementem as estruturas previstas - os Conselhos e Fundos Municipais de Assistência Social - e elaborem seus Planos Municipais.

## **- Programa Piá 2000**

Objetiva garantir às crianças e adolescentes o atendimento de direitos à sobrevivência, ao desenvolvimento e à integridade. Subdivide-se em :

**Apoio às Creches Municipais e Comunitárias** - visam ao atendimento integral de crianças de 0 a 6 anos, através de repasse de recursos financeiros para despesas de custeio das creches assistências e comunitárias do Estado, sendo beneficiadas 4.211 crianças em 20 municípios, dos 45 municípios constituintes do Piá 2000 através de 28 convênios. No ano de 1997, foram repassados até o mês de novembro, R\$ 434 mil.

**Pesquisa sobre as Circunstâncias de Vida de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua** - executado em parceria com a FEBEM, compreende o levantamento quantitativo através de contagem, visando identificar o número de crianças e adolescentes em situação de rua e qualitativo através de abordagem, buscando analisar as características, origem, vinculação com a escola, nível de escolaridade, hábitos, inserção familiar e estratégias de sobrevivência. Foram identificadas 1.579 crianças e adolescentes em 14 municípios com mais de 100 mil habitantes.

No ano de 1996, foram investidos R\$ 54,7 mil, dos quais R\$ 31,9 mil foram repassados pela UNICEF e R\$ 22,7 mil do Tesouro do Estado. No ano de 1997, foram repassados R\$ 7 mil da UNICEF e R\$ 15 mil do Tesouro do Estado.

**Redes Municipais de Atendimento** - também executado em parceria com a FEBEM, preconiza a existência, em cada um dos 15 municípios atendidos, de uma rede articulada de programas, serviços de saúde, assistência social e proteção em favor da população infanto-juvenil, em situação de rua, funcionando como satélite da escola. Integra-se a esses recursos o Projeto de Complementação de Renda Familiar, visando o ingresso e permanência na escola das crianças e adolescentes, beneficiando a 647 crianças, englobando, até outubro/97, recursos no montante de R\$ 518,7 mil.

## **PROGRAMA: Relações do Trabalho**

Este Programa envolve um conjunto de ações que tem a finalidade de orientar, coordenar e fiscalizar as normas das relações trabalhistas.

Através de recursos do Ministério do Trabalho/Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT, foi desenvolvido o *Plano de Qualificação Profissional*, parte do Programa RS Emprego, que consiste em preparar e qualificar o trabalhador para o mercado de trabalho.

O objetivo é aumentar a possibilidade da inserção dos trabalhadores no mercado e a manutenção dos empregos daqueles que já estão em atividade. Foram oferecidas, no primeiro semestre de 1997, 15 mil vagas para cursos e, no segundo, 140 mil vagas, com um investimento previsto de R\$ 23 milhões.

Também foram operacionalizadas, sob a execução da Fundação Gaúcha de Assistência Social - FGTAS, as Unidades do SINE/RS, que prestam serviços de intermediação de mão-de-obra, emissão de carteira de trabalho, encaminhamento e orientações do seguro-desemprego, atendimento a portadores de necessidades especiais, trabalhadores autônomos e adolescentes em busca de uma oportunidade de emprego.

Foi desenvolvido, em conjunto com a FGTAS, o *Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER*, programa de apoio técnico, gerencial e financeiro, cujo objetivo é de criar novas fontes de emprego e renda, beneficiando micro e pequenas empresas, trabalhadores autônomos, micro-produtores do setor informal, cooperativas e associações, bem como o Programa Estadual do Artesanato, que visa qualificar a produção artesanal gaúcha, através de cursos de aperfeiçoamento de técnicas, da promoção de feiras e encontros de

intercâmbio, da discussão coletiva de formas de comercialização dos produtos e de valorização do turismo.

Na questão de assistência ao cidadão, se faz necessário ressaltar as ações que foram realizadas pelo PROCON, como órgão de defesa do consumidor, dos Conselhos Estaduais, do Projeto Mãos Dadas e do Programa Comunidade Solidária, este de iniciativa do governo federal.

No ano de 1997, através do PROCON, que promove a defesa dos consumidores, implementa políticas de proteção, coordena relações de consumo, sugere mudanças na legislação, aplica a lei e capacita agentes de fiscalização, foram editadas 4 cartilhas, num total de 12.000 exemplares, que são: Dicas de Saúde-PROCON, PROCON-Piá, Não dê férias para os seus direitos e Manual Prático do Consumidor.

Foram realizados 35.856 atendimentos jurídicos, 1.144 audiências de conciliação e 73.000 informações por telefone. Também foram implementadas as campanhas PROCON na Escola, PROCON no Brique da Redenção e PROCON no Mercado Público. No interior do Estado o PROCON prestou 930 atendimentos, com esclarecimentos e orientação jurídica. O PROCON participou, também, da Operação Verão de 1997, no qual, implantou 04 postos de atendimento no litoral, atendendo a 17 balneários.

Os *Conselhos Estaduais* da Criança e do Adolescente - CEDICA, do Idoso, dos Direitos da Mulher, do Índio, Afro-Brasileiro, de Assistência Social e dos Direitos do Consumidor, tiveram participação destacada na integração dos interesses da comunidade com as políticas governamentais através da realização de conferências, fóruns e participando em reuniões sempre com o apoio decisivo da STCAS.

Importante destaque se faz ao *Projeto Mãos Dadas* que distribuiu, em 1997, até outubro, a entidades gaúchas o valor de R\$ 9 milhões.

A STCAS desenvolveu, em parceria com outras instituições governamentais, o Programa Comunidade Solidária, iniciativa federal no combate à fome e a miséria das populações carentes, através da implementação de ações, principalmente, nas áreas de educação, saúde, redução da mortalidade infantil, alimentação, saneamento e habitação popular.

No Rio Grande do Sul, o Programa beneficiou 85 municípios que apresentaram os maiores índices de pobreza.

No ano de 1997, foram recebidos um total de 1.942 pleitos, o que representou 30,63% dos pedidos remetidos ao Estado, ou seja, é o órgão com o maior número de registros. Estas solicitações foram encaminhadas por prefeituras e entidades dos mais diversos municípios, e distribuídos internamente, na sua maioria, ao Departamento de Assistência Social.

## 4.5.1 - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM

### PROGRAMA: Assistência

#### - Programa de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional com Medida Sócio-Educativa de Internação ou Semiliberdade

É função exclusiva do Estado, integrando o Sistema de Administração da Justiça, executar as medidas sócio-educativas de internação e semiliberdade. A FEBEM, na administração estadual, é o órgão a quem compete esta missão e através de sua administração vem colocando em execução o reordenamento técnico, administrativo e legal, qualificando, especializando e regionalizando o atendimento aos jovens infratores sob sua responsabilidade.

**Construção dos Centros da Juventude** - por meio da construção dos Centros da Juventude, foi concretizada a meta de regionalizar o atendimento aos jovens infratores. São 10 pólos regionais correspondentes às áreas de abrangência das Varas Especializadas da Infância e da Juventude.

A regionalização atendeu a exigência do ECA, de que o adolescente cumpra a medida o mais próximo possível de sua família e de sua comunidade, princípio elementar de direito humano. São unidades para atendimento de, no máximo, 40 adolescentes, pensadas para que o único direito a ser privado seja o de ir e vir.

Os Centros da Juventude de Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria e Santo Ângelo estão em fase final de construção prevendo-se a sua inauguração para março de 1998. Em Uruguaiana e Pelotas estão iniciando as obras, cujo o término está previsto para julho de 1998, e em Santa Cruz do Sul e Osório estão com a situação dos terrenos resolvida, podendo entrar em licitação a qualquer momento dependendo apenas de dotação orçamentária.

**Implantação e/ou Implementação de Semiliberdade Regionalizada** - a FEBEM entende que o critério de internação ou de semiliberdade precisa ser redimensionado e regionalizado, neste sentido o Instituto Padre Cacique, localizado em Porto Alegre, Unidade antes destinada ao atendimento comunitário foi desativado por não ser esta mais função do Estado e reformado para execução de medida de semiliberdade e, separadamente, internação, redistribuindo a população existente em Porto Alegre.

Em Caxias do Sul – O Centro Renascer, que atende a jovens em semiliberdade, será reformado com recursos do Ministério da Justiça, adequando e qualificando o atendimento. Em Pelotas, o Instituto da Criança e do Adolescente está sendo reordenado, repassando a função de abrigo para o município e reformando suas instalações também com recursos do Ministério da Justiça, para implantação da semiliberdade.

**Manutenção do Atendimento** - denota-se que, ao mesmo tempo que se implanta o novo, o cotidiano vem sendo mantido ainda fortemente centrado na capital e,

portanto o volume deste atendimento pode ser assim visualizado, conforme levantamento realizado em outubro de 1997:

### Internação

INSTITUTOS/ CENTRO	CIDADE	Nº DE MENORES
Central de Menores	Porto Alegre	143
Juvenil Masculino	Porto Alegre	215
Educacional Fem.	Porto Alegre	18
Carlos Santos	Porto Alegre	70

### Semiliberdade

Carlos Santos	Porto Alegre	40
Iracema Cassel do Canto	Santa Maria	25
Renascer	Caxias do Sul	31

**Contratação de Pessoal** - a FEBEM, buscando dar prioridade para suas ações na área social, visa aumentar seu quadro de servidores, necessitando para isto da realização de Concurso Público para implantação dos Centros da Juventude para as seguintes regiões: Serra, Central, Fronteira Oeste, Missões, Sul, Litoral, Vale do Rio Pardo e Região Metropolitana.

### - Programa de Atendimento a Crianças e Adolescentes Portadores de Necessidades Especiais em Situação de Abandono e/ou Risco Social

A FEBEM assumiu, como função de execução complementar do Estado, o atendimento a esta população partindo da premissa de que, pela existência de demanda difusa e pelo alto custo e grau de especialização, não se justifica municipalizá-lo. Garantiu-se com isto a qualidade e especialização de atendimento à população Portadora de Necessidades Especiais - PNE abandonada, composta por deficientes mentais, deficientes múltiplos, paralisados cerebrais e portadores do vírus HIV/AIDS.

Com relação aos investimentos em infra-estrutura, ficaram em andamento a construção de 02 Abrigos Residenciais e a ampliação do Abrigo José Leandro de Souza Leite.

**Manutenção do Atendimento** - no ano de 1997, foram atendidas 253 crianças e adolescentes assim distribuídos:

- Abrigo Nehyta Martins Ramos (POA) – 102
- Abrigo José Leandro de Souza Leite (POA) – 50
- Abrigo Cônego Paulo de Nadal (POA) – 70
- Abrigo Residencial 21 - Sede (POA) – 19
- Abrigo Residencial 29 – Sede (POA) – 15

## **- Reordenamento/Municipalização e Cooperação**

**Abrigos** - é meta da administração da FEBEM, reordenar e municipalizar todos os abrigos destinados a crianças e adolescentes em situação de risco, retaguardas dos Conselhos Tutelares e Justiça da Infância e da Juventude.

Implica em etapas de desmonte das grandes instituições em abrigos residenciais para no máximo 15 crianças, onde se priorize o atendimento de grupos de irmãos e a co-educação, envolvendo ampla articulação com a Justiça da Infância e da Juventude, Ministério Público e Conselhos Tutelares, no sentido de fazer valer o direito à convivência familiar e comunitária, evitando-se o abrigamento de crianças e adolescentes e quando indispensável, que ocorra em seu próprio município. A municipalização é a etapa subsequente a esta e responde à diretriz da descentralização.

Foram municipalizados, em 1997, os abrigos de Santa Maria, Caxias do Sul e Palmeira das Missões, de um total de 08 abrigos, ficando em fase de reordenamento e tratativas de municipalização: Santiago, Soledade, Uruguaiana e Lajeado.

**Programa Piá 2.000** - com relação as circunstâncias de vida de crianças e adolescentes em situação de rua, foi realizada pesquisa, nos 14 municípios com mais de 100 mil habitantes, com vistas a quantificar e qualificar a problemática e a subsidiar as intervenções. A pesquisa foi concluída e encontra-se em fase de publicação.

No que diz respeito a capacitação de educadores sociais, foram realizados 04 eventos, envolvendo os educadores que atuam nas redes municipais de atendimento na área de abrangência do sub-programa.

Quanto as redes de atendimento, foram firmados 19 termos de cooperação técnico-financeira com Prefeituras Municipais e ONG's com vistas à implantação e/ou implementação de serviços e programas municipais de atendimento a crianças e adolescentes identificados em situação de rua e suas respectivas famílias.

**Manutenção dos Abrigos Não Municipalizados para Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono e/ou Risco Pessoal e Social** - a FEBEM, no ano de 1997, atendeu em 42 abrigos residenciais a serem municipalizados, a uma

média de 812 crianças e adolescentes, cujas ações responderam às diretrizes da descentralização e da municipalização, constantes na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, cabendo ao Estado, cumprindo sua função coordenadora de política, cooperar com os municípios.

## **4.5.2 - Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS**

### **PROGRAMA: Relações do Trabalho**

Com relação ao atendimento ao trabalhador, convém destacar o Programa SINE/RS, o Programa de Geração de Emprego e Renda-PROGER/RS e o Programa Estadual do Artesanato Gaúcho.

#### **- Programa SINE/RS**

Executado pela FGTAS, através das 98 Unidades presentes em 92 municípios, apresentou, em 1997, os seguintes resultados: 84.810 vagas captadas e inscritos 324.884, dos quais 45,53% foram encaminhados, ou seja, 147.896 e colocados 38.090 o que significa 45 % sobre o total de vagas captadas, índice superior ao estabelecido como desejável pela OIT.

O Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1997, constituiu-se na Unidade da Federação que colocou maior número de trabalhadores no mercado de trabalho, conforme dados do Ministério do Trabalho - Mtb.

*Com a implantação do novo sistema de informatização, na Unidade Central de Porto Alegre, foi melhorado o atendimento à intermediação de mão-de-obra.*

Outras ações importantes foram as relacionadas com o atendimento à pessoa portadora de deficiência, a saber, 486 vagas captadas e 126 trabalhadores colocados, bem como a emissão de 60.320 Carteiras do Trabalho.

No Centro do Trabalhador Autônomo, que tem por objetivo ampliar frentes de trabalho, orientando e facilitando a adequação de categorias profissionais, presente nos municípios de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande foram apresentados, no ano de 1997, os seguintes resultados: pessoas cadastradas - 414; serviços solicitados - 4.798 e serviços prestados 2.908.

Também foram realizados 443.713 atendimentos relativos ao Seguro-Desemprego, sendo que 210.200 trabalhadores foram habilitados para o recebimento do benefício. O total de habilitações realizadas pelo SINE/RS significou 70% do total de habilitações realizadas no Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1997, na área da geração de informações sobre o mercado de trabalho, destacou-se a Pesquisa de Emprego e Desemprego PED-RMPA, cujo objetivo é conhecer e acompanhar a situação do mercado de trabalho regional, através de levantamento sistemático,

com periodicidade mensal, de dados sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho para o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA).

Foram atingidas as metas previstas, com a execução de 12 levantamentos de dados, necessários para a construção dos indicadores de emprego, desemprego e rendimentos, analisados, publicados e divulgados em coletiva à imprensa mensalmente.

## **- Programa de Geração de Emprego e Renda-PROGER/RS**

É um Programa de apoio técnico e financeiro cujo objetivo básico é gerar novas fontes de renda e empregos, através da concessão de financiamento, mediante a elaboração de projeto econômico e está vinculada ao desenvolvimento de programas de capacitação técnico-gerencial e assistência técnica, coordenado pelo Ministério do Trabalho e com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

No Estado é desenvolvido pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social - STCAS e coordenado pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social - FGTAS, integrando as áreas de ação do Sistema Nacional de Emprego - SINE.

Nos municípios é de responsabilidade das Comissões Municipais de Emprego - CME, que são formadas por representantes dos trabalhadores, empregadores e do poder público municipal e estadual.

Os recursos do PROGER/RS destinam-se a pessoas físicas que atuam no setor informal da economia; trabalhadores desempregados, subempregados, artesãos, autônomos, exceto os profissionais liberais, também enquadram-se os profissionais recém-formados, especialmente aos que queiram se estabelecer em cidades do interior, firmas individuais e pessoas jurídicas de direito privado, de micro e pequeno porte, inclusive as em fase de implantação; associações de produtores rurais e cooperativas de produção rural formadas, exclusivamente, por mini e/ou pequenos produtores rurais; associações e cooperativas do meio urbano, de produção e de prestação de serviços.

O PROGER/RS, no período de 01 de janeiro de 1995 à 25 de novembro de 1997 obteve os seguintes resultados: nº de Comissões Municipais de Emprego homologadas - 231, nº de municípios com execução do Programa - 119, nº de financiamentos contratados - 1270, valor total dos contratos - R\$ 23.039.943,51, nº de postos de trabalho a gerar (expectativa), 2.436.

## **- Programa Estadual do Artesanato Gaúcho**

O Programa Estadual do Artesanato Gaúcho destina-se ao cadastramento (habilitação profissional), permitindo aos artesãos, todo e qualquer tipo de informações profissionais e de legislação trabalhista, uma vez que a atividade artesanal é reconhecida pelo Ministério do Trabalho como profissão, inclusive abrangida pela Previdência Social.

Este Programa oferece cursos que propiciem aos artesãos e demais interessados o aprendizado e aprimoramento de técnicas nos mais diversos tipos de matérias primas,

realizando, desta forma, o resgate cultural, ao mesmo tempo em que viabiliza uma comercialização mais rápida e com um custo financeiro menor.

Todavia, apresenta um sistema de comercialização, através do incentivo da abertura de novos espaços, que visa o escoamento do produto artesanal através do mercado estadual, nacional e internacional, além de apoiar e assessorar a criação e o fortalecimento de formas associativas ligadas ao artesanato.

Em 1997, foram realizados os seguintes eventos: Mostra do artesanato em Iã - 1997; III Fórum do Artesanato - "Qualidade para o Mercado do Turismo e do Mercosul"; Participação na XIV Exposição de Artesanato do Rio Grande do Sul junto a "EXPOINTER/1997, em Esteio/RS - público atendido - 54.480. Foram cadastrados até outubro/97 27.975 artesãos, além da realização de 47 cursos de artesanato, bem como a venda de 3.573 peças artesanais.

Com relação aos recursos financeiros, para a manutenção da FGTAS, em 1997, cabe destacar os seguintes convênios: com o Ministério do Trabalho (Mtb), CODEFAT, para a execução de atividades do Programa de Seguro-Desemprego, por intermédio do Sistema Nacional de Emprego SINE/RS, na ordem de R\$ 3,4 milhões e com o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo e FGTAS para a capacitação e reciclagem de pessoas no desenvolvimento de trabalhos artesanais, no valor de R\$ 114,9 mil.

## ***PARTE III - OS PLANOS DE GOVERNO***

## OS PLANOS DE GOVERNO

O Governo Estadual elencou uma série de prioridades, tanto envolvendo questões sociais quanto econômicas e de infra-estrutura, com o intuito de promover o desenvolvimento do Estado.

As prioridades acima referidas encontram-se contempladas nos diversos projetos prioritários especiais, expressando atuação governamental em consonância com a proposta de governo.

No que concerne ao setor de transportes, continuam priorizadas as ações que envolvem a busca da melhoria da malha rodoviária, através da restauração das rodovias estaduais, com financiamento do BIRD. Outra medida relevante a ser desenvolvida com *financiamento externo* é o programa destinado à complementação da rede rodoviária estadual com vistas ao escoamento da produção e ligações com o MERCOSUL.

Por sua vez, no setor de energia, minas e telecomunicações persistem as obras de implantação e ampliação das subestações de energia elétrica, permitindo expandir a oferta e melhorar a confiabilidade e os níveis de tensão, assim como as que visam à conclusão da Usina Termelétrica Candiota III.

O Programa Moradia, que objetiva produzir mais de 6.500 unidades habitacionais para a população de baixa renda é outra das prioridades de governo. O setor de obras públicas, saneamento e habitação desenvolverá, ainda, projetos voltados para o abastecimento de água e saneamento em zonas urbanas e rurais. As ações acima visam sanar alguns dos problemas prioritários na área de infra-estrutura.

Na área econômica foram pautadas ações voltadas para o desenvolvimento econômico, de forma global; especificamente, destacam-se as iniciativas para o setor primário, relações internacionais, tecnologia e turismo.

O desenvolvimento do Estado, mediante a atração de grandes investimentos para o Rio Grande do Sul, é a viga mestra que tem guiado a atuação governamental. Para tanto, o Governo tem fomentado e apoiado a realização de investimentos, em parceria com as instituições públicas e a iniciativa privada. A prática de ações com esse objetivo é essencial por seu alcance, já que delas derivam o incremento da renda e do emprego no Estado.

No setor primário persiste a proposta de busca de qualificação para os agricultores, alívio à pobreza e aumento da produção e da produtividade, de modo a melhorar as condições de vida da população rural. De outro lado, há a preocupação com o desenvolvimento de tecnologias e produtos químicos, de alto valor agregado, que permitam maior qualidade e competitividade internacional do Estado no setor de ciência e tecnologia.

Não foram esquecidas as ações de incentivo ao desenvolvimento do turismo no Rio Grande do Sul, voltadas, principalmente, para a divulgação das potencialidades turísticas gaúchas. Além da campanha promocional, o governo desenvolverá uma decidida atuação no sentido de garantir as condições básicas para a atividade, como dotação de infra-estrutura, melhoria das vias de acesso, padronização do atendimento ao turismo e implantação de parques temáticos no Estado, fatores essenciais para a atração do turista.

A área social voltará suas ações para a recuperação da qualidade da educação, mediante o estabelecimento de um padrão referencial de currículo para todas as escolas gaúchas e a implementação do sistema de avaliação escolar, assim como na garantia do regresso à escola de mais de 10.000 crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, na capacitação de professores para o atendimento pedagógico de crianças e adolescentes em situação de risco e na alfabetização de mais de 24.000 jovens e adultos.

A recuperação do ensino técnico profissionalizante também não será esquecida no ano de 1998, eis que a adequação desse ensino às atuais necessidades do mercado de mão-de-obra, além de ser uma das metas primordiais do setor de educação, é imperiosa para o desenvolvimento do profissional do amanhã.

O setor de justiça e segurança volta-se, principalmente, para ações que objetivam a integração do setor, tanto com a criação de um banco de dados que forneça, de modo integrado, informações à Brigada Militar, Polícia Civil, Serviços Pericial e Penitenciário, como com a implantação integralizada de um sistema de telecomunicações.

A questão prisional envolvendo criação de novas vagas nos presídios, busca da profissionalização e recuperação do apenado, por meio de criação de cooperativas de trabalho que permita a continuidade de suas atividades e recuperação após o cumprimento da pena, receberam e continuam recebendo destaque em meu governo.

Outra medida importante, e talvez antipática aos olhos do motorista gaúcho, é a fiscalização intensiva nas rodovias do Estado, decorrente da implementação das ações que buscam a diminuição não só dos acidentes como também das mortes no trânsito. As primeiras medidas adotadas, já no início desse ano, demonstram a eficácia do Programa de Trânsito, que não ficará restrito a ações punitivas. Pretende, ainda, a introdução nos currículos escolares do tema "Educação para o Trânsito" com vistas ao motorista de hoje e ao de amanhã.

No intuito de elevar os níveis de saúde da população serão desenvolvidos projetos envolvendo agentes comunitários de saúde, produção e distribuição de remédios populares e suplementação da alimentação de crianças desnutridas no Estado. Por outro lado, também continuam a ser executadas as obras de ampliação e conclusão de postos e hospitais. A intenção é readequar e reequipar quase toda a rede hospitalar pública e melhorar o atendimento hospitalar no Estado.

Por fim, o Governo do Estado não deixará de lado uma de suas metas principais que é o interesse na recuperação econômica e social da Metade Sul do Estado mediante a implantação de novos empreendimentos com financiamentos do BNDES.

# 1 - ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

## 1.1 - Transportes

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
<p>Programa Nacional de Melhoria de Rodovias Estaduais (PNMRE)</p>	<p>Objetivo: Melhorar a malha rodoviária, através da restauração de 2,4 mil km de rodovias estaduais, com financiamento do BIRD.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Restaurar 463,00 km de rodovias, com projetos concluídos;</li> <li>• Licitar novos trechos selecionados.</li> </ul>
<p>Corredores de Exportação do RS - Corredores do MERCOSUL</p>	<p>Objetivos: Desenvolver o programa de complementação da rede rodoviária estadual (corredores de exportação) com apoio de financiamento externo (BID e EXIMBANK), visando o escoamento da produção e ligações com o MERCOSUL.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Execução dos 330 km iniciados em 1997;</li> <li>• Licitação, para construção, de 650km de rodovias.</li> </ul>
<p>Rota do Sol</p>	<p>Objetivo: Ampliar a rede rodoviária pavimentada estadual, ligando a fronteira oeste com o litoral norte do Estado, de S. Borja a Torres.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar e pavimentar os lotes I, II e III, da BR/486, trecho Tainhas - Terra de Areia.</li> </ul>
<p>Aeroportos</p>	<p>Objetivos: Ampliar o aeroporto internacional Salgado Filho, através de participação no Convênio firmado com a INFRAERO, e implantar os novos aeroportos de Torres, Hortênsias e Vacaria.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Torres: conclusão da implantação do novo aeroporto;</li> <li>• Hortênsias: início das obras de implantação do novo aeroporto;</li> <li>• Salgado Filho: conclusão da desapropriações de áreas; acompanhar as ações para ampliação das redes de telefonia e energia elétrica.</li> </ul>

	<p>Fase I: Ampliar o aeroporto de Porto Alegre de forma a aumentar a capacidade de passageiros e ampliar a área em 100% , com a participação da Prefeitura de POA e do Estado na área de saneamento básico, energia elétrica, telefonia e acessos viários. Investimentos da ordem de R\$ 105,6 milhões.</p> <p>Fase II: Ampliar a pista de pouso para 2.800 m e instalar sistema CAT II . Valor do investimento R\$ 25 milhões.</p>
Salgado Filho: Anel Viário	<p>Objetivo: Construir trevo de acesso ao aeroporto Salgado Filho. Valor do investimento: R\$ 6,3 milhões.</p>
Pólos Rodoviários	<p>Objetivo: Formar pólos de concessão rodoviária englobando 3 mil km de rodovias interligadas entre si, dotadas de praça de pedágio, sinalização moderna, socorro médico, mecânico e fiscalização policial, nos padrões rodoviários do primeiro mundo.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantação, nos primeiros meses de 1998, das concessões: Complexo Rodoviário Metropolitano (Rodovia do Parque); BR/116/RS; RS/118; BR/386/RS; RS/010;</li> <li>• Formar nove pólos de concessão rodoviária.</li> </ul>
Nova Rodoviária	<p>Objetivo: Avaliar a rodoviária atual e desenvolver estudos para descentralização do fluxo de transporte rodoviário, intra e inter estadual, através da utilização de outras áreas de Porto Alegre.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar a implantação do projeto de realocação do terminal.</li> </ul>
Porto dos Casais	<p>Objetivo: Revitalizar o cais Mauá numa extensão de 1,5 mil metros, criando áreas de lazer, cultura e comércio, promovendo o reencontro da cidade com o rio Guaíba.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovar o Estudo de Viabilidade Urbanística;</li> <li>• Concluir o EIA-RIMA e o estudo da transferência do cais Mauá;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar o estudo hidrológico de novo sistema de contenção de cheias (Muro);</li> <li>• Realizar audiência pública do projeto;</li> <li>• Realizar Licitação para atendimento pela Iniciativa Privada;</li> <li>• Aprovar o Projeto da Sede da FOSPA.</li> </ul>
Ampliação da Rede Rodoviária Pavimentada - Estradas (Tesouro) e Asfalto para Todos	<p>Objetivo: Ampliar a malha pavimentada/asfaltada e manter, recuperar e pavimentar rodovias estaduais.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prosseguir com as obras de 224 km em andamento;</li> <li>• Licitar 676 km para execução em 2ª fase.</li> </ul>
Sinalização - Programa de Prevenção de Acidentes no Trânsito	<p>Objetivo: Colocar sinalização indicativa e horizontal em todas as estradas novas e nas em recuperação.</p>
Macro Obras Viárias	<p>Objetivo: Melhorar o fluxo de veículos no eixo Norte/Nordeste da Região Metropolitana de Porto Alegre.</p> <p>Estão em tratativas com a iniciativa a execução das obras ( em troca do pedágio das mesmas). Investimento R\$ 500 milhões.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rodovia do Parque;</li> <li>• Duplicação da RS 118;</li> <li>• Ligação Br 386 - RS 118;</li> <li>• Ligação RS 239 - RS 122/240 - Estância Velha - Rincão do Cascalho;</li> <li>• Duplicação da RS 040 - Viamão/RS 118 (Escola Técnica de Agronomia - ETA, passagem inferior na BR-116, Rodoeste e RS 010) - Cachoeirinha - RS 118.</li> </ul>
Cais Navegantes	<p>Objetivo: Transferir as atividades portuárias do Cais Mauá para o Cais Navegantes, incorporando outros equipamentos (terminal de containers), de acordo com o Plano Diretor. Investimento de R\$ 200 mil.</p>
BR 472	<p>Objetivo: Reconstruir trecho da rodovia, a ser assumida pelo Estado por delegação do DNER, atualmente em tratativas para ser assumida pelo Governo Federal. Investimento R\$ 20 milhões</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconstruir 22 km.</li> </ul>

## 1.2 - Energia, Minas e Comunicações

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Candiota III	<p>Objetivo: Aumentar a oferta de energia elétrica com a conclusão da Usina Termelétrica Candiota III, que tem capacidade de geração de 350MW.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir a Usina Termelétrica Candiota III - 350 MW a ser executado pela iniciativa privada.</li> </ul>
Dona Francisca	<p>Objetivo: Iniciar a construção da usina hidrelétrica com capacidade instalada de 125MW, com a participação da iniciativa privada na construção do empreendimento. Investimento US\$ 135 milhões. Prazo de concessão 35 anos. Prazo de conclusão: dezembro de 2.001.</p>
Usina Termelétrica em Uruguaiana	<p>Objetivo: Construir uma usina termelétrica a gás natural com potência instalada de 450MW, para atender a fronteira oeste e servir de âncora para o transporte de gás natural da Argentina para o Brasil.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar as obras da Usina Termelétrica à gás de Uruguaiana ( 450 MW) a cargo do vencedor da licitação - grupo AES.</li> </ul>
Gasoduto Bolívia	<p>Objetivo: Apoiar a construção do gasoduto Brasil - Bolívia até Porto Alegre.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar em torno de 2 milhões de m<sup>3</sup> de gás.</li> </ul>
Linhão de Santa Vitória	<p>Objetivo: Levar energia elétrica do sistema interligado ao município de Santa Vitória do Palmar, com capacidade de atendimento de 42 MW.</p>
Nova CEEE/CRM	<p>Objetivo: Dotar as empresas do setor elétrico energético do Estado de modelo institucional</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tornar mais eficientes as empresas frente ao mercado competitivo.</li> </ul>
Interconexão com Argentina e Uruguai	<p>Objetivo: Construir unidade conversora de energia elétrica, visando importação da Argentina e Uruguai. Investimento Argentina - Brasil: US\$ 250 milhões, Uruguai - Brasil: US\$ 35 milhões.</p>

Jacuí - I	<p>Objetivo: Apoiar a construção da Termelétrica de Jacuí I, viabilizando o fornecimento de carvão pela CRM (Minas do Leão) e COPELMI. Investimento R\$ 250 milhões.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar a construção da termelétrica com capacidade instalada 350 MW.</li> </ul>
Nova Candiota III	<p>Objetivo: Construir uma termelétrica a carvão. Investimento R\$ 240 milhões.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar a construção da termelétrica com capacidade instalada 350 MW.</li> </ul>
Nova CRT	<p>Objetivo: Buscar parceria tecnológica para qualificação da telefonia nos moldes requeridos pela modernização do RS, através da venda de ações.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Em andamento processo de venda total das ações.</li> </ul>

### 1.3 - Obras Públicas, Saneamento e Habitação

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Programa Moradia	<p>Objetivo: Produzir unidades habitacionais para a população de baixa renda.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir 4 mil unidades habitacionais com recursos da Caixa Federal/FGTS;</li> <li>• Construir 2.500 moradia para cooperativas habitacionais, com recursos igualmente da Caixa/FGTS; do Procred Associativo/Estado;</li> <li>• Urbanizar e regularizar 310 unidades;</li> <li>• Produzir 100 unidades na área rural, através do Programa de Habitação Rural.</li> </ul>
Ginásios Esportivos	<p>Objetivo: Construir ginásios em 70 municípios para serem utilizados pela população em atividades esportivas e outros eventos.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 73 unidades no Interior, em municípios que ainda não possuam este tipo de instalação.</li> </ul>

FUNDURBANO	<p>Objetivo: Dar suporte financeiro à elaboração e execução de novos contratos com prefeituras municipais, para obras de infra-estrutura e bem-estar social, bem como concluir contratos em andamento, com recursos vinculados pela Lei n.º 6776/74 ( 5% do Fundo de Participação dos Estados).</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar aproximadamente 200 novos contratos de financiamento num montante aproximado de R\$ 12 milhões;</li> <li>• Concluir 191 contratos em andamento.</li> </ul>
Programa Estadual de Saneamento Rural	<p>Objetivo: Executar sistemas simplificados de abastecimento de água, unificando as ações de saneamento em zonas rurais.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Liberar recursos de R\$ 3 milhões do Tesouro do Estado para a execução de convênios em 150 municípios, atendendo uma população de 13 mil pessoas.</li> </ul>
Programa de Ação Social em Saneamento	<p>Objetivo: Melhorar a saúde e as condições de vida das populações abrangidas pelo Programa Comunidade Solidária, através da universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta/destinação de resíduos sólidos (lixo).</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dar atendimento a 267 localidades rurais de 64 municípios, proporcionando abastecimento de água potável para 46.769 pessoas, com recursos de R\$ 6.925.924,00, a fundo perdido, oriundos do Orçamento Geral da União.</li> </ul>
Alienação CIEL	<p>Objetivo: Privatizar a CIEL, estatal produtora de sulfato de alumínio.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lançar Edital de venda.</li> </ul>
Concessão ou arrendamento da SITEL	<p>Objetivo: Conceder ou arrendar a SITEL, estatal que trata dos efluentes líquidos do Pólo Petroquímico.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reorganizar administrativamente e modernizar operacionalmente a SITEL, visando racionalizar os procedimentos administrativos e técnicos;</li> <li>• Otimizar a utilização dos recursos humanos.</li> </ul>

Açudes e Poços	<p>Objetivo: Construir poços tubulares profundos para fornecer água potável para as comunidades do interior do Estado, em sedes municipais abastecidas pela CORSANN visando melhorar a qualidade de vida do homem do campo, auxiliar e minimizar o êxodo rural e evitar doenças de veiculação hídrica.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 1.405 poços tubulares profundos.</li> </ul>
Saneamento	<p>Objetivo: Aumentar a produção e ampliar a distribuição de água; construir novos reservatórios; ampliar a coleta e o tratamento de esgotos. Investimento R\$ 227 milhões.</p>

## 2 - ÁREA ECONÔMICA

### 2.1 - Agricultura e Abastecimento

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Centro de Formação para Agricultores	<p>Objetivo: Construir 14 Centros de Treinamento para agricultores e formar os seus instrutores.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir a construção de alojamentos nos CTs;</li> <li>• Instalar e equipar as unidades didáticas dos CTs;</li> <li>• Adquirir 2 veículos;</li> <li>• Adquirir 2 aparelhos e de 2 linhas telefônicas celulares; Preparar 142 instrutores para ministrar cursos nos CTs; Adquirir móveis e equipamentos para alojamentos dos CTs;</li> <li>• Promover a instalação de unidades didáticas familiares para cursos não residenciais;</li> <li>• Promover 392 cursos nos CTs;</li> <li>• Organizar 224 unidades didáticas junto aos Centro de Treinamento;</li> <li>• Treinar 37 mil pessoas;</li> <li>• Organizar 23 currículos para cursos;</li> <li>• Acompanhamento pós-cursos por 395 extensionistas rurais.</li> </ul>

Pró-Rural 2000	<p>Objetivo: Quanto a infra-estrutura: incrementar a eletrificação rural; melhorar o abastecimento de água e melhorar as condições de moradia; quanto a geração e melhoria de renda: aumentar a capacidade produtiva e aumentar o valor agregado dos produtos primários; quanto aos recursos naturais: melhorar o manejo e conservação dos solos e água, ampliar o reflorestamento e reduzir a poluição por agrotóxico.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alívio à Pobreza ;</li> <li>• Manejo e Conservação de Recursos Naturais ;</li> <li>• Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologia;</li> <li>• Apoio a Novos Produtos Agropecuários;</li> <li>• Administração e Gerenciamento.</li> </ul>
Microbacias Hidrográficas	<p>Objetivo: Promover o aumento da produção, da produtividade e da renda agrícola, de forma a melhorar as condições de vida da população rural, através da melhoria, conservação e uso integrado do solo, atendendo 94 municípios e 111 microbacias. Devido à ausência de recursos orçamentários em apoio ao Programa, não é prevista a extensão do mesmo a outros municípios ou a novas microbacias.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prosseguirá a assistência visando o aperfeiçoamento das áreas já instaladas. Cabe ressaltar que nos programas PRÓ-GUAÍBA e PRÓ-RURAL 2.000, também estão sendo conduzidos trabalhos com a metodologia de microbacias hidrográficas, e aqueles programas tem dotações orçamentárias.</li> </ul>
Troca-Troca	<p>Objetivo: Repassar sementes de milho híbrido para pequenos produtores rurais.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fornecer aproximadamente 7,5 milhões de toneladas de sementes, ao custo de R\$ 8,5 milhões. As fontes dos recursos deverão ser o Tesouro do Estado, R\$ 1,145 milhões, e o FEAPER/Troca-Troca (retorno de aplicações), R\$ 7,382 milhões.</li> </ul>

<p>Nenhum Município Sem EMATER</p>	<p>Objetivo: Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural para mais de 83 municípios, aumentando em 64 mil famílias o número de beneficiados.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Embora as metas básicas já tenham sido alcançadas, o Governo está estudando a possibilidade de abertura de 24 novas unidades operativas;</li> <li>• Reforçar a atual estrutura, ainda nesta administração, cujo custo de salários, encargos e operacionalização atingirá cerca de R\$ 905.507,84 em 1998.</li> </ul>
<p>Abastecimento de Hortigranjeiros</p>	<p>Objetivo: Implantar um programa de produção programada que ajuste a oferta à demanda de hortigranjeiros, através de um sistema de pesquisas permanentes sobre as intenções de plantio e as tendências de consumo.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Operacionalizar o primeiro ano do Subprograma Pico de safra com 40 municípios produtores de excedente e 30 grandes consumidores;</li> <li>• Operacionalizar o Acompanhamento Especial de 7 Produtos em 30 municípios;</li> <li>• Formar 70 núcleos de produtores de hortigranjeiros. Esta última meta requer recursos na ordem de R\$ 11.795.000,00, que deverão ter como fonte o FEAPER e o PRONAF Investimento.</li> </ul>
<p>Próluz II</p>	<p>Objetivo: Estender energia elétrica a 39.000 propriedades rurais do Estado, num período de 3 anos, através de uma linha de crédito do BNDES.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Beneficiar 220 municípios;</li> <li>• Beneficiar 8.960 produtores;</li> <li>• Financiar 8.510 produtores.</li> </ul>
<p>Irrigação e Açudagem</p>	<p>Objetivo: Beneficiar cerca de 4.000 pequenos agricultores, através da construção de pequenos açudes e implantação de sistemas de irrigação.</p>

	<p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Irrigar, até o final de 1998, 1.000 açudes e 1.500 hectares, beneficiando 1.000 pequenos produtores rurais. Para isso será necessário um reforço nos equipamentos utilizados para a construção de açudes. Para a manutenção de todos os equipamentos, existem recursos no orçamento de 1998 da SAA no valor de R\$ 200.000,00, que precisam ser liberados em tempo hábil. Para o financiamento dos equipamentos de irrigação, os recursos necessários são de R\$ 3.198.000,00 e deverão ter como fonte o FEAPER, o PRONAF Investimento e o PRÓ-RURAL 2.000.</li> </ul>
Desenvolvimento Florestal	<p>Objetivos: Desenvolver a atividade florestal no Estado, enfocando aspectos preservacionistas e econômicos. Recuperar parques e reservas ecológicas como a de Itapuã, Rondinha, Espigão, Alto, Ibirapuitã, Litoral Norte, Parque do Turvo e Reserva da Serra Geral.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver a atividade florestal no Estado, beneficiando 220 municípios, 8.960 produtores, 2.635 projetos e financiar 8.510 produtores.</li> </ul>
Jardins do Rio Grande	<p>Objetivo: Implantar, em cada município, uma mostra de espécies vegetais lenhosas características das Regiões Fitoecológicas do Estado.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o Projeto em mais 165 municípios, totalizando a primeira etapa de 250 municípios que já <i>mostraram interesse em participar</i>. Os recursos previstos para o próximo exercício são da ordem de R\$ 23.500,00, provenientes do Tesouro do Estado.</li> </ul>
Colonização	<p>Objetivo: Realocar famílias de agricultores da Metade Norte para a Metade sul do Estado.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar 12 Pólos de Desenvolvimento com 50 famílias por pólo;</li> <li>• Realocar 600 famílias.</li> </ul>
Calcário	<p>Objetivo: Mobilizar ações e recursos financeiros para a correção da acidez do solos nas pequenas propriedades agrícolas. Investimento R\$ 7 milhões.</p>

	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Repassar 700 mil toneladas;</li> <li>• Atender 70.000 pequenos produtores rurais.</li> </ul>
Pavilhão das Flores	Objetivo: Construção de um pavilhão na CEASA, destinado a comercialização de flores produzidas no Estado, estimulando a produção local.
Implementos Agrícolas	Objetivo: Financiamento para os pequenos produtores rurais para aquisição de implementos agrícolas, visando melhorar a qualidade e produtividade do setor primário e a renda dos pequenos produtores rurais.
Importação de Matrizes	Objetivo: Financiamento aos pequenos produtores rurais para aquisição de matrizes leiteiras do Uruguai, com vistas a melhoria genética do rebanho bovino do RS.
Programa do Leite	<p>Objetivo: Distribuir leite para as famílias carentes e crianças desnutridas, nos municípios abrangidos pelo PLÁ - 2000.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuir 50.000 litros por dia.</li> </ul>

## 2.2 - Ciência e Tecnologia

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Pólos Tecnológicos	<p>Objetivo: Apoiar, técnica e financeiramente, projetos de cunho tecnológico, realizados nas instituições de ensino e pesquisa, públicas ou privadas, que visem à modernização e melhoria da competitividade dos diversos agentes econômicos voltados à produção de bens e serviços, prioritariamente os setores agropecuário e industrial, a partir da determinação de prioridades pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Visa, também, o apoio à interação entre os Pólos de Modernização Tecnológica que desenvolvam atividades em áreas similares, e à implantação de parques tecnológicos e tecnópoles.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar os 16 pólos tecnológicos.</li> </ul>

Ilhas de Excelência - Programa Gaúcho de Apoio Tecnológico ao Desenvolvimento do Estado	<p><b>OBJETIVO:</b> Priorizar o desenvolvimento das áreas estratégicas definidas pelo Estado: Biotecnologia, Química e Informática, na busca de melhores índices de competitividade.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Química - Apoiar a segunda etapa de consolidação de três Centros de Excelência em Extração e Transformação de Óleos Essenciais;</li> <li>• Biotecnologia - Apoiar cinco Centros Regionais de Biotecnologia Animal e Vegetal no interior do Estado e a segunda etapa dos Centros Avançados da UCS, UFRGS e UFPel;</li> <li>• Informática - Apoiar a segunda etapa da consolidação do Centro de Testes e Certificação, em Cachoeirinha, a consolidação e melhoria de serviços da Rede Tchê em pelo menos cinco pontos de presença. Promover a extensão dos serviços da Rede Tchê ao ensino de primeiro e segundo graus, apoiando, no mínimo, dez projetos. Implantar três novos pontos de presença da Rede Tchê e ampliar o serviço "Quem é Quem na Pesquisa no RS" para 2.500 registros.</li> </ul>
Centros de Pesquisa	<p><b>Objetivo:</b> Reestruturar e orientar a ação dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO e da CIENTEC e, em especial implantar o parque da RMPA.</p>
Selo de Qualidade	<p><b>Objetivo:</b> Premiar as empresas que se destacaram no atendimento a normas e padrões estabelecidos, relativos à produtividade, proteção ambiental, qualidade do produto, gerenciamento da propriedade, controle sanitário e uso de tecnologias adequado.</p>
Financiamentos FAPERGS	<p><b>Objetivo:</b> Financiar a reestruturação, modernização e capacitação da infra-estrutura da Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul, contando com R\$ 30 milhões da FINEP para sua execução.</p>

### 2.3 - Desenvolvimento e Assuntos Internacionais

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Promover - RS	<p><b>Objetivo:</b> Construir um sistema integrado de promoção do Estado, identificando e implementado estratégias e ações com vistas a atração de investimentos e à promoção comercial e turística.</p>

<p>Nova Junta Comercial</p>	<p>Objetivo: <i>Informatizar, automatizar e interiorizar os serviços da Junta Comercial.</i></p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a mudança para o novo prédio;</li> <li>• Dar continuidade na formação do Banco de Dados;</li> <li>• Promover a automação, com a assessoria da UFRGS, diminuindo nossos prazos de atendimento ao usuário e racionalizando o sistema operacional;</li> <li>• Recadastrar, através do intercâmbio de informações, com o Banco de Dados da Secretaria da Fazenda do Estado e da Receita Federal;</li> <li>• Interiorizar, levando a FASE 3, do nosso projeto de informatização, a pelo menos 5 cidades do interior do Estado, onde será então despachado o documento no Escritório Regional, com uma revisão prévia, sem a necessidade da vinda do mesmo à Capital.</li> </ul>
<p>Câmaras Setoriais</p>	<p>Objetivo: Reunir a cadeia produtiva dos principais setores econômicos do Estado, para traçar políticas e estratégias de ação para o desenvolvimento destes setores.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Base Florestal e Moveleira</u>: promover a elaboração de diagnóstico da Cobertura Florestal do Rio Grande do Sul a ser trabalhado em parceria com a Secretaria da Agricultura e Abastecimento; e viabilizar FUNDING Financeiro para investimentos no Resgate do Déficit Florestal estimado em 400 mil Ha (Pinus Ellioti; Eucaliptus Grandis; Acácias; etc.);</li> <li>• <u>Borracha</u>: Projeto Internacionalização (COMINCAUCHO) de capacitação tecnológica e gestão de qualidade;</li> <li>• <u>Materiais Recicláveis</u>: elaborar propostas para a construção do "Programa Estadual de Incentivo à Indústria da Reciclagem e Gerenciamento de Rejeitos Sólidos", previsto na Lei n.º 9.921, de 27.07.93; implantar Projetos Pilotos de apoio às Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <u>Pedras Preciosas</u>: capacitar profissionais e investir em tecnologia na área, objetivando a agregação de valor aos Produtos Industrializados e a expansão das exportações de Produtos Acabados.</li> </ul>
Condomínios Industriais	<p>Objetivo: Construir condomínios industriais para abrigar micro e pequenas indústrias em sua fase inicial.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 113 condomínios.</li> </ul>
Cooperativas de Trabalho	<p>Objetivo: Criar cooperativas.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar 200 cooperativas</li> </ul>
Duplicação do Pólo	<p>Objetivo: Aumentar a capacidade produtiva do Pólo Petroquímico de Triunfo, a partir de investimentos da iniciativa privada, na ordem de R\$ 1,8 bilhões.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Duplicação da planta industrial.</li> </ul>
RS Emprego - Perfis de Oportunidades de Investimentos - POI's	<p>Objetivo: Identificar os municípios mais pobres.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar 113 municípios;</li> <li>• Propor projetos de desenvolvimento.</li> </ul>
RS Emprego - Empresas Comunitárias - EPC's	<p>Objetivo: Fomentar a criação de empresas comunitárias como instrumento de capitalização e formação de poupança.</p>

Atração de Investimentos	<p>Objetivo: Apoiar, mediante incentivo financeiro, a implantação e a expansão de projetos industriais de empresas de pequeno, médio e grande porte, em nível regional e setorial, visando o desenvolvimento econômico e social do Estado; fortalecer as microempresas do Rio Grande do Sul, possibilitando a geração de novos empregos e dar continuidade a implantação da infra-estrutura básica nos distritos industriais.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atrair investimentos privados na ordem de R\$ 16 bilhões.</li> </ul>
--------------------------	--

#### 2.4 - Turismo

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Portais do Rio Grande do Sul	<p>Objetivo: Padronizar o atendimento ao turismo e melhorar as informações prestadas, mediante a construção de pórticos junto aos principais pontos de acesso ao Estado.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir os Portais, com previsão de início das obras em janeiro de 1998 e término em setembro de 1998.</li> </ul>
Escola de Gastronomia	<p>Objetivo: Criar na Região Serrana do Estado um complexo de aprimoramento e/ou formação de cozinheiros profissionais e amadores, que constitua um referencial gastronômico e turístico, a ser implantado no Município de Bento Gonçalves.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar curso, em março, em local provisório;</li> <li>• Iniciar obras da sede do Centro;</li> <li>• Promover e divulgar a realização de doze eventos na área da gastronomia.</li> </ul>
Divulgação do Estado	<p>Objetivo: Promover turisticamente o Estado através de promoções, feiras, eventos, campanhas publicitárias, congressos e palestras.</p>

Sinalização Turística	Objetivo: Sinalizar as principais rotas e eixos turísticos com indicação dos pontos turísticos, culturais e de segurança. Primeira etapa já está implantada.
Parque Temático	Objetivo: Apoiar a implantação de Parques Temáticos no Estado, através de seminários e divulgação deste tipo de empreendimento, lançar editais de concorrência do Parque temático na Região Metropolitana de Porto Alegre.

### 2.5 - REGIÃO METROPOLITANA

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Drenagem Urbana	<p>Objetivo: Contribuir para canalização e desobstrução de córregos existentes a céu aberto e que cruzam vilas de áreas urbanas, causando transbordamento que alagam ruas, casas e pátios.</p> <p>Meta:</p> <p>Atender os municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí, Guaíba e Viamão.</p>

## 3. ÁREA SOCIAL

### 3.1 - Educação

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Estante do Rio Grande	<p>Objetivo: Valorizar a cultura do nosso Estado, distribuindo acervo de literatura e história gaúcha as escolas estaduais.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorizar a cultura do nosso Estado, distribuindo acervo de literatura e história gaúcha as 3.355 escolas estaduais;</li> <li>• Distribuir 116 mil livros.</li> </ul>
Segurança nas Escolas	Objetivo: Garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual, contratando guardas escolares, construindo casas para policiais residentes e gradeando escolas.

	<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual, contratando guardas escolares, construindo 140 casas para policiais residentes e cercando ou gradeando 489 escolas;</li> <li>• Contratar 866 guardas-escola para atuar em 28 cidades sedes das Delegacias de Ensino e em mais 34 municípios.</li> </ul>
Avaliação das Escolas	<p>Objetivo: Recuperar a qualidade da educação, mediante o estabelecimento de um padrão referencial de currículo para todas as escolas gaúchas e a implementação do sistema de avaliação escolar.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicar provas de língua portuguesa e matemática para alunos das 4ª e 8ª Séries do 1º Grau e 3ª Série do 2º Grau, nas 3355 escolas do Estado do Rio Grande do Sul e nas escolas municipais dos 271 municípios.</li> </ul>
Centro Olímpico	<p>Objetivo: Recuperar prédios esportivos e concluir a obra da Vila Olímpica.</p>
Bolsas Olímpicas	<p>Objetivo: Conceder bolsas de auxílio aos jovens esportistas que se destacam nas competições e que tenham condições de competir nos jogos olímpicos.</p>
Escolas Símbolos	<p>Objetivo: Recuperar e restaurar 33 escolas de ensino técnico, sendo 4 (quatro) na capital e 29 (vinte e nove) no interior do Estado.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Recuperar e restaurar 6 escolas do ensino médio em Porto Alegre e 4 escolas do ensino fundamental no interior do Estado.</li> </ul>
Crédito Educativo	<p>Objetivo: Ampliar o número de bolsistas do PROCRED.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender 6900 alunos no PROCRED, sendo 2000 novos bolsistas.</li> </ul>
Jovens Esportistas	<p>Objetivo: Premiar os destaques gaúchos nas diversas modalidades esportivas.</p>

Piá 2000 (Todos na Escola)	Objetivo: Garantir o regresso de 10.000 crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, à escola; capacitar professores e oferecer espaços alternativos para o atendimento pedagógico de crianças e adolescentes em situação de risco na rua e alfabetizar 24.000 jovens e adultos.
Programa Estadual de Atenção Integral à Pessoa Portadora de Deficiência - PEAI	Objetivo: Capacitar recursos humanos, implantar e implementar o atendimento às PPD's no processo educativo.
Ensino Técnico	Objetivos: Reestruturar o ensino técnico profissionalizante de maneira a adequá-lo às atuais necessidades do mercado de mão-de-obra, segundo os termos de criação da Superintendência do Ensino Profissionalizante - SUEPRO.  Meta: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar 5 novas escolas técnicas, sendo uma localizada na capital e as demais em Santa Maria, Taquara, Frederico Westphalen e Livramento.</li> </ul>
Juventude Solidária	Objetivo: Mobilizar universitários para atuarem em períodos de férias em ações voltadas ao Projeto Piá-2000. Investimento R\$ 1,8 milhões.  Meta: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilizar 3.200 universitários.</li> </ul>

### 3.2 - Justiça e Segurança

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Presídios (Presídios Modulares)	Objetivo: Criar novas vagas nos presídios, através da reforma, ampliação e construção de presídios/penitenciárias. Investimento R\$ 148 milhões.  Metas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar 6.121 novas vagas nos presídios/penitenciárias gaúchas;</li> <li>• Concluir 70 obras até setembro de 1998;</li> <li>• Concluir 8 presídios modulados até novembro de 1998.</li> </ul>

Novo DETRAN	<p>Objetivo: Criar o Órgão Central do Sistema Estadual de Trânsito, implantar Centros de Inspeção veicular e Centros de Habilitação de Condutores.</p> <p>Metas :</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalar a sede própria;</li> <li>• Implantar as 22 Coordenadorias Regionais do DETRAN, previstas na Lei de sua criação, visando descentralizar os encargos do órgão central;</li> <li>• Racionalizar a arrecadação das tarifas dos serviços, implementando novos critérios de arrecadação, de forma a oferecer ao usuário a possibilidade de pagar, com cheque único, o IPVA, o licenciamento, as eventuais multas e o seguro obrigatório, condicionando o licenciamento do veículo à quitação de todas essas obrigações;</li> <li>• Promover a Escola Pública de Trânsito, apoiando as iniciativas que visem a educação dos futuros motoristas e população em geral, bem como a formação de multiplicadores que auxiliem nestas atividades;</li> <li>• Transferir para os municípios as atividades de fiscalização e policiamento de trânsito conforme determina o novo Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97);</li> <li>• Concluir o processo licitatório referente a Inspeção de Segurança Veicular e implementar a atividade;</li> <li>• Unificar o Registro de Veículos, visando complementar a transposição destes encargos da Polícia Civil para o DETRAN.</li> </ul>
Cooperativa dos Presos	<p>Objetivo: Buscar a profissionalização e recuperação social do apenado, por meio da criação de cooperativas de trabalho, que permitam a continuidade de suas atividades e remuneração após o cumprimento da pena.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Piloto: Uma cooperativa com 30 presos.</li> </ul>
Veículos Policiais	<p>Objetivo: Adquirir viaturas para a Brigada Militar e Polícia Civil.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adquirir 1.000 viaturas policiais, em parceria com os municípios.</li> </ul>

Saúde dos Presos	<p>Objetivo: Requirar os setores de saúde dentro do Sistema Penitenciário Estadual.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir os estudos epidemiológicos que estão ocorrendo no Presídio Central e Penitenciária Feminina, atingindo a meta de 2.000 presos no ano de 1998 – além dos 386 presos já examinados no período de agosto a novembro de 1997;</li> <li>• Realizar quatro treinamentos, no primeiro semestre de 1998, de multiplicadores em prevenção e aconselhamento em AIDS e doenças sexualmente transmissíveis – DST;</li> <li>• Realizar, no primeiro semestre de 1998, o I Encontro Estadual de Multiplicadores em Prevenção e Aconselhamento, já com a ampliação das atuais 192 pessoas para 300 pessoas capacitadas.</li> </ul>
Telecomunicações	<p>Objetivo: Implantar um sistema de telecomunicações e de transmissão de dados para a área da justiça e da segurança do Estado. Investimento R\$ 17 milhões.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar Telecentro de Atendimento Integrado em Porto Alegre;</li> <li>• Implantar o Sistema de Rádio Troncalizado em Porto Alegre;</li> <li>• Implantar o Sistema de Telecomunicações em Nível Regional – Módulo I;</li> <li>• Remanejar de 1.439 rádios de Porto Alegre para o interior do Estado; Instalação de 1.500 microcomputadores e implantação da Intranet abrangendo as 489 localidades do Estado;</li> <li>• Implantar Telecentro de Atendimento Integrado na Região Metropolitana; Implantação do Sistema de Rádio Troncalizado na Região Metropolitana;</li> <li>• Remanejar de 564 rádios da Região Metropolitana para o interior do Estado;</li> <li>• Implantar Telecentro de Atendimento Integrado na Região de Caxias do Sul;</li> <li>• Implantar o Sistema de Rádio Troncalizado na Região de Caxias do Sul;</li> <li>• Remanejar de 564 rádios da Região de Caxias do Sul para o Interior do Estado;</li> <li>• Implantar Telecentro de Atendimento Integrado no Litoral Norte;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o Sistema de Rádio Troncalizado no Litoral Norte;</li> <li>• Remanejar de 149 rádios da Região do Litoral Norte para o Interior do Estado;</li> <li>• Implantar Telecentro de Atendimento Integrado em Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas;</li> <li>• Implantar Sistema de Rádio Troncalizado em Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas;</li> <li>• Remanejar os rádios de Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas para o Interior do Estado;</li> <li>• Promover a extensão do Sistema de Telecomunicações Corporativo a todas as demais localidades do Estado.</li> </ul>
Corpo de Bombeiros	<p>Objetivo: Reparar as unidades do Corpo de Bombeiros.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de viaturas e equipamentos num investimento total de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).</li> </ul>
Unificação dos Institutos de Perícias	<p>Objetivo: Unificar os três Institutos: Médico Legal, Identificação e de Criminalística, propiciando melhoria na prestação dos serviços.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir a reforma do prédio da Ex-CINTEA;</li> <li>• Elaborar projeto arquitetônico, execução do processo licitatório e início da construção dos prédios que abrigarão os demais departamentos do Instituto numa mesma área.</li> </ul>
PIÁ - 2.000 - Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente	<p>Objetivo: Integrar serviços do Governo Estadual, Poder Judiciário e Ministério Público, visando aperfeiçoar o sistema de justiça instantânea para crianças e adolescentes vítimas ou infratores.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iniciar e concluir as obras de construção do Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente.</li> </ul>

### 3.3 - Saúde e Meio Ambiente

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Agentes Comunitários de Saúde - PACS	<p>Objetivo: Elevar os níveis de saúde da população mediante a ação dos agentes comunitários de saúde.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar o PACS em mais de 144 municípios e contratar 2.500 agentes comunitários de saúde, beneficiando uma população periférica em torno de 2.000.000 habitantes, incluindo zonas rurais.</li> </ul>
Saneamento Básico Comunitário - PROSAN	<p>Objetivos: Reduzir os indicadores de morbi-mortalidade, através de ações de saneamento básico comunitário, atingindo a população carente de conglomerados urbanos e rurais; implantar programa de monitoramento das doenças diarreicas para avaliar e acompanhar a redução dos indicadores de morbi-mortalidade.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir os indicadores de morbi-mortalidade através de 480 sistemas simplificados de abastecimento de água, 280 extensões de rede de água e 3.650 módulos sanitários junto às comunidades carentes rurais e urbanas, beneficiando 22.850 famílias.</li> </ul>
Produção e Distribuição de Medicamentos Básicos - Remédios Populares.	<p>Objetivo: Abastecer a rede pública, estadual e municipal, de medicamentos básicos, colocando-os à disposição dos municípios a preço de custo, visando atender as necessidades da população. Investimento de R\$ 222,2 milhões.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Produzir mais de 324.000.000 (trezentos e vinte e quatro milhões) de unidades de medicamentos básicos, além de AZT xarope para uso pediátrico e o aumento da gama de medicamentos atualmente produzidos que incluem entre outros: Ácido Acetil Salicílico 100 e 500 mg, Carbonato de Lítio 300mg, Clorpromazina 100mg, Dexametazona Creme 0,1%, Diazepam 10 mg, Digoxina 0,25 mg, Dipirona 0,25 mg, Fenobarbital 4%, Furozemida 40 mg, Haloperidol 5 mg Metoclopramida, Morfina 2%, Propanolol 40 mg, Salbutamol 0,04%, Teofilina e Tetraciclina 250 mg.</li> </ul>

Hospitais Regionais	<p>Objetivo: Qualificar Hospitais-Pólo regionais para atendimento de urgência.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualificar 47 hospitais-pólos regionais de referência;</li> <li>• Fortalecer consórcios municipais.</li> </ul>
Hospital de Ponto Socorro de Sapucaia do Sul	<p>Objetivo: Construir o hospital de pronto-socorro da região metropolitana em Sapucaia do Sul, junto ao Hospital Getúlio Vargas, com 82 leitos de urgência.</p>
Postos e Ambulatórios	<p>Objetivo: Readequar e reequipar as unidades sanitárias existentes e construir e equipar outras 40 em municípios recém formados.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reformar, ampliar e equipar 439 unidades assistenciais;</li> <li>• Construir e equipar 40 unidades assistenciais em municípios novos sem este serviço, abrangendo 40% da população Estado e atingindo 675.840 consultas/ano.</li> </ul>
Conclusão de Hospitais Estadual, Municipais e Filantrópicos	<p>Objetivos: Concluir e equipar hospitais com serviço de maior complexidade e resolutividade para a melhoria do atendimento hospitalar no Estado.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir e equipar 26 hospitais municipais ofertando 860 leitos hospitalares e ampliando em 62 mil internações/ano.</li> </ul>
Municipalização da Saúde	<p>Objetivo: Promover a descentralização das ações e serviços de saúde com a gerência pelos municípios.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Municipalizar a saúde em 242 municípios, alcançando a meta de 100% dos municípios.</li> </ul>
Hemocentros Regionais	<p>Objetivo: Implementar o Programa Estadual do Sangue e Hemoderivados, construindo e equipando os hemocentros regionais de Pelotas, Santa Maria e o hemo-núcleo de Bagé.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar clínica hematológica e posto de coleta central em Porto Alegre e implementar hemocentros regionais. Beneficiar 508 pessoas portadoras de hemofilia e coletar, processar e distribuir 30.000 bolsas de sangue e hemocomponentes;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir, concluir e manter vários Hemocentros Regionais que incluem os Hemocentros de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas, Santa Maria, Santa Rosa e a Clínica de Referência de Porto Alegre.</li> </ul>
Piá 2000	<p>Objetivo: Suplementar a alimentação de crianças desnutridas no Estado.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Suplementar a alimentação de 90.000 crianças desnutridas com a distribuição de vales leite/dia;</li> <li>• Complementar renda familiar a 4.000 crianças desnutridas e melhorar as condições de saneamento básico para 2.400 famílias.</li> </ul>
PEAI - Programa de Atenção a Pessoas Portadoras de Deficiência	<p>Objetivo: Reduzir a incidência de deficiências motoras, mentais e/ou sensoriais no Estado.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reduzir a incidência de deficiências motoras, mentais e/ou sensoriais através do atendimento a 100% das gestantes, realização de 217.000 exames de prevenção e concessão de 2.100 próteses e materiais descartáveis e cirúrgicos.</li> </ul>
Apoio ao Programa de Parceria Comunitária (Mãos-dadas)	<p>Objetivo: Atingir os 383 hospitais cadastrados no Sistema Único de Saúde na campanha "Paguei, Quero Nota".</p>

### 3.4 - Trabalho, Cidadania e Assistência Social

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Piá 2000	<p>Objetivos: Oferecer complementação de renda familiar a 20.000 crianças desnutridas e 1.500 adolescentes em situação de rua; retornar 10.000 crianças à escola; alfabetizar 19.000 jovens e adultos e atender 34.000 crianças em creches.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar as Creches Assistenciais e Comunitárias para que as mesmas promovam o atendimento integral a 8.000 crianças de 0 a 6 anos;</li> <li>• Manutenção da Pesquisa das Circunstâncias de Vida - Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, com a atualização dos dados;</li> <li>• Beneficiar, nas Redes Municipais de Atendimento, a 1.579 crianças.</li> </ul>

Idoso	<p>Objetivo: Estimular o convívio e a participação social do idoso, com vistas ao pleno exercício de seus direitos como cidadão.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuir, mensalmente a partir de março, cestas de alimento a idosos carentes com 70 anos ou mais, que residam nos municípios selecionados pelo POI's, 50 municípios.</li> </ul>
PROGER (RS - Emprego)	<p>Objetivo: Financiar o Setor formal (Micro e Pequenas empresas) e o Setor Informal, visando a geração de empregos.</p>
Oficinas de Emprego (RS - Emprego)	<p>Objetivo: Criar oficinas para intermediar mão-de-obra.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar 80 Oficinas.</li> </ul>
Qualificação Profissional do Trabalhador (RS Emprego)	<p>Objetivo: Realização de cursos de qualificação profissional.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 459 cursos;</li> <li>• 141.300 vagas.</li> </ul>
Centro da Juventude	<p>Objetivo: Construir e implementar 10 centro regionais, para descentralizar o atendimento aos adolescentes autores de ato infracional atendidos pela FEBEM, em Santo Ângelo, Pelotas e Uruguaiana.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir 04 Centros da Juventude nas cidades de Osório, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo;</li> <li>• Adquirir equipamentos para 06 Centros da Juventude nas cidades de Pelotas, Uruguaiana, Osório, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Passo Fundo;</li> <li>• Construir 06 Unidades de Execução da medida sócio-educativa de semiliberdade - Uruguaiana, Santo Ângelo, Passo Fundo, Novo Hamburgo, Osório e Santa Cruz do Sul;</li> <li>• Complementar equipamentos para implementação de 04 Unidades de semiliberdade - Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria e Pelotas;</li> <li>• Contratar e manter o quadro de pessoal com o devido redimensionamento;</li> <li>• Qualificar o atendimento através de capacitação, grupos de estudo, consultorias, estudos e pesquisas e estágios de observação;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter o atendimento a 530 adolescentes autores de ato infracional;</li> <li>• Adquirir material de consumo para implantação de 07 Centros da Juventude e 07 Unidades de Execução de Semiliberdade.</li> </ul>
Ação Comunitária	<p>Objetivo: Incentivar e subsidiar a execução de projetos, apoiando o trabalho desenvolvido por instituições governamentais e não governamentais em todos os municípios do Estado. Investimento R\$ 2,36 milhões</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 540 projetos.</li> </ul>
Deficientes (PEAI/RS)	<p>Objetivo: Apoiar técnica e financeiramente programas e serviços de atendimento a pessoas portadoras de deficiência.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender 9.897 pessoas portadoras de deficiência, 04 casas lares em funcionamento e capacitar 650 profissionais.</li> </ul>
Atendimento a PNEs Abandonados ou em Situação de Risco - (PEAI)	<p>Objetivo: Prestar atendimento especializado aos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) abandonados ou em situação de risco.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Construir seis abrigos residenciais;</li> <li>• Adquirir equipamentos para seis abrigos residenciais;</li> <li>• Contratar e manter o quadro de pessoal com o devido redimensionamento;</li> <li>• Qualificar o atendimento através de capacitação, simpósios, estudos, conferências, estágios de observação, pesquisas;</li> <li>• Manter o atendimento a 300 crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais;</li> <li>• Descentralizar (regionalização e municipalização) o atendimento aos PNE's.</li> </ul>

### 3.5 - Cultura

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Teatro da OSPA	Objetivo: Construir um teatro para a OSPA com capacidade de 1.800 lugares até setembro de 1998.

	<p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão dos projetos executivos;</li> <li>• Conclusão de 40% das obras do teatro.</li> </ul>
Complexo Cultural Teatro São Pedro	<p><b>Objetivo:</b> Construir sala de espetáculo, teatro de oficinas e equipamentos complementares, destinados aos segmentos artísticos de teatro, dança e música.</p> <p>Liminar concedida pela Justiça suspendeu o concurso público de arquitetura. Aguardando decisão judicial para dar continuidade.</p>
Parque Gaúcho das Águas Belas (novo nome para Estância Modelo)	<p><b>Objetivo:</b> Criar em um espaço de 150 ha em Viamão, um parque destinado às manifestações campeiras, compreendendo um museu, cancha reta, pista de rodeio, restaurantes típicos, etc.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir os projetos arquitetônicos da segunda fase;</li> <li>• Inaugurar a sede da estância após a conclusão das obras de restauração (3º trimestre);</li> <li>• Construir pista de rodeios.</li> </ul>
Memorial do Rio Grande do Sul	<p><b>Objetivo:</b> Criar espaço para a implantação da memória do Rio Grande do Sul através de um centro de documentação e referência voltado para a preservação das fontes históricas primárias e para a reflexão da sociedade rio-grandense nos seus aspectos regionais, nacionais e continentais, resgatando a tradição e a história do Estado através da criação de um espaço reservado à informação, à pesquisa, à educação na área cultural.</p> <p><b>Meta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Executar 60% das obras de restauração e adequação do prédio da antiga sede dos Correios e Telégrafos para abrigar o Memorial.</li> </ul>
Conservação do Patrimônio Cultural	<p><b>Objetivo:</b> Garantir a preservação do patrimônio cultural gaúcho através da restauração de prédios de valor histórico e artístico que sediam instituições culturais oficiais do Estado, promover e revitalizar os locais históricos como as cidades de Antônio Prado e Piratini.</p> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Museu Júlio de Castilhos: conclusão da 2ª etapa;</li> </ul> <p>Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa: restauro do subsolo; execução dos serviços relativos aos projetos complementares (segurança patrimonial, iluminação, rede elétrica e hidro-sanitária);</p>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Antônio Prado: melhoria da paisagem urbana através da adoção de infra-estrutura subterrânea a fim de atenuar a interferência visual no ambiente histórico;</li> <li>• Piratini: conclusão dos projetos; execução de programação visual e pintura dos prédios que integram o centro histórico;</li> <li>• Casa de Cultura de Rio Pardo (antiga Escola Militar): conclusão até o final do ano das obras de restauro;</li> <li>• Instituto Estadual do Livro - IEL: recuperar e restaurar o prédio. Investimento R\$ 103 mil;</li> <li>• Arquivo Histórico: <i>Relocalizar o arquivo Histórico em espaço definitivo, integrado ao memorial político.</i></li> </ul>
Casa de Cultura Rio Pardo	<p>Objetivo: Restaurar a antiga Escola Militar de Rio Pardo, para abrigar a Casa de Cultura de Rio Pardo. Investimento R\$ 2 milhões.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conclusão até o final de 1998 das obras.</li> </ul>
Igreja das Dores	<p>Objetivo: Valorizar o patrimônio cultural e melhorar a paisagem urbana, bem como harmonizar o Centro Histórico de Porto Alegre, mediante a restauração de fachadas, escadarias e muros da Igreja das Dores, abrangendo uma área de 6.200m<sup>2</sup>.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inauguração prevista para março ou durante a Páscoa.</li> </ul>
Biblioteca Pública	<p>Objetivo: Informatizar o acervo cultural da Biblioteca Pública, através da implantação de uma rede de microcomputadores.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir o projeto de informatização. Convênio UFRGS.</li> </ul>
Museu de Arte do Rio Grande do Sul Ado Malagoli - MARGS	<p>Objetivo: Restaurar e melhorar as condições do MARGS, com suporte financeiro do Ministério da Cultura.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir as obras (fachada, torres, pisos, revestimentos e esquadrias; segurança patrimonial e iluminação externa) no primeiro trimestre.</li> </ul>

Festival de Gramado	Objetivo: Tornar o Festival de Gramado referência para o cinema latino-americano.
Pólo Cinematográfico	Objetivo: Pesquisar, restaurar filmes e produzir longas-metragem num trabalho conjunto entre a cinemateca Paulo Amorim, Instituto Estadual de Cinema e TVE.
Jovens Talentos Gaúchos	Objetivo: Prêmio Gaúcho de Fotografia: concurso para selecionar fotógrafo a ser contemplado com bolsa de trabalho de 12 meses. Dar início ao núcleo de fotografia do MARGS.  Meta: • Inscrições abertas. Resultado do concurso em 11/3/98. Bolsa de mar/98 a fev/99.
Museu Júlio de Castilhos	Objetivo: Recuperar o anexo do Museu, Júlio de Castilhos e instalar a cobertura de interligação entre o anexo e a sede do museu.
Instituto Estadual do Livro	Objetivo: Recuperar e restaurar o prédio onde está o Instituto.
Museu de Comunicação Social	Objetivo: Restaurar o prédio do museu e equipar com sistema de climatização, prevenção de incêndio e segurança patrimonial.
Arquivo Histórico	Objetivo: Relocalizar o arquivo histórico em espaço definitivo integrado ao memorial político.
Antônio Prado	Objetivo: Investir na infra-estrutura básica, preservar a arquitetura da cidade e incentivar a visitação turística.
Piratini	Objetivo: Promover a melhoria e a revitalização dos locais históricos, implantar museu, recuperar a Casa Camarinha e divulgação do município.
Brava Gente	Objetivo: Premiar gaúchos que obtiveram sucesso fora do Rio Grande do Sul ou que ajudaram a promover o Estado através do exercício profissional.
Shows 1,2 e 3	Objetivo: Organizar shows em grandes cidades brasileiras - SP, RJ, BA, MG e BSB, com objetivo de projetar cultural e turisticamente o Estado.

Festival dos Festivais	<p>Objetivo: Realizar evento de entrega de prêmios de incentivo a produção de música no âmbito dos festivais.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrega de 10 prêmios.</li> </ul>
------------------------	---

## 4 - ÁREA ADMINISTRATIVA

### 4.1 - Governo do Estado

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Metade Sul (Reconversul)	<p>Objetivo: Recuperar, econômica e socialmente, a Metade Sul do Estado, através da implantação de novos empreendimentos com financiamentos do BNDES.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover e divulgar os incentivos financeiros e o "RECONVERSUL" fora da Região Programa - outros estados e países vizinhos - com o objetivo de atrair investimentos para a Metade Sul do Rio Grande do Sul;</li> <li>• Priorizar regionalmente a idéia de investir no desenvolvimento dos centros de Fruticultura e Florestamento;</li> <li>• Agilizar, frente aos Agentes Financeiros, a aprovação de projetos viáveis oportunizando investimentos que gerem receita e novos postos de emprego;</li> <li>• Promover alguns ajustes ao RECONVERSUL, já em discussão com os Agentes Financeiros e BNDES, para adequá-lo à realidade, essencialmente nos setores de fruticultura e florestamento, pesca e reestruturação societária de empresas industriais da Metade Sul do Rio Grande do Sul;</li> <li>• Intensificar a articulação frente ao Ministério do Planejamento e Orçamento - Programa Brasil em Ação, para definir projetos e ações do Governo Federal para a Metade Sul do RS.</li> </ul>
Ensino Técnico	<p>Objetivo: Reestruturar o ensino técnico-profissionalizante de maneira a adequá-los às atuais necessidades do mercado de mão-de-obra.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir os projetos dos cinco centros de educação profissional e início da aplicação dos recursos na reforma do ensino médio e tecnológico do Estado;</li> </ul>

- Elaborar projeto para a criação de um centro de educação profissional no segmento comunitário;
- Estruturação da Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO.

#### 4.2 - Planejamento

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Linha Rápida e Plano Metropolitano de Transporte	<p>Objetivo: Estudar a racionalização das linhas de transporte coletivo metropolitano, visando a eficiência e a modernização do serviço de transporte entre Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí; racionalizar as linhas metropolitanas de transporte coletivo que servem ao eixo da BR-116, principalmente às cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo; elaborar diagnóstico e prognóstico relativos aos transportes coletivos e de carga na RMPA tendo como horizonte os anos 2000 e 2010.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar cinco lotes do corredor exclusivo para ônibus nos municípios de Porto Alegre, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí;</li> <li>• Finalizar a Pesquisa EDOM com dados sobre o transporte na RMPA;</li> <li>• Criar o Sistema Estadual de Transportes Metropolitanos Coletivo de Passageiros;</li> <li>• Beneficiar 381.313 mil passageiros/dia com a ampliação e construção de corredores de ônibus.</li> </ul>
Pró-Guaíba	<p>Objetivo: Dotar a Bacia Hidrográfica do Guaíba das condições necessárias ao desenvolvimento racional de seus recursos naturais, promover a recuperação da qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais, bem como executar o manejo ambiental sustentado da produção primária.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir o Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMPA;</li> <li>• Definir as áreas selecionadas nos municípios carentes de locais para disposição final de resíduos sólidos na RMPA;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir o Plano Diretor do Parque Estadual Delta do Jacuí;</li> <li>• Concluir o Plano Diretor da Bacia do Gravataí;</li> <li>• Promover o monitoramento do uso do solo e da ocupação do solo na Bacia do Guaíba;</li> <li>• Completar as cartas temáticas de uso e de ocupação do solo da Bacia e a carta de aptidão de uso agrícola.</li> </ul>
<p>Central de Atendimento ao Cidadão - CAC</p>	<p>Objetivos: Concentrar em um mesmo local a oferta de vários serviços prestados pelo setor público ao cidadão; atender ao cidadão da melhor forma possível, e proporcionar a solução do seu pleito; prestar o serviço imediatamente, minimizando filas e períodos de espera; situar-se em local de fácil acesso à população, com infra-estrutura de apoio próxima; e operar com sistema informatizado e servidores capacitados e treinados.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dimensionar o sistema a ser implantado;</li> <li>• Promover a adequação do espaço físico necessário à implantação do espaço físico;</li> <li>• Adquirir e instalar materiais e equipamentos;</li> <li>• Definir modelo de administração para o projeto;</li> <li>• Estruturar a central de atendimento;</li> <li>• Atender 1200 pessoas (na fase inicial do projeto) da Grande Porto Alegre.</li> </ul>
<p>PIMES</p>	<p>Objetivo: Financiar a realização de obras de infra-estrutura e sociais pelas prefeituras municipais.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Para o exercício de 1998, além do prosseguimento dos desembolsos dos contratos firmados em 1997 (R\$ 48 milhões), o Programa lançará mão de uma disponibilidade de recursos em torno de R\$ 40 milhões para atendimento da carteira de projetos do FUNDO PIMES.</li> </ul>
<p>RS-2010</p>	<p>Objetivo: Definir uma nova estratégia de desenvolvimento para o Estado, de longo prazo, mediante um processo participativo de formulação de uma proposta de reestruturação, expansão e transformação da economia gaúcha.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar dos núcleos temáticos Desigualdades Regionais, Indústria, Agribusiness, Infra-Estrutura, Pobreza Rural e Pobreza Urbana;</li> <li>• Elaborar o mapa dos investimentos em indústria e agribusiness no Estado.</li> </ul>

Mar de Dentro	<p>Objetivo: Formular um Plano Diretor para o desenvolvimento sustentável das Bacias Hidrográficas das Lagoas dos Patos e Mirim.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de 1º parte do Plano Diretor Banco de Dados;</li> <li>• Sistema de Monitoramento e Treinamento de Pessoal trabalho previsto para dois anos.</li> </ul>
COREDES	<p>Objetivo: Assessorar e integrar os Conselhos regionais de Desenvolvimento ao processo de planejamento estadual.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter continuidade na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional dos COREDES, Vale do Rio Pardo, Centro Sul, Norte e Litoral;</li> <li>• Acompanhar a execução dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional dos COREDES Missões, Fronteira Noroeste e Noroeste Colonial;</li> <li>• Concluir o Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto Rivera - Santana do Livramento.</li> </ul>
Parque de Exposições	<p>Objetivo: Implantar um novo Plano Diretor que incorpore novas funções ao Parque de Exposições Assis Brasil.</p> <p>Meta:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concluir os projetos em andamento: projeto completo de drenagem; projeto do sistema viário interno e as obras do Camping dos Caminhoneiros.</li> </ul>
Asfalto nas Vilas	<p>Objetivo: Pavimentar 123 km de vias públicas municipais da Região Metropolitana e construir abrigos de ônibus.</p> <p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Implantar 125.000 m de asfalto nos municípios da RMPA, com a seguinte distribuição: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alvorada 16.560,00 m</li> <li>• Cachoeirinha 14.580,00 m</li> <li>• Campo Bom 5.000,00 m</li> <li>• Canoas 4.940,00 m</li> <li>• Charqueadas 3.300,00 m</li> <li>• Dois Irmãos 2.920,00 m</li> </ul> </li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Eldorado do Sul 1.700,00 m</li> <li>• Estância Velha 1.450,00 m</li> <li>• Esteio 5.750,00 m</li> <li>• Glorinha 2.900,00 m</li> <li>• Gravataí 15.080,00 m</li> <li>• Guaíba 4.500,00 m</li> <li>• Ivoti 1.510,00 m</li> <li>• Nova Hartz 2.040,00 m</li> <li>• Nova Santa Rita 3.250,00 m</li> <li>• Novo Hamburgo 4.050,00 m</li> <li>• Parobé 4.171,00 m</li> <li>• Portão 4.800,00 m</li> <li>• São Leopoldo 3.380,00 m</li> <li>• Sapiranga 4.279,00 m</li> <li>• Sapucaia Do Sul 4.560,00 m</li> <li>• Viamão 15.070,00 m</li> </ul>
Pró- Rural 2000	<p><b>Objetivos:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Quanto à infra-estrutura:</i> incrementar a eletrificação rural; melhorar o abastecimento de água e melhorar as condições de moradia;</li> <li>2. <i>Quanto à geração e melhoria de renda:</i> aumentar a capacidade produtiva e aumentar o valor agregado dos produtos primários;</li> <li>3. <i>Quanto aos recursos naturais:</i> melhorar o manejo e conservação dos solos e água, ampliar o reflorestamento e reduzir a poluição por agrotóxico.</li> </ol> <p><b>Metas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do Pró-Rural 2000 - início do levantamento dos indicadores sócio-econômicos da pequena agricultura gaúcha com vistas a avaliar a situação inicial desse segmento e a situação no término dos 6 (seis) anos, período de acompanhamento estipulado pelo projeto;</li> <li>• Iniciar trabalho de identificação e diagnóstico dos sistemas de produção da pequena propriedade rural com o objetivo de subsidiar políticas públicas.</li> </ul>
Parque de Itapuã	<p><b>Objetivo:</b> Dotar o Parque de infra-estrutura que permita sua utilização pela comunidade, em termos de educação ambiental e lazer. Investimento R\$ 1,4 milhões.</p> <p><b>Meta:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura prevista para março de 1998.</li> </ul>

Parque Temático	Objetivo: Apoiar a implantação de Parques Temáticos no Estado, através de seminários de divulgação para este tipo de empreendimento, bem como lançar editais de concorrência do Parque Temático da RMPA. Lançado do Parque Osório.
-----------------	--

#### 4.3 - Administração Tributária

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Paguei, Quero Nota/Mãos Dadas	Objetivo: Aumentar a arrecadação dos tributos estaduais, propiciando o repasse de recursos a entidades assistenciais, escolas e hospitais.
Arrecadação Instantânea	Objetivo: Facilitar as operações do contribuinte com o órgão fazendário propiciando o pagamento de tributos através de tecnologias de informática e transmissão de dados.
Combate à Sonegação	Objetivo: Aumentar a arrecadação mediante o aperfeiçoamento do Sistema de Fiscalização.
Parceria com os Municípios	Objetivo: Formalizar acordos operacionais com os municípios visando ampliar a arrecadação do ICMS.
Consultoria na Folha de Pessoal	Objetivo: Criar um sistema informatizado que contemple dados de pessoal, financeiros e legislação mediante auditoria da folha de pessoal ativo, inativo, pensionistas e ferroviários.
Reestruturação da Dívida Mobiliária	Renegociar a Dívida Pública no montante de R\$ 6 milhões.  Metas: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazo de 30 anos;</li> <li>• Juros de 6% a.a.;</li> <li>• Também pagamento em ativos.</li> </ul>
Unificação BANRISUL - CAIXA	Objetivo: Implementação do novo banco, ajustado estrutural e financeiramente, a partir da unificação do BANRISUL e da CAIXA. Recursos 50% Federais (Medida Provisória número 1.514)  Meta: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestar melhor serviço a sociedade gaúcha.</li> </ul>

BANRISUL - Social	Objetivo: Promover a divulgação e operacionalizar linhas de crédito de médio e longo prazo a taxas compatíveis com os retornos esperados, objetivando gerar novas rendas no RS, atuando fortemente nos segmentos de pequena e média empresa.
Centro de Promoção do MERCOSUL	Objetivo: Implantar e acompanhar o Centro de promoção do MERCOSUL em Buenos Aires, para que se constitua em um espaço permanente de exposição, com 600 m <sup>2</sup> e 50 estandes, para as empresas gaúchas divulgarem seus produtos junto ao mercado argentino e realizarem rodadas de negócios.

#### 4.4 - Administração e Patrimônio

PROJETOS	OBJETIVOS/METAS
Produtividade dos Servidores	Objetivo: Estabelecer critérios de aferição do desempenho do servidor, de forma a valorizar a carreira, incentivando-o através de estímulos compensatórios.
Novo Servidor	Objetivo: Fixar novas regras e parâmetros para a carreira do servidor público, mediante mecanismos de controle das concessões de vantagens salariais, bem como da revisão da legislação.
Fundo de Aposentadoria	Objetivo: Criar fundo que permita propiciar o suporte financeiro à aposentadoria do servidor público.
Alienação de Imóveis	Objetivo: Alienar 251 imóveis inservíveis para a Administração pública.